

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

**XI CONGRESSO NACIONAL
DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA**

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos
Em Homenagem a Joaquim Mattoso Câmara Jr.*

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(DE 27 A 31 DE AGOSTO DE 2007)**

**OUTROS TRABALHOS
DO XI CNLF**

(Cadernos do CNLF, Vol. XI, N° 04)

**Rio de Janeiro
CiFEFiL
2007**

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE LETRAS**

Reitor

Nival Nunes de Almeida

Vice-Reitor

Ronaldo Martins Lauria

Sub-Reitora de Graduação

Raquel Marques Villardi

Sub-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Albanita Viana de Oliveira

Sub-Reitora de Extensão e Cultura

Maria Georgina Muniz Washington

Diretora do Centro de Educação e Humanidades

Maricélia Bispo

Diretor da Faculdade de Formação de Professores

Glauber Almeida de Lemos

Vice-Diretor da Faculdade de Formação de Professores

Marcos Antonio Campos Couto

Chefe do Departamento de Letras

Leonardo Pinto Mendes

Sub-Chefe do Departamento de Letras

Iza Terezinha Gonçalves Quelhas

Coordenador de Publicações do Departamento de Letras

José Pereira da Silva

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Rua São Francisco Xavier, 512 / 97 – Mangueira – 20943-000 – Rio de Janeiro – RJ

pereira@filologia.org.br – (21) 2569-0276 – www.filologia.org.br

DIRETOR-PRESIDENTE

José Pereira da Silva

VICE-DIRETORA

Cristina Alves de Brito

PRIMEIRA SECRETÁRIA

Délia Cambeiro Praça

SEGUNDO SECRETÁRIO

Sérgio Arruda de Moura

DIRETOR CULTURAL

José Mario Botelho

VICE-DIRETORA CULTURAL

Antônio Elias Lima Freitas

DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Valdênia Teixeira de Oliveira Pinto

VICE-DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Maria Lúcia Mexias-Simon

DIRETORA FINANCEIRA

Ilma Nogueira Motta

VICE-DIRETORA FINANCEIRA

Carmem Lúcia Pereira Praxedes

DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Amós Coêlho da Silva

VICE-DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Alfredo Maceira Rodríguez

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

**XI CONGRESSO NACIONAL
DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA**

de 27 a 31 de agosto de 2007

COORDENAÇÃO GERAL

*José Pereira da Silva
Cristina Alves de Brito
Delia Cambeiro Praça*

COMISSÃO ORGANIZADORA E EXECUTIVA

*Amós Coêlho da Silva
Ilma Nogueira Motta
Maria Lúcia Mexias Simon
Antônio Elias Lima Freitas
Carmem Lúcia Pereira Praxedes
Sérgio Arruda de Moura*

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE APOIO

*José Mario Botelho
Valdênia Teixeira de Oliveira Pinto
Silvia Avelar Silva*

COMISSÃO DE APOIO ESTRATÉGICO

Centro Filológico Clóvis Monteiro (CFCM)

Magda Bahia Schlee Fernandes

Laboratório de Idiomas do Instituto de Letras (LIDIL)

SECRETARIA GERAL

Silvia Avelar Silva

SUMÁRIO

0-	Apresentação – José Pereira da Silva	07
1-	Adjetivos retirados de jornais de Cuiabá do século XIX – <i>Natalia Roseira</i>	09
2-	Alguns aspectos da oralidade na linguagem de Raquel – <i>Jéssica Pinto Augusto</i>	16
3-	Arcaísmos morfológicos na toponímia de Portugal – <i>Patricia de J. Carvalhinhos</i>	26
4-	Aspectos fonéticos em dicionários escolares – <i>Antonio Luciano Pontes</i>	39
5-	Criação lexical em Agamenon Mendes Pedreira – <i>Juliana Godinho Eccard</i>	48
6-	Dialogismo, aspecto constitutivo do discurso: uma releitura de Bakhtin a partir de autores nacionais – <i>Cleide Emília Faye Pedrosa</i>	63
7-	Documentos históricos brasileiros: edição semidiplomática e estudo da argumentação – <i>Gilberto Nazareno Telles Sobral</i>	71
8-	Gafe e os fenômenos relacionados ao riso - <i>Renata da Silva de Barcellos</i>	78
9-	Gêneros discursivos e alfabetização: um olhar sobre sua relação na proposta pedagógica do livro didático - <i>José Teixeira Neto</i>	87
10-	Glossário da antologia de Alberto de Oliveira para o sesquicentenário – <i>Camillo Cavalcanti</i>	98
11-	Notações ortoépicas e ortográficas na <i>Seleta</i> (Clemente Pinto): uma abordagem historiográfica – <i>Miguel Eugenio Almeida</i> ...	109
12-	O guarani e a interdisciplinaridade – <i>Raquel Maria Carvalho Naveira</i>	118
13-	O trabalho metalingüístico na escrita infantil: uma abordagem cognitiva e metacognitiva dos usos da linguagem – <i>Rose Maria Leite de Oliveira</i>	126
14-	Os estudos sintáticos de Mattoso Câmara Jr. – <i>Humberto Peixoto Menezes</i>	138

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

- 15- **Processos de gramaticalização de pronomes relativos latinos** –
Lêda Maria Mercês Gonçalves 149
- 16- **Reflexões sobre produção textual** – *Terezinha Bittencourt* 156
- 17- **Rindo e Aprendendo** – *Claudia Moura da Rocha* 173
- 18- **Sinestesia em Rosa: um alumbramento da palavra** – *Rossana Sartori, Lilian Cristina Granziera e Maria Suzett Biembengut Santade* 187
- 19- **Tempo e dialética em Álvaro de Campos** – *Lucia Maria Moutinho Ribeiro* 202
- 20- **Tradição gramatical brasileira do século XIX** – *Ânderson Rodrigues Marins* 209
- 21- **Instruções para apresentação de trabalhos** 220

APRESENTAÇÃO

Há anos que estamos construindo a tradição de publicar antecipadamente um significativo número dos trabalhos que são apresentados no Congresso Nacional de Linguística e Filologia, dando a oportunidade aos congressistas que nos entregam seus originais com alguma antecedência de os terem publicado na época de sua apresentação oral durante o evento.

Neste número 04 do volume XI dos *Cadernos do CNLF*, que intitulamos de *Outros Trabalhos do XI CNLF*, estão sendo publicados mais vinte desses trabalhos, depois de já estarem editados os quatorze textos do *Livro dos Minicursos do XI CNLF*, dezesseis nos *Primeiros Trabalhos do XI CNLF*, além dos que completam o volume de homenagem a *Joaquim Mattoso Câmara Jr.*

Neste número, estão publicados os trabalhos dos seguintes congressistas (relacionados em ordem alfabética, com a indicação das páginas em que aparecem): Anderson Rodrigues Marins (209 – 219), Antonio Luciano Pontes (39-87), Camillo Cavalcanti (98-108), Claudia Moura da Rocha (173-186), Cleide Emília Faye Pedrosa (63-70), Gilberto Nazareno Telles Sobral (71-77), Humberto Peixoto Menezes (138-148), Jéssica Pinto Augusto (16-25), José Teixeira Neto (87-97), Juliana Godinho Eccard (48-62), Lêda Maria Mercês Gonçalves (149-155), Lilian Cristina Granziera (187-201), Lucia Maria Moutinho Ribeiro (202-208), Maria Suzett Biembengut Santade (187-201), Miguél Eugenio Almeida (109-117), Natalia Roseira (09-15), Patricia de J. Carvalhinhos (26-38), Raquel Maria Carvalho Naveira (118-125), Renata da Silva de Barcellos (78-86), Rose Maria Leite de Oliveira (126-137), Rossana Sartori, (187-201) e Terezinha Bittencourt (156-172).

Com a limitação que nos impomos com uma apresentação de duas páginas apenas, não é possível fazer uma síntese de todos os trabalhos aqui organizados, apesar de ser algo desejável e esperado. Faremos meros destaques de alguns, aos quais são mais necessárias algumas observações.

Observe-se, por exemplo, o significativo número de trabalhos relativos a edições de trabalhos importantes, em diversas especialidades da atividade acadêmica em nossas áreas e subáreas de conhecimento: textos

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

1, 2, 4, 5, 7, 10 e 11, além de outros como são os três últimos, por exemplo.

Considerando o conjunto desses vinte trabalhos, pelo menos a metade está direta ou indiretamente ligada ao estudo do texto em geral ou em particular, além de haver relativa quantidade de referências internas a Mattoso Câmara e/ou sua obra (cinquenta no total), mesmo em trabalhos que não tratam especificamente dele.

Como seria impossível organizar os textos por temas nesses números em que os trabalhos são publicados antes do congresso, foram editados pela ordem alfabética dos títulos, como facilmente se pode perceber ao consultar o SUMÁRIO.

Os números seguintes, que serão publicados depois do congresso, serão organizados por ordem temática, na medida do possível, como se pode ver nas publicações anteriores.

Aproveitamos a oportunidade para pedir suas sugestões e críticas para que possamos melhorar a qualidade dessas publicações do Círculo, prometendo-lhe aproveitá-las sempre que for possível, para o bem da Lingüística e da Filologia.

Rio de Janeiro, agosto de 2007.

José Pereira da Silva

**ADJETIVOS RETIRADOS DE JORNAIS DE CUIABÁ
DO SÉCULO XIX**

Natalia Roseira (UFMT)

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva apresentar parte da pesquisa que desenvolvi no mestrado em Estudos de Linguagem. Tomando por base jornais editados em Cuiabá no século XIX, analisei a linguagem verbal e não verbal utilizada em alguns periódicos de caráter noticioso que circularam nesta capital no período de 1847 a 1899. Fiz um levantamento dentre outros, dos adjetivos citados nos jornais por mim selecionados, organizando-os em um glossário, e pesquisei a definição deles em três dicionários, dois contemporâneos, de 2001 e 1999, e um do século XIX (1813). Nesse artigo falo apenas dos adjetivos encontrados nos jornais do século XIX por mim estudados. Tais jornais foram microfilmados pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e estão arquivados no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) da UFMT. Alguns deles, quatro originais, estão arquivados na Casa Barão de Melgaço.

Discuto na dissertação, os aspectos técnicos da prática jornalística, com o objetivo de descrever o fazer jornalismo no século XIX, em Cuiabá. Na perspectiva teórica da crítica textual, analiso as notícias veiculadas nestes jornais, e a forma como elas são apresentadas, atuando, em especial, na função transcendente da atividade filológica, que consiste em transformar o testemunho escrito – neste caso, a técnica jornalística – num instrumento que permite que a história do jornalismo em Mato Grosso possa ser reconstituída e, ao mesmo tempo, oferecer ao leitor material que lhe permita perceber a visão de profissionais da imprensa de então em relação ao cotidiano social, cultural, político e econômico no contexto histórico do século XIX.

Analisei os jornais: *A Imprensa de Cuyabá* (07/08/1859), *A Situação* (05/09/1869), *O Povo* (21/01/1879), *O Argos* (30/04/1882), *Echo de Cuiabá* (06/03/1884), e *O Clarim* (18/07/1894).

Também situo o leitor neste artigo, quanto à época em que os jornais pesquisados foram editados, e apresento resumidamente a situação política, econômica e social vivida por Cuiabá e pelo país, na ocasião.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

CONTEXTO HISTÓRICO

O estudo do contexto histórico em que vivia Mato Grosso, quando foram editados os jornais que formam o corpus desse trabalho, foi realizado tomando como base autores como Elizabeth Madureira Siqueira, Rubens de Mendonça, Estevão de Mendonça, José de Mesquita, Joaquim Ferreira Moutinho, entre outros.

De acordo com os autores acima citados, no período entre 1847 e 1899, quando o Brasil se encontrava no denominado período Imperial, Mato Grosso havia recém saído de um dos movimentos regenciais mais vigorosos da época, que foi a “Rusga”, uma luta armada travada no interior das elites, ocorrida em Mato Grosso em 1834.

Assumindo o governo o Coronel João Poupino Caldas no dia 26 de maio de 1834, quatro dias depois a 30, por volta das 11 horas da noite “se ouviu tocar rebate de cornetas e caixas de guerras, tiros de arcabuzes, e gritos de morram os bicudos. Na escuridão da noite apenas se ouviam barulhos de machados e alavancas arrombando as portas dos negociantes adotivos ali residentes”. O nome de bicudo era alcunha pejorativa que os cuiabanos davam aos portugueses. A “RUSGA” foi o movimento armado de 30 de maio de 1834, a noite de São Bartolomeu mato-grossense, em que a massa popular se agitava iracunda, o povo reclamava a retirada dos portugueses do solo pátrio. (Mendonça, 1982:30).

Foi nessa época, após a decadência das Minas Gerais no extrativismo mineral, que a província de Mato Grosso encontrava uma solução para o problema de comunicação com o litoral, feita até então por caminho terrestre.

De acordo com historiadores e escritores de Mato Grosso pesquisados para o desenvolvimento desse trabalho, foi assinado o Tratado de Aliança, Comércio, Navegação e Exatidão entre o Brasil e a República do Paraguai, dessa forma o Brasil pode se ligar ao Rio de Janeiro e a São Paulo utilizando a navegação pelos rios Paraguai e da Prata.

Apesar do tratado, a negociação com o Paraguai para a abertura da hidrovia não durou muito tempo. Em 1865 o governo paraguaio aprisionou o navio Marquês de Olinda, e rendeu o novo Presidente da Província de Mato Grosso, Frederico Carneiro de Campos que viajava no navio a caminho de Mato Grosso, e foi declarada a guerra do Paraguai, que durou cerca de cinco anos (1865-1870).

A história indica que ao terminar a guerra, quase metade da população, que não tinha sido diretamente atingida pelo conflito, faleceu vitimada pela “varíola”, conhecida pelo nome de “bexiga”.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Conforme relatos de estudiosos do tema, após a guerra do Paraguai, Mato Grosso viveu um novo tempo, se abrindo para o capital internacional. Chegavam, especialmente da Europa, ao comércio mato-grossense; tecidos, sapatos, luvas, lustres, mobiliários, champanhe, chocolates, chás, remédios, ferramentas, e muitos outros produtos.

Nesse período, foram publicados os seis jornais estudados nessa pesquisa. Nessa época também circularam em Mato Grosso diversos outros jornais. Esses documentos estão arquivados em microfilmes no NDIHR. Entre eles está o primeiro jornal a circular no estado que foi o *“Themis Matogrossense”* (1839), e também estão, o *“Cuiabano Oficial”*, de 1842, o segundo jornal que circulou em Cuiabá, e a *“Gazeta Cuiabana”* – terceiro jornal a surgir em Mato Grosso, que circulou nos anos de 1847 e 1848. Depois vieram, *“Echo Cuiabano”* (1850), *“O Noticiador Cuiabano”* (1857 e 1859), *“A Imprensa de Cuyabá”*, (1859 a 1865), *“O Popular”* (1868), *“A Situação”* (1869 a 1871, 1878 a 1881, 1882 a 1884 e 1887), *“O Liberal”* (1871 a 1873, 1879 a 1881 e 1882), *“O Porvir”* (1877 e 1878), *“O Povo”* (1879, 1880 e 1882), *“Província de Matto Grosso”* (1879, 1880, 1881, 1882, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889), *“Argos”* (1882), *“Club Litterário”* (1882), *“A Locomotiva”* (1882 e 1883), *“Pyrilampo”* (1882), *“Athleta”* (1884), *“Echo de Cuyabá”* (1884), *“O Expectador”* (1884, 1885, 1886, 1888), *“A Liça”* (1885), *“A Tribuna”* (1885, 1886, 1887, 1888, 1889, 1890), *“A Gazeta”* (1889, 1890, 1891), *“O Matto Grosso”* (1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1897, 1898), *“A gazeta Official do Estado de Matto Grosso”* (1893), *“O Clarim”* (1894), *“A Verdade”* (1894 a 1896), *“O Republicano”* (1895 a 1899), *“O Filhote”* (1899). O NDIHR tem arquivados pelo menos 26 títulos de jornais da época.

COMENTÁRIOS SOBRE OS ADJETIVOS QUE FORMAM O GLOSSÁRIO

No século XIX os jornais editados em Cuiabá tinham certas peculiaridades que os diferenciam dos jornais de hoje. Os periódicos pesquisados traziam um número visivelmente grande de adjetivos, o que não ocorre atualmente nos jornais, em se tratando de texto noticioso, que é o tipo de texto ao qual me refiro neste trabalho. Por esse motivo, pelo fato de os adjetivos serem condenados pelo jornalismo contemporâneo, além da subjetividade que tal classe apresenta, optei por selecionar os adjetivos presentes nos jornais e montei um glossário a partir deles.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

Fiz um glossário com quatro colunas. Na primeira coluna registrei os adjetivos, encontrados nos seis jornais, e os dispus no quadro em ordem alfabética, denominando de “entrada”.

Na segunda coluna, que denominei “acepção”, escrevi as definições que encontrei em três dicionários pesquisados, dois contemporâneos, de 2001 e 1999, e um do século XIX (1813). Tais dicionários são: “*Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*”, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, editado no Rio de Janeiro pela editora Nova Fronteira em 1999, “*Dicionário Houaiss da língua portuguesa*”, de Antônio Houaiss, editado no Rio de Janeiro pela editora Objetiva, em 2001, e o “*Diccionario de Lingua Portuguesa*”, de Antonio de Moraes Silva, (Fac-símile da segunda edição, de 1813). Cada dicionário foi identificado com as iniciais: A, H, e M, respectivamente para os dicionários dos autores, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Antônio Houaiss, e Antonio de Moraes Silva.

Na terceira coluna registrei exemplos de frases dos jornais onde estão os adjetivos encontrados (exemplos). Copiei as frases exatamente como estão nos jornais. Aos exemplos acrescentei meus comentários, apenas em alguns adjetivos, naqueles que considerei relevantes.

Na quarta e última coluna registrei o número de vezes que cada adjetivo apareceu em todo o *corpus* do trabalho (os seis jornais), e qual a localização deles. Considerei os jornais em que apareceram, quantas vezes foram escritos, e em que página, coluna, e linha, respectivamente, apareceram.

Estabeleci para a produção do glossário alguns critérios. São eles: quando aparecer mais de uma ocorrência do mesmo adjetivo, a entrada, e o exemplo, são o adjetivo que estiver no masculino singular, se não houver, o exemplo que vai aparecer estará no feminino singular, ou masculino plural, ou ainda no feminino plural, nessa ordem.

Se aparecer mais de uma vez o termo no mesmo jornal, o exemplo citado vai ser o primeiro que aparece na coluna de localização. Se o mesmo adjetivo aparecer várias vezes, nos diferentes jornais, todos os adjetivos serão localizados na última coluna, mas apenas um exemplo aparece na penúltima coluna, de preferência, o exemplo que trouxer o adjetivo no masculino singular, a menos que não haja este caso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo proposto nessa apresentação foi descrever o fazer jornalismo em Cuiabá no século XIX. Sendo assim devo dizer que ao me defrontar com as mais variadas notícias, com os periódicos de então, a linguagem utilizada neles, e comparando os aspectos técnicos da prática jornalística da época com os da contemporaneidade, optei por me colocar na perspectiva teórica da crítica textual, analisar as notícias veiculadas nos jornais de caráter noticioso que circularam nesta capital no período de 1839 a 1899, e a forma como elas são apresentadas, atuando, em especial, na função transcendente da atividade filológica.

De acordo com o que propus ao iniciar o trabalho, levantei aspectos técnicos da prática jornalística como diagramação, uso ou não do lide, das retrancas, a divisão em categorias, a primeira página, a redação, o expediente, a paginação, entre outros aspectos.

Quanto ao glossário de adjetivos, quando comecei a organizá-lo, percebi que havia nos jornais muitas palavras escritas de forma diferente da qual escrevemos hoje. Havia nesses jornais o uso de letras dobradas, acentuação como não usamos atualmente, pontuação diferenciada da de hoje, e em alguns momentos não se pode ter certeza se as manchas que aparecem nos jornais são acentos, ou erros de tipografia. Outra questão que observei é que as máquinas usadas para a impressão dos jornais vinham da Europa, o que pode explicar o fato de as impressões terem todas essas diferenças.

Ao que tudo indica, no século XIX haviam variações ortográficas, encontradas nos jornais pesquisados, atestadas em épocas anteriores, como mostra a história da ortografia da língua portuguesa em Coutinho (1976:71, 72).

Observei também que em alguns casos, os adjetivos não foram registrados no dicionário do Moraes por terem aparecido após a publicação da obra, ou por terem grafia diferente.

Para Coutinho, a ortografia foi modificada a partir do trabalho “Ortografia Nacional”, de Gonçalves Viana, que serviu de base às reformas na área que vieram depois. Para melhor compreensão do que foi a evolução na ortografia, Coutinho divide a história da ortografia em três períodos; o fonético, o pseudo-etimológico e o simplificado.

O período fonético compreende desde os primeiros documentos redigidos em português até o século XVI, quando ele considera que a

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

língua era escrita para o ouvido. O período pseudo-etimológico, que se iniciaria no século XVI e iria até 1904, quando aparece a obra “Ortografia Nacional”, de Gonçalves Viana. De acordo com Coutinho,

O que caracteriza este período é o emprego de consoantes geminadas e insonoras, de grupos consonantais imprópriamente chamados gregos, de letras como o y, k, w, sempre que ocorriam nas palavras originárias. (1976:72)

Já o período simplificado iria de 1904 até a contemporaneidade e seria dividido em dois sistemas, o português e o luso-brasileiro.

Tal retorno histórico permite, se não explicar por completo, entender a razão de os jornais pesquisados, terem os níveis de escrita diferenciados verificados na pesquisa. O glossário deixa assim a mostra, como se escrevia, e também como se falava, como era a comunicação de então. Os termos, as frases, o uso dos adjetivos, de forma a apresentar determinados significados.

Fazendo uma retomada da proposta inicial do trabalho, é preciso lembrar que ao selecionar o *corpus* para a pesquisa, escolhi seis jornais editados em Cuiabá no século XIX, *A Imprensa de Cuyabá* (07/08/1859), *A Situação* (05/09/1869), *O Povo* (21/01/1879), *O Argos* (30/04/1882), *Echo de Cuiabá* (06/03/1884), e *O Clarim* (18/07/1894). Tive acesso ao original de quatro deles, dois não foram localizados e me utilizei de cópias digitalizadas.

Encontrei quatro dos seis jornais selecionados na Casa Barão de Melgaço. Era apenas uma cópia de cada jornal, os outros dois com que trabalho nesta dissertação não foram localizados.

Esse trabalho não esgotou ainda o assunto, há muito que pesquisar e descobrir. Mas a pesquisa para a dissertação trouxe dados valiosos para fazer novas pesquisas. Ela nos permite ainda apoderar da história de Cuiabá, e daqueles que lá moraram, e nos estimula a pesquisar, estudar, e aprofundar no passado, para reconstruí-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO FILHO, Leodegário A. e de. *Base teórica de crítica textual*. Rio de Janeiro: H. P. Comunicação, 2004.
- BAHIA, Juarez. *Jornal história e técnica*. São Paulo: Martins, 1967.
- BASSETO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica: história externa das línguas*. São Paulo: Edusp, 2001.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

DINES, Alberto. *O papel do jornal*. São Paulo: Summus, 1986.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FREITAS, Maria Auxiliadora de. *Cuiabá nos séculos XIX e XX. Biografia de uma cidade através de imagens*. São Paulo: PUC, 2003. Tese de Doutorado.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LAGE, Nilson, *Estrutura da Notícia*. Rio de Janeiro: Ática, 1993 A.

———. *Linguagem Jornalística*. Rio de Janeiro: Ática, 1993 B.

MENDONÇA, Estevão. *Breve memória sobre a imprensa em Mato Grosso*. X - Coleção: Cadernos de História / 1. Cuiabá: UFMT, 1975.

MENDONÇA, Rubens de. *História do jornalismo em Mato Grosso*. Cuiabá, 1963.

MENDONÇA, Rubens de. *História de Mato Grosso*. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1982.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a Província de Mato Grosso: seguida de um roteiro da viagem de sua capital a São Paulo*. São Paulo: Typographia de Henrique Schroeder, 1869.

ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário de Língua Portuguesa*. (Fac-símile da segunda edição de 1813).

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira, DA COSTA, Lourença Alves, CARVALHO, Cátia Maria Coelho. *O processo histórico de Mato Grosso*. Cuiabá: Gráfica UFMT, 1990.

ZARAMELLA, Sonia Maria Duarte. *A comunicação em Mato Grosso – um panorama do jornal, do rádio e da televisão pós-divisão do estado*. São Paulo: ECA, 2000. Dissertação de Mestrado.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

ALGUNS ASPECTOS DA ORALIDADE NA LINGUAGEM DE RAQUEL¹

Jéssica Pinto Augusto (UERJ)

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar algumas das características da oralidade, presentes na linguagem de Raquel, que é a personagem principal e narradora do livro *A Bolsa Amarela*, cunhado por Lygia Bojunga Nunes.

No primeiro capítulo, pretende-se caracterizar a personagem principal do texto em questão, apresentando sucintamente um pouco de sua história, na tentativa de situar o leitor em sua trama.

No segundo capítulo, procura-se tecer um breve comentário sobre algumas das características das narrativas de Lygia Bojunga Nunes, bem como assinalar o papel e a relevância da linguagem de Raquel na construção de *A Bolsa Amarela*.

Já no terceiro e último capítulo, tem-se o propósito de apresentar alguns recortes da oralidade da linguagem de Raquel, a fim de caracterizá-la, evidenciando o rico potencial que ela pode assumir quando bem empregada, por exemplo, em um texto literário.

QUEM É RAQUEL?

Raquel é, simultaneamente, a personagem principal e a narradora da trama do livro *A Bolsa Amarela*, escrito por Lygia Bojunga Nunes.

A referida personagem conta sua história em primeira pessoa, revelando, no decorrer da mesma, uma insatisfação constante com a estrutura de sua família e da própria sociedade da qual faz parte.

Ela é uma menina/criança inteligente, esperta, que tem suas três grandes vontades (ser adulta, ser menino e ser escritora) reprimidas pela sua família. Este fato a coloca em um grande drama, pode-se dizer, exis-

¹ Uma versão deste texto foi apresentada ao Prof. José Pereira da Silva como monografia de avaliação da disciplina "História da Língua Portuguesa", do curso de Especialização em Língua Portuguesa, da Faculdade de Formação de Professores.

tencial, em busca da formação de sua identidade, já que a mesma, no decorrer de toda a narrativa, tenta superar esse impasse instaurado.

Ao longo do texto, expõe seus conflitos e suas angústias, apresentando a trama de relações sociais/familiares na qual se encontra inserida. Cria, para tentar solucioná-los, personagens imaginários/fantásticos que, através de aventuras vividas em torno de sua bolsa amarela, a ajudarão em seu amadurecimento e formação de identidade.

À medida que consegue resolver seus conflitos, vai se desvencilhando de duas de suas grandes vontades (ser menino e ser adulta), ficando apenas com a vontade de ser escritora, algo que revela o caráter de emancipação e de liberdade de expressão que a arte é capaz de proporcionar ao ser humano.

A LINGUAGEM DE RAQUEL

À guisa de ilustração, sente-se necessidade de, antes de caracterizar a linguagem de Raquel, tecer comentários relevantes sobre aspectos narrativos das obras de Lygia Bojunga Nunes.

Nunes, em suas narrativas destinadas ao público infantil, consegue apresentar características que têm a capacidade de atrair o pequeno leitor. São exemplos delas, dentre outras, o questionamento de valores estabelecidos, bichos como personagens da trama (personificação de animais) e luta da personagem principal (uma criança) pela construção de sua identidade e liberdade de expressão, na tentativa de encontrar o seu papel na sociedade.

A respeito dos aspectos que caracterizam a ficção da referida autora, destinada às crianças, destacam-se as seguintes palavras de Lígia Cadermatori:

O mundo ficcional de Lygia se arma a partir da infância, mas atinge temas adultos como as relações de poder e a repressão à liberdade de expressão no contexto social. Propiciando ao pequeno leitor a identificação com situações que afetam as personagens infantis e que, por encontrarem eco nas vivências da criança que lê, permitem adesão ao mundo ficcional [...]. (Cadernatori, 2006: 64)

Lygia B. Nunes, além de conseguir mostrar para o leitor a criança por dentro, desvelando seu mundo interior, apresenta um outro aspecto que é de suma importância na tentativa de envolvê-lo no seu universo

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

ficcional: a linguagem veiculada nas suas histórias, o que as torna ainda mais atraentes.

Um dos traços marcantes em suas obras destinadas à infância é a presença da linguagem coloquial, com características da oralidade. Esta instaura na narrativa um clima de familiaridade e de aproximação com o leitor, na medida em que ambos (narrativa e leitor) podem compartilhar, de certa forma, da mesma linguagem, estabelecendo, assim, uma relação de intimidade entre eles.

Vale ressaltar que essa linguagem coloquial não descaracteriza o aspecto literário de suas obras, mas, sim, funciona como um elemento de sedução e conquista do leitor, fazendo-o se identificar com as mesmas.

Lucia Helena Lopes de Matos faz a seguinte declaração acerca da coloquialidade em Nunes:

Uma das escritoras brasileiras que melhor constrói esse clima de identidade sem apelar para a banalidade ou facilitação de um texto essencialmente digerível é Lygia Bojunga Nunes que se apropria da língua de maneira bastante coloquial para criar novos efeitos no processo narrativo. (Matos, 2006: 1)

Feitas as considerações acima, pode-se concluir que *A Bolsa Amarela* se enquadra nas características descritas anteriormente e que a linguagem de Raquel, enquanto personagem de Nunes, perpassa o campo da oralidade, assumindo um tom essencialmente coloquial. Essa oralidade/coloquialidade se apresenta tanto nas falas da menina, quanto nos textos que ela escreve e transcreve para o leitor, e nos diálogos que estabelece no seio familiar e/ou com os demais personagens fantásticos.

Deve-se relembrar que, no desenrolar da trama, Raquel, além de narrar e dialogar, também se apresenta como escritora, transcrevendo seus textos. Embora a fala e a escrita² possuam suas peculiaridades, um elemento comum as une no contexto narrativo em questão: o caráter primordialmente coloquial/oral. Algo perfeitamente justificável, sendo a

² Vale ressaltar que, embora se registrem diálogos na presente narrativa, a mesma se encontra na modalidade escrita da língua, na qual se verifica um registro coloquial, o que implica afirmar que tais diálogos também, de certa forma, submetem-se aos padrões de um texto escrito. Não se deve restringir a língua coloquial somente à fala. A modalidade escrita pode ter variações de registro, tal como ocorre com a falada. Para maiores esclarecimentos sobre o assunto, recomenda-se a leitura de *Gramática e interação*, de Luiz Carlos Travaglia, e *Da fala para a escrita*, de Luiz Antônio Marcuschi, nas quais se encontrarão pontos de apoio para reflexões em torno do tema.

personagem em pauta uma criança cuja preocupação principal não é o cuidado com a língua formal, mas sim com a resolução de seus conflitos.

Para ilustrar esse tom coloquial instaurado através da linguagem de Raquel, destacam-se, por exemplo, os seguintes trechos nos quais aparecem expressões idiomáticas de uso informal: “Fui dormir com a maior fossa de ser criança podendo ser gente grande” (p. 14); “Eu não tô acreditando que essa transa toda é só para bater um papo” (p. 17); “Ninguém me deu bola” (p. 25); “Quero saber tintim por tintim da tua vida” (p. 54).

ALGUNS RECORTES DA ORALIDADE NA LINGUAGEM DE RAQUEL

Muitos são os aspectos da oralidade na linguagem de Raquel que evidenciam o seu tom coloquial. Dentre eles, optou-se por destacar os que se seguem: 1) o pronome pessoal *ele* (e suas flexões) na função de objeto direto ou de sujeito do infinitivo; a aférese no verbo *estar* (flexionado); 3) a síncope na preposição *para*; 4) o uso de *a gente* como pronome pessoal; 5) a presença de *ai* como um elemento conector de idéias, marcador de seqüências proposicionais; 6) emprego de pronome átono em início de sentença; 7) palavras que revelam iconicidade gestual; 8) predominância da ordem direta da frase.

No que diz respeito ao uso do pronome pessoal *ele* (flexionado ou não) na função de objeto direto ou de sujeito do infinitivo, podem-se destacar os seguintes trechos:

O pessoal aqui em casa até que se vira [...] só vejo *eles* de noite. (p. 13)

E pegavam *ele* lá fora? (p. 38)

E então enfiei *ela* no bolso magro e comprido. (p. 52)

Tive que fazer uma força danada pra pendurar *ela* no ombro. (p. 52)

Manda *ele* aqui. (p. 58)

Tinha baixado a bainha da calça, passei *ela* a ferro [...]. (p. 62)

Então prenderam *ele* na bolsa. (p. 87)

Fui ficando sem jeito de não deixar *ele* morar na bolsa amarela. (p. 38)

Não tô falando com você, Afonso. Deixa *ela* responder. (p. 50)

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

Maria Helena de Moura Neves (2000: 456-7) afirma que o pronome pessoal³ (*ele* e suas flexões), em sua forma tônica, pode funcionar tanto como sujeito quanto como complemento (objeto direto e indireto). Admite que enunciados cujo pronome citado assume o papel de complemento, ocorrem, especialmente na linguagem falada, mas também aparecem na escrita.

Os oito primeiros exemplos citados evidenciam a presença desse *ele* (flexionado ou não) funcionando como objeto direto. Algo que Celso Cunha e Lindley Cintra (2001, p. 277-88), embora atribuam à forma reta do pronome pessoal a função de sujeito de uma oração, também reconhecem e vinculam à “fala vulgar e familiar do Brasil”, não deixando de mencionar que tal uso possui raízes antigas no idioma.

Os dois últimos exemplos têm, respectivamente, *ele* e *ela* funcionando como sujeitos dos infinitivos *morar* e *responder*, formando orações infinitivas, as quais se constituem em objeto direto dos verbos com os quais se relacionam.

Sobre a particularidade acima, Neves (*op. cit.*, p. 453) diz que “é comum, na conversação, o emprego de **pronomes tônicos** como **sujeito do infinitivo**”. Menciona até que construções desse tipo já aparecem em textos literários, o que se comprova nos últimos exemplos comentados.

Com relação à aférese no verbo *estar* (flexionado) e à síncope na preposição *para*, deve-se salientar que ambos se constituem em fenômenos de modificações fonéticas (metaplasmos), decorrentes, respectivamente, da supressão de fonemas em início de palavra (*está > tá*) e da subtração de fonemas no interior dela (*para > pra*). Tais fenômenos são recorrentes em toda a narrativa em que Raquel é a protagonista, sendo o grupo 1 abaixo, representativo da aférese e o grupo 2, da síncope.

³ O que determina o caso (reto ou oblíquo) de um pronome é a sua função sintática. O pronome *ele* e suas flexões (*eles, ela, elas*) podem ser tanto do caso reto quanto do caso oblíquo. E neste último caso é que funciona como complemento. Exemplos: Peguei *ele* ontem; Entreguei o livro a *ele*.

GRUPO 1⁴

Ontem mesmo eu tava jantando [...]. (p. 11)
[...] meu irmão tá tirando faculdade, minha irmã mais velha também trabalha [...]. (p.13)
[...] tavam rindo de mim também, e das coisas que eu pensava. (p. 20)
Ei! Aqui dentro tem um sujeito que tá te desafiando pra uma briga. (p. 58)
Tão aqui. Agora é só pendurar o rabo e amarrar a linha. (p. 113)

GRUPO 2

Já fiz de tudo pra me livrar delas. (p. 11)
Voou pra janela, aterrissou na beirada, e ficou respirando fundo. (p. 33)
Diz pra ele fugir. (p. 57)
Vou sair pelo mundo pra não deixarem costurar o pensamento de ninguém. (p. 94)
Escrevi pra turma da Casa dos Consertos. (p. 109)

No que se refere ao uso de *a gente* como um pronome pessoal, Neves (*op. cit.*, p. 469) afirma que pode ser empregado como tal para fazer referência à primeira pessoa do plural (nós), e para referência genérica, incluindo todas as pessoas do discurso. Fatos verificáveis em:

Deixa com a gente: se ele não se comportar direito a gente avisa. (p. 36)
A professora mandou a gente fazer uma redação. (p. 47)
A gente foi andando. (p. 52)
Quanto mais a gente explicava que estava querendo salvar a vida dele, mais danado ele ficava [...]. (p. 61)
[...] ou você ganha essa briga ou a gente deixa o Crista de Ferro abotoar teu paletó. (p. 87)
Às vezes a gente quer muito uma coisa e então acha que vai querer a vida toda. (p. 49)
Claro que tinha que curtir! quando a gente é grande pode tudo, resolve tudo. (p. 50)

Nos dois últimos trechos destacados há a utilização de *a gente* como uma referência genérica. Embora deixe indicada a presença da

⁴ Têm-se, nesse grupo, as seguintes reduções: *tava* e *tavam*, respectivamente, *estava* e *estavam* (pretérito imperfeito do indicativo); *tá* que refere-se a *está* (presente do indicativo) e *Tão*, como redução de *Estão* (também presente do indicativo).

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

primeira pessoa, não há como determinar quais sejam essas pessoas. Tal tipo de construção tem, segundo Neves (*op. cit.*, p. 470) “as mesmas características quanto à **indeterminação** do sujeito”. Já nos demais trechos, *a gente* reporta-se a um *nós* identificável no texto, que são as próprias personagens.

Observa-se nos trechos a seguir que *aí* funciona não como um advérbio de lugar, mas sim como um elemento conector de idéias.

Aí eu inventei que o Roberto [...] tinha falado mal dela. (p. 14)

Aí foi aquela confusão. (p. 25)

Aí prenderam você de novo? (p. 36)

Aí eles levaram ela pro hospital. (p. 104)

Nesses fragmentos compreende-se que *aí* não tem a propriedade de indicar uma circunstância de lugar, tal como um advérbio de lugar. Serve, então, ao propósito de dar continuidade à seqüência narrativa, correlacionando, interligando as idéias vinculadas nas posições.

Para Leonor Werneck dos Santos(2003, *passim*), *aí*, dentre outros, tem a propriedade de um articulador textual, com função discursiva, articulando enunciados. Reconhece que tal articulador aparece em textos mais informais e em narrativas orais de crianças, cujo papel seria o de indicar seqüência de eventos sucessivos. Algo que se verifica nas falas de Raquel.

A próclise de pronome átono em início de sentença aparece em Cunha e Cintra (*op. cit.*, p. 316-7) em uma seção destinada à colocação de pronomes átonos no Brasil, na qual os autores consideram como característica, principalmente no “colóquio normal”, tanto no português do Brasil como no das Repúblicas Africanas: “a possibilidade de se iniciarem frases com tais pronomes, especialmente com a forma *me*”. E como ilustração disso, destacam-se as seguintes partes da narrativa:

Me levaram de volta. Pra tomar conta daquelas galinhas todas outra vez. (p. 35)

Me conta uma coisa: quais são as suas idéias, hem? (p. 37)

Me guarda? (p. 43)

Me desentorta? (p. 72)

Me despedi correndo de todo mundo [...]. (p. 101)

Me explica! (p. 102)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Matos (*op. cit.*, p. 2), ao dissertar sobre a obra *Livro: um encontro com Lygia Bojunga*, da própria Lygia, chama a atenção para o fato de seu discurso literário ser todo construído sobre a oralidade, pontuando que ela não empobrece o texto, mas, ao contrário, é empregada como uma estratégia de sedução e aproximação com o leitor. Dentre as marcas da oralidade citadas por Matos, destacam-se duas, que são igualmente empregadas na linguagem de Raquel, a saber: palavras marcadas por iconicidade gestual e comparações de caráter simples, afetivo, espontâneo.

Encontram-se exemplos de palavras que evidenciam iconicidade gestual nos seguintes trechos:

[...] tem homem *assim* querendo me sustentar; posso escolher à vontade. (p. 14)

Era um galo fortíssimo. Com cada unhona *assim* [...]. (p. 56)

E todo o mundo arregalou cada olho *assim*. (p. 68)

Comparações de caráter afetivo, espontâneo, nas quais se verifica uma proximidade muito grande da oralidade na escrita são perceptíveis em:

Não digo vontade magra, pequeninha, *que nem* tomar sorvete a toda hora, dar sumiço na aula de matemática, comprar sapato novo que eu não agüento mais o meu [...]. (p. 11)

Lá bem no fundo vi uns restos de vontade, *assim que nem* resto de balão quando estoura [...]. (p. 70)

Em última análise, vale salientar que Braga (2006, p.2) destaca a ordem direta da frase como uma peculiaridade sintática da língua falada no Brasil. Essa peculiaridade se revela em um recurso constante no texto literário em pauta, pelo viés da linguagem de Raquel. Para ilustrar tal fenômeno, tem-se, por exemplo:

O pessoal aqui em casa até que se vira [...]. (p. 13)

Quero ser pequena a vida toda. (p. 49)

Espetei tuas vontades com toda a força [...]. (p. 72)

Ele só é velho por fora. O pensamento dele tá sempre novo. (p. 99)

A bolsa amarela tava vazia à beca. Tão leve. E eu também, gozado, eu também estava me sentindo um bocado leve. (p. 115)

Existem outros aspectos da oralidade que podem ser analisados em *A Bolsa Amarela* que não foram abordados aqui, cabendo ao leitor interessado, debruçar-se sobre eles.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

CONCLUSÃO

Pode-se concluir com este trabalho que a personagem Raquel, através de suas aventuras fantásticas em *A Bolsa Amarela*, revela um caráter essencialmente coloquial/oral em sua linguagem.

A oralidade presente na obra acima mencionada constitui-se em um recurso muito produtivo, utilizado pela sua autora. Produtivo, primeiramente, porque estabelece um vínculo de aproximação com o público-alvo (a criança), o qual pode identificar-se de imediato, sem necessariamente a presença de um segundo leitor (adulto), com a linguagem da narrativa. E em segundo lugar, serve ao propósito de caracterizar com maestria a personagem principal da história, que também é uma criança. Essa oralidade enriquece o texto literário, evidenciando seu caráter libertador e criativo.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Osmar. *Grande dicionário de sinônimos e antônimos*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 2002.

BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. 20ª ed. Trad. de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

BRAGA, Evandro Eduardo Franklin. Peculiaridades sintáticas da língua portuguesa falada no Brasil deste século. In: *Almanaque Cifefil 2006*. Rio de Janeiro: Cifefil, 2006. [CD-ROM].

CADEMARTORI, Lígia. *O que é literatura infantil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetização & Lingüística*. São Paulo: Scipione, 2003.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 34ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ILARI, Rodolfo. *A lingüística e o ensino da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LAILOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. São Paulo: Ática, 2004.

———. Leitura-literatura: mais do que uma rima, menos que uma solução. **In:** ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel T. da (orgs). *Leitura: Perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Ática, 2004, p. 87-99.

MATOS, Lúcia Helena Lopes de. A coloquialidade como estratégia de sedução no texto literário. **In:** *Almanaque Cifefil 2006*. Rio de Janeiro: Cifefil, 2006. [CD-ROM].

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de recontextualização*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

NUNES, Lygia Bojunga. *A bolsa amarela*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

SANDRONI, Laura Constância A. de Athayde. *De Lobato a Bojunga: as renaixências renovadas*. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

SANTOS, Leonor Werneck dos. *Articulação textual na literatura infantil e juvenil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Trad. De Antônio Chelini, José Paulo Paes e Isidiro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1999.

ZILBERMAN, Regina. *Como e por que estudar a literatura infantil brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

———. *A literatura infantil na escola*. 11ª ed. ver., atual. e ampl. São Paulo: Global, 2003.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

ARCAÍSMOS MORFOLÓGICOS NA TOPONÍMIA DE PORTUGAL*

Patricia de J. Carvalhinhos (USP)

APRESENTAÇÃO

O presente artigo reporta-se a um tema abordado por nós em outras oportunidades, pois já nos anos 90, antecipando as comemorações dos quinhentos anos do descobrimento do Brasil, orientamos nossa dissertação de mestrado *A toponímia portuguesa. Um recorte lingüístico do Douro ao Tejo*⁵ (projeto iniciado em 1995) à toponímia portuguesa⁶.

Averiguou-se, entre muitos outros dados, que muitas expressões de língua arcaica se cristalizaram sob a forma de topônimos, evidenciando, assim, no léxico toponímico, resquícios de uma oralidade antiga (com formação média entre séculos VIII e XI). Percebemos, pois, vários fenômenos lingüísticos relevantes no levantamento, principalmente quando do estudo morfológico.

Esta comunicação busca analisar alguns desses fenômenos lingüísticos decorrentes do estudo toponímico e dialetológico da área em questão⁷. São fenômenos que ocorrem comumente na toponímia, sobretudo quando o nome do lugar já se estabeleceu há algum tempo e a lexia que o originou acabou por sair do sistema lexical (em desuso pelos falan-

* Este artigo é fruto de uma reformulação de comunicação apresentada no *Congresso Internacional 500 anos de Língua Portuguesa no Brasil* (Évora, Portugal) em maio de 2000.

⁵ Referimo-nos à nossa dissertação de Mestrado, anteriormente mencionada, defendida em 08 de outubro de 1998 pelo Departamento de Lingüística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP. Nossa dissertação de mestrado (que teve como objeto a toponímia do distrito de Aveiro, Portugal) configura-se parte de um objetivo maior, excedendo o âmbito de um mestrado: verificar quais topônimos portugueses – e, conseqüentemente, qual a ideologia e cosmovisão neles cristalizadas – o colonizador não trouxe ao Brasil.

⁶ A toponímia portuguesa tem sido uma constante em nossa vida acadêmica, e a maior parte de nossa produção bibliográfica contempla este tema. Tanto é que nossa Tese de Doutorado (intitulada *Hierotoponímia portuguesa. De Leite de Vasconcelos aos atuais estudos onomásticos. Estudo de caso: as Nossas Senhoras*, de 2005 – USP), e nosso atual projeto de pesquisa, referem-se à toponímia portuguesa em Portugal.

⁷ Muito embora possamos, obviamente, mencionar e exemplificar com dados de outras regiões de Portugal, sobre tudo por citações de Leite de Vasconcelos.

tes), ocasionando a não decodificação do significado. Tanto este fenômeno (denominado esvaziamento semântico) quanto outro dele decorrente, a ressemantização, são freqüentes: o significado original fica cristalizado, ou então ganha novo sentido – não esquecendo que, muitas vezes, a ressemantização surge como fenômeno para o falante português do Brasil (PB), quando da decodificação do topônimo – ressemantização que conduz, quase sempre, a um sentido divergente do real⁸.

Alguns dos topônimos, aqui apresentados, podem ter seu significado recuperado. O estudo morfológico dos nomes de lugar possibilita o restabelecimento do significado, pois os morfemas são elementos que permanecem intactos nos sufixos, trazendo ao pesquisador marcas morfológicas arcaicas, como plurais, diminutivos e genitivos, entre outras; com base nisto, é possível verificar até o tempo médio de surgimento do topônimo.

Para falar, pois, sobre estes arcaísmos morfológicos na toponímia portuguesa, e de alguns fenômenos geralmente atrelados aos topônimos com elementos arcaizantes, estruturamos este artigo da seguinte maneira: primeiramente, definimos o conceito de *arcaísmos* e *arcaísmos morfológicos*, para depois delinear, de modo sucinto, as principais características da toponímia do distrito de Aveiro, percebidas pelos estudos realizados até o momento; em seguida, relacionamos os fenômenos lingüísticos mais comuns presentes em um *corpus* como o levantado em Portugal (formado e estabelecido, em grande parte, há alguns séculos), exemplificando-os.

ARCAÍSMOS E ARCAÍSMOS MORFOLÓGICOS.

Arcaísmos, de um modo geral, são expressões, palavras ou usos de sintaxe que já não são mais de uso corrente entre os falantes. É, contudo, um conceito considerado relativo para vários lingüistas, e mesmo sua classificação não encontra consenso geral.

⁸ Segundo Biderman (2006), "(...) ao servir-se de seu patrimônio lexical, muitas vezes o português procede a uma ressemantização de unidades já comuns na língua. A reutilização do vocabulário já existente na língua, atribuindo-lhe novos sentidos, é um recurso usado freqüentemente nas terminologias." No caso dos topônimos estudados, a ressemantização ocorre por homonímia, o que induz o falante a um "erro" na apreensão do significado do nome de lugar. É estritamente neste sentido que utilizamos o termo *ressemantização*.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

Para Dubois *et al.* (1998:65), o arcaísmo “é uma forma léxica ou construção sintática pertencente, numa dada sincronia, a um sistema desaparecido ou em vias de desaparecimento”. Já para Mattoso Câmara Jr. (1996) arcaísmos são “vocábulos, formas ou construções frasais que saíram de uso da língua corrente e nela eram vigentes”. Compartilham desta opinião Cunha e Cardoso (1976: 210), para quem os arcaísmos são “palavras, expressões, formas e tipos de construção sintática que não são mais correntes em determinada fase da língua”, e assim também Coutinho (1976), que diz serem os arcaísmos palavras, formas ou expressões antigas não mais usadas.

A relatividade do conceito advém, para Cunha e Cardoso (*idem, ibidem*) do fato de, “(...) a rigor, não se pode[r] falar em arcaísmos a não ser em relação com o uso normal consagrado em certo momento da história da língua”.

As causas dos arcaísmos, apontadas por vários autores, relacionam-se a fatores internos e externos. Uma delas (Ribeiro *apud* Coelho, 1999:245) coincide, de certo modo, com o conceito de *fóssil lingüístico* proposto, pela primeira vez, pelo geógrafo Jean Brunhes (1925), para quem o nome de lugar representa o papel de um documento ou um *fóssil*, na medida em que registra elementos desaparecidos.

Ainda quanto à definição de Ribeiro (*apud* Coelho), uma das causas de arcaísmos é “o desaparecimento de coisas, fatos, civilizações e instituições”, o que nos parece coincidente com a definição de topônimo como *fóssil lingüístico*. Mas esta não é a única causa apontada, e vários autores mencionados por Coelho (*idem, ibidem*) apresentam classificações similares para os arcaísmos: o já citado João Ribeiro classifica os arcaísmos em ortográficos, morfológicos ou de flexão, sintáticos ou de construção e semânticos; já Coutinho (1972) classifica-os somente como léxicos (ou de palavras) e sintáticos (ou de expressão). Para Cunha e Cardoso (1978), os arcaísmos classificam-se em léxicos, semânticos, sintáticos e morfológicos.

Arcaísmos morfológicos, segundo estes autores, apresentam-se em vocábulos sujeitos a processos morfológicos não mais vigentes na língua. Apesar de o conceito de arcaísmo (e, por extensão, também o de arcaísmo morfológico) apresentar-se como relativo, acreditamos ser adequado à expressão do fenômeno que ocorre na toponímia portuguesa, na qual frequentemente há a cristalização de sufixos, em sua maioria morfemas lexicais, em desuso atualmente; como veremos adiante, esses sufi-

xos arcaicos podem tornar o significado do topônimo parcial ou totalmente opaco.

A TOPONÍMIA DE AVEIRO. CARACTERÍSTICAS GERAIS.

Nossos estudos se calcaram na proposição de Dick (1990) para a análise motivacional, ou seja, partindo da concepção de SAPIR (1969) (que, *grosso modo*, determinou ser o léxico de um povo influenciado pelo ambiente circundante), Dick propôs a análise dos topônimos segundo a sua substância semântica, classificados pela dicotomia *físico* e *antropocultural*.

Segundo o que pudemos apurar, em termos de motivação, a distribuição das taxionomias toponímicas⁹ de natureza física no distrito de Aveiro aponta para a predominância de topônimos de índole vegetal (fitotopônimos), e também relativos à topografia em geral (geomorfotopônimos), na qual estão inseridos os topônimos referentes aos monumentos pré-históricos.

Tais categorias remetem a uma alta descritividade ambiental, podendo-se traçar um panorama nítido dos aspectos vegetais, orográficos, hídricos, animais, enfim, naturais do momento da denominação¹⁰. Quanto à natureza humana predominam, semanticamente, antropotopônimos¹¹ e

⁹ O modelo taxionômico utilizado é o proposto por Dick (1990) e baseia-se na dicotomia evidenciada por Sapir, como já referido. Os topônimos são categorizados, pois, por sua natureza semântica relativamente ao meio físico ou cultural, constituindo ao todo vinte e sete taxes.

¹⁰ No tocante à parte física, observamos a antiguidade do léxico toponímico a partir de dados simples, como a ausência de lexias em detrimento de outras: a lexia *pinheiro* é quase ausente na fitotoponímia de Aveiro, o que parece ser explicado por não ser uma das espécies própria ao reflorestamento, portanto, muito recente para que a ação humana incorpore estes dados à toponímia local. Citamos Oliveira (*apud* Graça, 1985: 165) para comprovar esta modernidade, quando o autor menciona o plantio de pinheiros sobre as dunas da região de Ovar: "*Essa acção dos ventos era particularmente violenta outrora, antes que a plantação de extensíssimas matas de pinheiro marítimo e de vegetação rasteira adequada – que, em alguns pontos, é muito recente – tenha em grande medida operado a fixação das areias.*" Também os hidrotopônimos apontaram para muitos topônimos cristalizados, como em serra da *Raiva* e no aglomerado humano denominado *Ul*, topônimo pré-romano.

¹¹ Topônimos relativos a nomes próprios de pessoas, utilizados neste *corpus*, principalmente, para designar posse da terra.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

sociotopônimos¹², muitos deles com o significado já opaco. A grande maioria dos antropotopônimos, que se referem a nomes de povoados ou vilas (p. ex., *Gonde*, *Esmoriz*, *Goim*, *Saravigões*, *Recardães*, *Janardo*, *Gongeva*), é de origem germânica e, atualmente, está opaca.

Por meio da reconstituição do significado (eliminando a opacidade), e decorrente identificação da proveniência lingüística dos topônimos, situamos a maior concentração visigótica nos atuais concelhos de Espinho e Santa Maria da Feira; assim, também percebemos a quase ausência de toponímia de origem árabe no distrito. A religiosidade portuguesa encontra-se presente no léxico toponímico, impressa em topônimos referentes a oragos, símbolos e elementos religiosos¹³. Passamos, agora, a analisar detidamente os fenômenos mais freqüentes na toponímia de Aveiro, destacando, obviamente, o papel do arcaísmo morfológico no resgate do significado.

TOPONÍMIA, ESVAZIAMENTO SEMÂNTICO E RESSEMANTIZAÇÃO: ARCAÍSMOS

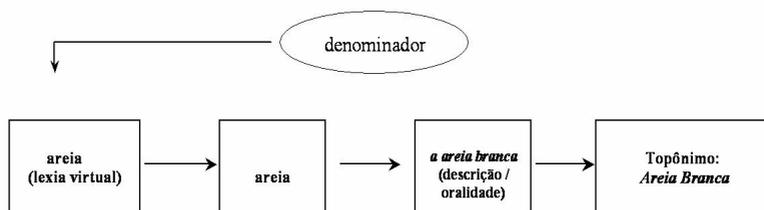
A história da língua portuguesa e das línguas, de uma maneira geral, registra vários fenômenos resultantes da passagem do tempo, quando as estudamos na diacronia. Um deles, a ressemantização, faz com que uma palavra assuma um segundo significado, para um mesmo significante. Outro fenômeno igualmente freqüente é o esvaziamento semântico, isto é, a perda do sentido – o que, em muitos casos, conduz à ressemantização.

¹² Sociotopônimos são aqueles relacionados a instituições sociais e profissões. Os fatos sociais antigos ficaram registrados, principalmente, em topônimos relativos a divisões medievais de território, como *Agro*, *Reguengo* e *Barbitos*, ou instituições cujo cunho social desapareceu, ou mesmo à própria instituição, como *gafanha*. Neste caso, a cristalização de significado gerou o emprego do termo genérico *gafanha* como termo específico, passando, assim, a incorporar o topônimo propriamente dito. Antigas formas de moradia também remetem a tempos passados, assim como as organizações populacionais ou povoados: são as *palhaças* e os *castros*, como moradia, ou os *casais* e *póvoas*, como povoados. No geral, os elementos remetem à vida agrícola, em várias taxionomias: é o caso dos aglomerados humanos denominados *Arada*, *Arrota*, *Grada*, *Azenha*, *Domelas*, *Fornos*, *Moinhos*, entre muitos outros. Sobre os sociotopônimos de Aveiro, cf. Carvalhinhos (2003: 172-179).

¹³ A religiosidade evidenciada na hierotoponímia – não a que refletia apenas os topônimos do período cristão, mas a religiosidade de uma maneira geral – mostrou-se tão rica e diversificada que foi o tema de nossa Tese de Doutorado (Carvalhinhos, 2005).

Como parte da Onomástica, pode-se dizer que a Toponímia pertence a um determinado universo de discurso, estando sujeita a suas leis, pois o nome de lugar é um signo de língua comum em função toponímica. Contudo, a partir do momento que este topônimo se fixa (ou se oficializa), cristaliza-se, guardando em seu interior os semas e os morfemas que caracterizam a língua no ato da denominação.

Para facilitar a compreensão, elaboramos um esquema no qual se demonstra o que ocorre com o signo quando está em função toponímica, abordando a seguir os conceitos esvaziamento semântico e ressemantização:



Aqui temos, esquematicamente, a representação de um signo em função toponímica, assim como o processo de transformação de uma lexia normal, em lexema e topônimo. No esquema fica claro que a gênese do topônimo (presente no terceiro quadro, no qual se lê “descrição/oralidade”) está num momento de oralidade se e quando o topônimo nasce espontaneamente¹⁴ no seio de um grupo humano, para identificar e particularizar um determinado elemento geográfico.

A partir do momento que o topônimo se estabelece, não muda mais como signo lingüístico, e por isto é considerado um fóssil lingüístico: não havendo mais mudanças estruturais (por exemplo, morfológicas), o signo permanece intacto. Enquanto o significado do signo ao qual corresponde o topônimo for de domínio do grupo, há a correta decodificação (como no exemplo do esquema, Areia Branca). Mas, quando o topônimo se refere a algo que não mais existe como objeto do mundo (fato social,

¹⁴ Há topônimos que não nascem de forma espontânea, sobretudo nas grandes cidades. São aqueles que geralmente não apresentam relações com o elemento denominado (no geral, elementos da paisagem urbana como ruas, avenidas, elevados), muitas vezes procedendo de um banco de nomes.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

ambiental ou mesmo da cultura espiritual), o grupo não decodifica o significado, sendo o topônimo, então, vazio de sentido.

Seus semas permanecem intactos, mas, de fato, para o usuário, apenas se mantém o significante. Evidentemente, muitas vezes, o que se fossiliza ou cristaliza como topônimo não é a palavra original, mas há a cristalização da fala ou mesmo da evolução que a palavra sofreu. Como exemplo, citamos o topônimo português *Grijó*¹⁵ (do latim *ecclesiola*, segundo Leite de Vasconcelos (1931:321), opaco, esvaziado de sentido. Em sua forma atual, o topônimo não pode ter seu significado atualizado; está, portanto, vazio e, sem a reconstrução etimológica, o que nos resta é apenas o significante.

Um estudo semântico que permita a reconstrução da língua (no intracódigo) e, mais ainda, da própria paisagem e atividades humanas de determinado período (extracódigo), é o resultado de um trabalho direto com a toponímia local. Como meio, esta permite a constituição de um *corpus* bem estabelecido (tanto no plano cronológico como topológico); como fim, leva à reconstrução de determinados aspectos de uma sociedade.

Assim, a toponímia portuguesa oferece um amplo campo para estudos semânticos e dialetológicos, uma vez que estão implicados todos os elementos etnolinguísticos presentes no nome de lugar. Levando em consideração estes fenômenos, freqüentes em topônimos que apresentam arcaísmos morfológicos, passamos agora à análise propriamente dita de alguns topônimos portugueses.

Presença de elementos arcaizantes: análise toponímica

Analisando um recorte da região portuguesa de Aveiro, deparamo-nos principalmente com o fenômeno do esvaziamento e, enquanto falantes de uma variante (PB), com ressemantizações, de acordo com nossa realidade linguística brasileira. Para ilustrar casos nos quais houve esvaziamento semântico e aparente ressemantização, mencionaremos apenas um topônimo¹⁶, *Moldes*. Do mesmo modo, apresentamos aqui alguns to-

¹⁵ Grijó apresenta um sufixo diminutivo medieval, que trataremos em 3.2.

¹⁶ Apesar de nos referirmos aqui a apenas um caso de esvaziamento semântico e ressemantização, por conta do real objeto desta comunicação – os arcaísmos morfológicos –; contudo, já tratamos do assunto em outra oportunidade, em dois artigos: Carvalhinhos (2003 b e 2004).

pônimos que realmente caracterizam casos de arcaísmos morfológicos, por causa de elementos sufixais em desuso.

Esvaziamento semântico

Moldes remete, pelo menos, ao período compreendido entre os séculos IX e X. Apresentando duas ocorrências no distrito de Aveiro, *Moldes* (duas ocorrências), assim como o topônimo *Mourisca do Vouga*, são das poucas referências que restaram da passagem dos árabes pelo distrito.

Quando à significação, *Moldes* poderia ser interpretado segundo o significado atual da lexia, aliás, é o que costuma ocorrer no momento primeiro da decodificação do signo toponímico. Trata-se, no entanto, de um caso de lexia homógrafa, isto é, duas formas distintas originaram uma mesma forma grafada.

Linguisticamente, o significado real esvazia-se, ficando parcialmente oculto (e substituído) pelo significado “homônimo”, uma vez que o significante é o mesmo. Segundo Greimas & Courtés (1983), um vocábulo pode ser considerado polissêmico e homônimo indistintamente¹⁷, o que determinará a diferença é o *contexto*. A toponímia se vale do contexto extralingüístico para poder determinar as causas das motivações que não ficam guardadas no núcleo sêmico esvaziado, podendo, assim, completar e resgatar o sentido primitivo da denominação.

Moldes provém de *muwállad*, vocábulo árabe, utilizado para designar uma classe social da época, juntamente aos moçárabes (cristãos que viviam sob o jugo dos muçulmanos) e os mudéjares (termo espanhol que define os árabes que viviam sob o poder cristão):

Como lucidamente frisou Joaquim da Silveira, o vocábulo árabe *muwállad* teve curso no Andaluz para designar ‘o renegado, o cristão que se converteu ao islamismo, ou seus descendentes’ e aparece na documentação cristã

¹⁷ “A lexicografia opõe tradicionalmente a polissemia à homonímia, considerando homônimos os morfemas ou as palavras distintas quanto ao significado e idênticas quanto ao significante. De acordo com a substância do significante, são denominados homófonos (*cela* e *sela*) ou homógrafos (*banco* de sentar / *banco* estabelecimento bancário). Na prática, esta distinção entre um lexema polissêmico e dois ou mais lexemas homônimos é difícil de ser mantida, provindo sua justificação, em geral, do uso. Do ponto de vista teórico, pode-se, contudo, considerar que dois ou mais lexemas são distintos, mas homônimos, quando seus sememas não (ou não mais) possuem figura nuclear comum.” Greimas & Courtés, 1983.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

medieva sob a forma móllde ou móllite (...); com origem no árabe muwállad, persistem vivos estes topônimos *Moldes*.”

Serra (1983: 231) afirma que há aproximadamente vinte ocorrências no noroeste peninsular, porque os *muwállads* capturados em guerra eram feitos servos, deixando sua marca na região. Neste caso, portanto, esta forma arcaica preservada em um topônimo ajuda a resgatar um aspecto social da sociedade portuguesa na idade média.

Os arcaísmos morfológicos

No âmbito deste trabalho, não caberia demonstrar e analisar todos os tipos de arcaísmos morfológicos que ocorrem na amostra estudada. Contudo, não poderíamos encerrar esta comunicação sem mencionar alguns casos de elementos sufixais.

Leite de Vasconcelos (1926:336-337) dizia, a respeito de alguns sufixos presentes na toponímia portuguesa: “(...) são mortos, isto é, já não se empregam como tais, existem apenas como restos de usos passados.” Entre os casos de sufixos que perderam sua função, esvaziaram-se de sentido e hoje constituem arcaísmos morfológicos, temos todas as denominações medievais para propriedades, assim como diminutivos, também medievais.

No dizer de Leite de Vasconcelos, os sufixos que incorporam os topônimos como marca de propriedade são, na maior parte das vezes, vilas ou aglomerados humanos, já presentes nas *Inquirições*, de 1258. Segundo o autor reitera em várias oportunidades – tanto nos *Opúsculos*, quanto nas *Lições de Filologia*, e em vários textos publicados na *Revista Lusitana* –, os sufixos indicativos de posse, que hoje são arcaísmos morfológicos, viriam dos casos latinos, tanto do nominativo, quanto do genitivo (indicativo de posse por excelência), e até do acusativo.

Assim, entre os sufixos indicativos de posse, em sua maioria provenientes do genitivo, temos topônimos como *Algeriz*, *Chamoim*¹⁸ (e assim também *Aguim*, *Cachim*, *Chavim*, *Lalim*, *Jorgim*), *Lufrei*, *Gamil*. Alguns são reconstituídos (1931: 148, 255, 320) por Nunes (*apud* Vascon-

¹⁸ Não podemos considerar, contudo, todos os aparente sufixos *-im* <*-ini*: Leite de Vasconcelos diz (1931: 254): “As vezes, porém, não se pode decidir se certos nomes em *-im* são antigos genitivos, como será este [*Lourentim*, anteriormente citado pelo autor], se nomes em *-ino* sincopados em próclise, como *Bernardim* e *Severim*.”

celos), como Chavim < *Flavini*; Cachim < *Flaccini*; Chamoim < *Flamulini*; Lalim < *Lalini*; Jorgim < *Georgini*; assim também o são Algeriz < *Algerici*, Lufrei < *Logefredi*, Gamil < *Galamiri*, entre muitos outros; todos reconstituídos numa seção intitulada “nomes de pessoas tornados geográficos” (1931: 231-273).

Também são dados por genitivos alguns topônimos terminados em *-ões/-ães*¹⁹ (*-onis/-anis*), confundidos, muitas vezes, com o sufixo aumentativo: neste caso, citamos *Gouviães* (<*Gaudilanis*), *Telhões* (<*Tellionis*), *Ansiães* (<*Ansilanis*), *Guimarães* (<*Vimaranis*), *Midões* (<*Midonis*).

Por outro lado, os sufixos diminutivos medievais *-ô* e *-ó* (aliás, mais frequentes na toponímia de Portugal que os atuais diminutivos *-inho(a)*), se apresentam sob um duplo aspecto: além de serem diminutivos latinos tardios, apresentam a alomorfia que ficou, raras vezes, na língua comum para indicar a flexão de gênero, por meio de uma alternância vocálica: lembramos, por Mattoso Câmara Jr. (1988), do par opositivo *avô/avó*.

Em toponímia, pelas indicações de Leite de Vasconcelos, assim como temos no par *avô* (masculino) e *avó* (feminino), seguem a mesma linha (no tocante ao gênero) os diminutivos: os terminados em *-ô* (*-olum/-olo*) são masculinos, e os em *-ó* (*-ola*), femininos. Podem, ainda, apresentar-se flexionados em plural. Assim, temos as séries *Grijó* (< *ecclesiola*; cf. nota 11), *Assilhó*²⁰ (<*osseola*); *Eiró*²¹, *Pardilhó*, *Vinhó* (<*viniola*); com o masculino, *Barrô*²², *Paçô*, *Travassô*, *Mosteirô*, entre outros. Alguns, pois, fixos a radicais transparentes e em uso (como *Vinhó*, “pequena vinha”; *Barrô*, “barrinho”; *Paçô*, “pequeno paço” e *Mosteirô*, “pequeno mosteiro”; outros, presos a radicais também arcaicos, como *Grijó*, *Assilhó*, *Eiró*, entre muitos outros.

¹⁹ Piel (1933-34) dá a terminação *-ãis/-ães* como elemento étnico, presente, presumivelmente, em topônimos como *Cucujães*, *Escapães*, *Esmojães*, *Fiães*, *Merlães*, *Recardães*, *Segadães*.

²⁰ O nome remonta às origens do concelho de Albergaria a Velha, do documento do século XII, intitulado *Carta do Couto de Osselo*, de 1117, de D. Teresa ao fidalgo Gonçalo Eiriz.

²¹ Note-se que nem todos os topônimos tiveram seus radicais reconhecidos.

²² Em documento datado de 974 (*Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae*. Lisboa: Academia das Ciências. 1867-1873, citado por Alarcão, 2004), aparece, na região de Coimbra, um *Bariolo*, denominação medieval como o sufixo *-olo*, atualmente, *Barrô*.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto à morfologia dos topônimos portugueses, aqui apresentados apenas exemplificativamente, a sufixação de origem medieval fornece elementos arcaizantes, que nos permitem alocar o estabelecimento destes topônimos, pelo menos, no século X.

São expressivos os sufixos diminutivos *-elo/-ela*, (não considerados neste recorte) e *-ô/-ó*, esvaziados de seu sentido primitivo e equivocadamente interpretados, muitas vezes, apenas como alternâncias vocálicas, principalmente quando a raiz é pretensamente conhecida; neste caso encaixam-se, na maior parte das vezes, topônimos referentes a povoados, como o já mencionado *Barrô*.

Também são frequentes, na morfologia dos topônimos portugueses (não apenas os de Aveiro), os sufixos genitivos, resquícios latinos que significavam *propriedade de*, como, por exemplo, o sufixo *-im* em *Aguim* (*Aquilina*) ou *Alvarim* (*Alvarini*), e o sufixo *-onis* presente em muitos topônimos, como em *Midões* (*Midonis*) ou *Telhões* (*Tellionis*). Em todos esses exemplos de nomes de povoados, o radical se refere ao nome do então proprietário (no ato denominativo), e o sufixo designa a posse.

Como se percebe pelos exemplos, tanto a expressão quanto o conteúdo apontam para a permanência dos topônimos, evidenciando, assim, traços conservadores e espontâneos na macrotoponímia de Aveiro. A *manutenção do léxico toponímico primitivo* preserva intactas formas de língua²³ e fatos sociais já desaparecidos há quase dez séculos.

Portanto, por tudo que foi analisado neste artigo, percebemos que a natureza semântica dos topônimos encerra vivos, sob um invólucro ou forma cristalizada, elementos que nos permitem realizar a “reconstrução” de uma sociedade pretérita (seja em seu aspecto geomorfológico ou psicossocial), muitas vezes perdida e revelada por meio destes verdadeiros testemunhos lingüísticos do tempo.

²³ Este fator revela a tendência conservadora da linguagem escrita, pois apesar de nascida na oralidade, a toponímia de qualquer lugar, enquanto código escrito assegura, tanto qualquer outro texto escrito, fatores de estabilidade da língua – pelo menos na macrotoponímia. Isto comprova a configuração do texto toponímico, escrito em qualquer parte da terra, pronto para ser lido e decodificado por qualquer falante de língua, como qualquer outro texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, Jorge de. In território Colimbrie: lugares velhos (e alguns deles, deslembrados) do Mondego. *Trabalhos de Arqueologia*. N° 38. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2004. Disponível em www.ipa.min-cultura.pt/pubs/TA/folder/38. Acesso em: 02 jul. 2007.

BIDERMAN, M.T.C. O conhecimento, a terminologia e o dicionário. *Ciência e Cultura*. N° 2, vol. 58 (abr./ jun.). São Paulo: 2006.

BRUNHES, J. *La Geographie Humaine*. Paris, 1925.

CÂMARA Jr, J. Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

———. *Estrutura da língua portuguesa*. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

CARVALHINHOS, P.J. *Hierotoponímia portuguesa. De Leite de Vasconcelos às atuais teorias onomásticas*. Estudo de caso: as Nossas Senhoras. 2005. (Doutorado pelo programa de pós-graduação em Semiótica e Lingüística Geral – Departamento de Lingüística). Universidade de São Paulo, São Paulo.

———. *A onomástica e o resgate semântico: as antas*. Revista Estudos Lingüísticos XXXIII, GEL, 2004.

———. *Onomástica e Lexicologia: o léxico toponímico como catalisador de fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal)*. Revista USP. São Paulo: Coordenadoria de Comunicação Social da Universidade de São Paulo, p. 172-179, 2003(a).

———. *Caminho das águas: os hidrotopônimos em Portugal*. Revista Estudos Lingüísticos XXXII, GEL, 2003(b)

———. *A toponímia portuguesa: um recorte lingüístico do Douro ao Tejo*. 1998. 243 p. (Mestrado pelo programa de pós-graduação em lingüística). Universidade de São Paulo, São Paulo.

COELHO, Maria Auxiliadora Lustosa. Linguagem do sertanejo nordestino: uma transgressão à norma culta ou uma cristalização de arcaísmos? Um Estudo de Caso. *Revista da FAEEBA*. Salvador: Faculdade de Educação do Estado da Bahia UNEB, 1999. N° 12, p. 239-264.

COSTA, Alexandre de Carvalho. Lendas, historietas, etimologias populares e outras etimologias respeitantes às cidades, vilas, aldeias e lugares

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

de Portugal continental. *Boletim Cultural*. Lisboa: Junta Distrital de Lisboa, 1968. N. 69/70, p.149-270.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1972.

CUNHA, Celso, CARDOSO, Wilton. *Estilística e gramática histórica*. Português através do texto. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

DICK, Maria Vicentina de P. do A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

———. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. 2ª ed. São Paulo: 1990.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de lingüística*. 10ª ed. São Paulo: Cultrix, 1998.

GRAÇA, José Maria F. da (org.). *Ovar e seu concelho*. Ovar: 1985.

GREIMAS & COURTÉS. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1983.

PIEL, J.M. Os nomes germânicos na toponímia portuguesa. *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1933-1940. V. 2 a 7.

———. As Águas na Toponímia Galego-Portuguesa. *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1947. V. VIII, fasc. 4.

SAPIR, E. Língua e ambiente. Trad. J. Mattoso Câmara Jr. *Lingüística como ciência: ensaios*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

SERRA, Pedro Cunha. O árabe «Muwállad» e sua representação na Península Ibérica. *Boletim de Filologia*. Lisboa: Centro de Lingüística da Universidade de Lisboa, 1983. Tomo XXVIII. Homenagem a Manuel Rodrigues Lapa - Vol. I. 231-235.

VASCONCELOS, J. Leite de. *Opúsculos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, vol. III.

———. *Antroponímia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

———. *Lições de filologia portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926.

ASPECTOS FONÉTICOS EM DICIONÁRIOS ESCOLARES

Antonio Luciano Pontes (UECE/UNIFOR)

INTRODUÇÃO

Objetivamos nesta comunicação descrever as diversas formas de registro da informação fônica, nos verbetes de dicionários escolares brasileiros.

Os verbetes que compõem o corpus foram extraídos dos dicionários escolares brasileiros, a saber, Ferreira (2001), Mattos (2001), Saccconi (2001), Luft (2004), Rocha (1996, 2005) e Bueno (2001).

Analizamos os dados à luz dos pressupostos teóricos da Metalexigrafia Pedagógica, considerando estudos de Mestre Rios (1999), Welker (2004), Iriarte Sanromán (2003).

Inicialmente apresentamos os fundamentos teóricos e os aspectos metodológicos que nortearam nossa pesquisa, para em seguida analisar os dicionários escolares, cuja proposta lexicográfica é orientada pelas características de um dicionário padrão, porém adequados a alunos das últimas séries do primeiro segmento do Ensino Fundamental.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Entendemos por informação fônica aquela que diz respeito à pronúncia dos elementos léxicos que funcionam como palavra-entrada do verbete lexicográfico. Como coloca Gelpí Arroyo (2003), a informação fônica (para ela, informação fonética) é um elemento relevante ou irrelevante, dependendo do tipo de dicionário. No caso dos dicionários escolares, obviamente, se trata de uma informação necessária.

Cabe, no entanto, uma pergunta: para cada lema de um verbete dever-se-á dar uma informação fônica? Na língua portuguesa, em que seu sistema de escrita tem uma correspondência aproximada entre a representação ortográfica e a pronúncia, bastaria indicar as irregularidades entre letra e som, ou seja, aquelas em que as correspondências entre letra e som são arbitrárias, imprevisíveis e, por isso, fogem ao padrão geral da interpretação fônica dos grafemas. Vai nesta direção Welker (2004) quando argumenta que a pronúncia só precisa ser indicada nos casos em

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

que não existem regras claras. Nestes casos, as indicações são indispensáveis.

Ao contrário, contemplar a pronúncia para o lema, em que os níveis gráfico e fônico se aproximam, ou, ainda, no caso em que a pronúncia é deduzível da grafia, significa, sem dúvida, um gasto inútil de espaço, uma sobrecarga desnecessária de informações no interior do verbete. Dito de outra forma, o uso da informação fonética na Lexicografia, segundo Rios Mestre (1999), depende do tipo de relação que existe em cada língua entre a representação ortográfica e a pronúncia. Quando um sistema ortográfico se distancia notadamente do princípio fonêmico, segundo o qual cada grafema representa um único fonema e cada fonema é representado por um único fonema, as informações sobre a pronúncia são imprescindíveis, se o elemento léxico não está na competência do falante. Ou seja, se a pronúncia não é previsível ou transparente para o usuário torna-se necessária; é, conseqüentemente, desnecessária nos casos em que o usuário, não precisa fazer uma transformação entre a grafia e a pronúncia de uma palavra.

Para registrar a pronúncia, há pelo menos dois tipos de transcrição: a **transcrição fonética** e a **transcrição figurada**. Aquela se utiliza, para o registro em papel, de símbolos fonéticos, como os do dito alfabeto fonético internacional (AFI), por exemplo. Em relação aos dicionários em formato eletrônico e com recursos multimídia, a transcrição fonética poderá ser melhor do que substituída, acompanhada do registro em áudio da pronúncia das palavras dicionarizadas. Já na transcrição figurada²⁴, realiza-se uma tradução ortográfica da palavra mediante uma combinação de letras do alfabeto, que se usam “regularmente” no português escrito para representar um som particular. Sobre esse sistema de transcrição, Welker (2004: 113) assinala que:

Quanto à maneira como é dada a informação sobre a pronúncia, é compreensível que, em casos simples, sejam usadas letras e acentos existentes na própria língua (isto é, na própria língua objeto); por exemplo, pode-se empregar [...] *cs* para indicar a pronúncia do *x* em hexágano, ou *ê*, para o *o* e em dos homógrafos de sede. Porém, há dicionários que usam letras, ou combinações de letras, cuja pronúncia não é evidente nem esclarecida. Quando o Aurélio, por exemplo, transcreve *terrible*, no verbete *enfant terrible*, no verbete

²⁴ Na Lexicografia bilingüe, segundo Rios Mestre (1999), a pronúncia figurada carece do caráter científico e normalizado da AFI. E concorda com Quilis (1982), quando afirma que tal sistema de transcrição é um arremedo espantoso da transcrição fonética.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

como terríbl', não fica claro de que maneira deve ser pronunciado o rr (além de faltar o acento).

Só é possível, então, apresentar informação fônica no dicionário, tendo-se uma compreensão clara sobre o sistema fonético de uma língua e sobre o seu sistema ortográfico.

Qualquer que seja o sistema de notação utilizado, é necessário incluir nas páginas introdutórias do dicionário um guia de pronúncia, com tabelas explicativas dos símbolos e exemplos de palavras nas quais se realizam os sons que estes representam.

FONTES DE DOCUMENTAÇÃO

A informação fônica contida nos dicionários, para Rios Mestre (1999), pode estar baseada em descrições prévias sobre a pronúncia de uma língua ou apoiar-se em pesquisas realizadas em determinados setores da população que sejam considerados como representativos da fala que se quer descrever. Não sendo assim, o dicionarista, como assinala Welker (2004), deve usar sua competência de falante nativo e a de colaboradores, além de basear-se em obras já existentes, estas últimas práticas, aliás, são as mais utilizadas na Lexicografia tradicional.

Quando se incluem variantes diatópicas, outras fontes documentais são utilizadas, como os atlas lingüísticos regionais e nacionais, e as monografias sobre dialetos e falares, desenvolvidas, sobretudo, no âmbito acadêmico.

MODELO DE PRONÚNCIA

O modelo de pronúncia descrito pode corresponder a uma norma considerada de prestígio, geralmente relacionada à fala de uma determinada classe social ou de uma localização geográfica concreta. Há dicionários que pretendem mostrar um registro de fala mais geral, contemplando também a variação diatópica.

Numa atitude descritivista, os grandes dicionários, segundo Iriarte Sanromán (2003), deveriam registrar as principais pronúncias existentes, sem grandes pruridos normativizadores. E continua no mesmo artigo:

Poderão também registrar-se variantes afastadas daquilo que poderíamos considerar português padrão, embora muito usadas e também muito desprezadas ou ignoradas nos manuais de fonética e nas gramáticas.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

Os dicionaristas, dentro de uma visão normativa de língua, consideram para o registro em seus dicionários a pronúncia considerada padrão, isto é, aquela usada pelas pessoas letradas e residentes nos grandes centros. No entanto, mais comumente dentro desta orientação, os dicionários repetem a pronúncia das obras anteriores.

MODOS DE REPRESENTAR A INFORMAÇÃO FÔNICA

A informação fônica pode aparecer em um dicionário em forma de nota²⁵ associada ao lema; são indicações do tipo: “En esta palavra se aspira h” (RAE, 1992, sv. harca) ou “...se conjuga de jando em todo caso átona la i, que funciona como semiconsonante (constituyendo diptongo com la vocal que ligue” (Seco, 1986, sv. cambiar).

Contudo, o mais comum é recorrer a um sistema de notação por meio do qual se representa a pronúncia da palavra, ou parte dela. Nas obras editadas em CD-ROM, como observa Rios Mestre (1999), a pronúncia da palavra pode estar gravada, podendo-se reproduzir acusticamente. E acrescenta:

Nos dicionários em CD-ROM a pronúncia da palavra pode ser reproduzida acusticamente. Este novo sistema permite conhecer a pronúncia ‘real’, pois a transcrição fonética não deixa de ser uma representação abstrata que se há de interpretar.

Normalmente, como paradigma à parte, a informação fônica se situa após a entrada, registrada entre parênteses.

EXAME DA INFORMAÇÃO FÔNICA NOS DICIONÁRIOS ESCOLARES

Nos dicionários brasileiros se utiliza sempre da pronúncia figurada, cujo objetivo é o de informar acerca de aspectos da pronúncia e pode ser uma transcrição plena de toda a palavra; e, na maioria dos casos, parcial, ou seja, transcrição de parte da palavra em que há uma relação arbitrária entre letra e som. Observe o exemplo, de Mattos (2005):

Gratuito [úí] am 1. Que não precisa pagar: de graça, grátis - A livraria entregou ao professor um exemplar gratuito da revista. (...)

²⁵ As ilustrações são de Rios Mestre (1999).

As particularidades de pronúncia são identificadas entre parênteses ou entre colchetes, apenas em uma parte constituinte do vocábulo. No verbete acima, o autor cobra do leitor a pronúncia ditongada (**úi**), em uma só emissão de voz, e não hiatizada, como duas vogais diferentes. Cegalla (2005), ao contrário de todos os outros autores estudados, se utiliza de parênteses para marcar a pronúncia das vogais e de barras oblíquas para indicar a pronúncia das consoantes, como em:

cros.ta(ô) sm 1. escama; casca.

cru.ci.fi.co [ks] sm.1. Imagem de Cristo pregado na cruz

A maioria dos autores analisados apresenta a informação fônica em um paradigma independente, mas Sacconi (2001), algumas vezes, em um tom excessivamente prescritivo, a apresenta em forma de nota, como: “•Cuidado para não dizer ‘gratuito’!”, referindo-se ao lema **gratuito**.

Quanto à localização da informação fônica, esta se situa, na maioria dos dicionários analisados, imediatamente após a palavra entrada, prática muito usual em dicionários bilíngües. As particularidades selecionadas, em geral, em língua portuguesa, são de vários tipos: marca-se o timbre das vogais, indica-se a tonicidade das sílabas; indica-se, ainda, a relação arbitrária entre letra consonantal / som consonantal. Observemos:

Transar [zar] v. Fazer algum acordo ou negócio com alguém – Os dois estavam transando a troca de carros.>**Transa** sf., transação.,sf.

No verbete acima, retirado de Mattos (2005), marca-se a relação arbitrária entre letra e som no interior de uma sílaba inteira: sar → (zar).

Em Rocha (2005) registra-se no verbete *acordo* o fechamento da vogal pela marcação do acento gráfico que a última reforma ortográfica, a de 1971, eliminou. Isso ocorre, sobretudo, nos casos de plurais de alguns nomes, caracterizando-se como alternância fonética.

Acordo (ô) 1.Resolução tomada por duas ou mais pessoas.

Já neste outro exemplo, observado em Ferreira (2001) o lexicógrafo coloca, simultaneamente, um ao lado do outro, dois aspectos de pronúncia, aspectos relativos ao timbre (fechado) e a da relação letra / som (x→z).

e.xa.ge.ro (z...ê) s.m. Exageração.

Neste exemplo de Ferreira (2001), marca-se, entre parênteses, a intensidade da vogal por meio do acento gráfico do tipo agudo.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

Mui (úi) adv F. apocopada de muito, empregada antes de adjetivo ou de advérbios em -mente

Neste exemplo, de Ferreira (2001), é indicada a relação letra/som; registrando entre parênteses a letra, e o som a ele correspondente. Trata-se aqui de um caso de arbitrariedade ortográfica.

e.xu (x = ch) s.m . Bras. Rel. Orixá ou mensageiro dos orixás, assimilado ao diabo cristão por missionários, e descrito como de gênio inascível, vaidoso, e suscetível, embora possa trabalhar para o bem.

No caso abaixo, retirado de Ferreira (2001), apresentam-se as duas formas de pronúncia (como ditongo ou como hiato), registrando dois pontos (:) para marcar as duas pronúncias possíveis.

con.fec.ci:o.nar v.t.d

Neste exemplo, a transcrição expressa a força do acento primário contrapondo-se ao acento secundário.

mus.cu.lo.mem.bra.no.so (mús....ô) adj. Anat. Respeitante a músculo e membrana

Por último, temos as duas formas registradas (hiato ou ditongo) e a marca do timbre da vogal tônica (vogal fechada).

tra:i.dor (a-i...ô) adj. e sm Que ou quem trai

Como se vê, em todos os exemplos postos acima, colocam-se, neste paradigma, algumas peculiaridades da pronúncia, advinda dos desajustes entre as modalidades escrita e falada ou características prosódicas.

Em todos os casos acima colocados, a transcrição é do tipo parcial, pois a parte da palavra transcrita é sempre aquela que pode causar dúvida ao consulente.

Bueno (2000) distingue-se dos demais lexicógrafos estudados em relação ao registro da pronúncia. Ele transcreve toda a entrada, mesmo que não se trate de palavras emprestadas a línguas estrangeiras, conforme exemplo a seguir:

FORTUITO, adj. Casual; acidental (Pronún.: fortúito.)

A forma assumida aqui por Bueno, transcrevendo figurativamente a palavra toda, certamente que se torna mais fácil a leitura do paradigma por parte do escolar. Porém, esta forma não é comum nos dicionários brasileiros. A transcrição da pronúncia, marcada com a abreviatura **pronún.**, e situada no final do verbete, também não é prática habitual.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Em muitos outros exemplos, o autor alterna a transcrição plena, de toda a palavra, com a transcrição de uma parte do vocábulo, o que fere o princípio da uniformidade, **como em:**

OBSÉQUIO (ze), s.m. Favor

Estas alternâncias nem sempre são aconselháveis na prática lexicográfica, porque o consulente não se torna previsível. Se isso é fruto de uma decisão, que o autor explique na introdução de seu dicionário. Procedimentos como estes é que fazem do dicionário um livro verdadeiramente didático.

Outro fenômeno digno de nota ocorre em Ferreira (2005):

nu.me.ro.so (ô) adj. abundante, copioso [Pl.: -rosos (ôs)]

Neste exemplo, coloca-se a transcrição da forma plural encurtada. Este procedimento de registrar a pronúncia parece complexo para ser processado pelo leitor, sobretudo o leitor classificado como aprendiz.

PRONÚNCIA DOS ESTRANGEIRISMOS

No tocante aos estrangeirismos, a transcrição fonética da palavra-entrada ocorre por inteiro, caracterizando a transcrição total. Para ilustrar este último tipo, observemos a palavra **mouse**, entrada do verbete apresentado por Ferreira (2001):

Mouse (mause) [Ing] sm. Inform. Periférico móvel que controla a posição de um cursor na tela, e que conta com um ou mais botões...

Neste exemplo, todos os segmentos são transcritos foneticamente, decisão muito apropriada para as entradas tratadas como empréstimos, mas também se aplicaria igualmente para as palavras vernaculares.

Em contra partida, Rocha (1996), nem sempre segue esta prática.

franchise (ing) (cháí) s f

Neste caso, Rocha transcreve apenas a parte que pode causar dúvida no tocante à pronúncia, forma pouco prática para os que se iniciam na aprendizagem da escrita, e inédita, dentro da tradição lexicográfica brasileira. Menos didático, ainda, é não transcrever, de nenhum modo, a palavra estrangeira, em uma enormidade de entradas, o que ocorre em vários dicionários.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe aqui a pergunta: que pronúncia vem sendo considerada pelos lexicógrafos brasileiros, para representar o paradigma informação fônica? A resposta, a nosso ver, é a forma relativa à norma normativa, aquela praticada pela gramática tradicional.

Para dar um cunho mais científico (ou descritivo) ao dicionário escolar, a pronúncia contemplada deverá ser a norma culta brasileira, a norma normal (Coseriu, 1980), mas, por falta de pesquisas realizadas no âmbito da Fonética, impede ainda que os lexicógrafos a reconheçam no momento de elaboração de seus dicionários. A norma normal é aquela real, falada por uma comunidade de falantes, considerando classe social, região, idade, escolaridade etc. de seus membros.

As transcrições nem sempre, entre os autores, são marcadas da mesma forma. Ferreira seleciona parênteses, Mattos prefere colchetes, só para citar algumas formas de notação. E, muitas vezes, o mesmo autor usa as duas formas, assistematicamente.

Também se distinguem entre os autores a forma de registrar a pronúncia. Muitas vezes, registra-se parte da palavra, outras vezes, transcreve-se a palavra toda. Mas também se praticam assistematicamente as duas formas em um mesmo dicionário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSERIU, E. Sistema, Norma e Falar Concreto. In: *Teoria da Linguagem e Lingüística Geral*. Ao Livro Técnico, 1980; p.101-117.

DAMIM, Cristina. *Proposição de critérios metalexigráficos para avaliação do dicionário escolar*. Dissertação de mestrado em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

FARIÑAS, Luis F. Alzola. *Glosas Didáticas* n.6, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio Século XXI*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GELPÍ ARROYO, Cristina. *La Lexicografía*. Barcelona, Grupo Santillana de Editores, S.A, 2000.

IRIARTE SANROMÁN, Álvaro. *A informação gramatical nos dicionários bilíngües*. Diacrítica-Ciência da linguagem, 2003

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

KURY, Adriano da Gama. *Dicionário da língua portuguesa*. São Paulo, FTD, 2001.

LUFT, Celso Pedro. *Minidicionário*. São Paulo: Ática, 2000.

SECO, Manuel. *Estudios de Lexicografía española*. Madrid: Paraninfo, 1987.

MATTOS, Geraldo. *Dicionário júnior da língua portuguesa*. São Paulo: FTD, 1996.

ROCHA, Ruth. *Minidicionário enciclopédico escolar*. São Paulo: Scipione, 1996 e 2005.

SACCONI, L. A. *Dicionário essencial da língua portuguesa*. São Paulo: Atual, 2001.

WELKER, Herbert Andréas. *Dicionários: Uma introdução à Lexicografia*. Brasília: Thesaurus, 2004.

ZANATTA, Flávia. *Análise de dicionários de uso do espanhol e do português* (monografia de graduação). Porto Alegre: UFRGS, 2006.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

CRIAÇÃO LEXICAL EM AGAMENON MENDES PEDREIRA

Juliana Godinho Eccard (UERJ)

Os neologismos são fortes aliados na ampliação do léxico. Uma língua viva está em constante transformação e é através dessas transformações que as palavras ora são incorporadas ao léxico, ora são excluídas dele, caindo em desuso.

Neste trabalho, escolhemos o jornal *O globo* como fonte para o *corpus* a ser analisado. Os elementos neológicos utilizados foram buscados na coluna humorística do Agamenon Mendes Pedreira, situada no Segundo Caderno. Optamos por trabalhar apenas com os neologismos lexicais formados por composição, os mais produtivos no *corpus*, com o intuito de organizar um glossário com a análise das palavras selecionadas, sua significação, formação, fonte, contexto e interpretação, se couber.

Partimos do pressuposto de que as palavras novas são aquelas ainda não mencionadas pelo *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa* da Academia Brasileira de Letras, pelo *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* de Antonio Houaiss e pelo *Dicionário Aurélio – século XXI* de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.

NEOLOGISMOS

As palavras novas são os neologismos, termo composto de neo (novo) e logos (palavra). O neologismo está ligado a todas as inovações nos diversos ramos da atividade humana, seja arte, técnica, ciência, política, economia, comportamento. Ele é algo necessário à sociedade atual, espectadora e participante das mudanças, sedenta por novidades.

O processo de criação lexical é chamado de neologia. Na língua portuguesa, diacrônica e sincronicamente, o neologismo pode ser formado por mecanismos da própria língua ou por itens léxicos provenientes de outros sistemas lingüísticos.

Essa inovação lingüística chamada neologismo pode acontecer de duas formas: criando novos vocábulos, neologismo lexical ou atribuindo um novo significado para o vocábulo já existente, neologismo semântico.

A criação do neologismo se dá pela necessidade do falante num

contexto cultural, a necessidade de nomear inovações tecnológicas, no meio científico, e, na literatura, a necessidade do autor em criar um novo vocábulo dentro do seu contexto, atendendo a um propósito intralingüístico. O contexto e a intertextualidade são fatores fundamentais no processo de criação, o sentido poderá estar atrelado ao primeiro, ou ao segundo, fazendo assim um jogo intertextual.

O neologismo ocorre devido ao dinamismo da língua, que está viva, podendo ser primário, ainda não existente, ou secundário, formado a partir de um neologismo já existente.

NEOLOGISMO SEMÂNTICO

O neologismo semântico é formado sem que opere nenhuma mudança formal em unidades léxicas já existentes. Apodera-se de uma forma, já dicionarizada, empregando-lhe um significado ainda não registrado. Por se apropriar de um vocábulo já existente é a maneira mais simples e econômica de surgimento de uma nova palavra.

A neologia semântica revela-se de diferentes maneiras. A mais usual ocorre quando se verifica uma mudança no conjunto dos semas referentes a uma unidade léxica. Por meio dos processos estilísticos da metáfora, da metonímia, da sinédoque etc, vários significados podem ser atribuídos a uma base formal, transformando-se em novos itens lexicais.

No contexto abaixo, o mecanismo da transposição metafórica é responsável pela criação do neologismo semântico *sogra* (galinha): “Hoje não é um domingo qualquer, daqueles que você vai com a família na casa do frango comer uma *sogra* assada com macarronada.” (*O Globo*, 01/10/06, 2º cad.)

Um outro tipo de neologismo semântico ocorre quando um termo, característico de um vocábulo, extrapola os limites desse vocábulo e passa a integrar outra terminologia ou a fazer parte da língua geral. Da mesma maneira, a passagem de um elemento da língua corrente para um vocábulo específico é igualmente possível. Temos como exemplo a expressão *Meio Campo*, própria do vocabulário esportivo, presente no contexto político para designar um Ministro no trecho abaixo.

“... os candidatos para os novos cargos da República: (...) .Ministro do *Meio Campo*” (*O Globo*, 29/10/06, 2º cad.)

No vocábulo giriático, criado com a intenção de dificultar a com-

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

preensão por parte daqueles que não integram um determinado grupo, a neologia é muito produtiva. São os chamados neologismos populares, que não passarão de um modismo passageiro, um conjunto de termos provenientes das diversas linguagens especiais de grupos. A gíria denomina as coisas mais com o sentimento, do que com a razão, dando-lhes uma conotação especial. É o que ocorre com o neologismo *popozuda* (bunda grande) em:

“Naqueles loucos anos bolcheviques, comi várias militantes *popozudas* sem distinção ou conflito de classe”. (*O Globo*, 17/12/06, 2º cad.)

A difusão do neologismo semântico, o que prova sua aceitação pela comunidade lingüística, conduz à inclusão da nova acepção nos dicionários. Assim, ao significado básico de um item léxico vão-se acrescentando os que vierem a ser criados pelo processo da neologia semântica e, quando isso acontece, o vocábulo não mais é considerado neologismo.

NEOLOGISMO LEXICAL

O neologismo lexical, base de nossa análise, caracteriza-se pela formação de um novo vocábulo a partir dos mecanismos já existentes na língua. É também chamado de neologismo sintático, pois se forma pela combinação de elementos do sistema lingüístico português.

Os neologismos lexicais são classificados de acordo com seu processo de formação, em: derivados e compostos. O *corpus* analisado apresenta os dois tipos de composição.

Na formação por derivação temos o termo *desmonetarizado* ao qual se juntou um prefixo *des-* e um sufixo *-izado* a base monetário para indicar que o sujeito de quem se fala não possui dinheiro, ou seja, está não *monetizado*, *desmonetarizado*. Esse exemplo nos prova que podemos criar um neologismo a partir de outro.

“Enquanto jornalista *demonetarizado* que recebe o programa assistencial Bolsa Sacola...” (*O Globo*, 12/11/06, 2º cad.)

E, na formação por composição, temos como exemplo o caso do vocábulo *gráfico-pizza*, em que o autor, para dar o resultado de uma pesquisa, utiliza um gráfico em formato de pizza.

“Na política tudo acaba em *gráfico-pizza*.” (*O Globo*, 08/10/06, 2º cad.)

As regras de construção dizem respeito ao que chamamos de neologismo formal, vocábulos que ainda não constam no verbete dos dicionários. Os processos de formação de neologismos são os mesmos já existentes na língua.

OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS

A **derivação** ocorre quando a uma base se prende um afixo. Se o afixo aparecer antes da base, chamamos de prefixo; se depois, de sufixo.

Exemplos:

1) **prefixo** re- (de novo) + ereção = *reereção*

“*Luísque* Inácio Lula da Silva, candidato à *reereção*” (Gl, 29/10/06, 2º cad)

2) Lula (antropônimo) + **sufixo** -ista (simpatizante) = *lulistas*

“Os *lulistas* dizem que o Geraldo *Walkman* vai privatizar o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, a Petrobrás, o Corinthians e a Igreja Universal do Reino de Deus.” (Gl, 15/10/06, 2º cad.)

Os **estrangeirismos** constituem os empréstimos de outras línguas que enriquecem o idioma. A palavra estrangeira, ao ser incorporada à língua, é um neologismo por adoção. Atualmente temos uma demanda muito grande de entradas de anglicismos na língua portuguesa. O texto de Agamenon não poderia ser esquecido, pois adere aos estrangeirismos *popstars* e *fashion*.

A nova moda entre as celebridades *popstars* endinheiradas do Primeiro Mundo é adotar uma criança bem miserável, quanto mais pobre e indigente melhor. (...) Mas, para ficar na moda *fashion* mesmo, não basta adotar o órfão despossuído: tem que contratar o Sebastião Salgado para fazer o álbum de família. (*O Globo*, 22/10/06, 2º cad.)

A **derivação imprópria** ou **conversão** ocorre quando mudamos a classe gramatical das palavras, por esse motivo ela sempre dependerá do contexto para ser identificada. Temos o exemplo de *tartaruga* (lenta) que de substantivo passa a adjetivo no contexto a baixo.

“Prejudicados pela operação *tartaruga* dos controladores de vôo brasileiros, os irmãos Wright tiveram que esperar horas para decolar, o que acabou atrasando muito a História da Aviação” (*O Globo*, 19/11/06,

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

2º cad.)

A formação de palavras pelo mecanismo da **composição** apresenta-se de maneira bastante fecunda. A composição consiste na justaposição ou na aglutinação de bases autônomas ou não. As unidades léxicas compostas, que funcionam morfológica e semanticamente como um único elemento, não costumam manifestar formas recorrentes, o que as distingue da unidade constituída por derivação. Revelam um caráter sintático subordinativo ou coordenativo, quando numa estrutura binária temos um elemento que é o núcleo e um elemento que é o especificador, o adjunto.

A composição ocorre quando a união de duas palavras (bases), referindo-se a outro conceito, passa a ser encarada como um novo termo. A palavra composta representa uma idéia única e autônoma, diferente das idéias reveladas pelos termos que a compõe.

A **composição por justaposição** ocorre quando os radicais mantêm sua integridade fonética e a **composição por aglutinação** quando há perda de um ou mais elementos e subordinação a um único acento tônico.

O **cruzamento vocabular** é um tipo de composição em que as bases, ou a base, que entram na formação da nova palavra sofrem redução, não sistemática ou regular, de seu corpo fônico. Não há regra quanto ao corte, mas é preciso respeitar a estrutura silábica da língua. As produções de cada forma são como que artesanais.

Uma característica dos cruzamentos vocabulares é a sua especificidade semântica, isto é, eles vêm muitas vezes carregados de emocionalidade e ironia. O status ou destino dessas criações no código lingüístico de uma comunidade se dará no seu próprio fim, como criação artística, carregada de jocosidade, ironia ou desapareço ao momento ou contexto para o qual ou no qual foram criados. No cruzamento vocabular, ou morfológico, temos a aglutinação neológica, que também podemos chamar de palavra-valise.

Na análise do glossário, veremos os exemplos referentes ao processo de composição e cruzamento vocabular.

NEOLOGISMO NA LITERATURA E NO HUMOR

Na literatura o neologismo é usado para expressar a intensidade do que o autor quer dizer. A linguagem literária exerce sobre a cotidiana grande influência. Todos os gramáticos utilizam exemplos dos autores consagrados em seus textos. O leitor reconhece a autoridade do escrito nos domínios da linguagem, motivo pelo qual os usos e inovações na literatura são aceitos.

Os neologismos no registro humorístico são muitas vezes adaptados e assimilados pelo sistema. A linguagem humorística articula-se com base numa combinação de palavras, numa mistura de componentes que sugerem dois ou mais sentidos, os quais parecem propositamente entrecrocarse. No humor lexical é possível observar que a escolha dos elementos lingüísticos num dado enunciado humorístico projeta várias significações, apresentando colocações que fazem coexistir planos semânticos diversos numa mesma frase.

Como o objetivo do humor é provocar o riso, freqüentemente ele utiliza elementos lingüísticos dotados de ambigüidade, ironia e polissemia e, como não poderiam faltar, neologismos. Os neologismos são usados num jogo de palavras, muitas vezes, não por necessidade de expressão, mas por pura ironia e de zombaria com algum elemento do contexto.

Os neologismos de Agamenon se enquadram nesse item perfeitamente. São neologismos advindos de uma literatura jornalística humorística, que tem como objetivo brincar com os fatos que foram notícias na semana ironizando e zombando de tudo o que escreve.

GLOSSÁRIO

1. Termo: *Aerolula*

Fonte: *O Globo*, Segundo Caderno, 15/10/06.

Informações gramaticais: substantivo masculino.

Contexto: Desesperado com a pesquisa *Datatroilha*, *Walkman* pediu emprestado o *Aerolula* para ver se a sua campanha decola novamente.

Comentários explicativos: designa o avião do presidente Lula.

Tipologia neológica: neologismo lexical.

Processo de formação: composição por justaposição:

elemento de composição aer(o)- - aéreo; Lula s.m. - nome próprio.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

Observação: em outros momentos o mesmo termo aparece grafado com letra minúscula: *aerolula*; na forma: *AeroLula* e também como parte do nome do presidente: Luiz Inácio *Aerolula* da Silva. Ainda para nomear o avião temos a palavra *Aeromula* (*O Globo*, 10/12/06, 2º cad.). Mais uma vez o autor se refere ao avião, criando o vocábulo *Aeronácio* (*O Globo*, 10/12/06, 2º cad.), só que agora a criação compõe o nome do presidente “o presidente Luiz *Aeronácio* Lula da Silva”.

2. Termo: *Aeronautitica*

Fonte: *O Globo*, Segundo Caderno, 10/12/06.

Informações gramaticais: substantivo feminino.

Contexto: Para não dizer que não está fazendo nada, o presidente sem exercício convocou os comandantes da *Aeronautitica* para tomar uma providência.

Comentários explicativos: diz que a Aeronáutica é uma titica.

Tipologia neológica: neologismo lexical.

Processo de formação: composição por aglutinação, cruzamento vocabular:

Aeronáutica s.f. – Aviação militar de um país; titica s.f. – merda.

3. Termo: *afro-descendente*

Fonte: *O Globo*, Segundo Caderno, 24/12/06.

Informações gramaticais: adjetivo.

Contexto: Só com mensalão, obras superfaturadas, ocorrências fraudulentas, assessores e lobistas, os deputados gastam uma nota preta, quer dizer, uma nota *afro-descendente*.

Comentários explicativos: uma nota descendente de africanos, ou seja, negra, preta.

Tipologia neológica: neologismo lexical.

Processo de formação: composição por justaposição:

afro adj. – africano; descendente adj. – que ou aquele que possui uma determinada origem.

Observação: os termos afro e descendente aparecem em análise anterior nos neologismos: *afro-africanos* (*O Globo*, 16/07/06, 2º cad.), *afro-escurecido* (*O Globo*, 30/07/06, 2º cad.), *tição-descendentes* (*O Globo*, 30/07/06, 2º cad.), *afro-órfãos* (*O Globo*, 22/10/06, 2º cad.) e *afro-tropicalista* (*O Globo*, 05/11/06, 2º cad.).

4. Termo: *Asnácio*

Fonte: *O Globo*, Segundo Caderno, 08/10/06.

Informações gramaticais: substantivo masculino.

Contexto: Depois da apuração, o presidente *Luísque Asnácio* Lula da Silva reconheceu que estava de assalto alto.

Comentários explicativos: o autor chama Lula de burro, asno.

Tipologia neológica: neologismo lexical.

Processo de formação: composição por aglutinação, cruzamento vocabular:

Inácio s.m. – nome próprio; asno sm – indivíduo desprovido de inteligência; burro.

Observação: o mesmo termo já apareceu em análise anterior (*O Globo*, 27/08/06, 2º cad.) com o mesmo sentido.

5. Termo: *astro-mala*

Fonte: *O Globo*, Segundo Caderno, 31/12/06.

Informações gramaticais: substantivo masculino.

Contexto: Na verdade, o *astro-mala* brasileiro pretendia apenas fazer uma homenagem a Alberto Santos-Dumont, que foi o Pai, a Mãe e a Tia da Aviação.

Comentários explicativos: qualifica os astronauta como um mala.

Tipologia neológica: neologismo lexical.

Processo de formação: composição por aglutinação, cruzamento vocabular:

astronauta s.2g. – pessoa que navega através do espaço; mala s.2g. – pessoa extremamente enfadonha, chata.

Observação: o vocábulo Santos-Dumont aparece grafado com hífen, constituindo apenas um elemento, portanto uma composição por justaposição.

6. Termo: *boca-de-garrafa*

Fonte: *O Globo*, Segundo Caderno, 31/12/06.

Informações gramaticais: adjetivo.

Contexto: Embriagados pelas pesquisas de *boca-de-garrafa*, Luís *Manguácio* Lula da Silva mandou avisar que vai tomar todas na noite de *réveillon*.

Comentários explicativos: relativo a bebidas alcoólicas.

Tipologia neológica: neologismo lexical.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

Processo de formação: composição por justaposição:

boca s.f. – abertura de garrafa; de – preposição; garrafa s.f. – vaso com gargalo estreito e destinado a conter líquidos.

Observação: pesquisas de *boca-de-garrafa* se referem às pesquisas de boca-de-urna.

7. Termo: *Cachácio*

Fonte: *O Globo*, Segundo Caderno, 15/10/06.

Informações gramaticais: substantivo masculino.

Contexto: A produção brasileira de cana-de-açúcar cresceu mais de 456%, só para atender ao consumo pessoal do presidente *Luísque Cachácio* Lula da Silva .

Comentários explicativos: o termo diz que o presidente Inácio costuma beber cachaça.

Tipologia neológica: neologismo lexical.

Processo de formação: composição por aglutinação, cruzamento vocabular:

Inácio s.m. – nome próprio; cachaça s.f. – bebida alcoólica, aguardente.

Observação: o *corpus* apresenta vários vocábulos que relacionam o nome do atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, com a bebida, como *Caipirinássio* (*O Globo*, 05/11/06, 2º cad.) e *Manguácio* (*O Globo*, 31/12/06, 2º cad.).

8. Termo: *DataBolha*

Fonte: *O Globo*, Segundo Caderno, 15/10/06.

Informações gramaticais: substantivo feminino.

Contexto: O Instituto *DataBolha* pesquisou todos os grotões e cavernas do fundo do mar e constatou que os Furtos do Mar apóiam a candidatura Lula .

Comentários explicativos: muda o sentido do nome do Instituto de Pesquisa Datafolha, para uma pesquisa destinada aos elementos marítimos.

Tipologia neológica: neologismo lexical.

Processo de formação: composição por aglutinação, cruzamento vocabular:

Datafolha s.f. – nome próprio do Instituto de Pesquisa; bolha s.f. – glóbulo de ar.

Observação: o substantivo bolha, nesse contexto, tem duplo sentido: bolha de ar e pessoa enfadonha. Em outro momento Agamenon cria um vocábulo semelhante a este, *Datatrolha* (*O Globo*, 15/10/06, 2º cad.).

9. Termo: *Henlouquisa*

Fonte: *O Globo*, Segundo Caderno, 01/10/06.

Informações gramaticais: verbo 3ª pessoa do singular / substantivo feminino.

Contexto: Já a candidata do PSOL e da TPM, *Henlouquisa* Helena, afirma que o Brasil perdeu uma oportunidade histórica de eleger, pela primeira vez na República, uma mulher descontrolada de esquerda para a Presidência.

Comentários explicativos: o termo originário tem o objetivo de chamar a candidata à presidência do Brasil de enlouquecida.

Tipologia neológica: neologismo lexical.

Processo de formação: composição por aglutinação, cruzamento vocabular:

Heloísa sf. – nome próprio; enlouquecida adj. – que enlouqueceu; endoidecido, ensandecido, louco.

Observação: ocorre a junção do prenome Heloísa com o adjetivo enlouquecida e ainda a sufixação com o acréscimo do sufixo nominal formador de feminino –isa, originando *Henlouquisa*.

10. Termo: *Infraerro*

Fonte: *O Globo*, Segundo Caderno, 10/12/06.

Informações gramaticais: substantivo feminino.

Contexto: As autoridades da Anarc e da *Infraerro* já avisaram a população: pra virar uma baderna descontrolada, a situação nos aeroportos ainda precisava melhorar muito, e isso só vai ser possível depois do Natal.

Comentários explicativos: refere-se ao erro cometido pela *Infraerro*.

Tipologia neológica: neologismo lexical.

Processo de formação: composição por aglutinação, cruzamento vocabular:

Infraerro – sigla de *Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária*; erro s.m. – ato de errar.

11. Termo: *jaéro-portuária*

Fonte: *O Globo*, Segundo Caderno, 10/12/06.

Informações gramaticais: adjetivo.

Contexto: Mas o brasileiro, sempre criativo e picareta, já arrumou um jeitinho para contornar a crise *jaéro-portuária*.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

Comentários explicativos: a crise aeroportuária já era.

Tipologia neológica: neologismo lexical.

Processo de formação: composição por aglutinação, cruzamento vocabular e por justaposição:

elemento de composição aer(o)- - aéreo; expressão gíriática – já era; portuária adj. – relativo a porto.

Observação: no neologismo em questão (que utiliza acento gráfico fora da convenção por necessidade de clareza), primeiro ocorreu uma aglutinação entre a expressão “já era” e o elemento de composição aer(o), resultando em *jáero*; depois uma composição por justaposição entre os vocábulos *jáero* e portuária.

12. Termo: *Luísque*

Fonte: *O Globo*, Segundo Caderno, 01/10/06.

Informações gramaticais: substantivo masculino.

Contexto: *Luísque* Inácio Lula da Silva

Comentários explicativos: o termo originário dá ao sujeito Luís, prenome do atual presidente da República, a qualificação de: aquele que bebe uísque.

Tipologia neológica: neologismo lexical.

Processo de formação: composição por aglutinação, cruzamento vocabular:

Luís sm. – nome próprio; uísque sm – bebida destilada que contém álcool, obtida a partir da fermentação de cereais.

Observação: este vocábulo é o de maior ocorrência no *corpus*.

13. Termo: *ministra-jujuteira*

Fonte: *O Globo*, Segundo Caderno, 03/12/06.

Informações gramaticais: substantivo feminino.

Contexto: Por falar em pé na jaca, quem também chutou o balde foi a *ministra-jujuteira* Ellen Gracie, que começou a sua carreira no judiciário na Vara de Família Gracie, o tradicional clã de violentos lutadores marciais.

Comentários explicativos: uma ministra da justiça que luta judô e ainda é alcoviteira.

Tipologia neológica: neologismo lexical.

Processo de formação: composição por composição e aglutinação, cruzamento vocabular:

ministra s.f. – mulher que exerce função de ministro; justiça s.f. – o poder ju-

diciário; judô s.m. – jogo esportivo de combate e defesa; alcoviteira s.f. – intrigante.

Observação: no segundo elemento ocorre a aglutinação de sílabas de várias palavras: o primeiro ju- de justiça, o segundo ju- de judô e o sufixo -eira de *alcoviteira*. O *corpus* ainda apresenta outro vocábulo formado pela palavra ministro: *ministro-compositor* (*O Globo*, 05/11/06, 2º cad.).

14. Termo: *nipo-oriental*

Fonte: *O Globo*, Segundo Caderno, 01/10/06.

Informações gramaticais: adjetivo.

Contexto: Este perigoso passatempo de origem *nipo-oriental* está destruindo o pavilhão *lombo-lortal* de milhares de pessoas que passam o dia sentadas praticando o enigmático jogoete.

Comentários explicativos: o novo vocábulo enfatiza a raça japonesa com o uso de duas palavras referentes aos japoneses.

Tipologia neológica: neologismo lexical.

Processo de formação: composição por justaposição:

nipo sm. – antepositivo, do top. jap. *Nippon*; oriental adj. – relativo ao oriente.

Observação: em análise anterior verificamos que o termo *nipo* aparece em outras construções de Agamenon, com: *nipo-amarela* (*O Globo*, 25/06/06, 2º cad.).

15. Termo: *psicoproctologista*

Fonte: *O Globo*, Segundo Caderno, 29/10/06.

Informações gramaticais: adjetivo.

Contexto: Debate dos candidatos *Luísque* Inácio Lula e Gelado Alckmin com o consagrado *psicoproctologista* Dr. Jacintho Leite Aquino Rego, mediador.

Comentários explicativos: médico psicólogo e proctologista.

Tipologia neológica: neologismo lexical.

Processo de formação: composição por justaposição:

elemento de composição psic(o)- -‘alma’, ‘espírito’, ‘intelecto’;

proctologista s.2g. – especialista em proctologia.

Observação: em outro momento o termo aparece grafado *psicoproctologist*, como se fosse um estrangeirismo. Existe mais um vocábulo formado com o elemento de composição psic(o): *psico-assessor* (*O Globo*, 01/10/06,

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

2º cad.).

16. Termo: *Vitalinácio*

Fonte: *O Globo*, Segundo Caderno, 05/11/06.

Informações gramaticais: substantivo masculino.

Contexto: Graças a milhões. De votos, o presidente Luiz *Vitalinácio* Lula da Silva foi reeleito.

Comentários explicativos: o Inácio ainda tem seu cargo vitalício, no sentido de vivo, na presidência.

Tipologia neológica: neologismo lexical.

Processo de formação: composição por aglutinação, cruzamento vocabular: vitalício adj. – que tem garantia de vitalicidade; Inácio – nome próprio.

Observação: boa parte das criações se refere ao nome do presidente Lula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não basta a criação do neologismo para que ele se torne membro integrante do acervo lexical de uma língua. É a comunidade lingüística, pelo uso do elemento neológico ou pela sua não-difusão, que decide sobre sua integração ao idioma. O bloqueio também influenciará na formação de novas palavras. É ele que vai dizer quando uma regra de formação de palavras é frustrada ou bloqueada por se posicionar a um lugar já ocupado.

Se for freqüente, o neologismo é inserido em obras lexicográficas e considerado parte integrante do sistema lingüístico, deixando de ser neologismo. O dicionário simboliza o parâmetro, o meio pelo qual decidimos se um item léxico pertence ou não ao acervo lexical de uma língua, formando também seu *corpus* de exclusão.

Agamenon Mendes Pedreira é um personagem que os autores da coluna criaram para assiná-la. Verificamos que ele é criativo e a todo o tempo brinca com as palavras para zombar de alguém e, que, na maioria das vezes, emprega uma palavra no lugar de outra, com a qual possua semelhança fonética, para provocar o riso e a graça.

Neste trabalho só apresentamos 16 exemplos, mas o *corpus* completo foi composto de 66 vocábulos, nos quais se observou que os pro-

cessos de composição por justaposição e por aglutinação estão equilibrados, ocorrem na mesma medida. Em alguns casos observamos que, para a construção por justaposição, primeiro se formou um vocábulo por aglutinação. Os antropônimos foram muito freqüentes também, o que caracterizou o humor e a brincadeira com as pessoas citadas, principalmente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As palavras-valise se encaixaram perfeitamente no humor de Agamenon na brincadeira com as palavras, praticamente todas as aglutinações são cruzamentos vocabulares. O número de neologismos nos prova o quanto o humor “agamenístico” é criativo.

Os neologismos aqui apresentados foram criados com um fim estilístico, intencional, causando a ironia. E, por ser o humor, em especial o do Agamenon, um artefato que agrada a comunidade linguística, tem grande chance de ser difundido, embora dificilmente venha a ser dicionarizado devido ao propósito para o qual foi criado.

Verificamos, através do jornal e do humor, o quanto a língua portuguesa do Brasil está viva e sujeita a modificações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA Brasileira de Letras. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. Disponível em <http://www.academia.org.br>. Arquivo consultado em janeiro de 2007.

ALVES, Ieda Maria. *Neologismo: criação lexical*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1994.

BASILIO, Margarida. *Teoria Lexical*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1977.

CARVALHO, Nelly. *A palavra é*. Recife: Líber, 1999.

———. *O que é neologismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Século XXI*. Versão 3.0, CD-ROM. Rio de Janeiro: Nova Fronteira & Lexicon, 1999.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Morfologia: estudos lexicais em perspectiva sincrônica*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2007.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

SANDMANN, Antônio José. *Formação de palavras no português Brasileiro contemporâneo*. Curitiba: Scientia et Labor: Ícone, 1989.

———. *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1992.

**DIALOGISMO, ASPECTO CONSTITUTIVO DO DISCURSO
UMA RELEITURA DE BAKHTIN
A PARTIR DE AUTORES NACIONAIS**

Cleide Emília Faye Pedrosa (UFS e UERJ)

INTRODUÇÃO: BAKHTIN, LEITURA DA FONTE

Este percurso teórico terá como base as propostas bakhtinianas sobre dialogismo, conseqüentemente também sobre a polifonia. Destacamos, contudo, que o foco será através da releitura efetuada, principalmente, por estudiosos brasileiros.

O ponto de partida está em considerar que entre as categorias centrais na obra de Bakhtin estão as noções de linguagem, interação, **dialogismo** e ideologia. Ele afirma que

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica e isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (Bakhtin, 1997a: 123).

Na linguagem, vista como objeto da lingüística, não há quaisquer relações dialógicas; pois essas são impraticáveis entre os elementos do sistema da língua ou entre os elementos do "texto", considerando um ponto de vista estritamente lingüístico. "Elas tampouco podem existir entre as unidades de um nível nem entre as unidades de diversos níveis. Não podem existir, evidentemente, entre as unidades sintáticas" (Bakhtin, 1997b: 182).

Ele apresenta, assim, a noção de dialogismo como princípio fundador da linguagem (para a metalingüística): toda linguagem é dialógica, isto é, todo enunciado é sempre um enunciado de um locutor para seu interlocutor, logo toda linguagem é fruto de um acontecimento social. Um outro sentido que se configura para o dialogismo é que um texto sempre responde a um outro texto, ou que internaliza vozes de um outro discurso (interdiscursividade).

A linguagem só vive na comunicação dialógica daqueles que a usam. E precisamente essa comunicação dialógica que constitui o verdadeiro campo da vida da linguagem. Toda linguagem, seja qual for o seu campo de emprego (linguagem cotidiana, a prática, a científica, a artística, etc.), está impregnada de relações dialógicas (Bakhtin, 1997b: 183).

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

Para Bakhtin, as relações dialógicas constituem um fenômeno “quase” universal que penetra toda a linguagem humana e todas as relações e manifestações da vida humana – chamada de o “grande diálogo”. É tão somente sob essa orientação dialógica interna que a palavra do “eu” (“minhas palavras”) se encontra intimamente em relação com a palavra do outro (orientação dialógica interna, polifonia), sem, no entanto, se fundir com ela, sem absorvê-la nem absorver seu valor, isto é, conserva completamente a sua autonomia enquanto palavra (Bakhtin, 1997b).

Nessa perspectiva bakhtiniana, o discurso é constituído das relações dialógicas, como um palco de luta de vozes. Bakhtin destaca que as relações dialógicas são possíveis tanto entre enunciações integrais, como em parte significante do enunciado, e até mesmo em uma palavra isolada – isto “se ouvimos nela a voz do outro”, isto é, “se nela se chocam dialogicamente duas vozes” (Bakhtin, 1997b: 184). E ainda, as relações dialógicas são possíveis (*op. cit.*):

a) entre os estilos de linguagem, os dialetos sociais, etc., desde que eles sejam entendidos como certas posições semânticas, como uma espécie de cosmovisão da linguagem, isto é, numa abordagem não mais lingüística.

b) com a sua própria enunciação como um todo, com partes isoladas desse todo e com uma palavra isolada nele, 'se de algum modo nós separamos dessas relações, falamos com ressalva interna, mantemos distância face a elas, como que limitamos ou desdobramos a nossa autoridade.

c) (numa abordagem ampla das relações dialógicas), entre outros fenômenos conscientizados desde que estes estejam expressos numa matéria sgnica. Por exemplo, as relações dialógicas são possíveis entre imagens de outras artes (essas relações ultrapassam os limites da meta-lingüística).

A voz do outro, evocada no discurso do ‘eu, instaura o fenômeno polifônico. Essa polifonia só é marcada quando as vozes são plenivalentes (plena de valor dentro do grande discurso). O Outro e o eu constituem sujeitos- “afirmar o ‘eu’ do outro não como objeto, mas como outro sujeito”.

A essência da polifonia consiste justamente no fato de que as vozes (...) permanecem independentes e, como tais, combinam-se numa unidade de ordem superior à da homofonia. E se falarmos de vontade individual, então é precisamente na polifonia que ocorre a combinação de várias vontades individuais, realiza-se a saída de princípio para além dos limites de uma vontade. Poder-se-ia dizer assim: a vontade artística da polifonia é a

vontade de combinação de muitas vontades, a vontade do acontecimento (Bakhtin, 1997b: 21).

Bakhtin (analisando o romance polifônico de Dostoiévski e o próprio autor) destaca que Dostoiévski tinha o dom de “auscultar” o diálogo de sua época, mais precisamente, tinha o dom de “auscultar a sua época como um grande diálogo, de captar nela não só vozes isoladas, mas antes de tudo as *relações dialógicas* entre as vozes, a *interação* dialógica entre elas”. Ele também “auscultava” as vozes dominantes da época, fossem oficiais e não-oficiais, mas também apresentava o dom de escutar as “vozes ainda fracas”, em termos de “idéias latentes ainda não auscultadas por ninguém”; e mais, ele ainda sentia as “idéias que apenas começavam a amadurecer, embriões de futuras concepções do mundo”. ‘A realidade toda - escreveu o próprio Dostoiévski – não se esgota no essencial, pois, uma grande parte deste nela se encerra sob a forma de *palavra futura ainda latente, não-pronunciada*’ (Bakhtin, 1997b: 89).

Acompanhando ainda essa justificativa polifônica, podemos acrescentar que Bakhtin destacava que

No diálogo do seu tempo, Dostoiévski auscultava também os ecos das vozes-idéias do passado, tanto do passado mais próximo (dos anos 30-40) quanto do mais distante. (...)Dostoiévski adivinhava frequentemente como uma determinada idéia iria desenvolver-se e atuar em condições modificadas, que direções inesperadas tomaria seu sucessivo desenvolvimento e sua transformação. Para tanto, colocava a idéia no limite das consciências dialogicamente cruzadas. Ele reunia idéias e concepções de mundo, que na própria realidade eram absolutamente dispersas e surdas umas às outras, e as obrigava a polemizar. É como se acompanhasse essas idéias distantes umas das outras, pontilhando-as até o lugar em que elas se cruzam dialogicamente. Assim, ele previu os futuros encontros dialógicos de idéias ainda dispersas. Previu novas combinações de idéias, o surgimento de novas vozes-idéias e mudanças na disposição de todas as vozes-idéias no diálogo universal (Bakhtin, 1997b: 89).

Foi por essa genialidade em perceber a genialidade do Outro (Dostoiévski), que Bakhtin tem se tornando em nosso meio acadêmico uma das figuras mais lida e mais reescrita.

BAKHTIN: RELEITURA A PARTIR DE AUTORES NACIONAIS

Embora a ênfase aqui seja por autores nacionais, não negaremos a “palavra” a alguns (poucos) autores estrangeiros em contextos

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

em que sua voz seja de grande relevância para completar a coerência do que estamos discorrendo.

De Barros, trazemos a apropriação que ela faz do posicionamento de Bakhtin entre aspectos monológicos e dialógicos do discurso, ela acredita que:

O monologismo rege a cultura ideológica dos tempos modernos e a ele opõe o dialogismo, característica essencial da linguagem e princípio constitutivo, muitas vezes mascarado, de todo discurso. O dialogismo é a condição do sentido do discurso (Barros, 1999: 02).

Souza (1999) chama atenção para o fato de que a concepção de relações dialógicas substitui tudo o que era chamado de aspecto extraverbal, extralingüístico, subtendido do enunciado, em resumo, o que conhecíamos como conceito de situação. Os estudos das relações dialógicas não seria objeto do campo da Lingüística, mas da Metalingüística, cujas tarefas são listadas (em Souza, 1999: 75), com base em Bakhtin, em:

a) estudo dos aspectos e das formas da relação dialógica que se estabelece entre os enunciados e entre suas formas tipológicas (os fatores do enunciado): a forma dos enunciados;

b) estudo dos aspectos extralingüísticos e não significantes (artísticos, científicos e outros) do enunciado: a função social do enunciado;

c) estudo da palavra de outrem: ‘a orientação da palavra entre palavras, a sensação distinta da palavra do outro e os diversos meios de reagir diante dela.

Segundo Bakhtin (*apud* Souza, 1999: 75), as relações dialógicas são extralingüísticas “ao mesmo tempo, porém, não podem ser separadas do campo do *discurso*, ou seja, da língua enquanto fenômeno integral concreto. A linguagem vive apenas na comunicação dialógica daqueles que a usam. É precisamente essa comunicação dialógica que constitui o verdadeiro campo da vida da linguagem”. Assim, considerar a linguagem (enunciados construídos), em sua constituição dialógica (alternância de sujeitos), é vê-la como acontecimento social, resultante de alguma atividade de comunicação social (trabalho) realizada na forma de certa comunicação verbal.

Embora, a maioria dos autores faça um recorte e priorize a relação dialógica de forma bidimensional (entre os interlocutores, e entre os textos); em Souza, encontramos o destaque das relações dialógicas, defendidas por Bakhtin, em seu aspecto tridimensional (Souza, 1999: 80-82, 88):

a) o micro-diálogo: o diálogo interior, inserido dentro de uma pequena temporalidade. Dimensão psicológica e subjetiva do enunciado (discurso de um orador, curso de um professor, reflexões em voz alta). “discurso monoló-

gico”;

b) o diálogo no sentido estrito: o diálogo realizado em uma determinada situação, inserido em um tempo imediato, em que existe alternância de sujeitos;

c) o diálogo no sentido largo/o grande diálogo/ “diálogo inconcluso”: o diálogo que ocorre no fluxo das palavras, inserido na grande temporalidade. Corresponde ao enunciado do Outro no enunciado do ‘eu’.

Para o Círculo, todos os discursos seriam dialógicos ao se considerar sua estrutura semântica e estilística. Só na forma exterior é que poderia se instaurar a oposição entre discurso dialógico e monológico; dessa forma, mesmo o discurso interior seria dialógico, pois na consciência humana há o elemento sociológico, assim, o discurso interior “reflete e refrata a sociedade” em que o indivíduo está inserido. Assim sendo o discurso interior pressupõe um ouvinte virtual com o qual ele dialoga.

Souza, ainda destaca, em sua releitura de Bakhtin (*apud* Souza, 1999: 83), que “o enunciado existente, surgido de maneira significativa num determinado momento social e histórico, não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência ideológica em torno de um dado objeto de *enunciação*, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social”. Um enunciado é sempre resposta a outros enunciados anteriores, ou poderíamos dizer também que no enunciado encontram-se ecos (vozes) e lembranças de outros enunciados.

O estudo do estatuto das vozes (dialogismo, polifonia) comprova o poder que se exerce por meio da linguagem. O texto corresponde, assim, a uma arena de vozes em que predomina a voz que exerce poder social através de uma prática discursiva. Segundo Maingueneau (2000), em um discurso, as vozes são marcadas por seus lugares sociais. As vozes se expressam de posições sociais diferentes, representando diferentes graus de autoridade, de poder, de conhecimentos e interesses (Kress, 1998). Dessa forma se entende o dialogismo interacional em que o “sujeito perde o papel de centro e é substituído por diferentes (ainda que duas) vozes sociais, que fazem dele um sujeito histórico e ideológico” (Barros, 1999: 3).

Reforçando esse aspecto de poder social através da prática discursiva, podemos ainda acompanhar a visão de Bakhtin através de uma releitura de Mey (2001: 185):

O ‘discurso de dupla voz’ a que Bakhtin se refere em sua discussão sobre fenômenos como ironia e paródia não é somente uma questão de oposição entre vozes dentro do texto: estamos lidando com uma batalha pelo poder social, simbolizada em perguntas como: ‘Quem pode dizer o quê, para quem?’, ou ‘Quem pode falar e por quê?’.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

Entre as categorias relevantes, desenvolvidas pelo Círculo de Bakhtin, está a questão do discurso citado (enunciado de outrem), como categoria explícita de marca polifônica do texto. Assim, nenhuma palavra é nossa, ela traz a perspectiva de outra voz. O texto, concebido por Bakhtin, marca o ponto de intersecção de vários diálogos, de cruzamento de vozes que se originaram em práticas de linguagem diversificada socialmente, essas vozes, por sua vez, polemizam-se ou se completam ou respondem umas às outras (Barros, 1999). Assim,

É necessário observar no conjunto do enunciado, do discurso, de que forma a confluência das vozes significa muito mais uma interpretação do discurso alheio, ou a manipulação na direção da argumentação autoritária, ou mesmo a apropriação e subversão desse discurso (Brait, 1999: 25).

Desse modo, podemos considerar monofonia e polifonia como resultados de efeitos de sentidos (Barros, 1999) que decorrem de procedimentos discursivos, ou seja, se um texto “entrever muitas vozes”, diríamos que ele é polifônico; por outro lado, se ele esconder essas vozes, então apresenta o estatuto de um texto monofônico. Nas palavras de Brait (1999: 14, 15):

Tanto as palavras quanto às idéias que vêm de outrem, como condição discursiva, tecem o discurso individual de forma que as vozes – elaboradas, citadas, assimiladas ou simplesmente mascaradas – interpenetram-se de maneira a fazer-se ouvir ou a ficar nas sombras autoritárias de um discurso monologizado.

Rodrigues (2005: 174), em análise de um texto jornalístico, apresenta o dialogismo através de dois movimentos: movimento dialógico de assimilação e movimento dialógico de distanciamento. No primeiro, ocorre a incorporação de outras vozes, consideradas pelo articulista como relevante para a construção de seu ponto de vista. “O enunciado já-dito dialogiza o artigo e dá credibilidade à fala do articulista, pois traz consigo outras opiniões, verdades, fatos, dados com os quais o autor mantém relações dialógicas que vão dar corporeidade e sustentação a sua opinião” (Rodrigues, 2005: 174, 175), “abrindo espaço em seu enunciado para essa voz ‘falar’” (*idem*). Fato importante a considerar nesse movimento de assimilação é de que lugar social vêm essas outras vozes (senso comum, política, ciência, religião, jornalismo etc.). No movimento dialógico de distanciamento, há o apagamento, ou mesmo o apagamento das vozes a que o autor se opõe, negando a credibilidade da voz do outro. Geralmente, nesse tipo de movimento, a identificação do ‘outro’ pode ser indireta ou implícita através de uso de modalizadores.

Diferentes estratégias de enquadramento e de citação do discurso do outro marcam os movimentos dialógicos de assimilação e de distanciamento. “O enquadramento do discurso do outro cria a perspectiva, o fundo dialógico é dado ao discurso introduzido, dá-lhe um acento de valor” (Rodrigues, 2005: 175), pois, segundo a concepção bakhtiniana, mesmo que haja “precisão” em reportar a palavra do outro, esta estratégia discursiva sempre está sujeita a transformações de significado.

CONCLUSÃO: ABERTURA PARA NOVAS RELEITURAS

Parece que muito foi dito e muito há por dizer, tomando por base as concepções de linguagem e de discurso de Bakhtin. Suas obras têm proliferado em outras tantas obras. Seu discurso tem servido de base para outros discursos, pois como ele mesmo defende - um texto está sempre respondendo ou antecipando outros textos-, ou ainda, com outras suas palavras com idéias similares: “Qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma fração de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta” (Bakhtin, 1997a: 123).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997a (VOLOCHINOV, V. N).

———. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997b.

BARROS, Diana Luz Barros. Dialogismo, polifonia e enunciação. **In:** BARROS, Diana Luz Pessoa; FIORIN, José Luiz. *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 1 - 9.

BRAIT, Beth. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. **In:** BARROS, Diana Luz Pessoa; FIORIN, José Luiz. *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 11 - 27.

KRESS, Gunther. Considerações de caráter cultural na descrição linguística: para uma teoria social da linguagem. **In:** PEDRO, Emília Ribeiro (org.). *Análise crítica do discurso*. Lisboa: Caminho, 1998, p. 47-76.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

MEY, Jacob L. *As vozes da sociedade*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem. **In:** MEURER, J.L. et all. *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005, p. 152-183.

SOUZA, Geraldo Tadeu. *Introdução à teoria do enunciado concreto do círculo Bakhtin/Volochinov/Medvedev*. São Paulo: Humanitas, 1999.

**DOCUMENTOS HISTÓRICOS BRASILEIROS
EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA
E ESTUDO DA ARGUMENTAÇÃO**

Gilberto Nazareno Telles Sobral (UNEB / FIB)

Este trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa sobre a argumentação que está em fase de desenvolvimento e objetiva apresentar uma reflexão sobre as estratégias argumentativas utilizadas pelos camaristas da Cidade do Salvador, durante o período colonial, para o estabelecimento da relação com a coroa portuguesa. Para tanto, são utilizados pressupostos teóricos da Nova Retórica, de Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, e da Semântica Argumentativa de Oswald Ducrot.

Inicialmente, propõe-se, por tratar-se de um documento manuscrito do século XVIII, um trabalho de edição de texto, com todo o rigor da Crítica Textual. Tarefa fundamental da ciência filológica, a edição de documentos manuscritos tem por objetivos o resgate e a preservação da memória cultural e a conservação do acervo documental de um povo, através da reconstituição de um texto, visando aproximá-lo, o máximo possível, do original. O valor de uma edição está, em outros aspectos, no fato de permitir uma leitura facilitada ao leitor especializado e/ou comum de um texto próximo a última vontade do seu autor.

Segundo Foucault (2002: 7),

O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações.

Assim, após editado o texto, estudar-se-á os processos argumentativos nele presentes.

Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca ([1958], 1996) estão entre os pioneiros²⁶ na reabilitação da Retórica. Se a Retórica antiga tinha como objeto a arte de falar em público de modo persuasivo, ou seja, referia-se ao uso da linguagem oral, do discurso, esta Nova Retórica não pri-

²⁶ Entre os pioneiros está Stephen Toulmin, que publicou, em 1958, o livro *The uses of Argument* pela Cambridge University, que não é utilizado neste trabalho.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

vilegia a unicidade da linguagem, aceitando o seu pluralismo, tanto nos valores morais como nas opiniões.

Segundo os autores (1996: 4), argumentar é “provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhe apresentam ao assentimento”, sendo necessário que haja um acordo prévio entre orador e auditório. O estabelecimento do acordo entre o Senado da Câmara e o rei de Portugal ocorre quando ambos se colocam à disposição do bem-estar do povo brasileiro e, neste caso, em particular, da população de Salvador.

Este acordo entre o orador e o auditório está relacionado ao que mutuamente se concebe e admite entre ambos, exprimindo-se, assim, nas premissas da argumentação. Vale ressaltar que a finalidade da argumentação não é provar a verdade da conclusão a partir da verdade das premissas, mas a sua adesão.

Sendo a argumentação um esforço à adesão dos espíritos, Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958]1996: 22) destacam a importância do auditório, definindo-o como “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação”. Assim, qualquer argumentação implica algumas condições: ela está inserida num determinado contexto e dirige-se a um determinado auditório, sobre o qual o orador objetiva exercer uma ação, seja pela persuasão seja pela convicção.

Numa outra perspectiva, Ducrot (1987), com a Semântica Argumentativa, esboça outra forma da teoria da argumentação pela necessidade de um conceito mais largo, que não se refira aos enunciados na sua totalidade, mas aos elementos semânticos constituintes de seu sentido. Esta noção de elemento semântico implica uma análise de sentido e uma série de representações independentes; ela se traduz, segundo o autor citado, na sua teoria da polifonia como “ponto de vista de um enunciador colocado em cena pelo enunciado.”

No seu “Esboço de uma teoria Polifônica da Enunciação”, irá discutir a origem da enunciação e os sujeitos nela presentes. Contra a tese de unicidade do sujeito, a teoria de Ducrot parte do pressuposto de que o sentido do enunciado é uma descrição de sua enunciação e para essa descrição o enunciado fornece indicações, principalmente sobre o(s) autor(es) eventual(is) da enunciação. Deste modo, sua tese comporta duas idéias: a atribuição à enunciação de um ou vários sujeitos que seriam sua origem e a necessidade de se distinguir entre sujeitos que seriam dois tipos de personagens, os locutores e os enunciadores.

Conforme o autor (1987: 182),

O locutor é “um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade desse enunciado”, enquanto que por enunciadorez compreendem-se “seres que são considerados como se expressando através da enunciação sem que para tanto se lhes atribuam palavras precisas”. Se eles “falam” é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não no sentido material do termo, suas palavras.

Conhecer, portanto, as vozes que constituem um dizer e sua importância em contextos específicos é um importante caminho para compreender o funcionamento da organização social, da qual emergem os discursos.

O *corpus* em análise é uma carta enviada pelo Senado da Câmara ao Rei de Portugal, em dezembro de 1753, na qual os camaristas solicitavam a conservação da prática de fatura e venda do sabão.

O AQUI da enunciação é o lugar social de onde o EU fala. Os membros da Câmara, os “homens-bons”, falam com a autoridade conferida àquele Órgão, que, nos municípios, tinha o poder deliberativo. Cada um de seus membros era um representante das “vontades” e “necessidades” dos habitantes.

O AGORA (momento da enunciação) está inserido no reinado de D. José I, compreendido entre os anos de 1750 e 1777. É caracterizado por um período marcado por uma série de dificuldades, cujas reformas administrativas, idealizadas pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, visavam, prioritariamente, reerguer economicamente Portugal e impor o absolutismo monárquico. Os efeitos dessas mudanças foram sentidos não apenas em Portugal mas também no Brasil.

A Cidade do Salvador convivia com uma grande desorganização administrativa. Boa parte de suas rendas era gasta com obras que, além de dispendiosas, não beneficiavam um grande número da população.

Além dos conflitos políticos em função da disputa do poder local e aqueles de ordem econômica, visto que as rendas da Câmara, aplicadas nas festividades, nas obras públicas, no pagamento de ordenados e aposentadorias, eram também destinadas, muitas vezes, a obras altamente dispendiosas e/ou desnecessárias, tinha ainda a Câmara a obrigação de pagar à Coroa as “terças” ou “terças partes”, que eram um terço de todo o

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

rendimento do ofício arbitrado pelo Governador e pelo Ouvidor da Capitania, recolhidas no cofre da Câmara e remetidas ao Conselho Ultramarino, em Lisboa.

Assim, o referido período pode ser delineado pela briga de poder na administração municipal, pelos abusos de poder das autoridades, tanto dos membros eleitos da Câmara como daqueles nomeados pelo rei, mas também pela desatenção de ambos os segmentos em relação aos problemas enfrentados pela população.

Neste contexto, o orador/locutor (L), aquele que assume o papel do “eu” na cena enunciativa, não é representado por apenas uma pessoa, mas por todos os representantes do Senado da Câmara, que, por serem autoridades do município, assumem um lugar especial, o de porta-voz do povo soteropolitano.

O auditório/alocutário (AL), o “tu” da cena enunciativa, é o Rei de Portugal, D. José I, a quem o locutor atribui o conhecimento e importância das necessidades explicitadas na carta. Nesta cena enunciativa, identificam-se também os receptores não-alocutários: aqueles previstos por L, como, por exemplo, o Marquês de Pombal, que era não apenas o homem de confiança do Rei, mas o grande responsável pelas medidas administrativas do reinado de D. José I, e demais conselheiros reais, e os não-previstos por L, qualquer funcionário da Corte Portuguesa, que poderia ter acesso às cartas enviadas àquele país.

A cena enunciativa divide-se em três momentos delimitados, inclusive, em sua materialidade, por parágrafos, da seguinte forma: constatação e denúncia do fato, apresentação da posição adotada diante da situação denunciada e, finalmente, a busca da adesão do auditório/alocutário, Sua Majestade, à posição adotada pelos membros da Câmara.

Logo no início da cena enunciativa, a forma pronominal **nos** cria um efeito de subjetividade, em que o orador/locutor é, também, o enunciador E1, ou seja, é a partir da perspectiva dos membros da Câmara que o discurso vai ser desenvolvido. Também importante, neste momento, é a relação de temporalidade estabelecida com as formais verbais **constar**, que traz para o momento da enunciação uma situação marcada no discurso com a forma verbal **padeciaõ**. Observa-se que padecer é uma forma verbal empregada para representar sofrimento profundo. Como, no referido período, verificava-se um grande descontentamento da população em virtude das condições sociais, ao trazer para a enunciação a referida forma verbal, o orador/locutor poderia conduzir o auditório/alocutário ao

subentendido de possibilidade de conflitos entre comerciantes e autoridades, que poderiam ser evitados caso houvesse a adesão de Sua Magestade à tese defendida.

Senhor Por nos constar, q(ue) os morado[re]s desta cid(ad)e, e seu re[con]ca[vo] padeci[aõ] amayor consternação nas indiscretas diligencias, e desordenados varejos, [q(ue)] desp[ach]am [...] [e]xecutav[a] Joaquim Alberto Duarte, Pr[ocu]rador do [Conde] de [Ca]stello Melhor, (sem preced[er] mandado, ou auth[o]r[ida]de da justiça, como sere[co]menda nas mesmas Doações emque funda a sua jurisdição) afim de [...] [re]duzir [custo] do sabaõ do Reyno com exclusiva total, doq(ue) [s]e fabrica na Terra, foi notif[ic]ado, p(ar)a apr[es]entar nesta Camara as Doações do d(it)o Conde de Castello Melhor, pois [so] assim sepoderia [exa]minar apermiss[aõ] ou [fa]cultade de estancar o sabaõ do Reyno, por ter Vossa Mag(esta)de [de]terminado em a Provisão[de] vint[te] etres de [Mayo] deste presente an[no] copiada a[f(olha)]1 que seja o conde deCaste[l]lo Me[lh]or conservado nas suas Doações, eestilo deas [pr]aticar, sem alteraçãõ alguã, nem o d(it)o Procurador podia eximirse da necessidade de as registrar nos Livros da Camara.

Na seqüência, o orador/locutor conduz a argumentação não apenas relatando como a situação desenvolvia-se, mas marcando-se no texto com a inserção de juízos de valor: **d[epoi]s [de] alguã [r]epugnancia**, para denunciar a atitude do denunciado, e **comas expressões mais effi- cazes aobservancia das ordens de Vossa Magestade q(ue) como vas- salo estava obrigado a guardar, [e]nquanto vossa Magestade**, em que o orador/locutor cria de si a imagem do fiel seguidor das determinações do Rei, outro recurso bastante eficaz à persuasão do auditório/alocutário. Com o emprego do performativo **declarou**, a argumentação apresenta-se na perspectiva do próprio auditório/alocutário, surgindo, então, outro enunciador, o E2, que vai referendar a tese defendida pelos camaristas, visto que o próprio auditório/alocutário se presentifica como argumento de autoridade.

Obedecen[do] com effeito anotificaçãõ, (d[epoi]s [de] alguã [r]epugnancia,) veyo pessoalmente a[pr]esenta[r] em auto de[ve]reaçãõ [nas] [do]ações c[op]iadas numero 2º, as quaes [s]end[o] vistas e examinadas com toda a circums[pe]çãõ, achamos, q(ue) por ella senaõ permite ao conde de Castello Melhor genero algum de Estanque neste Estado, nem outro privilegio mais que afaculdade devender Livrem(en)te o sabaõ do Reyno, sem se estorvar aos Moradores o uso do que se faz no Paiz Como ja declarou Vossa Mag(esta)de na [Pro]visão numero [2º] de tres deAgosto, demil sette centos cincoenta e [dous] aqual por se não ac[h]ar de[ne]gada pela ultima Provisão detres de Mayo do [pre]sente anno de mil sette centos cicoenta etres, (q(ue) só çêde em mera confirmação das [suas] Doações) deve inte[j]ramente subsistir, esendolhe estranhado e excesso q(ue) praticava nos varejos, contravindo as mesmas Doações q(ue) arrogava a seu favor, lheadvertimos comas expressões mais effi- cazes aobservancia das ordens de Vossa Magestade

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

O orador/locutor também se utiliza da argumentação pelo modelo, ao valorizar a postura dos Ministros da Justiça e da Fazenda, para refutar a atitude do Conde de Castelo Melhor, que é apresentado como antimo-delo. Esta oposição é marcada no discurso pelo confronto entre **temerário procedimento**, atribuído a este, e **benignidade**, característica daqueles.

Moradores desta Cidade, os quaes por estarem costumados [a-be]nignidade, [e]om que seportam os Ministros daJustiça eFazenda devossa Magestade nas diligencias [q(ue)] fazem por obrigação dos [se]us officios, com justificada razão [s]e escandalizavaõ do seu tem[e]ra[r]io procedimento, publicando com inçessantes clamores o detrimento, e prejuizo q(ue) experimentavaõ, em beneficio da fazenda de hum Donatário

Dando prosseguimento à argumentação, o orador/locutor fala a partir da perspectiva de outro enunciador, o E3, o Conde de Castelo Melhor, que passa de opositor, de denunciado, a cúmplice. Em **econven-ci[do] [de] verdade prometteo ceder do projecto er[ra]da[m]mente in-tentado, [r]es[ig]nando[s] todo aoq(ue) d[ete]rminace a Vereação**, o E3 surge no discurso para confirmar a tese defendida pelo E1, logo, se o acusado passa a compartilhar a mesma opinião do acusador, a adesão do auditório/alocutário parecia estar bem próxima. Neste sentido, a argu-mentação é reforçada logo em seguida com **não podemos expôr aVossa Mag(esta)de por [m]leyo ma[is] efficaz as viciencias por elle pratica-das, constituindo-se o escandalo univer[s]al detoda esta Cidade**. Estas evidências são a admissão da verdade, o documento assinado, cuja res-salva feita pelos camaristas em **ainda q(ue) [du]viduo ao depois o as-signar o termo** são elementos que ajudam a criação da imagem do anti-modelo.

Por fim, o orador/locutor conclui o seu discurso não mais do lugar social anteriormente ocupado, o de autoridade do município, porém as-sumindo outro lugar social, o do humilde vassalo, transferindo, assim, para o auditório/alocutário a responsabilidade do que havia sido exposto, não deixando outra alternativa senão a adesão à tese principal. Desta forma, evidencia-se, também, um discurso baseado no argumento prag-mático, que, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958]1996: 304), a partir do momento em que uma ligação fato-conseqüência é constatada, a argumentação se torna válida, seja qual for a legitimidade da própria li-gação.

Finalm(en)te senhor, concluimos expondo humildemente a Vossa Mag(esta)de o consideravel prejuizo q(ue) experimenta[va] este Povo no es-tanque do sabaõ do Reyno, comexclusiva doq(ue) se q[ui]z nesta Terra

No discurso dos camaristas da Cidade do Salvador, materializa-se a ideologia da elite daquela época na Cidade do Salvador, a qual utilizava o bem-comum para legitimação de interesses próprios, uma vez que aquilo que seria objeto para o estabelecimento do acordo entre orador e auditério não era compatível com a situação vivida por grande parte da população. A partir da análise das referidas cenas enunciativas, confirma-se que os discursos são uma representação das práticas sociais num determinado contexto sócio-cultural.

REFERÊNCIAS

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Rev. Téc. da Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. Trad. de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: M. Fontes, 1996.

SALVADOR, Câmara Municipal. *Cartas do Senado a Sua Magestade*. Salvador: Câmara Municipal/ Fundação Gregório de Matos, 1994/1996. Documentos Históricos do Arquivo Municipal, v. 9/10.

SOBRAL, Gilberto Nazareno Telles. *A relação colônia-metrópole no século XVIII*: edição semidiplomática das cartas do senado e estudo da argumentação (tese de doutorado). Salvador, 2004.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

GAFE E OS FENÔMENOS RELACIONADOS AO RISO

Renata da Silva de Barcellos (CETOP-UFF)

GAFE & RISO

Primeiramente, cabe ressaltar que a partir da análise do *corpus*, da leitura de textos da linha Interacionista e das definições de gafe encontradas²⁷, consideramo-na como o surgimento de uma ação (constituída pela realização de atos de linguagem²⁸ e/ou de atos não languageiros) involuntária, imprevista ou até mesmo intencional praticada por um dos participantes, mas inadequada à situação comunicativa, cuja consequência é a desestabilização do curso da interação e ameaçada à face do alvo.

Investigaremos, neste trabalho, o riso, enquanto liberação de energia (Freud, 1930) para responder as seguintes questões: por que em alguns casos de gafe os participantes ratificados e/ou não-ratificados riem?; o riso é uma das causas da gafe?; há alguma ligação da gafe com os fenômenos relacionados a ele?

Após travarmos conhecimento com as opiniões de diversos autores acerca do assunto, dentre os quais: Freud (1930), Bérghson (1958) e Propp (1992), concluímos que o riso é algo próprio do homem. Isso se justifica pelo fato de somente ele possuir tal peculiaridade. Conforme Bérghson, o homem é “um animal que sabe e que faz rir” (1958). Assim,

²⁷ Goffman, um dos poucos autores a tratar essa questão, a considera como “fontes de embaraços e dissonâncias que não estavam nos planos da pessoa responsável por eles e que seriam evitados se o indivíduo conhecesse de antemão as consequências de sua atividade” (1975:193). Claudia Matarazzo diz que se trata de “uma situação fora de contexto” (1996:13).

Já Coelho ao defini-la como “um tipo de ameaça à face na qual a responsabilidade da pessoa cuja “linha” adotada provoca a ameaça é nenhuma” (2002:79). Outro autor que discorreu sobre o assunto foi Vincent, definindo a gafe como “emissão de palavras que não poderiam ser ditas, mas que, infelizmente, o foram” (Vincent, Deshaies & Martel apud Laforest, 2003:156).

²⁸ Primeiramente, cabe dizer que adotamos o termo “linguagem” no lugar de “fala” porque analisaremos os diversos tipos de linguagem (verbal, não-verbal e paraverbal) para esta pesquisa, ou seja, não nos restringiremos a linguagem verbal “fala”. A teoria dos atos de linguagem surgiu no interior da Filosofia da Linguagem, no início dos anos sessenta, com os membros da Escola Analítica de Oxford – Austin, Searle, Strawson e outros. A partir da nova concepção de linguagem, enquanto forma de ação, o pioneiro Austin, desenvolveu a Teoria dos atos de fala, publicada, em 1962, no livro *How to do Things with words*. Mais tarde, Searle desenvolveu e aperfeiçoou o estudo e o funcionamento dos atos de linguagem na obra *Speech acts*, em 1969.

ele tanto pode emitir um riso, como também provocá-lo em alguém. E, ao observar o *corpus*, verificamos que essas duas possibilidades estão relacionadas ora ao fato de ser o responsável pelo surgimento da gafe, ora ao tratamento dado ao desvio cometido.

Quanto ao fato do riso ser o desencadeador da gafe, vejamos o exemplo da funkeira Tati Quebra-Barraco. No momento em que ela foi detida por dirigir há nove meses sem a carteira, a reação da cantora foi rir. Um dia depois da reportagem (como foi citada nas páginas 52 e 53), o jornal O Globo publicou a seguinte nota com o título *Ilegal e daí?*: “O Brasil é o país do ilegal e daí?” Vejamos como ri a funkeira Tati na foto:



Nesta situação interlocutiva, o riso da funkeira antes da declaração foi o responsável por torná-la uma gafista. Ele indica que a cantora não se importa com a sua ação indevida, um delito cometido (dirigir sem carteira), e, conseqüentemente, considera a atuação da polícia sem importância. Podemos dizer, então, que neste caso o riso é um “ato cruel – de destruição” (Propp, 1992: 46), porque ela compromete a sua imagem com tal atitude e a dos policiais.

Depois da reflexão acerca do riso, examinaremos os fenômenos relacionados a ele (humor, chiste e cômico), a fim de ratificarmos a hipótese de que a gafe pode ser oriunda deles também. A distinção entre esses fenômenos ficará evidente no próximo tópico, em que as gafes serão analisadas conforme a relação que estabelecem com um deles.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

Fenômenos relacionados ao riso

A partir da explanação anteriormente sobre o riso, constatamos que o homem ri no momento em que percebe algum tipo de desvio (e como a gafe é um deles, é comum o seu surgimento).

No que se refere aos fenômenos relacionados ao riso - o humor, o cômico e o espírito, o que há em comum entre eles é o próprio riso. E a diferença é que cada um desses elementos é desencadeado por um processo diferente.

Observaremos, então, a seguir como cada um dos fenômenos relacionados ao riso, dependendo da forma como surgiram, pode configurar uma gafe. Vejamos:

Humor

Segundo Freud, o humor é “um meio de obter prazer, apesar dos afetos dolorosos que interferem com ele; atua como um substitutivo para a geração destes afetos, coloca-se no lugar deles” (Freud, 1930:242)

Com relação às espécies de humor, Freud diz que elas são “extraordinariamente variadas de acordo com a natureza da emoção economizada em favor do humor: compaixão, raiva, dor, ternura, etc”. Dessa forma, o homem faz humor a partir de qualquer tipo de problema que o aflija ou à sociedade em que vive. Assim, segundo o autor, o humor pode ser “contra si mesmo ou contra o outro”. Portanto, através da “plaisanterie”, o homem manifesta o seu descontentamento, reage para atenuar a sua dor e dar a “volta por cima”. Entretanto, há casos em que a tentativa de utilização deste recurso é um fracasso e a sua consequência é a de a pessoa responsável pelo uso do humor se tornar um gafista, por causa do constrangimento provocado nos envolvidos. Diante dessas explanações e da observação do *corpus*, vejamos o seguinte exemplo em que o humor é uma das causas da gafe:

Durante um discurso, num evento de estudantes na Califórnia, John Kerry decidiu improvisar um determinado trecho:

– É ótimo estar aqui com universitários. Vocês sabem que, se aproveitarem bem a educação, se estudarem muito, se fizerem o seu dever de casa e se esforçarem para ser brilhantes, poderão se dar bem. Se não fizerem isso, acabarão atolados no Iraque. (*O Globo* 02/11/07)

Neste exemplo, verificamos que a tentativa de utilização do humor foi um fracasso, por causa da alusão aos soldados americanos que estão na guerra do Iraque. Sugerindo que estes militares estão lá por terem sido maus estudantes. Tal discurso foi considerado pelo presidente Bush e pelos americanos como um insulto, ou seja, uma gafe imperdoável. O incidente do senador Kerry teve conseqüências graves como o cancelamento de comícios de democratas e a transformação em alvo de ataques republicanos. Isto significa que ele teve a sua imagem destruída e comprometeu a dos militares na guerra. O que o levou a pedir desculpas pelo deslize cometido, no dia seguinte.

Diante dessas explanações, inferimos que por causa dos valores sociais instaurados, o locutor é considerado *inconveniente, insensível e dissimulado* por proceder de forma inadequada (no caso, ao querer fazer humor, agir de maneira inapropriada ao contexto, conteúdo ou identidade), tornando-se um gafista.

Chiste

Segundo Freud, o chiste é um efeito e a sua relação com o inconsciente é seu traço característico (1969). A partir dos exemplos encontrados no *corpus*, podemos dizer que ele é breve, podemos dizer que ele é breve, são tiradas rápidas.

Outro aspecto relevante é o fato de que o chiste requer o terceiro. Assim, é necessário que seja comunicado a um terceiro para que este o depreenda, e, conseqüentemente, proporcione-lhe prazer. De acordo com isso, o prazer do chiste “decorre do fato de se ter feito rir o outro” (Almeida, 1999:45), ou seja, um enunciado é classificado como chistoso quando aquele que escuta, percebe o chiste. Por outro lado, aquele que o elabora não pretendia realizá-lo (daí a sua origem do inconsciente). Entretanto, se o enunciado proferido causa constrangimento entre os participantes, ele engendra uma gafe. Por exemplo, a seguir sobre a tragédia no metrô de São Paulo (a cratera que engoliu vários veículos e transeuntes devido à uma explosão para a expansão do percurso), em janeiro de 2007, em que houve 7 vítimas.

Ontem, numa coletiva sobre a tragédia no metrô de SP, os coleguinhas perguntaram o nome do encarregado da obra. – Engenheiro Aragão – disse um acessor do consórcio. Mas Aragão de quê?, quiseram saber. E um gaiato: “Renato Aragão” A gargalhada foi geral. (*O Globo*, 19/01/2007)

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

No enquadre entrevista sobre o acidente no metrô em SP, a situação estava tensa em virtude da gravidade do problema, que além de sete vítimas fatais, outras perderam seus bens (imóveis, automóveis, etc). Como até aquele momento a causa ainda não havia sido descoberta, fizeram uma coletiva a fim de esclarecer a população acerca da tragédia. No seu decorrer, ao dizer “Renato Aragão”, um participante não-ratificado é responsável pelo abrandamento da tensão, pois todos liberam a energia “negativa” com a alusão feita ao humorista. E isso faz com que o chiste se transforme numa gafe, por causa da sua inadequação. Devido à gravidade do assunto tratado, pelas normas sociais, não era permitida “brincadeira” naquela situação.

Por outro lado, às vezes, de uma situação harmoniosa surge um chiste que a desestabiliza. Vejamos o exemplo de Chico Buarque:

Durante um show, no Canecão, no Rio de Janeiro, uma fã animada soltou um “tesãooo” para Chico Buarque.

Chico pediu:

– tesão não, os meus netos estão na platéia. E emendou:

“vovô viu a vulva?”

Depois, corou de vergonha. (*O Globo*. 16/01/07)

Na situação interlocutiva acima, verificamos que três aspectos do enunciado do cantor “vovô viu a vulva”: primeiro, na tentativa de exemplificar para a fã um enunciado adequado para a platéia infantil. Segundo, a ilustração que é um chiste, sofreu uma troca de palavras do texto original (enunciado presente em cartilhas tradicionais) “vulva” no lugar de “uva” o que caracteriza um caso de ato falho ou lapso?. Terceiro, a troca de palavras gera constrangimento para os envolvidos por causa da referência ao órgão sexual feminino. O cantor torna-se então um gafista, por causa do chiste fracassado em função da palavra e por ficar implícito que a fã estaria sem calcinha e ele estivesse vendo a sua genitália.

Como o chiste e a gafe têm em comum o fato de serem provenientes do inconsciente, às vezes, no desenrolar de uma interação, quando surge um chiste, dependendo do contexto, do conteúdo e da identidade dos envolvidos, ele pode ser responsável pelo surgimento, agravamento ou amenização de uma gafe devido ao seu caráter comprometedor.

Enfim, cabe ressaltar também que além disso, constatamos que há casos de sobreposição de fenômenos (como o anterior de Chico Buarque) em que a gafe é uma provocada por outros fenômenos discursivos

presentes num único enunciado. Isso nos faz pensar que além do grupo de gafes verbais, não-verbais, paraverbais, interventivas e não-interventivas; há também o grupo das abertas (quando é um desdobramento de algum outro fenômeno, como os mencionados nesta parte) ou das fechadas (só ela é identificada, como no seguinte exemplo: na festa de lançamento da novela Paraíso Tropical, no Copacabana Palace, uma repórter portuguesa se dirige à atriz Beth Goulart e lhe pergunta:

– Você é uma mãe galinha?

Beth Goulart com os olhos arregalados ouve a explicação da repórter

– Aquela que coloca os filhos embaixo das asas.

– Ah, tá. Aqui galinha é outra coisa (risos). (*O Globo*, 05/03/2007)

No exemplo acima, verificamos que, ao ouvir a realização de um ato de linguagem direto (em forma de pergunta) “você é uma mãe galinha?” cujo efeito de sentido seria o de ofensa (o termo “galinha” utilizado neste contexto significa prostituta no Brasil), a atriz utiliza um recurso extralingüístico (arregalar os olhos) para demonstrar surpresa. Ao captar a força ilocutória desse ato (a de consternação), a repórter retoma a palavra para explicá-la “aquela que...”. Levando a atriz a intervir através de atos de linguagem (para declarar que o termo “galinha” tem outro sentido no português do Brasil) e de atos não linguageiros (risos) para atenuar a situação embaraçosa e salvar a sua face.

Cômico

Na obra *Le rire, essai sur la signification du comique* (1958), Bérgeon emprega a palavra cômico para designar “aquilo de que se ri”. Para o autor, “aquilo” se reporta a alguém que se torna ridículo ao ser observado por um indivíduo, quando este percebe algum desvio na conduta de quem observa. E caso a ação inadequada praticada comprometer a face de alguém, o cômico se tornará um gafista.

Quanto às modalidades de cômico, conforme o autor, há cinco: de formas, de gestos, de ação, de palavras, e de caráter. Vejamos, então, no exemplo a seguir, como numa interação (onde são realizadas ações consideradas cômicas) acontece uma gafe.

Partindo-se do princípio de que o indivíduo tem conhecimento dos padrões de comportamento que a sociedade lhe impõe e esta espera que ele os adote, o cômico e seu efeito, de acordo com o grau de incons-

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

ciência, surgirão quando o indivíduo não adotá-los. E conforme for a natureza do desvio de comportamento, o riso pode ser suscitado e a face do cômico comprometida, configurando uma gafe. No seguinte exemplo, Cláudia Matarazzo relata um dos primeiros casamentos de um dos colegas de turma da faculdade na igreja Cruz Torta, em São Paulo.

Já no altar, o noivo não faz a menor questão de esconder o nervosismo.

Como se estivesse um pressentimento do que estaria por vir. O nervoso aumentava à medida que o casamento prosseguia. E agora na hora das alianças. Cadê as alianças? Eduardo revira um bolso, revira o outro, pergunta para um padrinho, mexe aqui, ali e nada. Finalmente encontra, mas está tão aflito que as alianças foram parar no chão. Elas rolaram e foram parar no meio da igreja. Não dá para imaginar, mas eu juro que vi: duas dúzias de convidados rastejando entre os bancos por minutos intermináveis... Depois um cão resolveu brincar com a batina do padre, enrolando-se no tapete debaixo do altar. Muito constrangido dizia: "xô, Pítuca! Fora, fora!". Na hora dos cumprimentos, Eduardo não agüentou tanta emoção: acometido de uma inadiável dor de barriga... teve de entrar apressadamente na sacristia. (Matarazzo, 1996: 114)

No enquadre casamento, observamos que o comportamento de todos os participantes, principalmente, o do noivo, foge ao padrão instaurado socialmente. Surgindo assim várias situações inusitadas, começando pelas alianças que o noivo não as encontra, depois pela procura dos convidados, a presença de um animal na igreja brincando com a batina do padre e por fim a saída repentina do noivo na hora dos cumprimentos, deixando a noiva sozinha. Estas ações imprevistas são consideradas, então, cômicas. Muitas delas ocorreram em função da conduta do noivo, sendo responsáveis, portanto, pelo comprometimento da face dele e, por conseqüência, pela configuração de três gafes. Primeira, o esquecimento do lugar onde colocou as alianças. Segunda, o ato de deixá-las cair no chão da igreja. Terceira, a ida ao banheiro no meio dos cumprimentos dos convidados.

A partir do exposto, detectamos que os participantes presentes naquele enquadre vivenciaram um momento tenso, enquanto os participantes não-autorizados (presentes - viram a cena ou ausentes - foi relatado a eles) podem achar engraçado e rirem, porque as ações escapam do que se é esperado do contexto casamento na igreja.

Logo, podemos dizer que quando ações realizadas são extremamente incompatíveis com as normas de conduta de um determinado contexto, a ponto de comprometer a face, pelo menos, da pessoa considerada cômica, engendra-se uma gafe, tornando-se assim a cômica em uma gafista.

Enfim, após examinarmos exemplos de cada um desses fenômenos expostos acima, ratificamos a hipótese de haver uma relação deles com a gafe. Isto ocorre quando num desses fenômenos há algum comprometimento da face dos envolvidos. E, a partir disso, fizemos outra constatação a respeito da constituição da gafe: há casos em que ela é uma consequência de algum outro fenômeno discursivo. Isso nos faz pensar que além do grupo de gafes verbais, não-verbais, paraverbais, interventivas e não-interventivas; há também o grupo das abertas (quando é um desdobramento de algum outro fenômeno, tais como os mencionados neste capítulo 4) ou das fechadas (só ela é identificada, ver exemplos das páginas 42- 49-77). Então, a partir do que desenvolvemos até o momento, chegamos a este esquema de tipos de gafe.

CONCLUSÃO

A partir da análise dos fenômenos relacionados ao riso e da gafe, à luz da Sociolinguística Interacionista, constatamos que se houver comprometimento da face, a gafe será caracterizada, provocando desarmonia na interação em curso.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Fernando Afonso de. *Linguagem e humor*. Niterói: EDUFF, 1999.

———. Desvios e efeitos na produção de enunciados. **In:** *Boletim da ABRALIM*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2001.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral*. São Paulo: Nacional Edusp, 1976.

———. O aparelho formal da enunciação. **In:** *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BERGSON, Henri. *Le rire, essai sur la signification du comique*. Paris: PUF, 1958.

FREUD, Sigmund. *Le mot d' esprit et ses rapports avec l' inconscient*. Paris: Gallimard, 1930.

———. *Psicopatologia da vida quotidiana*. Lisboa: Estúdios Cor, 1974.

GOFFMAN, E. *Frame analysis*. New York: Harper & Row, 1974.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

- . *A representação do eu na vida quotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- . A elaboração da face. **In:** FIGUEIRA, S. A. (org.) *Psicanálise e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- . *Footing*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.
- HOUAISS, Antonio. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. L'ironie. **In:** *Linguistique et Sociologie*. Paris: Seuil, 1976.
- . *L'implicite*. Paris: A. Colin, 1986.
- . *Théorie des faces et analyse conversationnelle*. Paris: Minuit, 1989.
- . *Les interactions verbales*. Tome 1. Paris: A. Colin, 1990.
- . *A noção de "negociação" em análise da conversação*. **In:** Graçatá. Niterói: EdUFF, 1996.
- . *L'analyse des interactions verbales*. Paris: Lallies, 2000.
- . *Les actes de langage dans le discours*. Paris: Nathan, 2001.
- PROPP, Vladimir. *Comichidade e riso*. São Paulo: Ática, 1992.

**GÊNEROS DISCURSIVOS E ALFABETIZAÇÃO:
UM OLHAR SOBRE SUA RELAÇÃO
NA PROPOSTA PEDAGÓGICA DO LIVRO DIDÁTICO**

José Teixeira Neto (UFS)

INTRODUÇÃO

Para falar, compreender o outro, ou fazer-se compreender através da língua oral ou escrita, é necessário que o falante tenha domínio da forma como se organizam os enunciados, bem como das situações de produção de cada um deles. A criança, quando chega à escola em fase de alfabetização, já utiliza determinados comportamentos lingüísticos que precisam ser desenvolvidos e aprimorados a partir de manifestações de uso da própria língua.

Nesse sentido, as discussões sobre o processo de alfabetização têm suscitado a compreensão do que realmente é alfabetizar. Ao longo dos anos, a prática pedagógica desenvolvida nas classes de alfabetização tem sido voltada para a sistematização do “B + A = BA”. Porém, pensar esse processo como apenas a descodificação de palavras ou a junção de duas ou mais letras é negar o caráter comunicativo da língua. É, sobretudo, condicionar o aluno a um mero tradutor do código escrito sem a compreensão dos mecanismos da comunicação lingüística. Por isso, o papel do professor alfabetizador é muito importante, tendo em vista que ele é o responsável pelo desenvolvimento lingüístico dos alunos que chegam à escola nessa fase. Segundo Soares (2003, p. 16), “a língua escrita não é uma mera representação da língua oral”, acrescente a isso o inverso, o que nos faz pensar em alfabetização como um processo que possibilita o domínio do código lingüístico a partir da leitura e da produção escrita.

Muitas vezes, chegamos a uma sala de aula e lá encontramos a exposição de cartazes com letras de vários tipos: maiúsculas, minúsculas, cursivas, etc. Sabe-se que esse material se faz necessário, entretanto não é suficiente para a criação um ambiente alfabetizador.

Compreender o processo de alfabetizar requer a compreensão do conceito de língua. Se esta for entendida como um instrumento de comunicação e interação social, aquele deverá ser visto como uma proposição de habilidades comunicativas, isto é, a preparação do aluno para utilizar a língua nas diversas situações de uso da linguagem. Essa habilidade pode

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

ser adquirida a partir da inserção das várias formas de manifestação da língua escrita, ou seja, os gêneros discursivos. Nessa perspectiva, Ferreiro (*apud* Tfouni, 2002: 12) afirma que a escrita não deve ser encarada como “um código de transcrição gráfica das unidades sonoras, mas sim como um sistema de representação que evolui historicamente”. Nesse sentido, alfabetizar adquire uma dimensão que envolve além dos aspectos lingüísticos, os de natureza social, cultural e histórica. O aluno é um ser social que, ao chegar à escola, traz consigo seus hábitos culturais, adquiridos ao longo da sua convivência com a família e com a comunidade na qual está inserido, o que mostra, segundo Azenha (2006: 48), esse aluno já deter uma grande competência lingüística, muitas vezes, desconsiderada pelo professor.

O fracasso escolar em alfabetização se explica, talvez, pela irrelevância com que são tratados tais fatores enquanto é ensinado o código escrito. Assim, alfabetizar torna-se uma prática vã, impossibilitando o aluno de exercer uma atividade lingüística que atinja os propósitos sócio-comunicativos da língua, já que apenas a descoberta das primeiras letras não é suficiente para o alfabetizando utilizar a língua, oral e escrita, relacionando-se “com os diversos aspectos do conhecimento discursivo e lingüístico nas práticas de recepção e produção de linguagem” (PCN, p. 37).

Alfabetizar ensinando os alunos a identificarem letras ou mesmo juntarem-nas ou, ainda pior, pedir que eles separem as sílabas das palavras pode se tornar uma atividade mecânica e sem sucesso no tocante à utilização da língua nas situações de comunicação verbal. O simples conhecimento de letras e a junção delas de forma isolada do contexto não dão conta da infinidade de formas de utilização da linguagem exigidas pelas atividades humanas no dia-a-dia do falante.

Ao permitir que o aluno compreenda e interprete o que venha a ler, além de comunicar-se utilizando a língua de acordo com as suas necessidades, o professor estará garantindo a esse aluno a condição de atuar na sociedade em que vive de modo a atingir seus objetivos através do uso consciente da língua. Noutras palavras, alfabetizado estará o indivíduo que conseguir utilizar a língua não como apenas um código escrito, mas como um instrumento com o qual ele possa agir e reagir diante das situações comunicativas com que se depara no seu dia-a-dia, levando em consideração o contexto de uso da linguagem.

Assim, preocupado em discutir questões inerentes ao processo de alfabetização das crianças nessa fase, realizamos uma análise sobre as a-

tividades propostas em três livros didáticos, na tentativa de verificar a concepção de alfabetização que cada um deles apresenta.

O GÊNERO DISCURSIVO

Os estudos sobre os Gêneros discursivos, ainda pouco enfocados nos cursos de graduação das universidades brasileiras, têm proporcionado muitas discussões acerca do ensino e da aquisição da língua materna numa perspectiva em que os aspectos social, cultural e histórico se imbricam no processo de desenvolvimento das habilidades comunicativas. Marcuschi (2005: 19) afirma que “os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia”; Schnewly e Dolz (2004) desenvolvem a “idéia de que o gênero é que é utilizado como meio de articulação entre as práticas sociais e os objetos escolares, mais particularmente no domínio do ensino da produção textos orais e escritos”. Apesar de haver muitas leituras que discutem o assunto em questão, optamos por uma definição de gênero discursivo, considerada mais abrangente e defendida por M. Bakhtin (2003).

A todo o momento, estamos diante de situações que exigem determinadas formas de expressão, oral ou escrita. Cada uma suscitando uma habilidade lingüística apropriada. Assim, quando se quer dar um conselho, opta-se pela persuasão; quando se pretende vender algo, emprega-se a linguagem publicitária; quando se pretende dar as regras de um jogo, utiliza-se a instrução. Em fim, essas e outras atividades humanas exigem formas específicas de utilização da linguagem, isto é, suscitam “tipos relativamente estáveis de enunciados” (Fiorim, 2006: 61).

Segundo Bakhtin (2003: 262), “cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados”, aos quais o autor chama de gêneros do discurso. Nesse sentido, podem-se entender os gêneros discursivos como uma forma de enunciado que vai se adequar a cada uma das necessidades e situações de comunicação lingüística. Partindo desse pressuposto, pode-se pensar em alfabetização como um processo que, além de ensinar as “primeiras letras”, dê condições ao indivíduo de utilizar a língua com autonomia nas diversas situações lingüístico-comunicativas, tornando-o capaz de ler literal e criticamente textos alheios e de criar os seus de acordo com os propósitos do processo de comunicação.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

Schneuwly e Dolz (2004) partem da hipótese de que “é através dos gêneros que as práticas de linguagem materializam-se, nas atividades dos aprendizes.” Isso demonstra que o desempenho lingüístico do aluno não se constrói a partir de informações sobre o código escrito. É preciso, pois, que o aluno compreenda a situação e as condições de produção do que está lendo, para poder se tornar um leitor crítico e consciente do seu papel enquanto usuário da língua materna.

O GÊNERO DISCURSIVO E O LIVRO DIDÁTICO

O livro didático, doravante LD, tem sido um dos instrumentos mais utilizados tanto na escola pública, quanto nas particulares. Essa importância dada a ele provém da necessidade que tem o professor de se guiar pelas suas sugestões de atividades como subsídios para suas aulas. Isso tem transformado uma grande parte dos professores em transmissores de conteúdos, muitas vezes, distantes dos objetivos a serem atingidos; no caso da alfabetização, aquisição de habilidades para leitura, escrita e as chamadas práticas sociais de linguagem.

Para este estudo, foram analisados três LD pertencentes a editoras distintas: *Alfabetização*, de Luci Mendes de Melo Bonini, da Editora Ática (2006); *Alegria de saber*, de Lucina Maria M. Passos, da Scipione (2006); e *Alfabetização: todas as letras*, de Marisley Augusto, da Atual Editora (2004). Nessa análise, levaram-se em consideração a metodologia e os recursos empregados no processo alfabetização. Procuramos observar os textos e as atividades propostas para que o aluno seja alfabetizado não para apontar “defeitos” do LD, mas propor uma reflexão acerca da metodologia aplicada no processo de alfabetização, levando em consideração a língua enquanto instrumento de comunicação e a aquisição das práticas do letramento.

De acordo com os PCN, o aluno precisa ler, embora não saiba ler, e escrever, apesar de não saber escrever. Isso implica não só colocar o aluno diante dos diversos tipos textuais, como ainda criar situações que exijam a necessidade de se comunicar construindo enunciados, a fim de que ele possa compreender o texto não como um conjunto de palavras ou frases, mas como um instrumento que está relacionado com cada uma das situações reais de utilização da linguagem. Segundo Teberosky (1998: 44), não é necessário que o aluno escreva bem ou que não cometam erros, mas que adquira diferentes tipos de linguagem e saibam utilizá-los. Considerar alfabetizada a criança que apenas identifica letras em

palavras, ou que consegue juntar sílabas sem compreender o sentido e/ou o contexto de uso dessa palavra é desconhecer o caráter dialógico da língua.

Quanto à proposta do LD, podemos verificar que as atividades desenvolvidas estão voltadas para um conhecimento lingüístico superficial, como mostram as mencionadas a seguir. O livro 1, *Alfabetização*, utiliza vários textos, inclusive, canções conhecidas se não de todos os alunos, mas de uma grande parte deles, entretanto as atividades aplicadas limitam-se à mera identificação de letras:

Texto do livro 1- *Alfabetização*

NO BARRACO DO CARRAPATO

– Mico Maneco, cadê meu sapato?
– Ficou sujo de barro, no meio da terra, no barraco do carrapato.
– Burro, sabe como se vai até o barraco do carrapato?
– Sei. Sobe no meu carro e eu corro. Subo a serra e vou ao morro.

Ana Maria Machado e Claudius.

Quando se lê a primeira questão, “*Você e dois colegas vão ler as falas de cada personagem do texto*”, espera-se que vai haver um trabalho de exploração do texto mais voltada para as questões de uso da linguagem, entretanto a atividade parece se esgotar apenas na leitura, pois logo em seguida nos deparamos com uma outra questão que diz “*Copie do texto palavras escritas com rr*”. Isso evidencia uma preocupação puramente com a localização de letras no texto, o que pode se tornar uma atividade sem resultados para a criança, já que ela pode encontrar a letra não por estar consciente da sua funcionalidade, mas por mera semelhança com a da questão. O aluno olha para a letra e vai procurar a que aparece igual, no texto. Não se pretende negar que é importante a demonstração dos elementos que compõem o código lingüístico, mas só a localização de letras nos textos não é suficiente para alfabetizar o indivíduo. Segundo Cardoso e Ednir (2002: 45), em experiência realizada em sala de alfabetização, “em vez de trabalharem com fragmentos, isto é, com letras, sílabas ou palavras, as crianças, desde o início, relacionam-se com textos e com as possibilidades da língua escrita.” Daí, ela passa a ver sentido naquilo que lhe está sendo apresentado e se sentirá estimulada a usar a língua com criatividade e segurança.

Observemos outra atividade, agora no livro 2, *Alfabetização*:

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

Texto do livro 2 - *Alegria de saber*

Se a terra fosse mãe, seria a mãe das sementes, pois mãe é tudo que abraça, acha graça e ama a gente.

Cada mãe é diferente: mãe verdadeira, ou postiça, mãe vovó e mãe titia.

Dona mamãe ralha e beija, erra, acerta cozinha, trabalha fora...

Sylvia Orthof

Nesse outro texto, através de cuja leitura se poderia levar o aluno à reflexão do papel da mãe no contexto familiar por meio da conversa na sala de aula, além de pedir aos alunos que falem sobre suas mães ou mesmo construam desenhos que ilustrem o seu lar dando enfoque à posição da mãe no seio familiar, propõem-se questões como “*Leia o texto com o professor e os colegas. Depois, circule a palavra **mãe** toda vez que ela aparecer*” e “*Quantas letras tem a palavra **mãe**? E a palavra **mamãe**?*” Essas atividades podem transformar o aluno em um simples “caçador” de palavras no texto. Segundo Soares (2003: 16), “não se consideraria alfabetizada uma pessoa que fosse apenas capaz de decodificar símbolos visuais em símbolos sonoros, lendo, por exemplo, sílabas ou palavras isoladas (...)”. Isso nos faz perceber que a simples descodificação de palavras pode tornar o aluno um leitor que não consegue entender o que lê nem produzir textos com sentido. Essa realidade se percebe no momento em que damos uma prova, por exemplo, a um aluno dito alfabetizado, e ele, ao ler a questão, pergunta o que é para ser feito. Tal comportamento significa que ele descodificou as palavras, mas não atribuiu sentido, já que lhe faltaram habilidades de uso da linguagem.

De igual modo, acontecem com as atividades ligadas à alfabetização no terceiro livro analisado, *Todas as letras*:

Texto do livro 3- *Todas as letras*

PINTOR DE JUNDIAÍ

TIM, TIM, TIM

QUEM BATE AÍ?

SOU EU, MINHA SENHORA

O PINTOR DE JUNDIAÍ

PODE ENTRAR E SE SENTAR

CONFORME AS PINTURAS

NÓS IREMOS CONVERSAR

(...)

Cantiga popular

As atividades que se propõem para esse texto não atendem a critérios básicos para o processo de alfabetização, uma vez que a criança nessa fase de escolarização não tem noção do que seja acento nem da sua função no texto, conforme exigem as questões aplicadas pelo autor do livro *Todas as letras*: “*Você encontrou palavras acentuadas na cantiga? Circule-as.*” e “*Procure outras palavras acentuadas em jornais e revistas. Recorte-as e cole-as no seu caderno*”. Sem negar a importância do estudo da acentuação gráfica como um dos instrumentos para se aprender a correta grafia e pronúncia das palavras da língua, acredita-se que esse tipo de questão deve ser exigido em séries mais elevadas, situação em que o aluno já possui um domínio maior das questões linguísticas.

Após a observação nos livros aqui analisados, pôde-se perceber uma preocupação bastante acentuada com a aprendizagem da língua a partir de práticas pedagógicas que tratam a língua em seus aspectos formais, sem uma preocupação com as circunstâncias em que se podem utilizar a linguagem. O trabalho com os gêneros textuais variados faculta ao aprendiz a oportunidade de ele sentir-se um usuário ativo e consciente do seu papel enquanto leitor e produtor de textos dentro da escola ou fora dela.

Quanto ao trabalho com os textos nos três livros, as atividades propostas não levam o aluno à reflexão sobre o conteúdo temático, nem ao estilo e muito menos à estrutura composicional de nenhum gênero textual. Talvez essa prática ainda esteja presente nos LD porque, até pouco tempo atrás, bastava o aluno escrever o nome e/ou conseguir fazer pe-

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

quenas leituras, mesmo que não conseguisse compreender a mensagem, que já se poderia considerá-lo alfabetizado. Hoje, essa realidade mudou. Alfabetizar tornou-se um processo mais abrangente, “que não se esgota na aprendizagem da leitura e da escrita” (Soares, 2003: 15). A própria sociedade exige do cidadão habilidades lingüísticas que vão além do simples ler e escrever. Vivemos a era da informação, e o indivíduo precisa estar apto a lidar com ela. Para isso, ele precisa ter domínio das práticas de linguagem utilizadas pela mídia para que possa ler, compreender e emitir juízo de valor acerca do que lhe é informado.

Partindo da hipótese de que alfabetizar não se limita apenas levar o indivíduo à aquisição do alfabeto, nota-se que os textos utilizados nos três livros poderiam ser trabalhados sob a perspectiva dos gêneros discursivos, procurando desenvolver nos alunos habilidades comunicativas a partir da discussão e da descoberta das situações de produção de cada um dos textos trabalhados. Teberosky (1998: 108) propõe atividades que colocam a criança em verdadeiras condições de uso e compreensão do gênero do discurso:

Dividi a lousa em quatro partes, de tal maneira que pudessem escrever quatro crianças ao mesmo tempo. Interessava-me que o nível de realização dos quatro textos fosse diferente, pois dessa maneira podia fomentar a discussão e a reflexão sobre como se deve escrever a letra de uma música. (Teberosky, 1998: 108).

Na sugestão acima, a autora propôs a atividade a partir do trabalho com a letra de música, entretanto, podem ser utilizados outros gêneros, como a carta, o bilhete, o cartão postal, entre outros. O que importa é colocar a criança em contato constante com os gêneros discursivos não para ela estudar o código lingüístico a partir de sua estrutura fragmentada, mas desenvolver habilidades de utilização desse código conforme as necessidades comunicativas. Além disso, quanto mais o aluno mantiver contato com uma variedade de gêneros textuais, mais ele desenvolverá a capacidade comunicar-se utilizando a língua em seus aspectos discursivos. Segundo Marcuschi (2005, p. 22), “é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum gênero, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto”. Nesse sentido, partimos da idéia de que a escola deve criar um ambiente que promova situações de usos reais de leitura e escrita das quais o aluno possa participar ativamente e compreender os textos como um todo significativo e contextualizado.

Seguindo a mesma proposta de trabalho com crianças, Cardoso e Ednir (2002: 51) apresentam a seguinte atividade, desenvolvida por outra professora em uma sala de alfabetização:

Quando destaquei o uso de jornais ou revista em sala de aula, não quis apenas apresentar mais uma estratégia de trabalho e a possibilidade de uma nova atividade para os alunos. A atividade em questão foi apenas um exemplo de como colocar as crianças em contato com a linguagem do anúncio de jornal, que tem determinadas características muito precisas como a sedução e a persuasão. (Cardoso e Ednir, 2002: 51)

Com essa proposta de atividade sugerida pelas autoras, a criança se sentirá desafiada a lidar com as normas que compõem esse e outros gêneros textuais. Nesse caso, cabe ao professor selecionar os textos que vai levar para seus alunos, bem como criar as situações em que as crianças possam conhecer o código lingüístico ultrapassando os limites do estabelecimento da relação dos sons com as letras que os representam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise aqui realizada levou-nos à conclusão de que há a necessidade de uma abordagem sobre alfabetização a partir da perspectiva do gênero discursivo, tendo em vista a importância da apresentação ao aluno das práticas sociais que se realizam através da linguagem. Isso implica escolher uma série de textos que representem as diversas situações de comunicação lingüística que ocorrem no dia-a-dia. Esses textos podem ser escolhidos de acordo com a realidade da criança que vai ser alfabetizada, a fim de que se torne mais fácil, para ela, a compreensão das condições de produção de cada um desses textos. Nesse sentido, podem ser levados para a classe de alfabetização recortes de propagandas de produtos que a criança conhece, bem como letras de música, cantigas de ninar, etiquetas e embalagens, que são portadores de textos que cumprem a função de informar, dizendo a composição do produto, fabricante, cuidados exigidos para seu funcionamento e manutenção, data de validade, modo de usar e de armazenar esse produto, etc. Portanto, a sala de alfabetização deve ser encarada como o lugar da comunicação, o que implica o planejamento de atividades que trate a língua em seus aspectos comunicativos e não em peculiaridades formais.

Apesar de as discussões já alertarem para essa nova realidade quanto ao processo de alfabetização, alguns LD ainda trazem atividades que não desenvolvem habilidades lingüísticas nas crianças. Servem ape-

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

nas para torná-las conhecedores de letras e “letores” de palavras sem compreender o sentido em que estão empregadas no texto. Por outro lado, se não é fácil encontrar LD que abordem a alfabetização na perspectiva do gênero discursivo, também não é fácil encontrar professores alfabetizadores conscientes dessa abordagem e que possam conduzi-la com ou sem o livro didático.

Com base na fundamentação teórica sobre o gênero discursivo aqui apresentada, acreditamos na importância de aprofundarmos mais o assunto em questão na tentativa de encontrarmos caminhos que possam desenvolver no aluno habilidades comunicativas a partir das práticas sociais da linguagem. Não se pretende com esse trabalho estigmatizar os vários tipos de exercícios de fixação de conteúdos propostos no ambiente escolar, mas alertar para o fato de que as práticas pedagógicas não devem se tornar mecânicas, advindas da idéia de que a criança aprende por meio da repetição e da fragmentação de conteúdos, herança do behaviorismo. Além disso, o que propomos é que não se usem os textos nas aulas de alfabetização como pretexto para a localização de letras ou palavras, mas como instrumentos para desenvolver no aluno habilidades comunicativas.

Desse modo, o que nos resta é aguardar que os autores de LD possam despertar para esse novo paradigma de alfabetização, propondo práticas pedagógicas que tratem a língua numa perspectiva dialógico-comunicativa e que os professores venham a compreender que o processo de alfabetização se realiza a partir de situações reais de comunicação lingüística, além de não se deixarem anular pelas sugestões única e exclusivamente dos LD. Nesse sentido, concluímos que são necessárias mudanças de posturas e de concepções dos professores e dos autores dos LD no que tange à aprendizagem da língua, para que possamos ter cidadãos letrados e capazes de resolverem situações que suscitem habilidades de utilização da linguagem na comunidade em que vivem, ou fora dela. Para isso, várias situações favoráveis, que facultem aos alunos uma grande diversidade de contato com a língua, podem ser desenvolvidas em sala de aula, basta que os professores alfabetizadores façam dessa proposta de trabalho o principal objetivo da escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZENHA, Maria da Graça. *Construtivismo: de Piaget a Emília Ferreiro*. São Paulo: Ática, 2006.

BAKHTIN, Michael. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. Ministério da educação e do Desporto. *Parâmetros curriculares nacionais*. Brasília, 2001.

CARDOSO, Beatriz; EDNIR, Madza. *Ler e escrever, muito prazer!* São Paulo: Ática, 2002.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Os gêneros escolares – das práticas de linguagem aos objetos de ensino. In: ROJO, Roxane; CORDEIRO, Glais Sales. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas:: Mercado de Letras, 2004.

SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento*. São Paulo: Contexto, 2003.

TEBEROSKY, Ana; CARDOSO, Beatriz. *Reflexões sobre o ensino da leitura e da escrita*. Petrópolis: Vozes, 1998.

TFOUNI, Leda Verdiani. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 2002.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

GLOSSÁRIO DA ANTOLOGIA DE ALBERTO DE OLIVEIRA PARA O SESQUICENTENÁRIO

Camillo Cavalcanti (UFRJ e UFF)

FONTES

Alberto de Oliveira (1857-1937), o maior parnasiano brasileiro, estaria fazendo 150 anos, portanto, trata-se de um Sesquicentenário a ser comemorado. Em sua obra, encontram-se referências a Ferreira de Araújo, Banville, Henrich Heine, Sainte-Beuve, Gonçalves Crespo e Artur de Oliveira (em *Meridionais*); Souza Macedo e Petrarca (em *Sonetos e poemas*); Raimundo Correia, Valentim Magalhães, La Barra, Sully Prud'homme (em *Versos e rimas*); Afonso Celso Jr. (em *Por amor de uma lágrima*); Shakespeare e Calderón (em *Livro de Ema*); Mégnin, Antônio Vieira, Leconte de Lisle e Baudelaire (em *Alma livre*); Magalhães de Azeredo e Burger (em *Terra Natal*); Virgílio (em *Alma em flor*); Camillo Castelo Branco (em *Flores da serra*); Augusto de Lima e Machado de Assis (no pórtico de *Poesias, 3ª série*); Haydée (em *Céu noturno*), Antero de Quental, Antônio Vieira [bis] e Augusto de Lima [bis] (em *Sala de baile*); Jorge Jobim, Maria Eugênia Celso, Bedros Tourian, Francisco Villaespesa, Camillo Castelo Branco [bis], Amado Nervo, e Olavo Bilac em (*Alma e céu*); Olavo Bilac [bis], e Índio do Brasil (em *Câmara Ardente*); Aluísio de Castro, Medeiros e Albuquerque, Victor Hugo e José de Moraes Silva (em *Póstuma*), além de um espantoso domínio da cultura greco-romana (mitologia, poesia, oratória etc.)

Os depoimentos de Alberto de Oliveira, de outra sorte, indicam fontes predominantemente brasileiras, principalmente quando de suas primeiras leituras na biblioteca de Itaboraí, como se entende do trecho de “Começo de vida”:

Decorrem dois anos depois de eu deixar a escola[,] e minha família muda-se para Itaboraí. Foi na biblioteca pública do município de Joaquim Manoel de Macedo que começou de formar-se em mim o gosto da leitura, principalmente da leitura de versos. Aí suspirava saudades da infância deixada no Palmital [de Saquarema], lendo Casimiro de Abreu e Gonçalves Dias, acendia-se-me a imaginação folheando Álvares de Azevedo e Varela, corria os olhos por Magalhães e Porto Alegre... Castro Alves creio não estava ainda publicado ou não o possuía a biblioteca. (Oliveira, 1979: III, 222)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Antes de Itaboraí, os estudos primários lhe deram leitura da mitologia grega e de Camões, que, a despeito da má administração dos versos nas aulas, tornou-se o poeta mais admirado por Alberto de Oliveira em nossa língua.

A entrevista concedida a Prudente de Moraes, neto, também é bastante esclarecedora das leituras do grande parnasiano, mormente após o período de formação acadêmica:

– Quais foram as influências que o senhor recebeu no começo?

– Diversas. Gonçalves Crespo, Teófilo Braga, Junqueiro, Baudelaire, Hugo, Heine, Copée, Banville, Sully Prod[']homme... Li também algumas daquelas epopeias portuguesas... Ulisséia, Málaca Conquistada, Viriato Trágico...

– Data daí seu gosto pelos estudos de português?

– Não. Esses estudos vêm de 1900 para cá e foi João Ribeiro quem me despertou a curiosidade por tais assuntos, quem me educou no gosto dos clássicos. Naquele tempo, eu não sabia colocar pronomes...

– Quais são os seus escritores preferidos?

– Dos nossos poetas, Gonçalves Dias, Castro Alves, Fagundes Varela, principalmente o primeiro, por sua correção de linguagem. Em Varela admiro o cunho de nossa natureza, que tão se reflete em suas páginas. Em Castro Alves, a imaginação, os surtos geniais, o vigor...

Dos nossos prosadores, merece-me predileção Machado de Assis, que é também excelente poeta.

Dos de fora, Calderón, Campoamor, Zorilla, na Espanha; Petrarca e Dante, na Itália; Shakespeare, Byron, Shelley, Keats e Robert Burns, na Inglaterra; Heine e principalmente Goethe na Alemanha. (Oliveira, 1979: III, 295-296)

É uma bibliografia invejável – seja dito. O maior estímulo para a sua poesia vinha de José Mariano de Oliveira, seu irmão, poeta também, que incitava o caçula Antônio (nome de batismo de Alberto, ainda secundarista), a escrever versos como forma de participar do círculo literário que em sua casa de estudante acontecia, entre gente universitária.

A notícia “Ouvindo o Príncipe dos Poetas Brasileiros” revela mais alguns nomes que influenciam a formação intelectual e, por isso, o seu estro: “ao lado de Baudelaire, ele ama Haine, Gautier, Vigny, Musset, Chernier” (Oliveira, 1979: III, 305).

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

O POETA E O PÚBLICO

Quando da estréia de Alberto de Oliveira nos jornais do Rio de Janeiro, o editor Ferreira de Araújo, da *Gazeta de Notícias*, vislumbrando o talento do grande poeta, convidou-o para aumentar sua participação no jornal e para a publicação posterior de seus poemas em forma de livro.

Foi então que o volume de *Canções Românticas* (1878) chegou às principais livrarias. O apuro formal do grande mestre do Parnaso romântico já se afirmava desde então. Entretanto, há uma violenta surpresa quando se sabe que nosso poeta-ourives disse:

Dei meus versos a ler ao Fontoura [Xavier], que descobriu dois ou três quebrados e me falou em tratado de versificação. "Tratado de versificação, que é isso?" – Se você não conhece metrificação, como faz esses versos?" – "Faço-os de ouvido" (Oliveira, 1979: III, 295)

A partir dessa declaração, alguns chavões, que não refletem mais do que inverdades, podem ser desfeitos em favor de uma reformulação mais juízos a respeito de Alberto de Oliveira: onde está o esmero da forma esquadrihada em normas versificatórias? Não é de hoje que a crítica nacional se arrisca em palpites, que não encontram, após uma reflexão, nenhuma sustentação:

– [...] Não haveria nisso, no seu caso, ao menos uma sugestão de Shelley?

– Por essa época, eu ainda não conhecia Shelley. Só mais tarde o li, quando alguém, escrevendo sobre um livro meu, disse: "O senhor Alberto de Oliveira, que percorre Shelley com mão diurna e noturna..." Foi essa frase que me deu curiosidade de ler o grande poeta. (Oliveira, 1979: III, 294)

Em 1879, Machado de Assis (1942), consagrado nome das Letras, publica o artigo "A Nova Geração", publicado na *Revista Brasileira*. De importância cabal para a consolidação das novas tendências poéticas, as palavras de Machado de Assis, respeitadas pelo público leitor, davam boas-vindas aos jovens poetas, que, em geral, tentavam soluções estéticas para além do sentimentalismo chavão, desgastado desde os protestos *avant la lettre* de Álvares de Azevedo contra o sentimentalismo piegas.

TEMA GREGO

Pode-se facilmente ratificar que as temáticas predominantes, na obra de Alberto de Oliveira, formam um tripé: natureza, erotismo, memória (esta, muitas vezes, articulada com os outros dois). A análise vocabular, englobando, portanto, a temática, demonstra claramente que o

repertório de helenismo, paganismo e demais arqueologismos fantásticos ocupa pouco espaço, considerando-se os outros três relevos já mencionados. Como disse Sânzio de Azevedo, com muita propriedade: “textos assim, porém, acompanhando de perto o Parnasianismo francês, não são muito comuns na obra do autor, como se pensa” (Azevedo, 2004: 470). Por exemplo, em nível contável, se *Por amor de uma lágrima* for lido como um só poema de doze partes, há cento e trinta e cinco poemas na Primeira Série de *Poesias*, englobando *Canções Românticas* (1878), *Meridionais* (1884), *Sonetos e poemas* (1885) e *Versos e Rimas* (1894) – que respondem, segundo a crítica, pelo momento “mais parnasiano” do poeta, no sentido de, entre outras características, ser o período mais inclinado à mitologia greco-romana. E, de fato, assim acontece, mas numa ínfima dimensão, ao contrário da habitual caracterização do poeta pela crítica que, em sua quase totalidade, afirma uma “predominância de temas da cultura greco-romana”, sentença elaborada de diversas formas segundo a bibliografia. Isto porque, dos cento e trinta e cinco poemas da “fase” mais parnasiana e pagã da poesia de Alberto de Oliveira, apenas vinte e três possuem alguma menção a ícones de cultura não-cristã (note-se que nem todos esses vinte e três poemas trazem a mitologia grega ou qualquer outra como tema principal), dentre elas, do Egito Antigo, da Mesopotâmia, do Oriente e da própria Grécia ou Roma: a) “Aparição nas águas”, de *Canções Românticas*; b) “Sabor das lágrimas”, “A volta da galera”, “A uma artista”, “Afrodite”, “Velha página”, “Vida nova”, de *Meridionais*; c) “A Galera de Cleópatra”, “Estátua”, “Galatéia”, “Manto real”, “Que venha o inverno desflorindo a entrada”, “Siringe”, “Lendo os antigos”, “Titânia”, “De volta do circo”, “A lagarta”, de *Sonetos e poemas*; d) “Nova Diana”, “A taça de Hafiz”, “A um amigo”, “Jóia perdida”, “Paganismo”, “O sonho de Titânia”, de *Versos e rimas*.

É mister destacar que muitos destes poemas apresentam alguma imagem de culturas antigas de modo incidental, periférico ou breve, ilustrando um aspecto sensível, o mais das vezes visual, de figuras poéticas coevas do sujeito lírico – qual um hibridismo enriquecedor das imagens, suggestionado pela referência e pela “reminiscência” projetada, adivinhada e idealizada do *eu-lírico*. É o caso, por exemplo, de “De volta do circo”, “A lagarta” e “Nova Diana”, em que se vê claramente o lugar periférico das referências a culturas antigas não-cristãs: determinado aspecto dos artistas circenses sugeria certa comparação com ideações sobre a Antiguidade; o motivo grego é aproveitado apenas na primeira das nove partes do poema para ilustrar como a lagarta é triste; e Diana surge, no últi-

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

mo exemplo, apenas para ser ultrapassada por uma nova mulher que nasce, nesses tempos não-antigos e não-pagãos.

TEMA NATURAL COM VALOR NACIONAL

O vocabulário da obra poética de Alberto de Oliveira indica dois grandes eixos lexicográficos: o registro culto e o inventário aberto sobre determinantes locais (natureza, homem e sociedade) da nossa brasilidade. Percebe-se, na expressão poética, fantástica erudição. Não obstante, sua habilidade na escritura compatibiliza tão grave e impressionante riqueza vocabular com a musicalidade suave e deleitosa, conseqüência de seus estudos de metrificacão, ritmo, rima, tropos e demais categorias da versificação. Resulta então um texto fluente e pungente, cuja densidade desperta, no leitor, ténues impressões de exotismo, conjugadas, ora à exploração de nosso patrimônio histórico ou natural, ora a uma Grécia fantasiada, território utópico afastado de uma arqueologia restauradora, em termos realistas, da Antiguidade. No primeiro caso, é notório o encantamento do sujeito frente à exuberância magnífica da vegetação, do clima, do relevo do Brasil, tomados, de imediato, como referências identitárias, buscando a formação de paradigmas que nomeiem exclusivamente uma ambientação brasileira. Tal processo ocorre de modo implícito, sem flâmulas ou estandartes de acirrada militância nacionalista. A poesia de Alberto é nacional, não nacionalista; seus temas são nacionais, sem a pretensão de erguer planos, projetos ou moldes de nacionalidade. Dessa forma, sua poética é um recolhimento de signos nacionais, não formatando o que é ser brasileiro em simples e infiel ideal de artista sobre “a nação”, conceito este já forjado e dessemelhante, porque ideal, sobre a cultura de um povo. Por isso, na obra de Alberto de Oliveira não há fronteiras fechadas e excludentes, e sim, o diálogo aberto com outras perspectivas. O natural é exaltado longe da visão pitoresca e edênica do Brasil, exaltação esta que, se por um lado condenada pela crítica nacional, por outro ainda constitui opção melhor do que a metáfora idílica do paraíso terrestre.

TEMA MARINHO

Nesse contato com os elementos naturais, cria-se uma atmosfera de harmonia entre todos os signos, sugerindo certo aspecto panteísta ou mesmo uma preocupação ecológica. Por exemplo, o mar é uma figura poética muito presente na obra de Alberto de Oliveira: “Aparição nas

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Águas” e “Ondulações”, de *Canções românticas*, são dedicadas especialmente ao mar. Como o primeiro poema trata de assunto pagão, a rica imaginação inspira os versos com balouços marítimos e sensuais, pois, à beira da praia, Vênus, o “Cisne do mar Iônio” banha-se por entre vagas verde-azuis e brumas fantasiosas. O mar Iônio se localiza entre Grécia e Itália, de onde uma deusa fabulosa e lasciva é flagrada às margens marítimas, numa concha gigante (já que, no poema, ela é “pérola do Amor”), qual uma nave no momento de aportar. Esse momento de atracação se repete em “A Volta da Galera”, de *Meridionais*. No mesmo livro, “Afrodite” é mais uma vez flagrada, desta vez em três sonetos; inclusive, Clítia também aparece, na confusão imagística entre deusa e mulher, na conformação do sagrado no humano, do transcendente no condicionado, provocando indicando o êxtase subjetivo na observação da beleza feminina. O estilo também contribui para a expressão das vagas e correntes marítimas, pelas sínquises propositalmente criadas a fim de acompanhar o ritmo do mar, monocórdio, porém inconstante, abrindo pequenos, médios e largos ressonos.

Toda essa ambientação marítima se conjuga ao impulso erótico, pois há uma figura feminina flagrada nas praias, seja deusa, seja mulher. “Junto ao Mar” também apresenta erotismo – desta vez recalcado – por se tratar de uma criança protegida e confortada nos braços de um adulto, que a consola enquanto segreda consigo a súbita comparação entre o mar e o coração humano. O hibridismo de imagens entre o mar e o coração esboça nesse soneto a dimensão ecológica claramente vista em outros poemas, como “Magia selvagem” e “Ao ar livre”.

Se a preocupação ecológica for de fato um impulso verdadeiro e sincero em busca de um novo convívio entre o ser humano e o planeta Terra, a poesia de Alberto de Oliveira já mostra aberto o caminho para essa comunhão natural, como previu Sávio Soares de Souza, no Centenário do Poeta, em 1957, muito antes do Terceiro Milênio: “a cidade, para Alberto de Oliveira, é sempre símbolo de imundície, de contaminação” – e acrescenta: “a preocupação de pureza, de limpeza obsessiona o poeta”:

Essa ojeriza de Alberto de Oliveira não é responsável pelo seu anseio de procurar os climas puros, a salubridade de Petrópolis, a simplicidade hígida e calma da vida em Saquarema? Especialmente, se esse medo mesmo não é também responsável pela sua longevidade? (Souza, 1957)

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

O GLOSSÁRIO

Quanto à feitura do glossário, cabe ressaltar que eu publicarei a antologia, acompanhada de uma tese introdutória, ainda este ano, provavelmente em concomitância com outras. Alberto de Oliveira é um excelente vernaculista, cuja profundidade no conhecimento do idioma se iguala facilmente a um Rui Barbosa, por exemplo. Nosso poeta parnasiano, além de resgatar formas em desuso, principalmente acerca de nossas peculiaridades naturais ou humanas, na formação cultural de nosso povo, além desse trabalho de resgate das mais profundas e legítimas raízes do Brasil, através da palavra, o poeta saquaremense é um grande criador de vocabulário, constituindo-se em um dos maiores contribuintes para o aumento de nosso léxico, o inventário aberto. É certo notar as inúmeras criações de palavras poéticas que ora na simplicidade se referem aos costumes, tradições, marcas ou seres de nossa terra, ora no exame dos registros cultos recupera um uso ainda possível de palavras e sintaxes, fornecidas pelos nossos maiores vernaculistas, como Camões, Pe. Antônio Vieira, Alexandre Herculano. São verdadeiros tesouros, raras preciosidades que suas *Poesias* querem revelar e aguardam ansiosamente uma leitura despojada dos preconceitos modernistas e atuais com relação à sua linguagem trabalhada, ao esmero da forma sintática e ao rebuscamento vocabular.

Seus usos do idioma enriquece o repertório de possibilidades, dobrando a língua ao entusiasmo da linguagem e principalmente levando as classes populares aos bastidores da intelectualidade.

Assim, o filho de mestre-de-obras, com muito esforço e dedicação, chega à glória literária, amplamente reconhecida tanto no nível estético quanto no estilístico-filológico, como dão testemunho Araripe Júnior e João Ribeiro. Seu nome: Antônio, nosso Alberto de Oliveira.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Sânzio de. Alberto de Oliveira: a ortodoxia em questão. In: JUNQUEIRA, Ivan. *Escolas literárias no Brasil*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2004.

OLIVEIRA, Alberto de. *Poesias completas*. Edição crítica de Marco Aurélio de Melo Reis. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1978-79 (3 vols.)

SOUZA, Sávio Soares de. *A outra face de Alberto de Oliveira*. Rio de Janeiro, 1957. Livreto da palestra de 21/07/1957 na Prefeitura de Saquarema, sem paginação

GLOSSÁRIO

**ab aeterno* = para sempre **abóbada* = cobertura encurvada de pedra **absorto* = concentrado, compenetrado **acerbo* = azedo **achumbados* = de chumbo **açoiar* = chicotear **Actéon* = Nome de dois personagens mitológicos: 1º Um dos cavalos do sol. 2º Filho de *Aristeu* e neto de *Cadmo*. Caçador que *Diana* transformou em veado, e entregou à voracidade da própria matilha por tê-la, indiscretamente, surpreendido no banho. **açucena* = flor **afouto* = afoito **Afrodite* = deusa grega da beleza **agoureira* = anunciadora de desgraças **ajaezado* = adornado de jaezes (aparelho para bestas) **albufeira* = laguna **alcantilada* = despenhadeiro longo **alcíon*; *alcíone*; *alcione* = ave fabulosa dos antigos; uma das estrelas da Plêiade **alfombra* = tapete fofo e ou de grama verde **alguoso* = “de algas” **alígeros* = alíferos, ligeiros **alpestres* = alpino, dos Alpes **altaneira* = enlevado, muito alto **alteia-se* = põe-se ao alto, ergue-se **alvacente* = quase branco, esbranquiçado **alveário* = colméia, enxame ou concha da orelha **álveo* = leito ou sulco **alvinite* = de alvura imaculada **alvor* = primeira luz da manhã, alvura, brancura **âmbar* = substância sólida de cheiro almiscarado **Anacreonte* = poeta de Teos, amante do vinho **anfracto* = saliente, sinuoso **anoso* = idoso **antera* = pequena bolsa da flor onde ficam os pólenes **anu-do-brejo* = animal típico **anuns* = ave devoradora de insetos **Aônia* = fonte da Beócia onde Homero saciou a sede. **apraz* = causa prazer **apraza* = cause prazer **Aquário* = Hebes ou Ganimedes; constelação **Áquilo* = Aquilon ou Bóreas, um titã **araucária* = árvores grandes, pinhões brasileiros e sul-americanos **arcadas* = abertura em forma de arco, série de arcos acima das portadas **ardentia* = bioluminescência marítima **areal* = região de areias **argentados* = prateados **argênteo* = prateados **arqueados* = com forma de arco **arquear* = curvar em forma de arco **arrealvada* = cheia de relvas(?) **arrebaldes* = cercanias da cidade, subúrbio **arrebol* = vermelhidão do amanhecer ou entardecer **arrostar* = encarrar sem medo **às tontas* = tontando **aspeito* = aspecto (vocalização) **assentes* = neol. assentados, -as **assolação* = devastação **Atala* = deusa grega **atalaia* = vigia, sentinela **Aura* = vento branco, halo iniciático **auras* = espíritos **áureas* = de ouro **aurifulgentes* = brilhoso como o ouro **aurora* = manhã **azinhavrado* = crosta esverdeada nas superfícies de cobre **azorragues* = açoite **babagem* = espuma da água **bastos* = espessos, densos ou lombilho **batel* sem remos = pequeno barco **bauínia* = bauhinia = árvores leguminosas **beldade* = beleza ou mulher bonita **berilo* = pedra semipreciosa **Bernardim Ribeiro* = poeta português que acompanhou Sá de Miranda à Itália, cujas poesias estão incluídas no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende **bico-rateiro* = bico-rasteiro = ave brejeira, preta e amarela, típica do Brasil/América do Sul **“boas-noites”* = trepadeira ornamental **boninas* = bela-margarida ou maravilha, flor **Bóreas* = Titã do vento **borrascas* = ventos fortíssimos **botelha* = frasco **brame* = rugir, gritar **brenha* = mata espessa **bruma* = nevoeiro **caieiras* = fábrica de cal ou forno de olaria **cálidos* = quentes ou apaixonados **cálix* = variante de cálice **câmara-ardente* = sala do velório **campanário* = torre de sinos **campônio* = camponês **Campos* = cidade fluminense, RJ **cândida* = alvo, imaculado, inocente **carcás* = aljava **cárcere* = prisioneiro **cárdea* = rel. ao cardo **cardo* = planta daninha **carnes* = versos líricos **catraia* = pequeno barco ou meretriz **cavos* = côncavo, vazio **cecens* = açucena **célere* = rápido **célico* = celeste **ceno* = lodaçal **cérea* = de cera **Ceres* = deusa romana da agricultura **cérula* = cerúlea = do céu **cetínea* = cetinoso = macio como o cetim **choça* = choupana, cabana, habitação humilde **chusmas* = grande quantidade **cibo* = comida **cimo*

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

= cume, alto *cingir = rodear, ligar em volta *cintado = à cintura ou fiada de chapas protetoras do casco *cinzel = ponteiro para esculpir *circunfuso = rodeado *cirros = nuvem de cristais de gelo ou ligaduras entre plantas vizinhas *cismativo = cismado *cítaras = instrumentos de corda aperfeiçoados da lira *clâmide = manto dos antigos gregos *coléricos = irados, raivosos *colmada = coberta, toldada *colo = (poet.) pescoço, embora na poesia albertiana também signifique o vértice entre coxas e abdômen, como no coloquial *coma = cabeleira, revestimento *combure = comburir, queimar *combusto = queimado *conspurar = sujar, macular *corimbos = inflorescência irregular nas bases e de mesmo nível no cimo *corcéis = cavalos robustos *corola = conjunto das pétalas *covis = pl. de covil, toca de feras, rancho de bandidos *crispar = encrespar *crômula = (neolog.) micro pigmento (?) *Dafne = ninfa perseguida por Apolo, transformada em loureiro *deidades = divindades *descantar = cantarolar *desimplanta = extrai com violência *desornada = sem ornatos, sem enfeites *deslembrar = esquecer *desparzida = espalhada *diadema = faixa ornamental da cabeça dos soberanos *dileta = predileta *dilúculo = alvorada, nascer-do-sol *direitura = qualidade do que é reto ou direito *dispartia = distribuir *dossel = sobrecéu, toalha, cobertura de flores *douda = (var.) doida *Éden = jardim criado por Deus para Adão *eflúvios = emanação invisível de um fluido, exalação, perfume *efundir = derramar *eito = limpeza de plantações com enxada *elando = prendendo com elo *elmos = capacete das armaduras antigas *em áscuas = com repulsa *embarafustar = entrar desordenadamente *embate = choque, colisão *emergir = subir à superfície (aquosa) *enastrado = enrolado com fitas *enfarar = enfastiar, entediar *enfermo = doente *entremostror = mostrar incompletamente, deixar entrever *eólia = do vento, da tribo helênica migrada para Eólia *equóreo = relativo ao mar alto *Erínias = criaturas nascidas do sangue fecundado na terra, deusas furiosas *ermo = lugar deserto *erradia = errante *errante = sem destino *ervado = envenenado com ervas *esbelta = alta, magra e elegante *escampo = tempo estiado *escarpada = íngreme *esconsa = oblíquo, escondido *escruta = investiga *escumilha = chumbo para caçar pássaros ou tecido fino de gaza *esfazer = neol. esfacelar, desfazer *esfuzir = (var.) esfuziar = (var.) esfuzilar = zunir como fuzis *esguio = liso, magro, esbelto *esmaida = (var.) desmaiar *espádua = ossatura do ombro *esparcelada = neol. prefixo de intensidade + parcelada *esparzido = espalhado *esparzir = espalhar *espa = bráctea que envolve as espigas *espátula de flor = (diminutivo) bráctea que envolve a flor *espessura = (poet.) grossura ou mata densa *esplendor = resplandecer *espraia = estender ao mar, alastrar *estância = morada, paragem, fazenda *estival = próprio do estio *esto = calor, paixão *estorcer = torcer com força *estouraz = que estoura *estragoso = estragador, que estraga *estreme = puro, genuíno *estridor = ruído forte *estrídula = estridente, barulhento *estrije = estronda, faz estrondo *esvão = vão, fenda, entre telhado e forro *esvazada = vazia *Éter = espaço celeste, região superior, transcendência *etérea = de Éter, sublime, puro *Eurotas = rio do Peloponeso que banhava Esparta *evolar = talvez verbo derivado de evulsão *evulsão = extração violenta *exagitado = prefixo de intensidade + agitado *exangue = sem sangue *exíguo = escasso *exsurge = erguer-se *extático = com êxtase *extenuada = enfraquecido *exulcerantes = aflitivo, causador de úlceras *exulcerar = causar úlcera, magoar, atormentar *fadário = destino ruim *fanar = murchar, amputar *fátuo = néscio, tolo, vaidoso, fugaz *fauce = garganta *faunos = divindade campestre com aspectos de cabra *feral = fúnebre *feraz = fértil, produtivo *festões = ramalhetes de flores ou ornato com forma de grinalda *firmamento = o céu *flâmula = pequena chama ou bandeira *flava = loura *flébil = choroço *flóreo = de flor *flux = fluxo, jorro *fojo = arapuca cavada ou fundura do rio ou caverna *fragas = rochas *frágua = fomalha, calor intenso *fragura = penhascoso ou de difícil acesso *fronde = copa das árvores *fronte = testa ou rosto ou dianteira *frouxéis = penas macias *fulgor = brilho *funesta = mortuária, fatal *furnas = cavernas ou subterrâneos *gameleira = quaxinduba = árvore típica de matas úmidas cujo látex é venenoso *garço = verde-azulado *Graças = glórias *gráceis = delgados, graciosos *Grécia = país berço da ci-

vilização ocidental *grei = rebanho *gretado = com aberturas provocadas pelo calor *grimpas = ponto mais alto *grota = vale ou depressão profunda *grotões = grotas grandes *hartos = forte ou grosso *Hélade = Mundo helênico *heras = trepadeiras *hirsuto = peludo *hirtas = eriçadas, eretas, esticadas *Horácio = teórico da poesia *hurra = exclamação de entusiasmo *íbis = aves pernaltas da Europa e Norte da África *igneas = de fogo *ignotas = desconhecidas *Ilíadas = feitos heróicos *imbaíba = umbauá = árvore de tronco indiviso, cujas estípulas são preferidas pelas preguiças *Imbuí = cascata em Teresópolis *imoto = imóvel *impudentes = sem pudor *inambu = inhambu = aves americanas sem cauda * inclemente = sem clemência, sem misericórdia *indolente = insensível, sem dor *indômita = indomada *infectos = infectados *informe = sem forma *ingazeiros = árvore de flores densas, cujo fruto é o ingá *insofrida = não sofredor ou impaciente para sofrer *intrincado = intrincado = obscuro, confuso *Iônio = Jônio = Jônico = mar entre Grécia e Itália *iriada = com as cores do arco-íris *Issedônia = na Antiguidade, região da Sibéria *Itaboraí = cidade fluminense, RJ *Jano = deus romano de duas ou quatro cabeças, cujo nome originou janeiro *jaspe = pedra preciosa ligada à fundação *jazia = repousava, deitava, como morto *jônia = relativo às Ilhas Jônicas ou à Jônia turca *juncam = cobre de junco (espécie de gramínea) *Juno = esposa de Saturno, deus soberano da mitologia romana *labores = trabalhos, tarefas *Lácio = região da Itália onde provém o Latim *lácteo sideral = rel. à Via-Láctea, nossa galáxia *laia = qualidade, casta, estirpe ou prata *lascivo = sensual e libidinoso *lasso = cansado ou frouxo *ledos = alegres *lentejoulada = pequeno enfeite circular do tecido *lesta = ágil *Levante = nascer-do-sol *Iho = contração dos pronomes “lhe” e “o” *liana = trepadeiras tropicais *libar = beber, sugar *libo = bebo, sugo *Lília = a flor lírio *linfa = líquido, água *líquens = simbiose entre alga verde ou azul e fungo superior (cogumelo) *lisins = veio da madeira ou sulco de pedras e mármore *lúbrica = úmido e escorregadio, sensual *lucilar = brilhar frouxamente *lufada = rajada ou método de pesca *lufa-lufa = grande afã, agitação *lúgubre = de luto, fúnebre *lumes = luzes, clarões *macular = manchar (a honra) *madressilvas = trepadeira de perfumadas flores *mangangás = peixes atlânticos; no Brasil, pardos e peçonhentos *mármor = (apócope) mármore *marmel = pântano *medas = montões, montes, molhos *medra = medrança, crescimento *Menalcas = pastor poeta latino, célebre no desafio com Dametas nas *Bucólicas* vigilianas *merencória = melancólica *miasma = (obsoleto) emanção fétida e nociva causadora de males *mica = mineral dessa família, por exemplo, malacacheta ou migalha *miosótis = herbácea de flores pequeninas dispostas em racemos, “não-te-esqueças” *moimento = monumento *moitões = lugares com muitas *moribundo = funesto, morrente *mormaços = tempo/clima abafado *nácar = substância branca e brilhante do interior das conchas *náíades = ninfa dos rios e das fontes *nastros = fitas, cadarços *nau = embarcação *Nero = imperador romano que pôs fogo em Roma *níveo = de neve *nixes = demônios aquáticos temperamentais *Oberon = rei dos elfos na peça shakespeariana *Midsummer Night's Dreams* *Ocaso = pôr-do-sol *odienta = que guarda ódio *Ofélia = personagem da peça shakespeariana *Hamlet*, príncipe dinamarquês por ela interessado *Olimpo = lugar dos deuses *olmo = árvore europeia de folhas simples e dísticas, importante para comercialização *ondina = ninfas das águas *onixes = ônixes = plural de ônix *opalas = pedras preciosas azuladas e leitosas *opima = excelente *pairando = movendo-se com lentidão no alto *pálio = manto, capa *Pandora = deusa que guardava a caixa dos males *paragem = lugar aconchegante *Paros = ilha da Grécia *pascor = pastar o gado, dar recreio *pávido = pavoroso, assombroso *pedrouços = montão de pedras *pelourinho = coluna onde se castigavam escravos e criminosos *penedia = reunião de penedos, de rochedos *penedo = rochedo *penhascais = série de penhascos, rochedos *peregrina = (poet.) contaminação semântica de caminhante e excelente *pétrea = de pedra *píncaros = altos, cimos *piques = lanças antigas *piscas = grãosinhos *plaga = região, extensão de terra *plaustro = carro descoberto *Poente = pôr-do-sol *polés = antigo instrumento de tortura para pendurar castigados com pesos nos pés *Pompéia = cidade sepul-

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

tada pela erupção do Vesúvio (Nápoles) *porfia = discussão, competição, rivalidade *prásios = (latim “prasios”, verde claro) esmeraldas *prístinos = antigos *procela = tempestade marítima, agitação, turba (multidão) *prometeana = relativo a Prometeu, titã que deu o fogo da vida aos humanos *pungir = ferir, furar (também moralmente) ou estimular, incitar *puniceos = da cor da romã, vermelho *pútrido = podre *quebrantar = quebrar, abater, violar *quebros = inflexões da voz, requebros *quedo = caído, ao chão *queimor = ardor, sabor picante *rabel = (árabe “arrabil”) espécie de rabeca, por extensão “rabel de flores” = arranjo de flores *rebotões = brotos que surgem da raiz e formam nova planta ou arbustos de terrenos incultos *refulgência = brilho intenso *regato = curso de água estreito, riacho *regougando = gritando *reposteiro = cortina de estofos pendente nas portas das casas *rés = sing. raso, rente, rasante *resmoneia = resmonear = resmungar *réstia = corda entrelaçada *retorsos = (neol.) muito torcido *retumar = estrondar, ecoar *ribeiro = riacho *rifão = provérbio *Robim = personagem encantada que enfeitiça os jovens na peça shakespeariana *Midsummer Night's Dreams* *rofas = rugosas *rogo = pedido em prece *ronda = volta de inspeção *rota (ô) = que se rompeu *rubro = vermelho *rudo = rude *rútilo = muito brilhante *sáfara = inculta, agreste, rude *saltear = atacar de salto ou de repente, assaltar, roubar *sanfonina = pequena sanfona/rabeca/acordeão típica da Ibéria *sanguissedenta = neol. sedenta de sangue, sanguinária *sanhudo = irado, rancoroso, furioso ou temível *sassafrás = árvore grande de casca medicinal e cheirosa, cuja madeira é de lei *sátiros = semideus da floresta, com chifres curtos e pés de bode *sazão = estação *sedu-la = indicativo “seduz” + pronome “a”; “a seduz” *semi-ânime = neol. semimorto *semicapros = ser fantástico metade homem e metade bode *sequioso = ávido, sedento *serpes = serpentes *sidero = sideral *silente = silencioso *silvos = apitos, estalidos *socava = dar socos, esmigalhar ou brotar *soidão = solidão *soturna = tristonha, taciturna, pavorosa *surdir = sair da terra, brotar ou emergir ou navegar adiante *surrão = bolsa de couro para farnel *sus! = (interjeição) eia!, zás! *sustida = suspensa, sustentada *té = (aférese) até *tecto = teto *tenro = mole, macio, fresco *Teócrito = (310 A.C. – 250 A.C.) poeta grego, autor de *Idílios* *Teos = radical grego referente a Deus *tétrica = fúnebre, horrível, medonho *tetro = neol. síncope de “tétrico” *tília = árvore de folhas alternas e cordadas, de fruto drupáceo e flores em cimos *Tirses = deidades femininas extremamente belas. *to = contração de dois pronomes: “te” + “o” *torrente = curso de água temporário e violento *torreões = torres largas *torvelim = (apócope) torvelinho; redemoinho *transida = penetrada, trespassada ou assombrada, assustada *trás si = atrás de si *trebelhar = fazer trebelho, brincar *treda = traiçoeiro, falso *trépido = trêmulo de susto, o que treme ou trepida *troar = trovejar, estrondear *tropel = tumulto de multidão *tropelia = tumulto de multidão *túrbida = perturbadora *uivar = expelir som de cão ou lobo *umbela = guarda chuva ou manto sacerdotal ou inflorescência equânime das flores *undoso = ondulado, ondeante *úsnea = líquen *val = (apócope) vale *várzea = planície fértil e cultivada *vasa = (subst.) lama inconsistente do oceano, lodo ou vaso onde gira a mó do moinho *vertem = fazem curso próprio *Vésper = estrela *Vesúvio = vulcão nativo de Nápoles *viajor = viajante *virentes = verdes, verdejantes *volar = esvoaçar *Vulcano = deus do fogo *volúpia = grande prazer *volúvel = que gira com facilidade *Willis = demônios eólicos *Zagala = neófito do pastor *zagais = jovens pastores *Zéfiro = Vento do Ocidente, filho de Éolo e de Aurora *Zeus = deus grego soberano do Olimpo *zinir = causar barulho como ventos ou insetos *zunintes = barulhentos como vento ou inseto

**NOTAÇÕES ORTOÉPICAS E ORTOGRÁFICAS
NA SELETA (CLEMENTE PINTO):
UMA ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA**

Miguél Eugenio Almeida (UEMS)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Trabalhamos as notas de rodapé, que nos parecem significativas, sob o aspecto da ortoepia e da ortografia ocorrentes na *Seleta em prosa e verso: dos melhores autores brasileiros e portugueses*, de Alfredo Clemente Pinto (1854-1938). O procedimento de análise da pesquisa é feito mediante a confrontação das respectivas notas de rodapé dela, inicialmente, com a sua gramática *A Língua Materna: Primeiro e Segundo Anno de Grammatica – 2º Curso* (1907); após, fazemos o mesmo com a *Grammatica Expositiva: Curso Elementar* (s.d.), de Eduardo Carlos Pereira; para, finalmente, estabelecermos um paralelo com a posição atual da *Moderna Gramática Portuguesa* (2005), de Evanildo Bechara. A Historiografia Linguística compreende o método de abordagem desta pesquisa. Assim, orientamo-nos basicamente pelos princípios metodológicos de Koerner (1996).

Ao realizarmos o trabalho de inventariar as ocorrências ortoépicas e ortográficas e suas correspondentes descrições nas obras de gramática de Alfredo Clemente Pinto e Eduardo Carlos Pereira, estamos, notadamente, indo ao encontro de uma *metalinguagem* aí presente e, por sua vez, orientamo-nos pelo *princípio da imanência* da Historiografia Linguística que compreende segundo o historiógrafo Koerner (1996: 60), a apropriação conceitual dos elementos imanentes do texto histórico. É a partir deles que o historiógrafo da língua irá explicar os fatos lingüísticos, ou melhor, “[buscar o] entendimento completo, tanto histórico quanto crítico, possivelmente mesmo filológico, do texto”. A fonte, assim, revela umas epistemologias próprias, adequadas ao texto em questão que mostra internamente o seu aparato teórico possibilitando a descrição e/ou explicação dos fatos lingüísticos.

O que está aí caracterizado é o aspecto interno da língua. É a língua revelando a própria língua por meio de sua sistematização gramatical, ou melhor, no contexto interno que se expressa a escritura textual. Assim, podemos deduzir diretamente pela análise todo o inventário dos elementos lingüísticos possíveis que, por si só, abarcam uma teorização

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

imane. A teoria – metalinguagem -, no caso, está implícita na própria organização da língua em um contexto expresso (texto).

A imanência está presente em nosso trabalho quando abstraímos as noções presentes nas obras de C.P. e E.C.P. Essas noções compõem o quadro teórico da metalinguagem e, por si só, apontam regras e, em alguns casos, explicam/ descrevem as ocorrências da língua.

Em outro momento da realização do desenvolvimento de nosso trabalho, contrastamos a posição das ocorrências ortoépicas e ortográficas nas obras de gramática dos dois primeiros autores (A.C.P. e E.C.P.) com a respectiva posição da *Moderna Gramática Portuguesa* (Bechara) onde estamos sendo direcionados pelo *princípio da adequação* da Historiografia Lingüística que trata aproximação teórica entre o passado e o presente, ou melhor, explicita os elementos conceituais que permanecem entre o passado e o presente e os elementos novos que surgem²⁹. Assim, poderemos perceber as nuances dos modelos teóricos da continuidade e da descontinuidade. A continuidade, como o próprio termo infere, compreende o que permanece entre o passado e o presente; e a descontinuidade, ao contrário, refere-se ao que difere, a partir de elementos novos que surgem entre o passado e o presente. Todavia, é por meio do confronto do modelo teórico descritivo e explicativo entre o passado e o presente que percebemos as mudanças ocorridas lingüisticamente. São elas que marcam historicamente os fatos lingüísticos.

A adequação, desse modo, pode funcionar como dois espelhos que refletem o mesmo objeto em momentos históricos distintos. É a partir de uma observação comparativa que podemos perceber as nuances sutis, principalmente, de elementos ora presentes, ora ausentes em um quadro determinado pela forma de apresentação textual da língua.

A adequação, em nosso trabalho, ocorre quando comparamos as ocorrências nas gramáticas (C.P. / E.C.P. e Bechara). A comparação, no caso, com a gramática do autor da atualidade – Bechara – incide, principalmente, no sentido de fazer a atualização das abordagens das ocorrências gramaticais.

Assim, dividimos este trabalho em duas partes: ortoepia e prosódia; ortografia.

²⁹ Quando o modelo descritivo e explicativo da língua é bastante diferenciado do modelo precedente, estamos diante de um novo paradigma, como no caso do *Estruturalismo e do Gerativismo*.

ORTOEPÍIA E PROSÓDIA

Destarte, a *Seleta* apresenta-nos, em notas de rodapé, orientações que traduzem a pronúncia e a ortografia da época (final do século XIX e meados do século XX). Assim, trata da ortoépia e da ortografia sem designá-las. Com essas notas, C.P. tem a preocupação de mostrar o “padrão da oralidade” e o “padrão de escrita” da época. O padrão ortográfico da *Seleta* corresponde ao período da *ortografia moderna* da língua portuguesa, a partir de 1911, referente ao exemplar de que dispomos (1928), porém não corresponde à forma da escrita, período *pseudo-etimológico*. A seguir, apresentamos as ocorrências ortoépicas:

1)³⁰ Deve-se pronunciar: pêsá-me e não pésa-me (p.16). 3) Resoavam – pronuncia-se: ressoavam (p.27). 0) Redargüiu – pronuncia-se: redargu-fu (p.33). Antonio Wirtz → 1) Esta palavra pronuncia-se Wirtz³¹ (p.54). 1) péga-das – pronuncia-se com *e* aberto e o primeiro acentuado (p.93). 1) Tramways – palavra inglesa, lê-se tramueis³² - bondes (p.189). 1) E’xodo – pronuncia-se eisodo (p.195). 2) Presagiar – pronuncia-se pressagiar (p.196). 1) lichens – pronuncia-se líquens³³. (Clemente Pinto, 1928: 327).

Relativamente a esse fato lingüístico – ortoepia –, *A Língua Materna: 2º Curso*³⁴ traz-nos poucas linhas; vejamos: “A parte da lexicologia que ensina a pronunciar-las [as palavras] corretamente chama-se **Prosódia** ou **Ortoépia**” (p.07). Percebemos aqui, conforme o que foi dito anteriormente, a não distinção entre prosódia e ortoépia. Mais adiante, a gramática de C.P. orienta o leitor sobre o seu aprendizado: “[...] a prosódia, ouvindo as pessoas cultas que falam corretamente e consultando os dicionários”³⁵ (ibid.). A fala correta das pessoas cultas e as consultas de

³⁰ O número corresponde ao da nota de rodapé da *Seleta*.

³¹ Observamos em C.P., na condição de prof. de alemão, a preocupação em registrar a ortoepia na língua alemã.

³² C.P. observa a ortoepia inglesa.

³³ A forma da escrita, para a pronúncia em questão, já introduz a mesma (palavra) ao período moderno da ortografia.

³⁴ O dado seguinte é da 18. ed. Assim, a 1. ed. não o contempla.

³⁵ Idem nota nº 9.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

dicionários constituem as fontes de conhecimento para quem quer aprender *prosódia*.

A *Gramática Expositiva: Curso Elementar* (E.C.P.), sobre o assunto, destaca implicitamente o aspecto fonológico da prosódia³⁶, quando afirma: “**Prosódia** é a parte da Phonologia que estuda a boa pronúncia das palavras, bem como os phonemas combinados na sua formação” (p.15). Podemos perceber, desde então, o estado implícito da compreensão do fonema como unidade fonológica, ou seja, unidade de traços distintivos que permite a comunicação entre os falantes da língua. Assim, essa gramática, também, recomenda, ao aprendiz, as fontes para o aprendizado da prosódia:

A boa pronúncia das palavras aprende-se principalmente na convivência de pessoas bem falantes e com o socorro de um bom dicionário prosódico. A prosódia é uma parte eminentemente practica, e pequeno é o auxílio que lhe pode prestar a gramática³⁷ (PEREIRA, [s./d.]: 15).

Notadamente, observamos que o “bom uso” da pronúncia vem da boa prática comunicativa e do auxílio de dicionário em questão. Não descartamos outras práticas para o aprendizado da *prosódia*, como intui o gramático, por exemplo: a arte declamatória e a oratória (hoje aplicada ao teatro, cinema, televisão).

Bechara (2005) trata, distintamente, a questão da ortoépia, em relação à questão da prosódia. Para ele:

Ortoépia é a parte da gramática que trata da correta pronúncia dos fonemas.

Preocupa-se não apenas com o conhecimento exato dos valores fonéticos dos fonemas que entram na estrutura dos vocábulos, considerados isoladamente ou ligados na enunciação da oração, mas ainda o ritmo, a entoação e expressão convenientes à boa elocução (Bechara, 2005: 76).

Deprendemos que a boa ortoépia trata da pronúncia dos fonemas da língua padrão. Vejamos alguns exemplos do autor citado: *são fechadas as vogais nasais (...) em -amos e -emos do pres. e pret.perf. do indicativo da 1ª e 2ª conjugação* (id.).

Quanto à *prosódia*, A *Moderna Gramática Portuguesa* destaca o seguinte:

³⁶ E.C.P. denomina *prosódia* e não ortoépia quando trata do estudo da pronúncia correta.

³⁷ A ortografia *pseudo-etimológica* faz-se presente na gramática de E.C.P.

Prosódia é a parte da fonética que trata da correta acentuação e entoação dos fonemas.

A preocupação maior da prosódia é o conhecimento da sílaba *predominante*, chamada *tônica* (p.84).

Observamos, aqui, duas observações pertinentes às gramáticas de C.P. e E.C.P. e contrastamo-las com a posição de Bechara, no espaço de tempo compreendido: 1. Bechara faz nítida diferença nocional entre *prosódia* e *ortoépia*; 2. o que C.P. e E.C.P. denominam *prosódia* é, para Bechara, o estudo da *correta acentuação e entoação dos fonemas*. Isso não significa que haja uma disparidade enorme, porque ambos estudos — *ortoépia* e *prosódia* — tratam da realização dos fonemas da língua, porém em âmbitos diferentes: *ortoépia* relaciona-se à articulação correta dos fonemas e a *prosódia* aos movimentos de maior ou menor intensidades e maior ou menor altura (frequência) dos fonemas articulados e específicos para cada palavra da língua no enunciado. Portanto, há uma inter-relação bastante próxima entre elas. Justificamos tal distinção pelo advento dos muitos estudos lingüísticos que subsidiam, sobremaneira, a reformulação das gramáticas.

ORTOGRAFIA

Quanto à *ortografia*, a *Seleta* apresenta as seguintes ocorrências de palavras que mesclam a ortografia do período *pseudo-etimológico* e do período *moderno* da língua portuguesa:

2) *ombro* é a graphia correta e não *hombro*; do mesmo modo deve-se escrever: *exuberante, ontem, póstumo, systema, teor, Teresa, Tiago* (p.60). 1) *terremoto* ou *terramoto* (p.111). 1) *Ramalhete* ou *ramilhete* (p.155). 2) *musulmana* – a forma mais usada hoje é *muçulmana* (p.188). 4) *destrinçou* e não *destrinchou*³⁸ (p.252). 1) *docel* – a graphia correta é *dossel* (p.353). 6) *Achilles* e não *Achylles* (p.397).

C.P. apresenta o estudo da ortografia em *A Língua Materna: 1º Curso* (s./d.) e não, como esperávamos, em *A Língua Materna: Primeiro e Segundo Anno de Grammatica - 2º Curso*³⁹ (1907). Destarte, a gramática I contempla as regras ortográficas, nos seguintes casos:

³⁸ A forma *destrinçou* (sibilante) era considerada a "forma padrão" que deu lugar a "forma não-padrão" *destrinchou* (palatizada).

³⁹ Passamos, por ora, denominá-la *gramática I* para *A Língua Materna: 1º Curso* e *gramática II* para *A Língua Materna: 2º Curso*.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

1. ditongos em finais de palavras, quer os terminados em *ã* e *não an*, quer os terminados em *eu*, *quando* o *e* é aberto (p.07); 2. o *ç* (*c* cedilhado) só se emprega antes do **a,o,u**; nunca antes de **e** ou **i**; 3. Nunca se começa a palavra por **c**, mas sim por **s** (p.27); 4. O **c**, como na palavra *casa*, só se emprega antes de **a, o, u**: antes de **e** e **i** emprega-se **qu**; ex.: *carro, cova* (...) (p.44); 5. O **G** com o valor de **gue**, só se emprega antes **a, o, u**, como em *gato, gozo, gula*; antes de **e** e **i** – emprega-se **gu** – *guerra, guizo*; 6. O **G** valendo **je**, só se emprega antes de **e** e **i**; antes de **a, o, u** emprega-se **j** (p.56); 7. Representam-se os sons nasais com **am, em, im, om, um** antes de **b, p**; nos outros casos representam-se com **na,em, in, on, um**; 8. No fim das palavras representam-se estes sons por **ã,em, im, om, um** (...) (p.82); 9. No princípio das palavras escreve-se em geral **ch** (...); 10. No meio das palavras escreve-se **x** depois de ditongo ou do som nasal em **em** (...) ⁴⁰ (p.133).

Percebemos, assim, que as ocorrências ortográficas da *Seleta* não contemplam as regras ortográficas da gramática I, já que as da gramática I vêm complementar o que não está no referido livro de leitura. Vimos que a preocupação de C.P. é chamar atenção do leitor para aquelas grafias que representam possíveis dúvidas.

E.C.P., em sua gramática, acrescenta não só o conceito de ortografia, mas também a indicação das fontes para a aquisição do conhecimento ortográfico ⁴¹, abordando-as com mais riqueza de regras e de exceções. A seguir, tomamos um exemplo que ilustra muito bem a forma de abordagem da regra ortográfica e sua respectiva exceção, em um contexto do período *pseudo-etimológico* da língua portuguesa:

4^a. Dobram-se, em geral, as consoantes nas palavras que começam por:

ac accorrer, acomodar	ap aparecer, aprovar	op oportuno, oppor
ad adderir, adduzir	ef efeito, eficaz	col collega, colaborar
af afirmar, afeição	dif difundir, difficil	suf sufficiente, suffocar
ag agravar, agredir	oc ocasião	sup supplicar, supplicio
at atenção, attribuir	of offerecer, offense	il illuminar, illegal
im immortal, immutavel	sug suggerir, suggestão	
EXCEPTUAM-SE:		
<i>oculto, opinião, opaco, operar, afogar, imagem, imitar, e seus derivados</i> (p. 21).		

Diante do exposto, percebemos que não há uniformidade das abordagens na apresentação das regras ortográficas entre a gramática I e a *Gramática Expositiva: Curso Elementar*.

⁴⁰ Agrupamos e ordenamos, aqui, todas as regras ortográficas da gramática I, para facilitar a sua leitura, pois estavam dispersas em toda a obra.

⁴¹ Apresenta-as em nota.

Bechara (2005) declina vinte e três letras (23) fundamentais do alfabeto português e acrescenta mais três letras dos *casos especiais* (k, w, y). Com relação a C.P., o quadro das letras fundamentais permanece no mesmo espaço de tempo a que nos referimos; contrariando, deste modo, o quadro dos grafemas em E.C.P. que lista vinte e cinco (25) letras⁴².

No cenário moderno ortográfico, Bechara (2005) aponta-nos o /ř/ (vibrante múltipla) e /s/ (sibilante), na regra VI – *Letras dobradas*, o seguinte:

21) Escrevem-se *rr* e *ss* quando, entre vogais, representam os sons simples do *r* e do *s* iniciais; e *cc* ou *çç* quando o primeiro soa distintamente do segundo: *carro, farra, massa, passo; convicção, occipital* etc.

22) Duplicam-se o *r* e o *s* todas as vezes que há um elemento de composição terminado em vogal se segue, sem imposição do hífen, palavra começada por uma daquelas letras: *albirrosado, arritmia, altíssimo, derrogar, prerrogativa, pressentir, sacrossanto*, etc. (p.95).

Não pretendemos mostrar exaustivamente, aqui, a mudança ortográfica entre o período pseudo-etimológico e o período moderno na ortografia da língua portuguesa. Como sabemos, houve muitas reformas ortográficas nesse ínterim. Ilustramos, a partir da *Seleta*, como algumas grafias pseudo-etimológicas, por exemplo, passaram para a grafia moderna que se iniciaram na 38^a. ed. dessa e que perpetuam até o momento atual, como por exemplo: a perda do *h* em *ombro, ontem, póstumo, teor, Teresa e Tiago*, mas mantém-se em um número expressivo de ocorrências a ortografia pseudo-etimológica. Atentamos, assim, para o que afirma Bechara (2005), na regra 14 e 15:

14) Quanto a etimologia o *h* não justifica, não se emprega: *arpejo* (substantivo), *ombro, ontem*, etc. E mesmo que justifique, não se escreve no fim de substantivo e nem no começo de alguns vocábulos que o uso consagrou sem este símbolo, *andorinha, erva, felá, inverno*, etc.

15) Não se escreve *h* depois de *c* (salvo o disposto em o n° 12) nem depois de *p, r* e *t*: o *ph* é substituído por *f*, o *ch* (gutural) por *qu* antes de *e* ou *i* e por *c* antes de qualquer letra: *coreografia; cristão, querubim; química; farmácia; fósforo; retórica; ruibarbo; teatro; turíbulo*; (p.94).

Outra regra importante a considerar é a 16 que diz respeito ao desfazimento das consoantes geminadas e das consoantes não articuladas, do período pseudo-etimológico:

⁴² Ele acrescenta o *k* e o *y* com as demais em comum com C.P.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

16) Não se escrevem as consoantes que se não proferem: *asma, assinatura, ciência, diretor, ginásio, inibir, inovação, ofício, ótimo, salmo*, e não *asthma, assignatura, sciencia, director, gymnasio, inibir, innovação, officio, optimo, psalmo* (p. 94).

Notamos que as regras ortográficas do período moderno rompem definitivamente com o período pseudo-etimológico da língua portuguesa mantidas em um número bastante expressivo na *Seleta*. A respeito disso, Carvalho (2005, fl.2) afirma o seguinte: “No século XIX, a ortografia no Brasil estava no mesmo estado que em Portugal. Pode-se dizer que havia unidade... no caos”. Isso nos remete o não entendimento geral dos intelectuais concernente à ortografia daquela época. Mais adiante, o autor esclarece-nos sobre o que ocorre com a reforma ortográfica em meados do século XX:

O projecto da Academia Brasileira de Letras de 1907 acabou por não ir por diante e, por outro lado, Portugal cometeu o absurdo erro de avançar sozinho para a reforma. Assim, e apesar de a reforma portuguesa ser defendida sem alterações, para uso no Brasil, por filólogos brasileiros do calibre de Antenor Nascentes e Mário Barreto, o certo é que, durante alguns anos, ficaram os dois países com ortografias completamente diferentes: Portugal com uma ortografia moderna, o Brasil com a velha ortografia pseudo-etimológica (Carvalho, *id.*, *ibid.*).

Assim, passamos a entender o uso da ortografia pseudo-etimológica inscrita nas obras de Clemente Pinto e Eduardo Carlos Pereira.

A *Moderna Gramática Portuguesa* (Bechara), no entanto, segue as normas ortográficas, deste modo, descritas:

O Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro de 1943 fixou a acentuação gráfica em 16 regras e 17 observações.

Agora, a Lei 5.765, de 18 de dezembro de 1971, veio simplificar esse conjunto, com a abolição de duas regras (a do acento diferencial de timbre e a do acento grave e circunflexo nas sílabas subtônicas) e duas observações (Luft, 1979: 01).

Diante da afirmação acima, a gramática de Bechara (2005) é orientada pelo padrão ortográfico vigente em nosso tempo atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebemos que há, no caso e essencialmente, uma continuidade, e não descontinuidade, do modelo teórico normativo/descritivo entre as obras de gramática dos autores Alfredo Clemente Pinto, Eduardo Carlos Pereira e Evanildo Bechara. Neste último, verificamos, com relação ao primeiro e o segundo autor de gramática, a adição de elementos novos que vêm descrever/ explicar com um maior detalhamento e profundidade as ocorrências-base nas gramáticas em questão. Entendemos este fato devido à evolução norteada pelos estudos científicos da linguagem e da língua portuguesa nesse ínterim.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. ver. E ampl. 15^a reimpressão. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

CARVALHO, M.M. *História da ortografia em Portugal e no Brasil*. In www.dha.inec.pt/npe/português/páginas_pessoais/MMC/Ortografia.html (acesso em 20/03/2005).

CLEMENTE PINTO, A. *A Língua Materna: 2º Curso – Primeiro e Segundo Anno de Grammatica e Exercícios Preparatórios de Composição*. Porto Alegre: Selbach & Mayer, 1907.

———. *A língua materna: 1º Curso*. 34^a ed. revista e melhorada. Porto Alegre: Selbach, [s.d.].

———. *Seleção em prosa e verso dos melhores autores brasileiros e portugueses*. 38^a ed. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1928.

LUFT, C. P. *Novo guia ortográfico*. 8^a ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

KOERNER, K. Questões que persistem em Historiografia Lingüística. In: *Revista da ANPOLL*, nº 2, p. 45-70, 1996.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

O GUARANI E A INTERDISCIPLINARIDADE

Raquel Maria Carvalho Naveira (USU)

A palavra *Guarani* designa o membro da família dos guaranis, população indígena da América do Sul, que faz parte do grupo mais vasto dos tupis-guaranis e o idioma dos guaranis.

Os guaranis são de origem antilhana, ocuparam todo o Brasil do sul do Amazonas, penetrando também no Paraguai, na Bolívia, na Argentina e no Uruguai. Há divergências sobre a marcha seguida por este povo. Alguns afirmam que penetraram o Brasil através do curso do rio Paraguai. Lembramos que inicialmente o rio era chamado “Paiaguai”, pela definição guarani, por ser navegado pelos hábeis canoieiros Paiaguás, ribeirinhos que controlavam o rio Paraguai, definição castelhana. Na época da expedição de Pêro Lopes de Sousa ao Brasil ao estuário do Prata, ocupavam a região litorânea entre Cananéia e a lagoa dos Patos, estendendo-se para o oeste até ao vale Paraguai-Paraná. Da antiga população guarani subsistem uns poucos grupos nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo, mas constituem a grande maioria da população do Paraguai e do Território das Missões.

Os guaranis desempenharam papel importante na história da colonização europeia do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai.

A aldeia dos guaranis era constituída de uma a quatro grandes cabanas retangulares, malocas sólidas, cobertas de palha, podendo abrigar uma família constituída de cerca de cem pessoas.

As cabanas eram dispostas de forma irregular. O povoado era cercado por altas paliçadas destinadas a protegê-los de algum ataque.

Suas armas eram arcos, flechas, tacapes. Cultivavam algodão, mandioca, batata, feijão, ananás, fumo. Fabricavam utensílios de barro. Preparavam bebidas fermentadas com mel silvestre e sucos vegetais. Fumavam folhas de tabaco enroladas como cigarro e em cachimbos. Usavam a erva-mate com fins religiosos.

Acreditavam num ente supremo, nos espíritos, praticavam feitiçaria. O canibalismo tinha caráter mágico. Os guerreiros e os feiticeiros usavam adornos de penas, braceletes, diademas, cintos, mantos.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

As tribos desfrutavam de independência, mas elegiam chefes que iam representá-los nas assembléias confederativas de guerreiros.

Quanto ao idioma guarani, pertence ao grupo lingüístico do tupi-guarani. É o dialeto meridional “aba ñ eeme”, que se confinou ao Paraguai e à província argentina de Corrientes. O guarani moderno conserva muitas formas essenciais de antigas línguas, mas sofreu a influência espanhola.

Os paraguaios constituem um povo com formação étnica homogênea, descendendo de índios guaranis e colonizadores espanhóis, que se cruzaram. Subsistem índios em pequeno número, principalmente algumas tribos do Chaco, mas a cultura guarani reflete-se nas mais diversas formas de vida paraguaia. A maior parte dos habitantes é bilíngüe, falam guarani e espanhol, sendo esta a língua oficial.

A Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), na área de pesquisa, desenvolve o Programa Kaiowá/Guarani, um estudo em defesa da vida, visando à melhoria das condições dos indígenas guaranis e a preservação de sua cultura, nas aldeias e cidades do Estado de Mato Grosso do Sul, notadamente na região da Grande Dourados.

O Programa foi dividido em subáreas: localização das aldeias, comportamento, ocupação tradicional e conceito de posse; recuperação dos recursos naturais; e produção alimentar; educação indígena e saúde preventiva.

Na subárea *Educação Indígena*, a principal preocupação é a construção de uma escola diferenciada, que responda às expectativas dos Kaiowá/Guarani. Situam-se nesta subárea os seguintes projetos: *A construção de um referencial novo e diferenciado da escola Kaiowá/Guarani na região da Grande Dourados*, do professor José Manfrói e *Educação bilíngüe, guarani-português nas escolas indígenas Guarani/Kaiowá da região da Grande Dourados*, do professor Antônio José Filho.

Concordo plenamente com a posição defendida pelos professores: a criança indígena deve ser alfabetizada em sua língua materna, o guarani e, só depois, na sua segunda língua, o português, que lhe permitirá conhecer e sobreviver na sociedade envolvente. É necessário valorizar o guarani, instrumentalizar professores indígenas para essa tarefa.

Coloco aqui a necessidade da sociedade envolvente, das escolas das cidades de Mato Grosso do Sul que convivem com o índio no seu cotidiano, nas ruas, nas feiras, nos mercados, na periferia, nas fronteiras,

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

também estudarem e conhecerem a civilização, a história, a cultura e a língua guaranis.

Só se ama e se respeita o que se conhece. Numa região como a nossa, em tempos de MERCOSUL, é preciso formar uma identidade voltada para a América Latina. Temos muitas afinidades. Temos alguma alegria e muitas amarguras a compartilhar. Amarguras que, ao invés de nos irmanarem, nos distanciaram ainda mais.

Levanto uma questão de Estética. Estética é a ciência do Belo. Conhecemos, respeitamos, amamos uma determinada cultura por percebermos o seu valor intrínseco, profundo e humano. Toda língua é manifestação de Beleza única e insubstituível. Todo o idioma reveste de forma singular o pensamento e a sensibilidade de um povo.

Quando se valoriza e respeita a DIVERSIDADE caminhamos para uma UNIDADE fraterna e conciliadora.

Em três dos meus livros, escrevi sobre a língua guarani. No infanto-juvenil, *Pele de Jambo*, no capítulo *Guarani*, conto como a menina Rutinha, na cozinha de uma fazenda da cidade de Bela Vista, fronteira do Paraguai, ouvia as mulheres conversando em guarani e ia descobrindo o fascínio e o significado de alguns vocábulos, ao som das polcas e das guarânias.

No livro de ensaios, *Fiandeira*, no capítulo *Nomes Guaranis* escrevi sobre minha paixão pelo guarani e a gênese de alguns de meus poemas que nasceram de palavras guaranis.

No romanceiro *Guerra entre Irmãos - Poemas inspirados na Guerra do Paraguai*, há o poema *Comunicação*, que expõe a riqueza das três línguas envolvidas na triste guerra: português, espanhol e guarani. Transcrevo aqui o referido poema:

A comunicação na guerra
É feita de gritos,
Brados,
Ordens imperativas,
Delações,
Intrigas,
Sussurros.

As mensagens vêm em bilhetes,
Cartas seladas,
Asas de beija-flores,
Cascas de árvores,

Folhas de fumo
E chegam aos ouvidos
Que viram conchas,
Abas de gramofone.

Nesta guerra as línguas se fundem,
Amalgam-se
Como desenhos singelos
Em vasilhames úmidos,
Como saliva no pântano das bocas:
Língua portuguesa,
Galega,
Galaica,
Com gotas do Tejo e do Minho,
Aroma de carvalho e vinho,
Lirismos de amor e amigo;
Língua espanhola,
Andaluza,
Castelhana,
De termos árabes,
Trazida nas caravelas de Colombo,
Perpetuada nos sonhos de Dom Quixote;
Língua guarani,
Língua sagrada do tronco tupi,
Espalhada pelo Paraguai,
Por Corrientes,
Pelas cabanas de grossos paus
Cobertos de barro.

Na guerra, irmão mata irmão,
Não há comunicação.

A proposta é que os educadores de Mato Grosso do Sul, professores de português, história, geografia, expressões artísticas, trabalhem a temática guarani com seus alunos, em atividades interessantes, lúdicas, poéticas.

Fica em aberto também a proposta de se escrever um livro de embasamento para o estudo da temática guarani nas escolas. Um livro composto dos seguintes capítulos: histórico dos guaranis; glossário de palavras guaranis (frutas, animais, lendas, objetos...); lista de topônimos, ou seja, nomes de rios, cidades, fazendas e outros acidentes geográficos da região sul-mato-grossense; fotografias da arte indígena; estudo da música guarani e do cancionero paraguaio.

No livro *Meus Haicais*, do professor J. Barbosa Rodrigues, em que o autor utiliza a delicada arte japonesa de sintetizar uma idéia poética em apenas três linhas, para definir e explicar os nomes das cidades de

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

nosso Estado, encontramos preciosidades como a significação de alguns vocábulos guaranis que nomearam nossas cidades: Camapuã - tímidos seios; Caarapó – raiz de erva; Nhu-verá - campo brilhante; Nioaque - clavícula quebrada.

Relato uma experiência didática realizada com a turma dos acadêmicos da Melhor Idade da UCDB, um projeto voltado à comunidade idosa, onde são ministradas aulas de Literatura Brasileira.

Utilizando o dicionário *Português-guarani*, de autoria de Tertuliano Amarilha, foram selecionados vocábulos e/ou expressões guaranis com seus respectivos significados em português: água - y ; poça d'água - y no'ó; aurora - arco co'ê; abelha - cava; algodão - mandy yu; alguém - peteí; aluno - temimbo'é; amarelo - sa'y yu; amor - mborayjhú; antepassado - tamói; andorinha - mby yu'é; árvore - yvyrá; aroma - tyacuã; asa - pepó; azeitona - tarumã-á; anoitecer - pyteimby; baile - yeroky; banana - pacová; bambu - tacuapí; beira de rio - y rembe'y; barro - tuyu; belo - porã; boca - yuru; borboleta - panambi; bolo de polvilho - kyrupé; beija-flor - mainumby; bezerro - vacá'ra'y; branco - moroti; brilho - verá; brisa - yvytu pô i; bruxa - cuña payé; cabeça - acã; cabelo - tagué; cachoeira - y tororó; cama - tupá; campo - ñu; cana-de-açúcar - taquare'ê; canoa - ygá; caranaúba - caranda'y; casa - oga; cavalo - rendá; sol - cuarajhy; sabiá - jhavia; estrela - mby yá; sangue - tугy; sapo - cururu; cesto de vime - ayacá; céu - tupasy retã; cobra - mboi; colina - yvy ty mi; cuia - ca'y guá; cacique - avá runichá; lua - jacy; sorte, boa estrela - po'á; fogo - tatá; flor - poty; mãe - sy.

Escreveram-se em papezinhos frases como: *Oga* em guarani significa “casa”; *Panambi* em guarani significa “borboleta”; *Tatá* em guarani significa “fogo”. A seguir, os acadêmicos sortearam um papelzinho e produziram um texto a partir da palavra sugerida. Expliquei que deveriam escrever algo relacionado ao significado da palavra em guarani: um comentário, um sentimento despertado, uma lembrança, uma recordação, um vestígio. Se pudessem colocar no texto elementos de ambientação indígena, melhor.

Os acadêmicos da Melhor Idade possuem mais de 50 anos, sabem ler e escrever, porém têm escolaridade heterogênea. Alguns possuem curso de nível superior, outros não concluíram o 1º grau. Não foram levados em conta erros ortográficos e de concordância. O que vale nas aulas é o deixar fluir a emoção, é beber da fonte da criatividade e do prazer de

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

sonhar. Os acadêmicos são orientados também para que desenhem, ilustrando suas idéias, outra forma lúdica de expressão.

Os idosos são muito melancólicos, voltam-se para o tesouro de sua memória. Transcrevo algumas produções dos acadêmicos da Melhor Idade:

Oga em guarani significa “casa”.

Como para todos nós que vivemos na cidade, a casa para os índios é um porto seguro, um sinal de vitória. Não há ser humano que não fique feliz ao possuir seu próprio teto. É em nossas casas que nos reunimos com a família e passamos os melhores momentos de nossas vidas.

Os índios moram em ocas que são feitas de madeira e palha e são nelas também que se reúnem para decidirem os rumos da tribo.

Ñu em guarani significa “campo”.

Os campos da fazenda Vista Alegre, onde estão minhas raízes, são tão vastos e planos, que ao longe se unem com o céu. Campos floridos, ora verdes, ora acizentados, conforme a estação do ano.

Tuyu em guarani significa “barro”

O barro, matéria-prima para tantas coisas importantes: telha, tijolo, utensílios, potes, cerâmicas. Tudo tirado do barro.

y rembe'y em guarani significa “beira de rio”.

Y rembe'y... beira de rio, lugar convidativo para uma boa pesca, para meditar e curtir as belezas da natureza.

Tatá em guarani significa “fogo”.

O fogo nos faz lembrar várias comemorações; o dia de São João é comemorado com a fogueira.

Em muitos acontecimentos festivos são usados fogos de artifício, sendo cada um mais belo que o outro.

Também os índios gostam muito de usar o fogo, eles dançam em volta do mesmo para festejarem suas vitórias e suas crenças.

Pacová em guarani significa “banana”.

Lembrei quando era criança, em minha cidade, Poconé, tinha uma índia que diariamente batia à nossa porta com um balaio de bananas na cabeça para vender.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

O nome dela era Maricota. Que saudades!

Po' á em guarani significa “sorte”, “boa estrela”.

Faz-me lembrar do romance *Iracema*, de José de Alencar, onde figura a pessoa do Araquém que previa a triste sorte da sua tribo. Araquém era o conselheiro do seu povo.

Kyrupé em guarani significa “bolo de polvilho”.

O significado de *Kyrupé* em guarani é bolo de polvilho, ele é feito de mandioca, que, depois de ralada a sua raiz, é extraído o polvilho, um processo muito trabalhoso.

Em seguida é usado para fazer bolos, chipas, tapioca etc. Em Mato Grosso a mandioca, “aipim”, os bolos de polvilho são tradições culinárias.

Todas as produções ficaram líricas, poéticas, simbólicas. Fizemos um mural colando as produções misturadas a ilustrações sobre índios e natureza.

O professor pode levar música para a sala de aula: polcas e guarânias. Músicas para ouvir simplesmente, dançar, coreografar, dramatizar, ler, traduzir, analisar, interpretar. Letras em espanhol ou em guarani falando da pátria, da amada, da natureza, da terra, da água, da América Latina. Sugerimos o CD “La Carreta” de nossa saudosa cantora, Jandira, da dupla Jandira e Benites. Jandira cantou com sua voz potente e seu talento dramático canções inesquecíveis como *Vila Guilhermina*, *Passionaria*, *Che pyharé Mombyri*, *Galopera*, *Panambi Jerovy* e tantas outras do cancionista paraguaio que tocam profundamente a nossa alma de fronteira.

Este trabalho interdisciplinar pode ser desenvolvido com alunos de todas as faixas etárias e níveis de escolaridade. Um trabalho que despertará para a beleza da cultura guarani; para o autoconhecimento a partir do estudo de nossas raízes, da etnia de nosso povo; para o respeito e a valorização de nossa identidade latino-americana e ameríndia.

BIBLIOGRAFIA

AMARILHA, Tertuliano. *Dicionário português-guarani*. Cuiabá, 1994.

CD - *La Carreta*. Jandira e Benites. Compact Disc.

Jornal da UCDB. Abril/98 ano XII nº 3

NAVEIRA, Raquel. *Fiandeira*. São Paulo: Estação Liberdade, 1992.

———. *Guerra entre irmãos* – poemas inspirados na Guerra do Paraguai. 2ª ed. Campo Grande (MS): Gráfica Ruy Barbosa, 1997.

———. *Pele de jambo*. Belo Horizonte (MG):RHJ Editora, 1996.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

O TRABALHO METALINGÜÍSTICO NA ESCRITA INFANTIL UMA ABORDAGEM COGNITIVA E METACOGNITIVA DOS USOS DA LINGUAGEM

Rose Maria Leite de Oliveira (UFC)

METACOGNIÇÃO E METALINGUAGEM: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Durante um bom período de tempo, uma grande parcela dos estudos sobre a aprendizagem da linguagem centrou-se nas capacidades cognitivas e nos fatores motivacionais responsáveis pelo desenvolvimento escolar do aprendiz, sendo que, somente na década de 70, surgiu uma nova modalidade ou categoria de estudo a fim de investigar as aptidões cognitivas envolvidas na memória, na leitura e na compreensão e produção de textos: a dos processos metacognitivos. Dentre uma gama de estudiosos desta modalidade estão Flavell (1976), Flavell, Miller & Miller (1999), Bialystok (1993), Brown (1987) e Gombert (1992) que discutem o seu valor para o desenvolvimento e processo de aprendizagem do sujeito.

O termo *metacognição*, para Flavell (1976), refere-se ao conhecimento que o indivíduo tem sobre seus processos cognitivos e produtos, ou, em outros termos, é a cognição sobre a cognição. Segundo esta definição, o sujeito detém o conhecimento sobre quando e como utilizar suas estratégias, bem como sua utilidade e eficácia durante a realização de tarefas.

Mas é importante considerar que, à noção de metacognição, apesar de ter grande relevância no processo de aprendizagem do sujeito, parece não haver consenso quanto a uma definição unívoca. De acordo como Brown (1987 *apud* Corrêa, 2004), o que dificulta uma definição deste termo é o fato de não se estabelecer entre o que é *meta* e o que é *cognitivo*, e também pelo fato de o termo representar um problema multifacetado (p. 110), já que ele se relaciona com uma amplitude de utilização na literatura psicológica.

Essa amplitude, delineada por diferentes correntes teóricas, acabou por dar lugar a numerosas confusões como, por exemplo, no que tange à famosa definição de Flavell (1976). Para o autor:

La métacognition se rapporte à la connaissance qu'on a de ses propres processus cognitifs, de leurs produits et de tout ce qui y touche, par exemple,

les propriétés pertinentes pour l'apprentissage d'information ou de données ... la métacognition se rapporte entre autres choses, à l'évaluation active, à la régulation et l'organisation de ces processus ou fonction des objets ou des données sur lesquelles ils portent, habituellement pour savoir un but ou un objectif concret (p. 232).

De acordo com Noël (1991), muitos pesquisadores, face a esta definição, crivada de diversos aspectos, acabaram por chegar a conclusões confusas e muitas vezes generalizadas quanto a sua interpretação. Para a autora, a definição de Flavell (op.cit.) comporta três aspectos diferentes: o conhecimento pelo sujeito de seus próprios processos e do produto dos processos; o conhecimento das propriedades pertinentes em relação à aprendizagem da informação ou dos dados e a regulação dos processos cognitivos.

Muitos pesquisadores, segundo Noël (op.cit.), quando estudam o conhecimento que o sujeito tem dos fatores que favorecem a aprendizagem, acabam por relacioná-lo à metacognição, muitas vezes utilizando este termo abusivamente, no lugar de reservá-lo para o conhecimento que o sujeito tem de seus próprios processos mentais, o que, a seu ver, é bem diferente.

No âmbito das possíveis acepções e domínios da metacognição, a *metalinguagem* é, sem dúvida, uma das habilidades essenciais ao processo de aprendizagem e desenvolvimento dos sujeitos e sua compreensão vem sendo alvo de inúmeras investigações linguísticas. Para Gombert (1993), várias são as habilidades que podem ser ditas como metacognitivas, dentre elas, a metalinguagem, que se diferencia das outras por ser caracterizada a partir de seu objeto, a linguagem. As outras habilidades são definidas pela função cognitiva a que se referem.

Contudo, segundo Garton & Pratt (1990) e Gombert (1992), deve-se considerar que existem dois pontos de convergência nas definições de metalinguagem encontradas na literatura psicológica: um primeiro, voltado para a reflexão sobre a linguagem, considerada como objeto independente do significado que veicula, e, um segundo, relativo à manipulação intencional das estruturas linguísticas.

De qualquer forma, a *metalinguagem* é visualizada como um construto multidimensional que envolve diversas competências, sendo que muitos são os construtos teóricos atuais acerca das habilidades ou atividades metalingüísticas empregadas pelo sujeito ao ler e produzir textos. As primeiras e mais tradicionais classificações destas habilidades, no universo dos estudos linguísticos e psicolinguísticos, advêm de uma vas-

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

ta literatura formada com o interesse em descobrir que influências elas possuem no processo de aprendizagem e desenvolvimento da linguagem no aprendiz. Para Bialystok (1993), incluem: a *consciência fonológica*, a *consciência da palavra*, a *consciência sintática* e a *consciência pragmática*.

Além do estudo destas habilidades metalingüísticas, novas taxonomias constam atualmente na literatura, como a *consciência morfológica* (Carlisle, 2000; Levin, Ravid & Rapport, 1999; Mahony, Sigson & Mann, 2000), a *consciência textual* (Gombert, 1992), a *consciência morfossintática* (Corrêa, 2005) e a *consciência gramatical* (Nunes, Bryant e Bindman, 1997).

O estudo da maioria destas habilidades tem como principal interesse compreender, sobretudo, como a criança “manipula” sua aprendizagem e seu desenvolvimento lingüístico a partir de tais habilidades e qual sua relação com a aquisição da língua escrita. O foco está, pois, na sensibilidade da criança ao aspecto grafofônico das palavras, à concordância nominal e verbal nas frases, ao emprego inapropriado de certos morfemas ou vocábulos nas palavras ou textos, aos aspectos de coesão e coerência textual e a outros aspectos que revelam o esforço metacognitivo na aprendizagem da escrita.

Se comparadas à literatura internacional, no Brasil, são recentes e ainda não suficientes as pesquisas que envolvem o desenvolvimento das habilidades ou atividades metalingüísticas na criança (Corrêa, 2005), apesar de ser consenso que o aparecimento e desenvolvimento de tais habilidades ocorrem à medida que as crianças se tornam mais sensíveis às propriedades estruturais da linguagem. Podem ser citados, neste bojo, os trabalhos de Rego (1993), Maluf e Barrera (1997), Capovilla (1999), Barrera (2000), Corrêa (2004, 2005) e Guimarães (2002).

A maioria das pesquisas destes estudiosos vem confirmar a importância de se investigar apuradamente as habilidades metalingüísticas utilizadas pelos aprendizes dentro e fora da sala de aula no processo de desenvolvimento de lectoescrita, visualizado-se não apenas o aspecto fonológico, morfológico ou sintático, mas todos os aspectos que preencham os vieses do complexo processo de aquisição da língua escrita. O que talvez impeça resultados mais satisfatórios, quanto ao uso destas habilidades pela criança, seja o controle rígido experimental pelo qual passam, ignorando, muitas vezes, o caráter interativo inerente ao uso da linguagem. A maioria das pesquisas que envolvem atividades metalingüísticas

na aquisição e no processamento da linguagem apóia-se em tarefas de mensuração a fim de avaliar as capacidades e o desempenho do sujeitos em habilidades de repetir, de corrigir, de localizar ou julgar problemas em frases, conforme veremos.

ATIVIDADES E/OU HABILIDADES METALINGÜÍSTICAS
NA APRENDIZAGEM
E PROCESSAMENTO DA LÍNGUA ESCRITA

De um ponto de vista geral, o termo *metalingüístico* é utilizado para designar a atividade lingüística realizada sobre a própria linguagem. Conforme mencionamos, as capacidades metalingüísticas, inseridas no campo da metacognição, são atualmente estudadas em termos do desenvolvimento fonológico, morfológico, sintático, lexical ou pragmático pela criança e são visualizadas, grosso modo, segundo dois pontos de vista principais: um, que investiga estas capacidades como forma de autoreferencição da linguagem, bem como a sua descrição; e outro, de caráter funcional, que a investiga levando-se em conta a atividade do locutor, na qual o significado torna-se altamente relevante em seu trabalho com a linguagem.

Centrados seja em que eixo for, os estudos destas capacidades pelo sujeito, manifestadas a partir de comportamentos espontâneos ou a partir de capacidades fundadas em conhecimentos mentalizados e intencionalmente aplicados, são geralmente descritos segundo tarefas de controle experimental, a fim de se avaliar o desempenho da consciência do sujeito face a diversos aspectos lingüísticos.

São, portanto, usualmente exploradas como atividades metalingüísticas, as capacidades e os conhecimentos fonológicos, morfológicos e sintáticos do aprendiz em seu processo de reflexão e regulação da linguagem oral ou escrita, sendo comum o uso dos termos *consciência fonológica*, *consciência morfológica*, *consciência sintática*, *consciência morfossintática*, etc., dependendo do objeto de estudo, para se designar os estudos dessas atividades enquanto processos metacognitivos da aprendizagem. Gombert & Cole (2000), para designar algumas destas atividades, utilizam, por exemplo, os termos *capacidades metafonológicas* e *capacidades metasintáticas*.

Em linhas gerais, podemos definir a *consciência fonológica* como sendo a reflexão que o sujeito tem em relação à estrutura fonológica da

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

língua, em seus mais diversos aspectos; a *consciência morfológica*, por sua vez, como a atenção aos aspectos morfológicos da língua como flexões, desinências, processos de formação de palavras, etc; e a *consciência sintática* como representando a atenção aos aspectos da estrutura sintática da língua, como concordância verbal, nominal, regência, etc. Autores que consideram o estudo da *consciência morfossintática*, defendem a idéia da reflexão interdisciplinar sobre os dois eixos, o sintático e o morfológico.

Baseados, pois, nas propriedades de cada uma destes campos lingüísticos, os estudos das habilidades metalingüísticas na criança têm sido avaliadas, no percurso das investigações da linguagem, levando-se em conta diferentes tarefas de mensuração, conforme mencionamos.

As mais conhecidas, e consideradas clássicas, no exame da sensibilidade da criança em seu uso da língua oral ou escrita são as tarefas de *juízo de frases*, de *correção*, de *repetição* e de *localização*.

Na tarefa de *juízo de frases*, a criança é convidada a julgar a aceitabilidade de determinadas frases, ditas inaceitáveis gramaticalmente, meio a uma lista de frases gramaticalmente corretas. Nesta tarefa, as frases agramaticais são, por exemplo, caracterizadas pelo mau uso ou ausência de morfemas nos vocábulos: *Os meninos brinca*³.

A *tarefa de correção* consiste em pedir à criança que corrija frases, e a *tarefa de repetição*, vista como uma possibilidade da criança examinar o controle intencional da atividade lingüística, consiste em a criança reproduzir a sentença sem qualquer alteração, mesmo que ela seja agramatical. Essa talvez seria uma maneira de ela refletir sobre os erros e corrigi-los.

A *tarefa de localização*, muito próxima à tarefa de juízo, consiste em solicitar à criança que localize erros em frases.

Outras tarefas surgiram, em experiências recentes, a fim de se avaliar as capacidades morfossintáticas das crianças, deixando-se um pouco de lado as tarefas clássicas. Consideradas na literatura como *tarefas de produção*, elas incluem: tarefas de *morfologia produtiva*, de *estrutura morfológica*, de *complemento de sentenças*, etc. De acordo com Corrêa (2005), as tarefas de produção constituem variações mais elabo-

³ Os exemplos foram extraídos de Corrêa (2005).

radas, do ponto de vista lingüístico, da *tarefa de complemento*, utilizada nas pesquisas já em 1970. Nela a criança deve enunciar palavras que completam apropriadamente uma frase ou uma história, ou, deve completar o morfema final de uma palavra de uma frase.

Assim, por exemplo, na tarefa de *morfologia produtiva*, são apresentadas à criança pseudopalavras as quais devem ser modificadas pelo emprego de afixos e desinências. Uma figura é apresentada à criança e nela consta um pequeno texto no qual a pseudopalavra é alocada. A este texto segue-se uma frase que deve ser completada pela forma flexionada ou derivada da pseudopalavra, do tipo: *Nesta figura tem um zéu. Aqui temos outra figura onde há dois deles. Logo nesta figura temos dois _____.*

O teste de *estrutura morfológica*, também um tipo de tarefa de complemento, consiste em a criança ter habilidade em decompor palavras derivadas, pela retirada de seus sufixos, ou de produzir palavras derivadas a partir de sua forma primitiva: *1. Corajoso. O policial mostrou muita _____. / 2. Fama. O artista é _____.*

A tarefa de *complemento de sentença*, semelhante à tarefa anterior, consiste em a criança finalizar uma frase com a forma derivada de uma palavra primitiva ou de uma pseudopalavra: *1. Uma mulher que faz faxina é uma _____. 2. Ele sabe zigar. Ele é um _____.*

Além destas tarefas, outras alternativas de mensuração das habilidades metalingüísticas na criança têm surgido para tentar romper os paradigmas delineados por algumas destas tarefas consideradas, em alguns casos, ineficientes. É o caso, por exemplo, dos testes de *relacionamento morfológico*, de *analogia sintática*, de *replicação* e outros, que, no fundo, apresentam ainda certas semelhanças com as tarefas aqui discutidas, mas que, segundo Corrêa (2005), parecem melhor confirmar o caráter metalingüístico da atividade da criança com a linguagem.

A tarefa de *relacionamento morfológico* consiste no julgamento pela criança de pares de palavras compostas por uma palavra primitiva e outra derivada, ou de palavras não relacionadas entre si, a fim de se verificar a relação entre elas: *jogo-jogador/fome-faminto/porco-porção.*

Na tarefa de *analogia sintática* a criança é convidada a produzir uma frase partindo de uma estrutura esquemática do tipo “A está para B assim como C está para D”, na qual ele utilize suas habilidades sintáticas:

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

A: Marcos joga bola. B: Marcos jogou bola./C: Mamãe faz um bolo. D:
_____.

A tarefa de *repliação* consiste em solicitar à criança que localize e corrija erros gramaticais em uma frase, para, em seguida, reproduzi-los em duas sentenças corretas: *O menina é bonito: Maria é corajosa/O rapaz anda preocupado.*

Na verdade, as tarefas ditas clássicas e as tarefas de complemento têm sido alvo críticas por possuírem limitações quanto à real mensuração das habilidades metalingüísticas na criança, conseqüentemente, ao efetivo acesso ao nível de controle metacognitivo das atividades pela criança. Segundo Corrêa (2004), estas tarefas falham pelo simples fato de distinguir o que seria produto do processamento lingüístico e o que seria derivado da atividade metalingüística da criança. A seu ver, a criança está apta a lograr sucesso em sua atividade valendo-se apenas do conhecimento implícito que tem da língua.

Mas é preciso considerar que estudiosos como Gombert (1992) e Bryant, Nunes & Bindman (1997) consideraram impossível o tratamento destas habilidades excluindo-se o interrelacionamento entre os aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos que lhes são inerentes do ponto de vista cognitivo e metacognitivo.

O TRABALHO METALINGÜÍSTICO DO APRENDIZ NA PRODUÇÃO TEXTUAL

Não partindo necessariamente de controles experimentais de mensuração das atividades metalingüísticas da criança com a linguagem, Fabre (1986, 1987), em investigações sobre rasuras ou marcas de reelaboração textual infantil, considerou que tais marcas possuem traços tanto metalingüísticos como metadiscursivos, a partir de uma análise minuciosa de suas utilizações. Segundo a autora, diversos são os fenômenos demonstrativos, na escrita infantil, destes traços, observáveis, sobretudo, a partir de operações do tipo adicionar, substituir, refazer, deslocar etc.

Embora Fabre (*op. cit.*) não tenha avaliado as capacidades metalingüísticas das crianças fazendo uso de rígidas tarefas de mensuração, seus trabalhos representaram um grande passo no tratamento das marcas de modificação textual, observáveis em suas reescritas, ficando patente, a partir da análise comparativa e da descrição minuciosa destas marcas, que elas apontam, de fato, para importantes tomadas de reflexão da lin-

guagem pela linguagem, ou seja, para um intenso esforço metacognitivo na tarefa de resolução de problemas textuais no curso da aquisição e no processamento da língua escrita. Dessa forma, como não considerar, em textos espontâneos infantis, que grande parte das correções e/ou revisões deixadas na folha de papel são prova da manipulação e apropriação da linguagem pelos aprendizes e que isto aponta para um intenso trabalho e malabarismo metalingüístico?

Se analisarmos, por exemplo, o texto de uma criança de 2ª série, perceberemos que, mesmo preliminarmente, já encontramos indícios desse trabalho metalingüístico acionado a partir de uma tomada de reflexão sobre alguma irregularidade textual, obstáculo à compreensão leitora. Refletir sobre essas irregularidades é, pois, atentar para as particularidades da língua e se preocupar com o próprio desempenho lingüístico e metalingüístico, conforme se percebe no texto da criança abaixo (vide página seguinte)

Neste texto, são “visíveis” as espetaculares marcas do trabalho do sujeito com a linguagem. Nele percebe-se um sujeito envolto em momentos de grande esforço cognitivo e metalingüístico para resolver as dificuldades surgidas em sua produção, usando diversas operações para prover seu texto de sentido, daí seu texto ser tão “assustador” visualmente. Muitas vezes, o professor tende a sancionar o aprendiz devido ao seu “desleixo” textual, esquecendo que por trás destas rasuras estão escondidos diversas motivações e reflexões sobre a língua e diversas hipóteses lingüísticas tão mais importantes do que uma simples convenção da escrita, uma concordância bem colocada, etc.

Assim como Fabre (op.cit), advogamos que esse trabalho de caráter metalingüístico e metadiscursivo operado por sujeitos aprendizes da escrita, é de fato perceptível nos diversos componentes da gramática da língua, passando desde o a modalidade fonológica, morfológica, sintática, semântica e até a pragmática para um bom desempenho textual. Textos de natureza espontânea acabam por registrar uma parte da atividade de reflexão do sujeito face às dificuldades da língua, constituindo, portanto, excepcionais provas do processamento da linguagem.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Vislumbrar os manejos lingüísticos de aprendizes da língua significa estar diante de um universo de possibilidades quanto aos aspectos cognitivos, metacognitivos, discursivos e interativos da linguagem, podendo este universo, constituir-se fonte de pesquisas nos mais diversos liames dos conhecimentos lingüísticos.

Manoel Victor

8 anos [5/11/1998] 024042

CHAPEUZINHO VERMELHO

Trabalha muito, uma moçona que gastava muito de sua
moeda. Ela gastava de mais. Ela era uma cozinheira que
da cozinha das crianças. Ela era a mãe de Chapuzinho.
E também disse pra ela ir pela estrada da floresta.
Estava Chapuzinho a fazer, levar doces para a sua mãe
que estava doente. Ai, chapuzinho passou que chegou
mais rápido, se farta pela floresta. Porém, ela foi pela
floresta. Quando estava andando, encontrou a loba.
Ela perguntou, onde anda da mãe. Chapuzinho respondeu
- que estava indo na casa da sua mãe. A loba perguntou:
Loba - Onde ela mora?
Chapuzinho - Aqui perto, naquela casa da serra.
Loba - Que tal se não fossemos a mãe carrega até lá?
Chapuzinho - Sim, vamos!
Chapuzinho nem sabia da presença da loba
de quem ir pela estrada mais curta, para
chegar primeiro. Loba foi correndo, e a Chapuzinho,
quando correndo. Quando se deu conta, já estava
a mãe, e vestiu a roupa da mãe. Ai, quando Chapuzinho
quando ela levou na festa, a loba disse:
Loba - Então!
Chapuzinho (de longe), entrou. Ai, e loba comou Chapuzinho
de uma vez. Por sorte, passou um caçador que matou a
loba, e tirou a Chapuzinho e a mãe da floresta da noite.
Loba. Ai, todos viveram a felicidade da moçona. Depois a loba

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O estudo das atividades e/ou habilidades metalingüísticas, no âmbito das práticas de ensino e aprendizagem da língua materna, apesar de ter ser atualmente objeto de muitas discussões, parece ainda constituir um ponto obscuro quanto a sua real natureza. Na verdade, assim como não há consenso quanto ao que está nos limites do cognitivo e do metacognitivo, o mesmo se pode dizer em relação ao comportamento lingüístico e o comportamento metalingüístico da criança. Haveria, conforme apontam Tasca e Porsch (1986), uma idade-limite, na criança, na qual seus comportamentos metalingüísticos se tornariam conscientes? E essa consciência metalingüística se desenvolveria com o avanço da idade? Que relações haveria entre a consciência lingüística e metalingüística da criança e o desenvolvimento de outras habilidades metacognitivas?

As investigações lingüísticas, psicolingüísticas e da lingüística aplicada, sejam de natureza empírica (portanto de intenso controle experimental), sejam de natureza abduativa, no tratamento da língua escrita pela criança, parecem ainda não dispor de balizas que possibilitem afirmar que componentes estariam ou seriam responsáveis por esse intenso trabalho com a linguagem, desde cedo pelo aprendiz, e que limites haveria entre o que pode ser considerado cognitivo ou metacognitivo no âmbito da linguagem, especialmente em textos de iniciantes da escrita.

É pertinente, nesse ínterim, empreender novas discussões acerca do estatuto destas atividades metalingüísticas na escrita infantil, enfatizando-se seu valor no desenvolvimento das competências gramaticais do sujeito, bem como sua relação com os componentes semânticos e pragmáticos com o avanço da escolaridade dos aprendizes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRERA, S. D. *Linguagem oral e alfabetização: um estudo sobre a variação lingüística e consciência metalingüística em crianças da 1ª série do ensino fundamental*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo. 2000.

BIALYSTOK, E. Metalinguistic awareness: The development of children's of language. In: PRATT, C. & GARTON, A.F. (Orgs). *Systems of representation in children: Development and use*. New York: Wiley, 1993. p. 211-233.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

BRYANT, P., NUNES, T. & BINDMAN, M. Backward reader's awareness of language: Strengths and weakness. *European Journal of Psychology Education*, 1997, XII, 357-372.

BROW, A. L. Metacognition, executive control, self-regulation and other more mysterious mechanisms. **In:** Weinert, F. E. & KLUVE, R. (Orgs). *Metacognition, motivation and understanding*. Hillsdale, N. Y.: Erlbaum, 1987, p. 1-16.

CAPOVILLA, A. G. S. *Leitura, escrita e consciência fonológica: desenvolvimento, intercorrelações e intervenções*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo. 1999.

CARLISLE, J.F. Awareness of the structure and meaning of morphologically complex words: impact on reading. *Reading and writing: An Interdisciplinary Journal*, 2000, 12 (3-4), 169-190.

CORRÊA, J. A avaliação da consciência sintática na criança: uma análise metodológica. **In:** *Psicologia: Teoria e pesquisa*. Jan-Abr, 2004, vol.20, n.1, p. 69-75.

———. A avaliação da consciência morfossintática na criança. **In:** *Psicologia: Reflexão e crítica*. 2005, 18 (1), p. 91-97.

FABRE, C. Des variantes de brouillon au cours préparatoire. *Études de Linguistique Appliquée*, (62): 59-79, Avril-Juin. 1986.

———. La reécriture dans l'écriture. Le cas des ajouts dans les écrits scolaires. *Études de Linguistique Appliquées*. (68):15-39, 1987.

FLAVELL, J. H. Metacognitive aspects of problem solving. **In:** RESNICK, L. B.(Org). *The nature of intelligence*. Hillsdale, N. Y.:Erlbaum, 1976. p. 231-235.

FLAVELL, J. H.; Miller, P.H. & Miller, S. A. *Desenvolvimento cognitivo*. 3ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

GARTON, A. & PRATT, C. *Learning to be literate: the development of spoken & written language*. Oxford: Blackwell, 1990.

GOMBERT, J. E. Metacognition, metalanguage and metapragmatics. *International journal of Psychology*, 1993, 28 (5), 571-580.

GOMBERT, J. E. & COLÉ, P. Activités métalinguistiques, lecture et illettrisme. **In:** KAIL, M. & FAYOL, M. *L'Acquisition du langage : le langage en développement au-delà de 3 ans*. Presses Universitaires de France, 2000.

GOMBERT, J. *Metalinguistic development*. London: Harvester-Wheat sheaf, 1992.

GRÉSILLON, A.; LEBRAVE, J. L. Avant-Propos. *Languages*. Paris, (69): 5-10, 1983.

GUIMARÃES, S. R. K. Dificuldades no desenvolvimento da lectoescrita: O papel das habilidades metalingüísticas. **In:** *Teoria e pesquisa*. Set-Dez 2002. vol. 18, n.3, pp. 247-259.

MALUF, M. R & BARRERA, S. D. Consciência fonológica e linguagem escrita em pré-escolares. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 1997, 10 (1), 125-145.

NOËL, B. *La métacognition*. Paris: Éditions Universitaires, 1991.

NUNES, T., BRYANT, P. & BINDMAN, M. Morphological spelling strategies: Developmental stages and processes. *Developmental Psychology*, 1997, 9 (5-6), 427-449.

REGO, L. L. B. O papel da consciência sintática na aquisição da língua escrita. *Temas em Psicologia*, 1993, 1, 79-111.

RIBEIRO, C. Metacognição: um apoio ao processo de aprendizagem. **In:** *Psicologia: Reflexão e crítica*, 16(1), 2003. p 109-116.

TASCA, M. & POERSCH, J. M. *Suportes lingüísticos para a alfabetização*. Porto Alegre: Sagra, 1986.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

OS ESTUDOS SINTÁTICOS DE MATTOSO CÂMARA JR.

Humberto Peixoto Menezes (UFRJ)

INTRODUÇÃO

As descrições lingüísticas mais conhecidas de Mattoso Câmara versam sobre fonologia e morfologia (v. Câmara Jr., 1953 e 1970). Neste trabalho, procuraremos mostrar que sua capacidade analítica e seu grande conhecimento teórico também alcançam o âmbito da sintaxe. Para tanto, faremos alguns comentários sobre três de seus textos: *A teoria sintagmática de Mikus* (v. Câmara Jr., 1972), *A frase portuguesa* (v. Câmara Jr., 1975) e *Nomenclatura gramatical* (cf. Câmara Jr., 1972).

Começaremos apreciando, à luz dos conceitos da gramática gerativa (v. Chomsky, 1995), especialmente o de sintagma como unidade construída em torno de um núcleo, a Crônica de Mattoso sobre a obra teórica de Francis Mikus, um lingüista iugoslavo que elegeu o sintagma como a unidade lingüística fundamental para a apreensão do mundo extralingüístico.

Na segunda parte do trabalho, apresentaremos, ainda com base nos conceitos e pressupostos da gramática gerativa, uma breve análise das duas outras obras de Mattoso acima citadas

MATTOSO E A TEORIA SINTAGMÁTICA DE MIKUS

Logo no início da Crônica, Mattoso descreve as intenções de Mikus, mostrando a influência que este sofreu das idéias de Saussure acerca do sintagma, as quais são assim resumidas:

Assim, a teoria de Saussure, neste particular, pode resumir-se no seguinte postulado: diante da globalidade multidimensional do mundo extralingüístico, a linguagem apresenta uma expressão unidimensional, linear, cuja fórmula é o sintagma. (p. 16)

Em conformidade com o postulado de Saussure, Mikus formulou sua teoria sintagmática. Na próxima seção, será feita uma apreciação das principais idéias deste autor, com base na crônica de Mattoso.

Idéias centrais da teoria de Mikus

Sua atitude filosófica diante da linguagem

Mikus discute a relação entre realidade física e realidade lingüística, acentuando que a linguagem apreende o mundo multidimensional através do sintagma, o qual é uma unidade unidimensional, linear. Para Mattoso, no entanto, o fato de Mikus considerar apenas a cadeia da fala, isto é, as relações sintagmáticas, como única realidade lingüística, faz com que sejam obliteradas as relações paradigmáticas, pois estas não se organizam por contigüidade, como aquelas, mas sim por associações mentais: quando um elemento do paradigma está presente na cadeia da fala, os outros membros da classe não ocorrem na mesma posição, estando, portanto, presentes apenas na mente dos falantes, ou seja, no seu léxico mental.⁴³ Parece-me que Mattoso considera esta posição de Mikus uma falha na sua teoria, como se pode constatar no comentário abaixo:

Oblitera-se desta sorte “a oposição entre o sistema e a cadeia da fala ou, em termos mais científicos, entre a paradigmática e a sintagmática”, que Martinet também lamenta não encontrar na lingüística norte-americana. “Nada talvez mais contribua para tornar penoso e infecundo o debate entre bloomfieldianos e lingüistas de formação européia – insiste Martinet a propósito – “do que o hábito dos primeiros de tudo interpretar pela referência à cadeia da fala e a repugnância que sentem em encarar as relações paradigmáticas como dotadas de certa realidade”. (p. 19)

Para Mattoso, portanto, Mikus, ao considerar a cadeia da fala a única realidade lingüística, está mais próximo do mecanicismo de Bloomfield e seguidores do que da escola européia, representada por Saussure, Martinet e outros.

Sua proposta para a evolução da linguagem

Mikus abre espaço na sua teoria para comentários sobre a evolução da linguagem. Como o tema atualmente está sendo estudado por muitos lingüistas, inclusive Chomsky (v. Hauser, Chomsky e Fitch (2002)), convém observarmos os comentários de Mattoso a este respeito:

Fazendo intervir mais uma vez as considerações glotogônicas, ele procura depreender como de uma proto-expressão global decorreu uma expressão binária, em que os dados extralingüísticos passam a se dispor lingüisticamente

⁴³ A noção de *léxico mental* é uma contribuição da gramática gerativa e não estava presente no conceito de *paradigma*.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

numa formulação linear. A evolução dos monorremas primitivos para dirrema assinala o advento do sintagma discursivo, que é o esquema da frase atual: “Todos esses enunciados autônomos sendo interiormente perfeitamente equilibrados, exprimiam, tomados um a um, por si mesmos os *acontecimentos físicos* (expressos hoje pela união do sujeito e do predicado) em toda sua globalidade, com todas as dimensões e dados perceptíveis” (II-436), ou seja – espaço, tempo, qualidade, etc, amalgamados numa única manifestação fônica. O dirrema terá sido o resultado de uma especialização de funções num conjunto de dois monorremas meramente justapostos, por meio da qual um passa a concentrar, como substantivo e sujeito, a noção de “espaço” e o outro, como verbo e predicado, a noção de “tempo” (que suponho entendido por Mikus em seu sentido lato, tanto de duração, ou aspecto, quanto de ocasião, ou tempo gramatical). (p. 21)

Esta proposta de Mikus para explicar a evolução da linguagem, embora engenhosa, já não faz nenhum sentido nos dias atuais, pois, como argumentam Piatelli-Palmerini e Uriagereka (2005), a linguagem se originou de uma reorganização abrupta do cérebro humano, não havendo, portanto, nenhuma distinção entre estágio primitivo, com monorremas, e estágio final, com dirremas. Acreditamos que Mattoso não fazia objeção à teoria de Mikus, porque na época em que escreveu a crônica era comum considerar-se que a linguagem originou-se de um patamar primitivo, com signos globais, atingindo, posteriormente, um estágio como o atual. Além disto, só mais recentemente os lingüistas se associaram aos biólogos para fazer um estudo interdisciplinar da evolução da linguagem (cf. Hauser, Chomsky e Fitch, 2002).

A estrutura sintagmática como a base da linguagem humana

Para Mikus, as relações sintagmáticas são as únicas relevantes para a composição da linguagem humana. O sintagma é uma unidade binária, composta por um determinante e um determinados, sendo este o elemento identificador do sintagma e aquele, o elemento diferenciador. Nas palavras de Mattoso:

Ora (e aqui entra uma nova noção fundamental de Mikus), o resultado desse jogo opositivo, na sucessão linear dos dois termos, em que um (o determinado) estabelece uma identidade com o mundo objetivo e o outro (o determinante) cria nessa identidade uma diferenciação por meio de uma determinação específica, é para Mikus nada mais, nada menos do que a oposição dialética de Hegel: ao determinado, ou identificador, como “tese”, se opõe a “antítese”, que é o determinante, ou diferenciador, mas a sua oposição, ou polaridade, é superada pela “síntese”, em que tese e antítese são ao mesmo tempo abolidas e conservadas (I-35). A síntese realiza-se pelo sintagma, que, em face dos seus dois termos constituintes, é “sempre qualquer coisa de novo, uma u-

nidade superior, que não pode ser reduzida nem à simples soma de seus constituintes, nem dividida “sem resto” por eles (II-442). (p. 23)

Temos desta sorte um enquadramento cabal do sintagma na oposição dialética por meio da qual a linearidade lingüística chega, por via indireta, à globalidade extralingüística: *contra todos* (síntese da tese *contra*, termo determinado, com a antítese *todos*, termo determinante).....Na frase, ou “expressão lingüística de um acontecimento físico”, essa dicotomia resulta na oposição de um sujeito, termo determinado, como tese, e um predicado, termo determinante, como antítese, resolvendo-se na síntese da expressão frasal. (p. 23)

Por este comentário de Mattoso, percebe-se a constante preocupação de Mikus com uma fundamentação filosófica para sua teoria sintagmática. Na próxima seção, trataremos da teoria sintática sob um prisma estritamente lingüístico, com a intenção de mostrar, mais uma vez, a grande acuidade analítica de Mattoso.

Encaixamento, linearidade e hierarquia

Mattoso exemplifica a teoria sintagmática de Mikus, analisando a seguinte frase do português:

(1) Amanhã, nossa escola festejará seu centenário.

Eis sua análise (T = determinado; T' = determinante):

1º sintagma: amanhã (T): nossa escola festejará seu centenário (T')

2º sintagma: nossa escola (T): festejará seu centenário (T')

3º sintagma: festejará (T): seu centenário (T')

4º sintagma: nossa (T'): escola (T); seu (T'): centenário (T)

A frase, como esta acima, em que um sujeito determinado se conjuga com um predicado determinante, é o que Mikus denomina “o sintagma predicativo”. Ele se situa entre o sintagma inferior, ou “micro-sintagma” (festejará seu centenário; nossa escola; seu centenário e o sintagma superior, ou macro-sintagma, em que sintagmas predicativos por sua vez se encaixam como termos determinantes de outro sintagma. (p. 26)

A idéia, destacada por Mattoso, de que há encaixamentos sintagmáticos é muito esclarecedora de outro aspecto da sintaxe, o da *hierarquia*, o qual, somado à linearidade, leva à formulação da estrutura sintática total. A interação entre estes dois aspectos tem sido tema constante da lingüística gerativa contemporânea e merece um pouco de atenção de nossa parte.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

Creemos que, até agora, o texto de Mattoso sobre Mikus tem revelado sua grande acuidade analítica para os aspectos sintáticos da linguagem. Entretanto, a observação sobre os encaixamentos sintagmáticos é de grande relevância, por estar diretamente ligada a temas sintáticos contemporâneos, conforme já frisamos. Para entendermos a importância de tal observação, vejamos o que nos diz a esse respeito Fukui (2001):

O fato de que sentenças e sintagmas nas línguas humanas têm estrutura hierárquica abstrata, não apenas seqüências de palavras e formativos, é uma das descobertas fundamentais da lingüística moderna. Assim, toda teoria da linguagem humana tem de ter um componente/dispositivo que trate da sua “estrutura sintagmática”, a despeito das análises que ela ofereça para outras propriedades da linguagem (como transformações, p. ex.). Neste sentido, a teoria da estrutura sintagmática é um tipo de suporte fundamental para a teoria lingüística contemporânea.

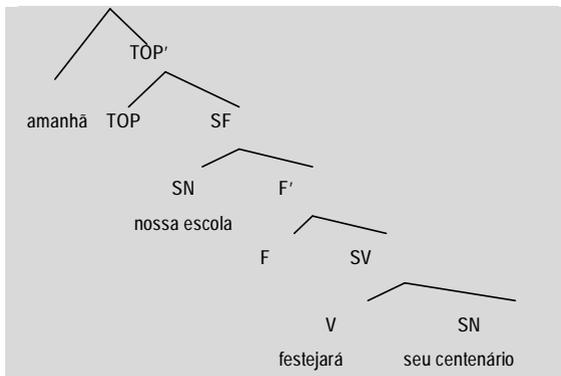
Para Fukui, as árvores geradas pelas regras de estrutura sintagmática (que concebem o sintagma como uma unidade construída em torno de um núcleo) têm as seguintes propriedades:

- a) Agrupamento hierárquico dos sintagmas da estrutura (Dominância);
- b) O “tipo” de cada sintagma (Rótulo --, p. ex.: SN, SV, SP, etc);
- c) A ordem da esquerda para a direita (ordem linear) dos sintagmas.

A propriedade (a), antevista por Mattoso ao comentar os encaixamentos sintagmáticos, foi estabelecida desde o advento da Teoria X-Barra (v. Chomsky, 1970), a qual definiu apropriadamente a estrutura interna do sintagma como contendo sempre um núcleo do mesmo tipo. Assim, o rótulo de cada sintagma depende da classe gramatical da palavra nuclear (nome, núcleo do sintagma nominal; adjetivo, do sintagma adjetival; verbo, do sintagma verbal, etc.). O agrupamento dos sintagmas se dá da esquerda para a direita e de baixo para cima, como está especificado em (a) e (c) acima. Seguindo-se estes passos, tem-se, o que se pode chamar de “derivação de uma sentença”, processo sintático que é representado por meio de diagramas chamados “árvores”. Sendo assim, a sentença (1), aqui repetida, pode ser representada pela árvore (2) a seguir:

(1) Amanhã nossa escola festejará seu centenário

(2) STOP sintagma – unidade sintática organizada em torno de um núcleo



Conforme se vê, o sintagma nominal (SN) *seu centenário* é o mais profundamente encaixado, portanto, tendo o nível hierárquico mais baixo. Já o sintagma topicalizador (STOP) tem o nível hierárquico mais alto, dominando todos os outros sintagmas.⁴⁴

Este exemplo parece-me suficiente para mostrar, não só a evolução dos estudos sintáticos, como também a argúcia analítica de Mattoso, que já se preocupava com os encaixamentos sintáticos, os quais só vieram a ser formalizados apropriadamente alguns anos depois de sua Crônica sobre a teoria sintagmática de Mikus, com o advento da gramática gerativa de Noam Chomsky.

MATTOSO E A SINTAXE BASEADA EM PADRÕES FRASAIS E MECANISMOS SINTÁTICOS

No texto intitulado *A frase portuguesa* (cap. XI de Câmara Jr. (1975), Mattoso analisa as sentenças do português a partir de seus padrões frasais e mecanismos sintáticos. Os principais padrões frasais e mecanismos sintáticos abordados pelo autor são, respectivamente: a frase nominal e a verbal, a frase negativa, as perguntas e as respostas, o padrão

⁴⁴ O Sintagma Topicalizador (STOP) abriga elementos topicalizados (antecipados), como nas seguintes sentenças: Este livro, eu não li, Na segunda-feira trarei teus documentos, O Paulo, nós nunca mais encontramos, etc. Já o Sintagma Flexional (SF) contém o sujeito em seu especificador e os traços de tempo e concordância em seu núcleo.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

comparativo, os padrões de subordinação, a regência, a concordância e a colocação. Apesar de estes mesmos temas já terem sido abordados por gramáticos tradicionais, há contribuições interessantes de Mattoso, conforme o demonstram os textos que se seguem:

Texto A Ora, tanto *nada* como *ninguém*, podem anteceder o verbo, ou porque são os sujeitos, ou como objetos, em virtude da liberdade de colocação em português. Nessa posição do verbo assim posposto ao pronome negativo, a língua literária suprime a partícula não, como sucedia sempre em latim com o uso do pronome negativo (Nada sei – Ninguém chegou – etc.) (p. 240)

Texto B A língua portuguesa, como a espanhola e a italiana, possui uma partícula afirmativa de resposta, tirada do advérbio latino sic “assim”, com a perda da consoante final e em português moderno com um travamento nasal do monossílabo (sim). O esquema normal da resposta afirmativa em português é, entretanto, outro: repete-se o verbo que é o eixo da interrogação (Pedro saiu hoje? Saiu. É teu irmão? É.

Já a resposta negativa assenta na partícula não: Pedro saiu hoje? Não. É teu irmão? Não. (p. 242)

Texto C A concordância verbal é assim, em português, o mecanismo sintático fundamental para a indicação de um substantivo sujeito.

Por isso, a invariabilidade em número de um verbo na 3ª pessoa assinala a chamada impessoalidade, isto é, um padrão frasal em que desaparece a dicotomia sujeito-predicado pela eliminação do sujeito. (p. 250)

Texto D Há um princípio básico, que consiste em atribuir ao último termo do enunciado o máximo valor informativo. Notem-se, por exemplo, as diferenças de informação entre as três seguintes colocações diferentes para uma mesma frase: a) eu saio às três horas (a que horas?); b) às três horas eu saio (que faço?); c) às três horas saio eu (quem sai?) (p. 252)

Texto E A posposição é, entretanto, a pauta fundamental, porque a função usual do adjetivo é acrescentar um dado de informação nova a respeito do substantivo; é essencialmente um elemento descritivo suplementar para a significação contida no substantivo.

Daí resulta um mecanismo sintático muito nítido, quando de dois nomes em seqüência, como determinado e determinante, nenhum tem marca formal de adjetivo: a identificação do nome que funciona como adjetivo se faz pela sua colocação em segundo lugar. Assim, *um amigo urso* é um amigo que se pode classificar como urso, porque falso e ingrato. Nunca será entendido como referente a um urso que é nosso amigo. Para esta outra interpretação impõe-se a anteposição de *urso*: *um urso amigo*. (p. 253)

Embora faça uso de alguma terminologia de cunho tradicional para analisar os padrões frasais do português, Mattoso revela, nos textos acima, sua excelente formação estruturalista, ao mostrar, por exemplo, preocupação com a variante lingüística que está sendo analisada (menciona uma particularidade da língua literária, no texto A). A própria clas-

sificação dos padrões frasais já revela a boa doutrina estruturalista seguida pelo autor.

A adoção do estruturalismo dotou suas análises de uma consistência admirável. No texto C, por exemplo, assinala que a concordância verbal é crucial para a identificação do sujeito. Este é um achado importante, constituindo-se num avanço em relação às análises tradicionais, as quais se valiam de noções semânticas (o sujeito é o *ser* sobre o qual se faz uma *declaração*) para a identificação do sujeito. Mattoso, neste aspecto, faz uma análise eminentemente sintática, valendo-se da concordância, que é um mecanismo relacional, portanto, sintático.

No texto D, em que aborda uma mesma frase com três ordens sintáticas diferentes, pode-se apreciar sua apurada técnica de análise, tanto pela escolha do exemplo, quanto pela indicação de cada termo deslocado através de uma pergunta que o focaliza. Aliás, é a noção de *foco*, tão em voga na lingüística contemporânea, que está presente neste texto.

Finalmente, no texto E, apresenta-se uma análise acurada e, cremos, pioneira, da ocorrência de dois nomes seguidos. Um deles apenas pode ter função adjetiva. Neste caso (ex. de Mattoso: *um amigo urso*), somente o segundo pode ser interpretado como adjetivo, já que este ocorre canonicamente posposto ao substantivo (v. rapaz *esperto*, moça *linda*, em que os adjetivos estão na posição canônica).

COMENTÁRIOS DE MATTOSO SOBRE A NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA

Nesta última seção, apreciaremos o texto de Mattoso intitulado *Nomenclatura gramatical* (v. *Dispersos*, p. 55-69), no qual há observações muito interessantes sobre a sintaxe do português e seu ensino. Serão comentadas apenas três passagens do texto que consideramos relevantes. Aqui estão:

Texto F Da minha parte tenho a dizer de início que considero a nova Nomenclatura Gramatical um excelente passo para combater o arbítrio e a fantasia individual em matéria de nomenclatura. No séc. XIX, dizia-se que todo professor de Filosofia alemão se achava obrigado a criar um sistema filosófico seu. A Alemanha é a terra da Filosofia; no Brasil, que é a terra da Gramática, todo professor de português se acha obrigado a criar uma nomenclatura gramatical sua.

Dá uma multiplicidade quase estonteante, que dá vertigem aos jovens estudantes e aos adultos leigos interessados em questões de linguagem. Essa

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

multiplicidade decorre de duas causas: 1. certo pedantismo exibicionista, muito encontradigo nos estudos lingüísticos *urbe et orbe*, onde já se disse que há a epidemia dos termos novos (própria da puerícia tanto nos seres humanos como nas ciências do homem, segundo os comentários que ouvi de Roman Jakobson a propósito da escola lingüística norte-americana); 2. divergências doutrinárias profundas, que tinham de se refletir na Nomenclatura, pois, como comenta Otto Jespersen, não há doutrina segura sem nomenclatura precisa. (p. 56)

Texto G Na aula passada, procurei focalizar, de maneira geral, o espírito da nova Nomenclatura, insistindo em alguns pontos que me parecem de alta significação, por representarem uma tomada de posição muito oportuna em matéria de doutrinação gramatical. Hoje vou me limitar a um aspecto apenas, que é referente à análise da frase, ou análise sintática. Talvez seja um assunto que empolgue mais o auditório em vista da importância quase absorvente que tem no nosso ensino gramatical essa desmontagem da estrutura da frase. Em parte, se justifica tal atitude, porque, de um lado a frase é a unidade essencial da comunicação lingüística e todos os elementos de uma língua convergem, por assim dizer, para a eficiente elaboração das frases, e, de outro lado, o conhecimento de tudo que se refere à língua tem de ser adquirido por meio de análise. (p. 62-63)

Texto H Em matéria de análise sintática é preciso uma reformulação integral do problema; é o que se está fazendo nos meios universitários europeus e norte-americanos. Nestes, pode-se citar a doutrina dos constituintes imediatos, onde professores de inglês (Charles Fries, por exemplo) têm ido buscar a reelaboração didática da análise da frase; na Europa, é bastante citar as elucubrações de Bally em *Linguistique générale et linguistique française*, as de Hans Glinz em *Die Innere Form des Deutschen* e a “teoria sintagmática” de Francis Mikus, a que dediquei uma Crônica lingüística na *Revista Brasileira de Filologia*. (p. 64)

Com sólida formação estruturalista, Mattoso se preocupou com a proposta de unificação terminológica da NGB e comentou, de modo bastante acurado, os acertos da nova Nomenclatura. Simpatizava, no entanto, com um ensino de português que se baseasse, por exemplo, numa teoria lingüística consistente e mais atualizada do que a doutrina da gramática tradicional. Daí ter citado os trabalhos de Fries e Bally. Sabemos, inclusive, que o próprio Mattoso fez descrições consistentes e valiosas da morfologia e da fonologia do português, as quais foram utilizadas por professores universitários. Esta utilização das descrições de Mattoso promoveu uma atualização do ensino de nossa língua, nessas duas modalidades, pelo menos no nível superior. Tal atualização repercutiu no ensino de primeiro e segundo graus, haja vista a renovação constante dos livros didáticos.

O mesmo não se deu com o ensino da sintaxe. Embora considerada por Mattoso um componente fundamental da língua, ele não nos legou uma análise sintática do português tão abrangente quanto a que fez, por

exemplo, de nossa morfologia. O texto que comentamos, sobre a estrutura da frase, apesar de conter alguns achados fundamentais, limitou-se à descrição dos principais padrões frasais e mecanismos sintáticos do português, sem entrar numa descrição detalhada e baseada exclusivamente nos princípios estruturalistas, como ocorreu com a morfologia e a fonologia. Sendo assim, seus trabalhos sobre sintaxe tiveram muito menos repercussão no ensino.

Para atualizar o ensino da sintaxe, nos dias atuais, é necessário, sim, como o desejava Mattoso, utilizar uma teoria linguística consistente. Não será esta teoria, porém, a estruturalista, pois hoje dispomos da gramática gerativa, mais abrangente e sintaticamente motivada do que o foi o estruturalismo europeu ou norte-americano.⁴⁵

CONCLUSÃO

Neste artigo, procuramos revelar uma faceta menos conhecida da obra de Mattoso Câmara Jr.: a dos seus estudos sintáticos. Escolhemos três de seus trabalhos e procuramos mostrar, em cada um, o legado de Mattoso no âmbito da sintaxe.

Da Crônica sobre a teoria sintagmática de Francis Mikus, destacamos seu conhecimento teórico profundo e sua contribuição original a respeito dos encaixamentos dos sintagmas, tema que hoje, depois do advento da gramática gerativa, tem sido formalizado através dos diagramas em forma de árvore. É certo que, em Saussure, Mikus e Mattoso, o sintagma era definido como uma unidade sintática composta por um determinante e um determinado e, na teoria gerativa, tal unidade é definida como uma projeção do núcleo que a constitui. No entanto, os comentários de Mattoso sobre os encaixamentos são relevantes, pois se aproximam do que os gerativistas chamam hoje de hierarquia dos sintagmas.

Seu trabalho sobre os padrões frasais, como vimos, contém excelentes análises de aspectos da sintaxe do português, como a da colocação canônica dos adjetivos, pospostos aos substantivos, e a acurada observação de que, numa seqüência de dois nomes, apenas o segundo nome, como em *amigo urso*, recebe a interpretação de adjetivo por colocar-se na posição canônica deste.

⁴⁵ Para uma simplificação do ensino da sintaxe do português, calcada em pressupostos gerativistas, v. Meneses (2005).

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

Por último, ao abordarmos seus comentários à sintaxe da NGB, priorizamos sua preocupação com o acerto da nova Nomenclatura, ao proceder à unificação terminológica, e sua simpatia por um ensino baseado em doutrina mais atualizada do que a da gramática tradicional. Para a época em que escreveu seu trabalho, Mattoso se referiu a análises estruturalistas, que eram as mais atualizadas. Hoje, se quisermos empreender tal atualização sintática no ensino, será importante recorrermos à teoria da gramática gerativa, mais abrangente do que a do estruturalismo.

Enfim, logramos nosso intento de mostrar a enorme capacidade de Mattoso, que transitava igualmente pela teoria, pela descrição e pelo ensino, demonstrando a desenvoltura própria de um linguísta completo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA JR., J. Mattoso. *Dispersos*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1972. Seleção e introdução por Carlos Eduardo Falcão Uchoa.

———. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

———. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

———. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro: Simões, 1953.

CHOMSKY, Noam. Remarks on nominalization. In: JACOBS, Roderick A. e ROSENBAUM, Peter, S. *Readings in English transformational grammar*. Waltham, Xerox, 1970.

———. *The minimalist program*. Cambridge, MIT Press, 1995.

FUKUI, Naoki. Phrase structure. In: BALTIN, Mark e COLLINS, C (ed.) *The handbook of contemporary syntactic theory*. Malden, Blackwell, 2001.

HAUSER, Marc D., CHOMSKY, Noam e FITCH, T. The Faculty of language: what is it, who has it, and how did it evolve? *Science*, vol. 298, 2002.

MENEZES, Humberto Peixoto. Simplificando o ensino da sintaxe. *Revista Letra*. Rio de Janeiro: UFRJ, vol. 1, jan-jul/ 2005.

PIATTELLI-PALMARINI, Massimo e URIAGEREKA, Juan. The evolution of the narrow faculty of language: the skeptical view and a reasonable conjecture. *Lingue e linguaggio*, n. 1, 2005.

**PROCESSOS DE GRAMATICALIZAÇÃO
DE PRONOMES RELATIVOS LATINOS**

Lêda Maria Mercês Gonçalves (UEFS)

O estudo dos pronomes relativos sempre despertou a curiosidades dos pesquisadores. O emprego desse pronome apresenta-se bastante diversificado na língua latina. Este fato é observado, diante da ligação com o pronome interrogativo e da mudança que o reduz a um elemento de relação.

A relação morfossintática entre o pronome relativo e outras classes de palavras é encontrada nos textos latinos de forma diversa, demonstrando a flexibilidade no uso dessa categoria gramatical, com reflexos na língua portuguesa.

A pesquisa consiste em verificar o uso do relativo, especialmente, no latim, comparando esta utilização com alguns aspectos das semelhanças ou diferenças que se observam, no português, tanto do ponto de vista morfológico, quanto sintático.

A escolha do pronome relativo e de suas relações de emprego justifica-se pela necessidade de interpretar as diversas situações da sua ocorrência e analisar os processos de gramaticalização desse item lexical no latim e no português.

O estudo do pronome relativo do latim à língua portuguesa baseia-se na teoria funcionalista da mudança lingüística, sendo analisados, especificamente, aspectos da gramaticalização desse pronome, nas suas formas latinas *quod*, *quia*, *quam* e *cum*, em uma perspectiva sincrônica e diacrônica.

A escolha do texto para exame recaiu sobre *A Regra de S. Bento*, edição bilíngüe (latim-português), traduzida e reeditada por Enout (1980), em virtude de se tratar de um texto do latim eclesiástico, escrito na época medieval, com caráter prescritivo, pois se destinava a ditar normas de comportamento para a vida monástica. Esse conjunto de características propiciava o uso de uma linguagem fundamentalmente prática, mais espontânea, destituída de maiores cuidados com a língua padrão.

Sabe-se que, no século IV (ano 313), o imperador Constantino converteu-se ao Cristianismo. Assim, a religião cristã tornou-se a religião de Roma. Em algumas comunidades, os cristãos insistiam na vida ascéti-

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

ca, dedicando-se ao jejum, à pobreza, ao silêncio, à oração (PAIXÃO, 1996, p.47). Nesse contexto sócio-político, surge a figura de São Bento, que conheceu a vida ascética, assim como a de eremita, preferindo a vida cenobítica, ou seja, em comunidade. São Bento permaneceu em Monte Cassino, onde fundou o seu mosteiro e, posteriormente, escreveu a *Regra* (ca. 480-550).

Uma regra monástica contém escritos, conselhos e propostas de um determinado Abade, admirado pela sua santidade, e que é responsável por todos os monges do mosteiro. Essa regra organizava a vida monástica em comunidade. Os monges dividiam o trabalho, participavam das refeições e das preces comunitárias (Souza, 1993: 26-29).

As regras monásticas são importantes para a contagem do tempo, relacionado com as orações e as obrigações diárias. A oração abrange a dimensão comunitária e o nível individual. Na organização da *Regra*, São Bento agrupou os salmos por número, distribuindo a quantidade deles em cada ofício, para que todos os cento e cinquenta fossem rezados durante uma semana.

Partindo-se do capítulo II da *Regra de São Bento*, inicialmente fez-se uma seleção dos itens lexicais que apresentaram mudanças, desde o latim e ao longo da história da língua portuguesa, procurando-se examinar a trajetória dos itens lexicais selecionadas, com o auxílio de dicionários etimológicos e de usos das línguas latina e portuguesa. Em seguida, fez-se uma análise sincrônica e diacrônica de alguns pronomes relativos, encontrados no referido capítulo.

A escolha dos pronomes relativos deveu-se à constatação de que os mesmos tendem a se recategorizar sintaticamente, mudando de classe gramatical, ou seja, passando de pronomes a conjunções, ainda no latim, como se pode verificar nas seguintes passagens do texto:

01) *Abas qui praeesse dignus est monasterio semper meminere debet quod dicitur [...]* 20. 17

quod (que)- conjunção completiva

O abade digno de presidir ao mosteiro deve lembrar-se sempre daquilo **que** é chamado [...] 21.18

02) *Ideoque abbas nihil extra praeceptum Domini quod sit debet aut docere aut constituere vel iubere [...]* 20. 22

quod (que)- pronome relativo

Por isso o Abade nada deve ensinar, determinar ou ordenar, **que** seja contrário ao preceito do Senhor [...] 21. 24

Como se pode observar, o pronome relativo neutro *quod*, no exemplo 01, recategoriza-se sintaticamente, passando a uma conjunção completiva, que introduz uma oração subordinada substantiva. Já no exemplo 02, esse mesmo pronome mantém-se como relativo, evidencian- do duas diferentes possibilidades de uso.

	03) [...] <i>sed semper cogitet quia animas suscepit regendas</i> [...] 24. 29
	<i>quia</i> (que)- conjunção completiva
	[...] mas pense sempre que recebeu almas a dirigir [...]
25. 33	
22.28	04) [...] <i>quia sive servus sive liber, omnes in Christo unum summus</i> [...]
	<i>quia</i> (porque)- conjunção causal
	[...] porque , servo ou livre, somos todos um em Cristo [...] 23.24

O pronome relativo *qui, quae, quod* é classificado como pronome relativo itálico comum (Ernout; Meillet, 1994, s. v.). Entre as formas do relativo, encontra-se *quod*, acusativo neutro de *qui*, tornando-se uma partícula de ligação subordinante. O emprego do pronome relativo e do interrogativo está sempre interligado, desde a origem. No plural, o latim fixou a forma *quia*, antigo neutro de *quis, quid*, que tem relação com o grego.

No exemplo 03, o pronome *quia* recategoriza-se sintaticamente, transformando-se em uma conjunção completiva, que introduz uma oração subordinada substantiva e, no exemplo 04, passa a uma conjunção subordinativa causal, introduzindo uma oração subordinada adverbial causal.

	05) <i>Sciatque quam difficilem et arduam rem suscipiti</i> [...] 24. 21
	<i>quam</i> (que)- conjunção completiva
	E saiba que coisa difícil e árdua recebeu [...] 25. 23
	06) <i>Non unus plus ametur quam alius, nisi quem in bonis actibus aut oboedientia invenerit meliorem.</i> 22.24
	<i>quam</i> (que)- conjunção comparativa
	Que um não seja mais amado que outro, a não ser aquele que for reconhecido melhor nas boas ações ou na obediência. 23.28

O pronome relativo feminino *quam* recategoriza-se sintaticamente, passando à conjunção completiva, no exemplo 05, e à conjunção subordinativa comparativa, no exemplo 06.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

07) *Ergo, cum aliquis suscipit nomen abbatis* [...] 22. 11

cum (quando)- conjunção temporal

Portanto, **quando** alguém recebe o nome de Abade [...] 23. 12

Bassols de Climent (1956: 136) explica que quanto à forma *cum*, os autores utilizam preferencialmente *quom* (*qu(o)m*), *cum*. Esta conjunção representa o acusativo masculino do relativo, transformando-se, rapidamente, pelo processo de recategorização sintática, em uma conjunção subordinativa temporal. Vale ressaltar, por fim, que a forma *cum* não se mantém como conjunção, na língua portuguesa.

Na passagem do latim ao português, houve uma perda das conjunções. Coutinho (1981: 269-270) seleciona as formas que se mantiveram, assinalando:

Ao contrário das preposições, poucas foram as conjunções que o português herdou do latim. Para suprir tal deficiência, recorreu a língua às outras classes de palavras, sobretudo aos advérbios e às preposições, dando-lhes função conjuncional: *todavia, também, para que, depois que*, etc.

Dentre as conjunções subordinativas, esse autor classifica as seguintes:

“que < quid ca (arcaico) < qua por quia (causal)⁴⁶
ca (arcaico) < quam (comparativo) como < quomo < quomodo”

Assim, a maioria das conjunções subordinativas latinas não sobreviveu no português. Entretanto, caso se comparem os processos hipotáticos que ocorreram no latim clássico e o número de conjunções subordinativas que permaneceram no português, observa-se que, além da redução dessas conjunções, ficou, principalmente, apenas uma forma, o complementizador *que*.

Dessa maneira, Câmara Júnior (1976: 184) assinala:

O fato primacial foi o aparecimento da partícula *que* como conjunção subordinativa por excelência, em homonímia com o pronome relativo *que*: a)

⁴⁶ Segundo Nunes (1975, p.259) “Na *Regra de São Bento* (Código Alcobacence 329), no capítulo *Da obedeência*, lê-se: *Deos, ca esguarda o coração do murmurante*, etc., onde evidentemente o *ca* é o relativo *que*: semelhante forma pode ter resultado desta última ou ser devida à confusão com outra idêntica (também hoje *que*) mas conjunção causal e por vezes integrante.” Para Dias (1970, p.277), *ca* foi empregado no sentido de *porque* causal. Observa-se que na *Regra de São Bento*, a ocorrência em latim é do pronome *qui*: “[...] Deo, *qui* [...] eius respicit murmurantem.” (Ernout, 1980, p. 36. 12)

pronome relativo – (...) *o homem que vejo*; b) conjunção subordinativa: *digo que vejo*.

O advento da conjunção subordinativa *que* resultou primordialmente de um esvaziamento da significação pronominal da forma neutra *quid* do pronome indefinido-interrogativo e sua coalescência com a outra forma neutra *quod* reservada ao pronome relativo. Secundariamente, houve a convergência da evolução fonética da partícula de conexão comparativa *quam* e da conjunção causal *quod*.

De tudo isso, resultou uma partícula multifuncional *que* para os mais variados padrões frasais.

Concluimos que esta mudança lingüística vem ocorrendo, provavelmente, desde o latim tardio, quando o pronome relativo, que era específico das orações adjetivas explicativas e restritivas, sofreu um processo de recategorização, gramaticalizando-se em um transpositor ou subordinante que passou a introduz as orações completivas e as adverbiais. Verificamos, durante a pesquisa, a grande complexidade que envolve a gramaticalização do pronome relativo latino. Alguns aspectos dos processos que ocorreram com esse subordinante foram analisados neste trabalho. Contudo, esperamos que outras pesquisas venham complementar o estudo desse pronome e da sua gramaticalização.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática latina*. 24ª ed. São Paulo: Saraiva, 1992.
- BASSOLS DE CLIMENT, Marino. *Sintaxis latina*. Madrid: C. Bermejo, 1956.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulario portuguez e latino...* Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712.
- CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.
- CASTILHO, Ataliba T. de. A gramaticalização. *Estudos lingüísticos e literários*, Salvador, v. 19, p. 25-64, mar. 1997.
- COROMINAS, Joan. *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*. Madrid: Gredos, 1954-1957.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 7ª ed. rev. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2ª ed. rev. e acrescida de um suplemento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley Luís Filipe *Nova gramática do português contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ENOUT, D. João Evangelista. (Ed.). *A Regra de São Bento*. 2. ed. Edição bilíngüe (latim-português) Rio de Janeiro: Lumen Christi, 1980.

ERNOUT, Alfred; MEILLET, A. *Dictionnaire etymologique de la langue latine: histoire des mots*. 4^e éd. augmentée d'additions et de corrections nouvelles par Jacques André. Paris: Klincksieck, 1994.

FARIA, Ernesto. *Dicionário escolar latino-português*. 5ª ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1975.

FARIA, Ernesto. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.

GAFFIOT, Félix. *Dictionnaire illustré latin-français*. Paris: Hachette, 1934.

HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. Cambridge: CUP, 1993.

HUBER, Joseph. *Gramática do português antigo*. Trad. de Maria Manuela Gouveia Delille. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1986.

LAUSBERG, Heinrich. *Lingüística románica*. Traducción española de J. Pérez Riesco y E. Pascual Rodríguez. Madrid: Gredos, 1966.

MEILLET, Antoine. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Honoré Champion, 1975.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PAIXÃO, D. Gregório. *São Bento: um mestre para o nosso tempo*. 2ª ed. Salvador: São Bento, 1996.

RUBIO, Lisandro. *Introducción a la sintaxis estructural del latín*. Barcelona: Ariel, 1989.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 6ª ed. melhorada e aumentada de lexeologia e formação de palavras e sintaxe do português histórico. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português: etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico...* 10ª ed. Redigido segundo o plano de L. Quicherat. Rio de Janeiro: Garnier, 1993.

SOUZA, Marcelo de Barros. *Na estrada do evangelho: uma leitura comunitária e latino-americana da Regra de São Bento*. Petrópolis: Vozes, 1993.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

REFLEXÕES SOBRE PRODUÇÃO TEXTUAL

Terezinha Bittencourt (UFF e ABF)

A LINGÜÍSTICA

Procuraremos tratar aqui de alguns questionamentos feitos habitualmente pelo professor de Língua Portuguesa, selecionando os pontos que mais controvérsia têm suscitado entre os que se ocupam do ensino de língua materna. Para tanto, tomaremos como ponto de partida as indagações mais freqüentemente apresentadas pelos professores de língua portuguesa aos professores de lingüística, verificando, antes de tudo, os fundamentos subjacentes a cada uma delas. Nortearemos a discussão e o nosso ponto de vista acerca dos diferentes temas, baseando-nos nas concepções do lingüista romeno Eugenio Coseriu, em cujas idéias encontramos sempre a orientação segura, fornecida por uma sólida fundamentação teórica.

As dúvidas dos professores de língua podem ser sintetizadas nas seguintes perguntas:

- a) *Que devo ensinar, na disciplina de Língua Portuguesa, tendo em vista que o aluno já conhece a língua, ao chegar à escola?*
- b) *Como tornar o aluno um efetivo produtor/intérprete de textos?*
- c) *Devo ensinar gramática ?*
- d) *Caso a resposta à pergunta anterior seja negativa, o que devo, então, ensinar?*
- e) *Caso a resposta seja positiva, como devo ensinar gramática?*

Para tentarmos responder a tais questões, vamos valer-nos de alguns conceitos básicos estabelecidos por Coseriu. Segundo seus ensinamentos, a linguagem é uma atividade humana universal que se realiza individualmente, mas sempre segundo técnicas historicamente determinadas (línguas) e, por isso, pode e deve ser investigada em três diferentes dimensões: universal, histórica e individual. Na primeira, apresenta-se como linguagem, na segunda, como língua e, na terceira, como fala. A cada um desses planos correspondem também um tipo de conteúdo e um saber específico: ao plano universal concernem o designado e o saber e-

locucional, ao plano histórico, o significado e o saber idiomático e ao plano individual, o sentido e o saber expressivo. O saber elocucional⁴⁷ diz respeito ao conhecimento das coisas, o saber idiomático se refere ao conhecimento das regras, formas e conteúdos de uma língua determinada e o saber expressivo abarca o conhecimento de uma situação de fala determinada. É de tal modo evidente a existência desses três planos, quer na consciência do falante quer na consciência do lingüista, que até os juízos concernentes ao ato de fala também são distintos, dependendo da dimensão considerada: congruente ou incongruente, no plano universal, correto ou incorreto, no plano histórico e adequado ou inadequado, no plano individual. O quadro abaixo mostra melhor essas relações:

PLANO	UNIVERSAL	HISTÓRICO	INDIVIDUAL
SABER	ELOCUCIONAL	IDIOMÁTICO	EXPRESSIVO
CONTEÚDO	DESIGNADO	SIGNIFICADO	SENTIDO
JUÍZO	CONGRUENTE/ INCONGRUENTE	CORRETO/ INCORRETO	ADEQUADO/ INADEQUADO

É necessário ressaltar que, na atividade concreta de fala, esses conteúdos bem como os saberes que permitem sua manifestação ocorrem sempre juntos, cabendo ao estudioso identificá-los e examiná-los, a fim justamente de que possa perceber suas peculiaridades e, desta forma, intervir com segurança no que de fato constitui as dificuldades dos alunos.

Já se tornou fato corriqueiro os professores de todas as disciplinas, e não apenas o professor de língua materna, queixarem-se de que os alunos não sabem português, ou escrevem mal ou apresentam dificuldades gigantescas no momento em que precisam interpretar textos. Tais reclamações aparecem com frequência não apenas entre os professores de ensino médio, mas também entre os docentes de terceiro grau, nas mais diferentes áreas. Todavia, ainda que as deficiências dos aprendizes, traduzidas nessas queixas, já tenham até se transformado num lugar-comum entre aqueles que atuam no magistério, não se tem, até agora, encontrado um caminho seguro para tentar resolvê-las.

Para atender a tal propósito, cremos ser da maior valia a tríplice dimensão do fenômeno da linguagem estabelecida por Coseriu, pois permite detectar com clareza os níveis em que o problema deve ser exa-

⁴⁷O saber elocucional a que Coseriu se refere equivale, aproximadamente, ao que a lingüística moderna tem denominado de *coerência textual*. Vale lembrar, todavia, que o termo começou a circular no âmbito da literatura especializada recentemente e o texto de Coseriu acerca do assunto remonta aos anos cinqüenta. É lamentável que a obra desse lingüista tão importante não tenha ainda alcançado entre nós a divulgação que merece.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

minado, dando margem a que o professor consiga perceber com nitidez as dificuldades do aluno, podendo concentrar, assim, os seus esforços, nos pontos frágeis de seu desempenho.

O aluno, quando chega à escola, já tem um domínio, ainda que bastante restrito, das três modalidades do saber lingüístico, uma vez que já é capaz de produzir e interpretar textos, ou seja, enquanto falante, ele é capaz de, nas atividades corriqueiras em que precisa interagir lingüisticamente, construir enunciados em sua língua materna (saber idiomático), acerca de um dado da realidade (saber elocucional), numa determinada situação, para um certo interlocutor (saber expressivo). É evidente que essa competência textual ainda se encontra num nível muito incipiente, diríamos mesmo, num nível rudimentar, já que só lhe concede o direito de produzir e interpretar textos cuja finalidade manifestativa é bastante singela e cujos conteúdos cognoscitivos são muito pobres (p.ex., conversar com amigos sobre esporte ou sobre um programa de televisão, pedir aos pais ou professores que atendam a certa solicitação etc). Tal competência não lhe permite, assim, produzir ou interpretar textos cujas finalidades comunicativas não sejam imediatas e cujos conteúdos cognoscitivos sejam mais elaborados (p.ex.: textos de literatura, de política, de economia etc).

Ninguém põe uma criança na escola com a intenção de que ela passe as aulas recebendo lições acerca do que já sabe. É evidente, pois, que o objetivo do ensino de língua consiste justamente em fornecer ao aluno o instrumental necessário para que ascenda de nível, podendo, assim, ter a oportunidade de construir e interpretar textos de modalidades variadas. Na verdade, o que não se sabe com segurança são os meios a serem utilizados para que tal propósito seja alcançado.

A atividade lingüística é muito mais complexa do que parece à primeira vista, em virtude de se manifestarem, em cada um de seus momentos, as três modalidades de saber acima referidas. Inúmeras vezes o professor percebe nos textos de seus alunos equívocos, mas, por não conseguir apontar com precisão onde se encontram, fica sempre no terreno vago da mera opinião, expressa, via de regra, por frases como as que seguem: *Seu texto está sem sentido. Você precisa aprender gramática. Você não sabe escrever. Você não diz coisa com coisa.*

Tal atitude, além de ser inteiramente estéril, é nociva, porque só faz com que o aluno tome o caminho oposto ao que deveria tomar para superar suas dificuldades. Afirmamos isto porque a linguagem é uma ati-

vidade finalística e, justamente por definir-se como atividade, só pode ser aprendida, enquanto tal, no próprio agir. Dizendo de outro modo, só se aprende a fazer, fazendo ou, no caso da atividade lingüística especificamente, só se aprende a falar, falando e ouvindo os outros falarem, assim como só se aprende a escrever, escrevendo e lendo o que os outros escrevem. Embora pareça um truísmo, reside nessa singela constatação todo o segredo do aprendizado de uma língua.

Resta saber, no entanto, de que modo o exercício de tal atividade deva ser levado a cabo. Valendo-nos outra vez da tríplice dimensão da linguagem estabelecida por Coseriu, diríamos que o aluno deve ser exposto a toda sorte de sistemas significativos (textos escritos, cinema, teatro, obras-de-arte, charges etc), de modo a ampliar o seu saber elocucional. E, para tanto, o professor de língua portuguesa não pode estar sozinho em tarefa de tal magnitude, devendo contar com a colaboração dos professores das demais disciplinas.

Exemplificando mais concretamente, imaginemos a situação de um aluno a quem se pede para fazer um trabalho escrito sobre o tema da *globalização*. Claro está que, mesmo possuindo um perfeito domínio das regras gramaticais, um léxico razoável (saber idiomático) e sabendo o tipo de texto a ser produzido em tal circunstância (saber expressivo), não poderá redigir rigorosamente nada, se não tiver conhecimento do assunto (saber elocucional). Cabe a tarefa de ampliar esse saber, no exemplo em questão, aos professores de História e de Geografia, sem a ajuda dos quais nada poderá ser feito. Tarefa semelhante caberia ao professor de Biologia, se o trabalho fosse, por exemplo, a respeito da clonagem humana.

Um outro exemplo para ajudar a compreender melhor o nosso tema. Lembramo-nos de uma situação vivida por nós, quando tratávamos justamente do conceito de saber elocucional com nossos alunos da graduação de Letras. Levamos uma charge sobre o episódio de triste lembrança, conhecido entre nós pela expressão *chacina da Candelária*. Na referida charge, o autor reproduziu o painel de Guernica de autoria de Pablo Picasso, substituindo os rostos contorcidos dos civis da guerra espanhola pelas faces desesperadas de crianças brasileiras. Muitos de nossos alunos não souberam interpretar o sentido do texto, porque não conheciam a referida obra do renomado pintor e tinham apenas uma vaga idéia do que ocorrera na Espanha nos anos trinta.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

Na verdade, ainda estamos reduzindo o problema, quando confiamos a tarefa de ampliar o saber elocucional apenas à escola, pois, a rigor, tal tarefa pertence à comunidade como um todo e, por isso mesmo, todos têm de estar empenhados para que ela possa ser levada a cabo com êxito. Assim, se na família, por exemplo, se cultiva o hábito de discutir acerca de questões variadas, ver programas educativos na televisão, assistir a filmes e peças de teatro de qualidade, é natural que o aluno já apresente material para ser objeto de reflexão.

Sabemos, todavia, que tal situação ideal está longe de se transformar em realidade, em virtude de muitos fatores, entre os quais sobressai, a nosso ver, não o fator econômico, como se pode imaginar numa avaliação apressada, mas a própria mentalidade da população como um todo. Na verdade, mesmo nas comunidades mais carentes, é perfeitamente possível criar-se, desde cedo, um *modus vivendi* cujo cerne seja a valorização da cultura, com o incentivo à leitura de diferentes sistemas semióticos, concretizada através de visitas periódicas a museus e a bibliotecas, idas a cinemas, teatros, concertos etc.

Naturalmente que isso só será exequível, se houver vontade e empenho de todos, sobretudo dos grandes meios de comunicação de massa, particularmente do rádio e da televisão, cuja responsabilidade, a esse respeito, deveria ser a maior de todas, uma vez que constituem uma concessão de serviço público. É preciso levar-se sempre em conta que grande parte do que constitui o saber elocucional da criança e do adolescente é construído desde cedo pela televisão e, por isso, o Estado deveria ter a obrigação de cuidar permanentemente de sua programação, obrigando as concessionárias a apresentar uma programação de bom nível. É evidente que tal exigência só será cumprida, se a própria comunidade tomar para si o dever de cobrar tal comportamento.

Levando-se em conta as carências de toda sorte próprias de um país subdesenvolvido como o nosso, parece que estamos fazendo uma proposta educativa absolutamente utópica, mas tal avaliação não corresponde à verdade. De fato, há inúmeras atividades culturais de baixíssimo custo à disposição de todos que, por falta de interesse, de costume e de estímulo não são aproveitadas por aqueles em que se devia desde cedo inculcar hábitos culturais: o educando. Posso citar, a título de ilustração, a Universidade Federal Fluminense, instituição onde trabalho, e a Prefeitura de Niterói, ambas costumam apresentar uma programação cultural de excelente nível, gratuitamente ou com preços quase que simbólicos para o público.

Não vemos outro caminho para que as reivindicações dos professores e dos pais na direção de um melhor desempenho lingüístico de nossos jovens possam ser atendidas e, insistimos, é dever de todos e não apenas dos professores de língua materna. Sem criar as condições adequadas para que o saber elocucional se amplie em cada educando paulatina mas ininterruptamente, não será possível contar com um falante/ouvinte competente para construir e interpretar textos.

Não queremos com isso dizer, todavia, que seja suficiente, para tornar alguém competente lingüisticamente, ampliar-se o saber elocucional. Tal tarefa, a rigor, é condição *sine qua non*, mas é necessário ainda que outros conhecimentos sejam considerados, a fim de que efetivamente o aluno seja capaz de expressar-se bem. De fato, como vimos mais atrás, precisamos ainda tratar dos outros dois saberes, indispensáveis também para a constituição de textos. Começemos, pois, pelo saber idiomático, aquele, conforme ficou visto, responsável pelas regras e unidades significativas de uma língua determinada.

O conceito que a comunidade faz da língua leva em consideração os vínculos históricos e culturais compreendidos no que se costuma chamar de *tradição* e, por tal razão, a língua existe na consciência do sujeito como um objeto unitário e homogêneo. Só na condição de observador é que se pode perceber a variação apresentada por uma língua. E em virtude de tal diversidade é que se costuma fazer uma oposição entre língua culta ou norma padrão (modo de falar característico de pessoas com alto grau de instrução) e língua vulgar ou norma subpadrão (modo de falar característico das pessoas analfabetas ou com baixo índice de escolaridade). A primeira é a norma prestigiada pelo conjunto da sociedade, vale dizer, valorizada tanto por aqueles que utilizam a norma padrão quanto por aqueles que utilizam a norma subpadrão. Por isso, é a norma padrão aquela considerada como objeto privilegiado do ensino, condição de prestígio no seio da comunidade e modelo de correção lingüística.

Embora o próprio falante costume rejeitar a norma subpadrão (domine ele a norma padrão ou não), do ponto de vista estritamente lingüístico, isto é, do ponto de vista da finalidade do ato de fala, quer um texto manifeste uma ou outra norma, em qualquer dos casos a função cognoscitivo-manifestativa da linguagem será cumprida, se respeitadas as regras do sistema, porque ambas possuem sua própria gramática. É preciso, todavia, entender exatamente o que estamos afirmando, pois o termo *gramática*, no âmbito da metalinguagem e da linguagem corrente admite acepções diferentes.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

Observemos os dois enunciados:

- a) *Os porco morreu.*
- b) *Os porcos morreram.*

Ambos comunicam igual estado de coisas, de modo que, empregando-se um ou outro, estaremos dizendo o mesmo acerca da realidade extralingüística e, portanto, é lícito dizer que os dois enunciados cumprem a função de comunicar. Com efeito, se realizam a finalidade comunicativa, é porque foram construídos consoante as regras pertencentes ao saber idiomático que configura a língua portuguesa, sendo, neste sentido, possível afirmar que ambos possuem sua própria gramática.

Todas as regras utilizadas para a construção desses enunciados constituem o que estamos denominando de *gramática*, ou melhor, *gramática*¹, e são conhecidas pelos falantes de língua portuguesa, pertencendo, assim, a seu saber idiomático. São elas, justamente, que nos permitem construir e interpretar a cada momento um novo texto constituindo, por conseguinte, condição *sine qua non* para que o texto se manifeste. Tais regras foram aprendidas por todos segundo a mesma forma de aprendizado de qualquer saber técnico – e o saber lingüístico é um saber técnico, já que consiste numa capacidade para executar algo –, através da própria atividade: ouvindo os outros falarem e falando.

É certo, por outro lado, que o usuário da língua, quando se encontra em atividade, não se dá conta da complexidade das operações de natureza cognitiva que é obrigado a executar para produzir um enunciado, por mais banal que ele seja, uma vez que, enquanto utente da língua, sua preocupação está inteiramente voltada para a finalidade do instrumento lingüístico e não para o instrumento em si mesmo. Assim, o enunciador da primeira frase não é capaz de explicar as razões pelas quais preferiu, no primeiro enunciado, apagar a manifestação morfo-semântica, ou concordância, entre determinante e determinado e entre sujeito e verbo, e, analogamente, o enunciador da segunda também não é capaz de explicitar os motivos pelos quais optou por informar quatro vezes ao enunciatário que mais de um porco havia morrido.

Os dois falantes, o que proferiu a frase a) e o que proferiu a frase b), vale ressaltar, não sabem e nem precisam saber, para desempenhar tal atividade, justificar as regras que atualizaram para produzirem as respectivas frases, o que não quer dizer que eles não conheçam tais regras, tanto num caso como no outro. Baseando-nos mais uma vez nas preciosas li-

ções do mestre romeno, diremos que ambos se encontram na dimensão do conhecimento denominada de *conhecimento claro-distinto-inadequado*⁴⁸. Em tal dimensão, o objeto do conhecimento é identificado com segurança e não precisa ser justificado. É, por exemplo, o mesmo conhecimento que nos permite dirigir um carro: sabemos os movimentos que devemos executar, aprendidos durante o próprio exercício e não precisamos refletir sobre sua engrenagem para fazê-lo mover-se.

O linguísta, por outro lado, encontra-se em outro plano ou num grau mais elevado do conhecimento, aquele denominado de *conhecimento distinto adequado*. Neste grau do conhecimento, procura-se justificar o próprio objeto do conhecimento, fundamentando-o com razões, teses, princípios, consistindo, por conseguinte, num conhecimento de caráter reflexivo, especulativo. Tomando ainda a nossa analogia com o desempenho do carro, seria a justificativa para o funcionamento de seu motor: é certo que, para dirigir, não é necessário saber rigorosamente nada sobre o mecanismo que permite tal atividade.

Como se vê, são duas dimensões distintas do conhecimento: a segunda depende da primeira, uma vez que o objetivo é precisamente o de justificá-la. No tocante à linguagem verbal, é necessário que se tenha adquirido o saber lingüístico para que se possa fazer reflexões acerca dele. A rigor, tais reflexões começam a ser feitas muito cedo na vida do falante, mas se trata de observações muito simples, por ser simples ainda o seu saber, e ocorrem, via de regra, quando, eventualmente, no ato comunicativo, há um desvio em relação ao que era esperado. Por exemplo, quando alguém produz um enunciado com marcas, no plano fônico, diversas daquelas empregadas pelo conjunto da comunidade, aparecem frases como as que seguem, reveladoras já de uma observação metalingüística bem incipiente: *Ele não é daqui. Pelo sotaque ele parece ser baiano. Os baianos falam diferente de nós. Os baianos falam cantando*, etc.

Ora, se o saber metalingüístico encontra-se voltado para o saber lingüístico, existindo tão-somente para explicá-lo, é evidente que o primeiro só deve aparecer, quando o segundo já existe, não podendo ser de outro modo, uma vez que o seu fundamento encontra a sua legitimidade na prévia existência de um objeto a ser investigado e , se não há ainda

⁴⁸ Coseriu, E. *Competência lingüística*, pp. 230-252. A distinção estabelecida por Coseriu baseia-se no pensamento de Leibniz.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

objeto algum, não há igualmente justificativa para a investigação. De fato, como salienta Picardo,⁴⁹

Es absurdo suponer que no se habla correctamente una lengua hasta que se escribe su gramática . No la hablaron, acaso, los grandes clásicos griegos mucho antes de la creación de la gramática? Y ciertos pueblos que aún no la tienen, no hablan correctamente sus lenguas?

Voltando à nossa analogia com o carro, diríamos que de nada adiantaria, para dirigir, refletir-se sobre o motor do carro, seria um conhecimento inteiramente inútil e dispensável.

O ensino de língua materna, tal como é feito habitualmente em nossas escolas, consiste, desde as séries iniciais, de reflexões sobre um objeto cujo domínio o falante possui de forma muito incipiente, isto é, o seu saber lingüístico permite-lhe apenas produzir atos comunicativos para a satisfação de objetivos imediatos e, por conseguinte, qualquer possível reflexão de caráter metalingüístico é muito singela também. Trata-se, por isso mesmo, de um conteúdo programático inteiramente equivocado, com o dispêndio de um tempo precioso que poderia ser gasto na ampliação do saber sobre o qual se quer refletir.

Os professores de língua portuguesa costumam constatar conternados que, habitualmente, ao perguntarem aos alunos se já viram determinado conteúdo na série precedente, eles costumam responder negativamente, ainda que tal conteúdo tenha sido visto e revisto pelo professor no ano anterior. Os alunos, na verdade, não ficam *esquecidos* subitamente do que foi exaustivamente ensinado, nem estão de má-fé quando dizem não se lembrar: eles, de fato, não se lembram, porque não sabem e não sabem, porque não podem refletir sobre algo que ainda não se encontra bem sedimentado.

Comprova-se facilmente o que estamos dizendo, examinando o programa de língua portuguesa da primeira à última série do ensino médio: tal programa é repetitivo, havendo, na passagem de uma série para outra, pouquíssimas alterações no conteúdo. E, ainda que repisando os velhos temas, o aluno tem sempre a impressão de nunca tê-los visto, acarretando com sua atitude um enorme sentimento de frustração no professor, que constata, com enorme desalento, a inutilidade de seu esforço, diante de resultados invariavelmente negativos.

⁴⁹ Piccardo, Luis Juan, *Gramática y enseñanza*, p. 6.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O saber metalingüístico apresentado aos alunos na escola diz respeito ao que costumeiramente se designa por *ensino de gramática*. O termo *gramática*, neste caso, designa a investigação, sob uma certa perspectiva, do conjunto de unidades e regras que configuram o que mais atrás denominamos de *gramática*¹, ou ainda, dizendo de outro modo, na investigação da *gramática*¹ consiste precisamente a tarefa da disciplina que passamos agora a designar *gramática*².

A pergunta feita inicialmente sobre o ensino de gramática refere-se, portanto, à *gramática*² e parece, diante do que foi exposto e discutido, já estar respondida, mas, a rigor, só está respondida parcialmente, pois que ela envolve outras questões que precisam ser bem entendidas, para poder compreender-se tema de tamanha magnitude na sua integralidade.

Vamos retomar nossa analogia com o carro. É certo que para dirigir um carro não há a menor necessidade de conhecer-se o mecanismo que garante seu movimento. Todavia, depois que já se sabe dirigir, o conhecimento das engrenagens de que um motor se constitui pode, em certas situações, ser de bastante utilidade. Por exemplo, num determinado momento, quando, numa estrada deserta em que não há possibilidade de socorro, o carro enguiça, o conhecimento de seu mecanismo será com certeza de grande valia.

Do mesmo modo, para os atos comunicativos rotineiros e simples da atividade lingüística quotidiana, tal conhecimento metalingüístico é inteiramente dispensável, entretanto, para atos de fala em que os conteúdos cognoscitivos manifestados são complexos, o saber metalingüístico – ainda que não seja imprescindível – tem um grande valor e mais, sem seu domínio, há grandes possibilidades, em alguns casos, de não se lograr êxito total na finalidade comunicativa.

De fato, nos textos em que se exige a obediência à chamada norma culta, a reflexão metalingüística pode funcionar como um instrumento pedagógico da maior importância, permitindo ao produtor do texto fazer reflexões acerca da construção mais apropriada.

Vejamos um exemplo concreto, através da análise da seguinte frase: *Não haverá jamais dificuldades econômico-sociais intransponíveis para um presidente em cujo desempenho o povo depositou sua esperança*. Digamos que, ao produzir tal texto, o falante de língua portuguesa, numa situação de formalidade na qual se faça exigir o uso da norma culta, manifeste dúvida quanto ao emprego do verbo *haver*, no singular ou no plural. Se tiver estudado análise sintática, saberá que, consoante o que

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

estabelece a norma prescritiva, o verbo *haver* deve manter-se na 3ª pessoa do singular, porque no sentido de *existir* não tem sujeito com que faça a concordância; se estiver na dúvida acerca do emprego da preposição antes do relativo *cujos*, poderá lembrar-se das lições de regência e da função do relativo *e*, então, verificará que a presença do elemento de ligação é necessária.

Observe-se que todas as reflexões que fizemos e que nos permitiram um desempenho lingüístico mais adequado para a situação imaginada tornaram-se possíveis graças, justamente, ao saber metalingüístico, ou à *gramática*². Para constatar o que estamos afirmando, basta que se observe a quantidade de termos da metalinguagem que fomos obrigados a empregar, para explicarmos, justificarmos, esclarecermos com segurança a nossa atividade, aquele saber prévio denominado de *gramática*¹.

Assim, é possível afirmar-se que, se por um lado a aquisição de um saber metalingüístico, através do que costumeiramente se entende por *ensino de gramática*, é absolutamente dispensável para a produção de textos nas situações rotineiras do quotidiano, nas quais os enunciados são produzidos de maneira quase que imediata, com um mínimo de reflexão e de consciência, por outro, pode ser muito útil para todos os que pretendem fazer uso do instrumento lingüístico também naquelas circunstâncias em que, por muitas razões, há uma necessidade imperiosa de se construir um texto mais elaborado, para cuja produção o conhecimento metalingüístico tem valor inquestionável.

Não se deve perder de vista, todavia, que o saber metalingüístico não pode, como tem sido feito na maior parte das nossas escolas – e nós mesmos podemos dar o nosso testemunho de alunos que fomos – ser utilizado como se tivesse um fim em si mesmo, desvinculado inteiramente do saber lingüístico para o qual deve orientar-se. Tal distanciamento costuma ocasionar uma verdadeira distorção no ensino do idioma pátrio, gerando toda sorte de confusões, além de determinar a manutenção de um ensino equivocado e estéril.

É muito comum as escolas separarem as aulas de língua portuguesa em dois diferentes blocos: no primeiro, considerado o *núcleo duro* e a própria razão de ser do ensino de português, a que se concede uma carga horária maior, concentram-se as aulas de gramática (saber metalingüístico) e no segundo, relegado a um secundaríssimo plano, contando com uma carga horária mínima, inserem-se as aulas de redação (saber lingüístico). Ora, como já foi discutido, o saber metalingüístico só encontra sua

justificativa na escola de ensino médio se consubstanciar-se num meio para um melhor desempenho da atividade lingüística, de modo que, exposto desta forma, como se seu motivo de existir encontrasse legitimidade em si mesmo, é evidente que se transforma num saber inútil e inteiramente dispensável.

Cumpra lembrar ainda que, para o saber metalingüístico ser alcançado, é mister um domínio razoável do saber lingüístico, uma vez que, conforme já ficou visto, este é objeto de investigação daquele. Por isso, é óbvio que, nas séries iniciais, a metalinguagem é inteiramente dispensável, devendo começar a fazer parte dos conteúdos programáticos nas séries finais, quando o aluno já tiver constituído, ao longo dos anos, uma competência lingüística sólida, adquirida através da exposição permanente e dinâmica a todos os tipos de sistemas significativos possíveis. Só então, insistentes, o saber metalingüístico poderá prestar grande auxílio ao aprendiz.

O domínio do saber idiomático, todavia, ainda não é suficiente para fornecer ao aluno a competência de que ele necessita para cumprir as variadas finalidades da atividade comunicativa, pois é necessário ainda o domínio do saber expressivo, aquele concernente ao nível individual da fala.

De fato, no ato verbal concreto, estão sempre presentes dois sujeitos historicamente determinados: um *eu*, que fala acerca de algo da realidade (empírica ou imaginada) para um *tu*, num tempo e num espaço determinados, numa certa situação social. Para tal atividade lograr êxito, isto é, para que aquilo que está na intenção do falante seja alcançado pelo ouvinte, é necessário que inúmeros requisitos sejam preenchidos, entre os quais salientamos os seguintes: um conhecimento de mundo (saber elocucional) e uma tradição lingüística (saber idiomático) comuns ou parcialmente comuns, o esforço conjunto dos interlocutores em direção a um sentido partilhado.

Nos atos rotineiros da atividade lingüística, esses elementos são conhecidos pelos sujeitos e não costumam revelar maiores problemas. De fato, dentro da nossa comunidade, normalmente sabemos como devemos comportar-nos lingüisticamente, porque nos orientamos pelo conhecimento vago ou definido que temos de nosso interlocutor, pelo ambiente em que nos encontramos, enfim, pelas circunstâncias que envolvem o ato de fala e por todas as condições que lhe permitem a concretização. Tais elementos funcionam de modo silencioso e estão dados de antemão para

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

todos os que pertencem a certa cultura, de modo que só nos chama a atenção, quando ocorre qualquer desvio com respeito ao que era esperado numa dada situação. Em virtude justamente da multiplicidade de fatores que concorrem para um texto adquirir sentido, um mesmo ato de fala pode ser interpretado de modo diverso, bastando, para tanto, que se altere um desses elementos a que fizemos referência.

Imaginemos três situações: na primeira, um estrangeiro, com um pequeno grau de conhecimento de nossa língua, chega a um bar, no Rio de Janeiro, e pede um café ao atendente, dirigindo-se a ele com o pronome *vós*; na segunda, um falante carioca, ao chegar ao bar, faz o mesmo pedido, utilizando o mesmo pronome; na terceira, por fim, nosso ator do pequeno drama verbal, encontra-se numa igreja, e ouve o oficiante rezar o *Pai Nosso*, empregando, ao dirigir-se à entidade divina, o pronome *vós*. A reação do ouvinte não será igual diante da utilização de idêntica unidade sígnica: no primeiro caso, ele certamente compreenderá que se trata de um desconhecimento de quem não domina com segurança o idioma; no segundo, pode pensar que se trata de alguma brincadeira ou ficar até ofendido, imaginando que se quer com isso humilhá-lo ou ridicularizá-lo; no terceiro, por fim, o ouvinte não terá nenhuma sensação de estranheza e nem atentará para tal detalhe. Note-se que ainda estamos reduzindo a complexidade da situação, desconsiderando outros fatores, porque, a rigor, nós poderíamos ir longe nas múltiplas interpretações acarretadas apenas pela mudança de uma circunstância.

A fragilidade no conhecimento do saber expressivo pode ser ilustrada com muitos exemplos, sobretudo em sala-de-aula. Assim, é muito comum ouvir de alunos com um pleno domínio da norma padrão e do próprio tema de que estamos tratando, queixas de que não encontram a forma adequada para se expressar. Fazem muitas vezes trabalhos primorosos sob determinados pontos de vista e todavia sente-se que o texto não está bom. A razão disso reside justamente na falta de conhecimento do saber *expressivo* relativo àquela modalidade de texto. Ora, o usuário de língua materna sabe, como dissemos acima, orientar-se perfeitamente nas múltiplas situações concretas do ato de fala do cotidiano, mas com certeza não se sente tão seguro em outras tantas com as quais não está familiarizado. Para superar tais dificuldades, só existe aquele caminho apontado lá atrás: a exposição a modalidades diferentes de texto.

Quando dizemos que é imperioso apresentar ao aluno diferentes tipos textuais, ao longo de todas as séries escolares, estamos nos referindo rigorosamente a todos os tipos de texto, tanto àqueles construídos conso-

ante as regras da gramática normativa quanto àqueles construídos de conformidade com as regras da norma subpadrão.

Não se trata, cumpre ressaltar, de nenhuma proposta de caráter demagógico, mas de uma proposta pedagógica efetiva, que apresenta a educação linguística como um meio para que todos, e não apenas uma parte da população, possam alcançar a efetiva cidadania. Sua concretização, entretanto, depende de que todos tenham o seu conhecimento valorizado, sobretudo o conhecimento linguístico, pois a língua é, entre os instrumentos simbólicos, aquele que mais confere identidade a um segmento social e, por isso mesmo, deve ser observada como realmente é: uma rica pluralidade de normas, adequadas cada uma delas a uma certa situação.

O professor não pode nunca perder de vista que, antes de ser professor de português ou de qualquer outra disciplina, é um educador e, enquanto tal, sua responsabilidade vai muito além da de um mero transmissor de conhecimentos. Ademais, no que toca especialmente ao professor do idioma pátrio, a magnitude de seu papel transcende e muito o papel desempenhado pelos docentes de outras disciplinas. Em primeiro lugar, porque o objeto ensinado nas outras disciplinas é ministrado em português e em segundo, não em ordem de importância, naturalmente, porque é através da forma de aquisição desse saber que o aluno espelhará seu desempenho verbal.

Se o próprio professor se encarrega de ser o instrumento veiculador do preconceito linguístico, é certo que não está atendendo ao que se espera de um educador, pois deve fazer uso do prestígio reconhecido pelo conjunto da sociedade, a fim de ser o principal agente de transformação e não instrumento para a sedimentação do autoritarismo subjacente ao discurso monofônico, sob a cômoda alegação de que sempre se ensinou dessa forma e, portanto, tal forma de agir, ainda que perversa, deve ser mantida a qualquer custo, até mesmo ao custo de uma péssima educação.

Promover a reprodução de comportamentos sob todos os aspectos condenáveis, sobretudo quando feita por quem tem legitimidade para funcionar como modelo para um segmento permeável à incorporação de toda sorte de mundivisões, é, para dizer o mínimo, uma atitude de total irresponsabilidade. E, vale ressaltar, irresponsabilidade não só para os que recebem diretamente tais concepções distorcidas, mas também para a nação como um todo, pois se formam, deste modo, cidadãos que vão refletir nas mais diferentes situações de sua vida – algumas cruciais para

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

todo o país, como o momento da escolha dos governantes – práticas alimentadas por falsos ensinamentos ou por ensinamentos equivocados.

Vejamos como se pronuncia Carlos Eduardo Falcão Uchôa, pesquisador dedicado aos problemas relativos ao ensino de língua materna, a respeito do tema da variação lingüística:

O problema da variação lingüística vem levantando muitas indagações e controvérsias no ensino atual de Português, apesar de vários e úteis trabalhos de orientação pedagógica que têm surgido entre nós, mas pouco conhecidos em geral do professorado. Não obstante tudo o que tem sido dito pela Lingüística, e aos avanços particularmente da Sociolingüística, convivem atualmente em nosso ensino uma forte tradição repressora, dialetofágica, cuja superação continua a ser um desafio para o professor de Português – haja vista inúmeras séries didáticas que, apesar de falarem em variedade de usos lingüísticos, deixam não raro transparecer o preconceito quanto aos usos não cultos – e uma tendência, igualmente redutora de encarar o fenômeno da variação, ao identificar o juízo de correto com o que é usual. Modos de dizer usuais nem sempre serão corretos ou adequados.⁵⁰

A título de ilustração do que estamos discutindo acerca da apresentação das diferentes normas lingüísticas ao alunado, observe-se o poema transcrito abaixo⁵¹:

Seu dotô, só me parece
Que o Sinhô não me conhece,
Nunca sôbe quem sou eu
Nunca viu minha paioça,
Minha muié, minha roça
E os fio que Deus me deu.

Se não sabe, escute agora
Que eu vou contá minha história
Tenha a bondade de uvi:
Eu sou da crasse matuta
Da crasse que não desfruta
Das riqueza do Brasi.

Sou aquele que conhece
As privação que padece
O mais pobre camponês;
Tenho passado na vida
De cinco mês em seguida

⁵⁰ Uchôa, Carlos Eduardo Falcão, *Fundamentos lingüísticos e pedagógicos para um ensino abrangente e produtivo da língua materna*, Confluência, nº19, p.71

⁵¹ *O Pasquim* 21, RJ, 13/08/2000, n. 22, p.16, *Seu Dotô me conhece?* (versos de Patativa do Assaré)

Sem cumê carne uma vez.

Sou o que durante a semana
Cumprindo a sina tirana,
Na grande labutação
Prá sustentá a famia,
Só tem direito a dois dia,
O resto é para o patrão.

Sou sertanejo que cansa
De votá com esperança
Do Brasil ficá mió;
Mas o Brasil continua
Na cantiga da perua:
Que é – pió, pió, pió...

Sofrendo a merma sentença
Tô quage perdendo a creença
E prá ninguém se enganá
Vou dexá meu nome aqui:
Eu sou fio do Brasi,
E meu nome é Ceará.

Certamente o poeta não alcançaria os efeitos estilísticos desejados, se tivesse optado pela norma padrão para construir tal texto, pois é justamente o emprego da norma subpadrão que lhe confere o sabor de uma fala eminentemente popular, orientando, assim, a interpretação do leitor para um sentido determinado. Por outro lado, o texto que estamos construindo ao longo destas páginas, exige, em virtude das circunstâncias que envolvem sua produção, o emprego da norma padrão. Dizendo de outro modo, ambos estão corretos, tendo em vista a finalidade para a qual foram elaborados.

Esperamos ter deixado claro que não estamos propondo a supressão do ensino da norma culta dos currículos escolares, pois isso revelaria a mesma forma, antes condenada, de autoritarismo e de irresponsabilidade educativa. Sabemos perfeitamente que a norma padrão, além de ser o veículo em que se manifestam muitos campos do conhecimento aos quais o aprendiz deve ter acesso, é necessária para a ascensão sócio-econômica. Assumimos, apenas, a posição de que a língua portuguesa deve ser estudada e apresentada tal como ela realmente é, na sua complexa diversidade, resultado das variedades diatópicas, diastráticas e diafásicas, e nos seus múltiplos aspectos. Cremos que o ensino de língua nesses termos, levando em conta todas os diferentes sentidos que o instrumento lingüístico permite manifestar, longe de *empobrecer a língua*, conforme expressão já gasta, utilizada por aqueles que tentam desempenhar o papel

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

de lingüistas sem que tenham recebido fundamentação para tanto, só pode servir para enriquecê-la, ampliando-a com a criação de novos signos e de novas construções. Ademais, o educando só tem a ganhar com essa atitude do professor, pois poderá optar, entre as inúmeras possibilidades que lhe são apresentadas, por aquela que, em cada caso, servir melhor a seus propósitos comunicativos, sendo-lhe permitido ainda conhecer diferentes sistemas significativos e ampliar, desta forma, seu saber elocucional e sua visão crítica sobre a realidade circundante.

BIBLIOGRAFIA

COSERIU, Eugenio. *Gramática, semántica, universales*: estudios de lingüística funcional. Madrid: Gredos, 1978.

———. *Teoria da linguagem e lingüística geral*: cinco estudos. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: EDUSP, 1979.

———. *Lições de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

———. *O homem e sua linguagem*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: EDUSP, 1982.

———. *Sobre la enseñanza del idioma nacional: problemas, propuestas y perspectivas*. Philologia, II. Salamanca, 1989.

———. *Competência lingüística*: elementos de la teoría del hablar. Madrid: Gredos, 1992.

PICARDO, Luis Juan. *Gramática y enseñanza*. Montevideo: Anales del Instituto de profesores Artigas, 1956.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. *Fundamentos lingüísticos e pedagógicos para um ensino abrangente e produtivo da língua materna*. Confluência. Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, n° 21, p. 62-75, 2000.

RINDO E APRENDENDO

Claudia Moura da Rocha (UERJ, SE-RJ, SMERJ)

Seria possível rir e aprender ao mesmo tempo? O que pode haver em comum entre o humor e a língua portuguesa? Seria a língua motivo de risadas? Seria possível aprender português através do emprego do humor? Pretendemos demonstrar, através deste texto, como o humor (e aqui não estamos nos referindo a um estado de ânimo — o bom humor — mas a textos, verbais e não-verbais, que tiram proveito do cômico para fazer rir) pode auxiliar o ensino de português e como o professor de língua materna pode utilizar os materiais de que dispõe (piadas, charges, tiras, anedotas, frases de caminhão, propagandas, crônicas e contos de humor) em sala de aula.

Em primeiro lugar, devemos nos lembrar do efeito que o humor exerce sobre as pessoas. Quem não gosta de ouvir ou contar histórias engraçadas ou piadas? Dizem até que rir é o melhor remédio. Portanto, o humor é um excelente chamariz para atrair a atenção dos alunos. É uma forma lúdica de despertar-lhes o interesse para a sua própria língua, principalmente quando descobrem que estão rindo de seu próprio idioma. Nos dias atuais, o ensino (de qualquer disciplina) passa por um processo de reformulação: há uma necessidade de demonstrar ao aluno a função daquilo que aprende na escola. Portanto, incentivar os alunos a aprenderem é mais uma das muitas tarefas que a escola recebeu para si. Por esta razão, acreditamos que o emprego do texto de humor vem a calhar: não podemos nos esquecer do grande apelo que o humor exerce sobre os alunos, atraindo sua atenção e interesse.

Quando se fala do uso do humor em sala de aula, logo nos vêm à mente as charges, caricaturas, tiras cômicas e histórias em quadrinhos, gêneros textuais que tradicionalmente são trabalhados pelo professor e pelos livros didáticos, associando a linguagem verbal (quando presente) à não-verbal. Estes gêneros podem e devem ser aproveitados, não nos esquecendo, no entanto, da existência de outros textos de humor, pertencentes a outros gêneros textuais, e de outras características (no caso, de natureza lingüística) além da linguagem não-verbal. Notamos que há uma recorrência ao uso de charges, caricaturas, tirinhas e histórias em quadrinhos quando se trata de ensinar usando o humor. Muitas vezes, como dissemos anteriormente, os aspectos estudados em sala de aula são os relacionados ao emprego da linguagem não-verbal. Não raro, apela-se para

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

o estudo da ambigüidade (o duplo sentido), do subentendido e da ironia presentes em tais textos. Porém, os textos de humor oferecem ao professor de língua portuguesa muito mais que a presença destes três últimos recursos. Muitas vezes, a graça de um texto (seja uma piada seja uma crônica) decorre do emprego da própria língua, do uso que fazemos dela. A graça é resultado de uma escolha vocabular inusitada, de um erro lingüístico ou de um jogo de palavras feito por alguém que conhece os recursos lingüísticos que a língua oferece tanto para fazer rir como para fazer chorar ou pensar. É o efeito estilístico provocado pelo uso do humor de que estamos tratando.

Quando tratamos de humor verbal, aquele em que a língua não é o veículo do riso, mas o próprio mote para o cômico (cf. Borges, 2002: 31; Rosas, 2002: 62; Saliba, 2002: 179), há outros gêneros textuais que podem ser aproveitados: a crônica e o conto de humor, as piadas (cf. Possenti, 1998), frases de pára-choque de caminhão, propagandas publicitárias, dentre outros.

Trabalhar o humor verbal também significa reconhecer que para compreender a graça de uma piada, de uma tira cômica ou de um conto, é necessário desenvolver competências de leitura, que tanto servirão para ler um texto de humor quanto para ler um texto não humorístico. Essas competências são cada vez mais valorizadas, como podemos observar analisando a escala de língua portuguesa do Prova Brasil, avaliação dos alunos feita pelo governo federal. Espera-se que os alunos da 4ª e da 8ª séries sejam capazes de:

- interpretar textos com material gráfico diverso e com auxílio de elementos não-verbais em histórias em quadrinhos, tirinhas e poemas, identificando características e ações dos personagens;
- interpretar histórias em quadrinhos de maior complexidade temática, reconhecendo a ordem em que os fatos são narrados;
- distinguir efeitos de humor e o significado de uma palavra pouco usual;
- identificar os efeitos de sentido e humor decorrentes do uso dos sentidos literal e conotativo das palavras e de notações gráficas;
- distinguir o sentido metafórico do literal de uma expressão;
- identificar a intenção do autor em uma história em quadrinhos;
- identificar a finalidade de textos humorísticos (anedotas), distinguindo efeitos de humor mais sutis;
- reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso de recursos morfosintáticos;

– inferir informações implícitas em textos poéticos subjetivos, textos argumentativos com intenção irônica, fragmento de narrativa literária clássica, versão modernizada de fábula e histórias em quadrinhos;

– identificar efeito de humor provocado por ambigüidade de sentido de palavra ou expressão em textos com linguagem verbal e não-verbal e em narrativas humorísticas.

Como se vê, ler um texto de humor requer habilidades de leitura que podem servir também para a leitura de textos que não sejam de humor (interpretar textos com o auxílio de elementos não-verbais, reconhecer a ordem em que os fatos são narrados, identificar os efeitos de sentido decorrentes do uso literal ou conotativo de uma palavra, identificar a intenção do autor e a finalidade de um texto, reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso de recursos morfossintáticos, inferir informações implícitas, dentre outras habilidades).

Perceber o subentendido, a ironia ou a graça de um texto é algo que exige competências de leitura específicas do leitor. Deste modo, o professor pode perceber, caso seu aluno não seja capaz de captar a graça ou a ironia de um texto, se precisa desenvolver mais esta ou aquela habilidade de leitura. Em alguns casos, é possível, até mesmo, reconhecer se um aluno apresenta alguma necessidade especial: os alunos portadores da Síndrome de Asperger têm dificuldades para perceber metáforas, a ironia ou o humor de uma piada, por interpretarem literalmente o que lêem. Nestes casos, recomenda-se que sejam trabalhadas com estes alunos piadas e anedotas. Deste modo, ao empregar o texto de humor, o professor terá mais um instrumento para avaliar e trabalhar este aluno em sala de aula.

Vejamos a partir deste ponto, como pode o professor aproveitar a riqueza lingüística e expressiva presente nos textos de humor, podendo encontrar fenômenos de natureza ortográfica, sintática, fonológica, semântica, não se limitando apenas ao duplo sentido e à ambigüidade.

Um material que podemos trazer à sala de aula são as frases de caminhão, textos que apresentam muitos recursos lingüísticos, como por exemplo:

a) presença da semelhança fônica:

Amor com liberdade termina na maternidade.

20 buscar 100 demora; 60 e vamos embora.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

b) emprego da metáfora:

O casamento é a única guerra em que os inimigos dormem juntos.

Mulher sem ciúme é uma rosa sem perfume.

c) presença do aposto:

*Casamento de artista de televisão é igual a telefone de repartição: **não funciona mesmo.***

*Minha sogra caiu do céu: **a vassoura dela quebrou.***

d) recorrência de adjuntos adverbiais:

***Em enterro de gato**, rato não chora.*

***Em festa de formiga**, ninguém elogia tamanduá.*

e) ocorrência de paralelismo:

O homem nasce sorrindo, vive traindo e morre mentindo.

Amor sem beijo é como macarrão sem queijo.

f) apelo ao uso do campo semântico:

*Quando mulher for **doença**, quero logo uma **epidemia**.*

*Filho de rico ganha **mesada**; de pobre, **vassourada**.*

*Rico tem **veia** poética; pobre tem **varizes**.*

(Fonte: Mattos, 2005)

A análise lingüística das piadas, assunto muito bem estudado por Possenti (1998), vem a corroborar a idéia da relevância do uso do texto de humor em sala de aula. A seguir, apresentamos algumas piadas, cujo mote do riso é o uso da própria língua:

a) como o falante pode tirar proveito dos recursos que a língua oferece: o ponto de vista do falante determina suas escolhas lexicais e o emprego dos adjetivos (**jovem**, caso o torcedor fosse rubro-negro ou tricolor, mas **delinqüente**, caso fosse vascaíno; **cão feroz** ou simplesmente **cachorro**, no primeiro caso, e **cão inofensivo**, no segundo):

A MORTE DO PIT BULL

Dois adolescentes estavam a caminho de casa, depois do colégio, quando um deles foi atacado por um pitbull muito feroz. O outro pegou um pedaço de pau e bateu no cachorro pra salvar o amigo.

Então parou um repórter e disse:

— Nossa, essa matéria eu não posso perder! E já sei o que eu vou escrever! “Jovem rubro-negro enfrenta cão feroz pra salvar seu inocente amigo!”.

Então o jovem disse:

— Eu não sou flamenguista!

Aí o repórter começou:

— “Jovem tricolor enfrenta cachorro pra salvar o amigo!”.

Mas o rapaz insiste:

— Eu não sou tricolor!

E o repórter, já nervoso, pergunta:

— O que você é então?

O garoto diz:

— Eu sou Vasco!

No outro dia, saiu assim na coluna do jornalista, rubro-negro fanático:

— Delinqüente vascaíno assassina cão inofensivo!

Fonte: Pimentel, 2006.

b) neste caso, há a ambigüidade da referenciação. O pronome *ela* tanto pode se referir à cadela como à casa:

CADELINHA

O patrão dá uma bronca no caseiro:

— Olha, seu José, não deixe a sua cadela entrar novamente na minha casa! Ela está cheia de pulgas!

No mesmo instante, o caseiro vira-se para a sua cadelinha:

— Teimosa, vê se não entra mais na casa do patrão! Lá tá cheio de pulgas! (Fonte: Aviz, 2003)

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

c) nesta piada ocorre a ambigüidade da segmentação:

REGISTRANDO

Manoel teve um filho e foi registrá-lo no cartório:

— Que nome você gostaria de dar ao seu filho?

— Arquibancada do Vasco.

— Mas como Arquibancada do Vasco? Você não sabe que esse tipo de nome é proibido? Seu filho não pode ter esse nome.

— Mas por que não? É um nome normal como qualquer outro. Meu filho tem até um coleguinha com um nome semelhante.

— Seu Manoel, isso é proibido. Eu não posso fazer isso. Vamos ver... Qual o nome do coleguinha do seu filho?

— Geraldo Santos. (Fonte: AVIZ, 2003)

d) aborda-se a relação de homonímia entre os vocábulos e, conseqüentemente, a escrita ortográfica:

CONCERTO OU CONSERTO?

O português foi convidado pelo amigo brasileiro para assistir a um concerto de piano. No intervalo do espetáculo o amigo pergunta ao português:

— E aí? Está gostando do *concerto* de piano?

— O gajo toca tão bem que eu nem havia percebido que o piano estava quebrado! (Fonte: AVIZ, 2003).

e) tira-se proveito da ambigüidade decorrente de se considerar o vocábulo *direito* como adjetivo ou advérbio:

— Por que o português está sempre com o pé esquerdo fedendo?

Porque sua mulher vive dizendo a ele: “Lava o pé *direito*, gajo!”.

(Fonte: AVIZ, 2003).

f) o radical grego *-grama* é empregado como sinônimo de peso e não de “*o que está escrito*”, vindo a ser associado a *quilo*:

Ele engordou tanto que não fazia mais *eletrocardiograma*, mas *eletrocardioquilo*. (Fonte: Buchweitz, 2001)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

g) o emprego dos pronomes possessivos vem a provocar a duplicidade de sentidos:

Aquele padre havia sido nomeado recentemente para a paróquia. Instalou-se na casa paroquial que lhe estava destinada e, imediatamente, a velha governanta veio se queixar dos problemas que a casa tinha.

“*Seu* teto está com goteiras, padre. *Seu* fogão está velhíssimo e *sua* geladeira não funciona. *Sua* televisão está sem som... e por aí fora.”

“Minha filha”, respondeu o padre, “esta casa não é só *minha*, é sua também, na verdade é de todos os *ossos* paroquianos... Por que você não diz “*nosso* teto”, “*noossa* televisão”?”

Passaram-se algumas semanas, e um dia o bispo veio visitar o padre. Estavam os dois conversando muito sossegados, quando a governanta entra de repente na sala e declara:

“Padre, tem um rato no *nosso* quarto, debaixo de *noossa* cama.”

(P.C., *Seleções Reader's Digest*, julho de 1989)

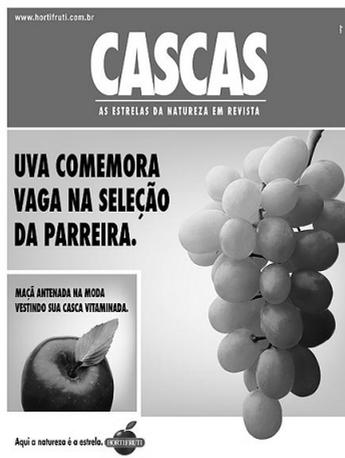
Outro gênero textual que apresenta o aproveitamento de muitos recursos oferecidos pela língua é o texto publicitário. Boa parte dos anúncios publicitários faz uso da mesma estratégia: o humor decorre da polissemia de determinados termos. Há ainda a recorrência a palavras pertencentes ao mesmo campo semântico, como podemos observar a seguir:



No exemplo, a palavra *abobrinha* remete tanto ao campo semântico dos alimentos, dos legumes (pois se trata de um anúncio de uma rede de lojas de hortifrutigranjeiros) quanto ao campo das idéias (*abobrinha* é uma idéia tola, uma bobagem).

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

A próxima peça publicitária foi lançada por ocasião da Copa do Mundo de 2006. O recurso lingüístico explorado pelos publicitários foi, além da polissemia, a mudança de sentido decorrente da mudança de gênero do substantivo:



O trocadilho é construído com o substantivo próprio masculino *Parreira*, nome do técnico da seleção, e *parreira*, substantivo comum feminino, planta que dá uvas.

A polissemia é recorrente quando se trata das causas do riso. No entanto, muitos anúncios sabem tirar proveito de outros recursos disponíveis na língua portuguesa, como ocorre a seguir. Esta propaganda encontra-se em um caderno de exercícios preparatórios para o vestibular, portanto o assunto em questão (tipos de sujeito e o predicado) era pertinente ao anúncio, que explora a nomenclatura gramatical (a classificação dos tipos de sujeito e o fato de o sujeito e o predicado se complementarem):

No exemplo abaixo, descubra por que o sujeito não combina com o predicado.



• Painel de instrumentos completo com iluminação em azul.
• Direção hidráulica e volante com ajuste em altura e profundidade de série.

Quase todo sujeito tem uma conjugação perfeita com o Golf. Por exemplo, se você é um sujeito simples, tem tudo a ver com o nosso design limpo, moderno e elegante. Agora, quem faz mal é o tipo sujeito composto não vai sentir falta de nada num Golf: direção hidráulica, bancos reguláveis em altura, teto solar elétrico, ar-condicionado Climatronic,

airbags frontais e laterais, freios ABS e muito mais. Já o sujeito oculto vai adorar o porta-malas, que leva até 330 litros de bagagem sem ninguém perceber. Tem até sujeito que fica indeterminado entre nossas três opções de motores: não sabe se escolhe o 1.6, 2.0 ou 1.8 Turbo. Viii? Você só não combina com o Golf se for um sujeitinho muito estranho mesmo.

Alguns itens mostrados ou mencionados são opcionais ou referentes a versões específicas. Este veículo está em conformidade com o PROCONVE - Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores. www.volkswagen.com.br

© 2004 Volkswagen do Brasil

Volkswagen. Você conhece, você confia.



Outros gêneros textuais intrinsecamente relacionados ao humor são as tiras e as charges, como já dissemos anteriormente. A função distintiva do fonema é explorada nesta tira de Miguel Paiva, publicada pelo jornal *O Globo*, em 12/01/2004 (solidárias X solitários):



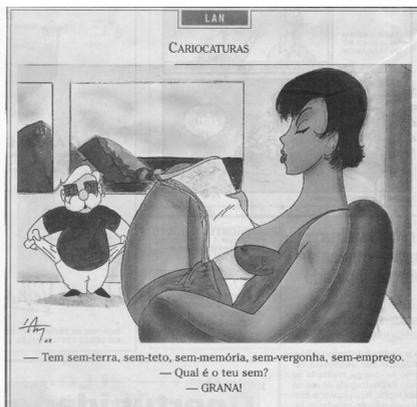
OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

A próxima tira explora novamente a classe gramatical das palavras como meio de provocar o riso. Ao recorrer às classes de palavras *substantivo* e *adjetivo*, o autor da tira confere aos homens qualidade distinta das mulheres; enquanto aqueles se preocupariam apenas com bens (nomeados por substantivos), estas seriam mais críticas, qualificando as pessoas (empregando adjetivos):



(*O Globo*, 13/01/2004)

A charge a seguir explora o elemento *sem-*, preposição, que vem sendo empregado em inúmeros vocábulos com a função de um prefixo, a partir dos já existentes *sem-terra* e *sem-teto*:



(*O Globo*, 02/08/2003)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A próxima charge (O Globo, 12/07/2003) apresenta os vocativos característicos de cada ex-presidente do Brasil, demonstrando como a língua é uma forma de identidade. Somos capazes de reconhecer quem são os presidentes pela forma como se dirigiam ao povo durante seus mandatos:



Em relação aos contos e crônicas, temos excelentes escritores que sabem como ninguém tirar proveito da riqueza de nossa língua. Tome-mos este texto de Luís Fernando Veríssimo:

AQUILO

- De uns tempos para cá, eu só penso naquilo.
- Eu penso naquilo desde os meus, sei lá, 11 anos.
- Onze anos?
- É. E o tempo todo.
- Não. Eu, antigamente, pensava pouco naquilo. Era uma coisa que não me preocupava. Claro que a gente convivia com aquilo desde cedo. Via acontecer à nossa volta, não podia ignorar. Mas não era, assim, uma preocupação constante. Como agora.
- Pra mim sempre foi. Aliás, eu não penso em outra coisa.
- Desde criança?!
- De dia e de noite.
- E como é que você conseguia viver com isso, desde criança?
- Mas é uma coisa natural. Acho que todo mundo é assim. Você é que é anormal, se só começou a pensar naquilo nessa idade.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

— Antes eu pensava, mas hoje é uma obsessão. Fico imaginando como será. O que eu vou sentir. Como será o depois.

— Você se preocupa demais. Precisa relaxar. A coisa tem que acontecer naturalmente. Se você fica ansioso é pior. Aí sim, aquilo se torna uma angústia, em vez de um prazer.

— Um prazer? Aquilo?

— Pra você não sei. Pra mim, é o maior prazer que um homem pode ter. É quando o homem chega ao paraíso.

— Bom, se você acredita nisso, então pode pensar naquilo como um prazer. Pra mim é o fim.

— Você precisa de ajuda, rapaz.

— Ajuda religiosa? Perdi a fé há muito tempo. Da última vez que falei com um padre a respeito, só o que ele me disse foi que eu devia rezar. Rezar muito, para poder enfrentar aquilo sem medo.

— Mas você foi procurar logo um padre? Precisa de ajuda psiquiátrica. Talvez clínica, não sei. Ter pavor daquilo não é saudável.

— E eu não sei? Eu queria ser como você. Viver com a perspectiva daquilo naturalmente, até alegremente. Ir para aquilo assoviando.

— Ah, vou. Assoviando e dando pulinho. Olhe, já sei o que eu vou fazer. Vou apresentar você a uma amiga minha. Ela vai tirar todo o seu medo.

— Sei. Uma dessas transcendentalistas.

— Não, é daqui mesmo. Codinome Neca. Com ela é tiro e queda. Figurativamente falando, claro.

— Hein?

— O quê?

— Do que é que nós estamos falando?

— Do que é que você está falando?

— Daquilo. Da morte.

— Ah.

— E você?

— Esquece. (Veríssimo, 2002)

O pronome indefinido *aquilo* oferece farto material para que o autor brinque com a vagueza desta natureza de pronomes. Os dois interlocutores pensam estar conversando sobre o mesmo assunto, mas na verdade não o estão fazendo. Falam de coisas bem distintas, mas a própria seleção vocabular corrobora suas hipóteses, uma vez que, por exemplo, a

palavra *paraíso* pode se referir tanto aos prazeres carnais como ao paraíso bíblico. Ao final do texto, percebe-se o equívoco; falavam de coisas distintas o tempo todo: enquanto um falava de sexo, o outro se referia à morte.

É possível perceber, através dos exemplos arrolados, como a linguagem não-verbal e a ambigüidade são características muito relevantes e presentes no texto de humor. Percebe-se que a ambigüidade é intrínseca ao humor, uma vez que muitos jogos de palavras, trocadilhos e o próprio duplo sentido são decorrentes da ambigüidade do que é dito. No humor, um enunciado pode ter mais de uma significação. No entanto, há muitos outros recursos lingüísticos disponíveis nos textos de humor além da ambigüidade. É o chamado humor verbal. É este tipo de humor que nos interessa, pois pode ser aproveitado em sala de aula. Pudemos observar quantos recursos lingüísticos estão presentes em charges, tiras, piadas, frases de pára-choques de caminhão, anúncios publicitários, contos e crônicas, podendo ser empregados pelos professores de língua portuguesa para enriquecerem suas aulas e demonstrarem aos alunos que a língua está presente em todos os lugares e faz parte de nossa identidade e de nosso dia-a-dia, deixando para trás aquele ranço de disciplina escolar enfadonha, desconectada da vida e da realidade dos alunos. Portanto, rindo é possível aprender!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVIZ, Luiz. *Piadas da internet para crianças espertas*. São Paulo: Record, 2003.

BORGES, Roberto Carlos da S. *Língua e estilo: humor e ironia nas crônicas de Luís Fernando Veríssimo*. Rio de Janeiro: Velocípede, 2002.

BUCHWEITZ, Donald. *Piadas para morrer de rir*. Belo Horizonte: Leitura, 2001.

MATTOS, Amir. *500 frases de pára-choques de caminhão*. Belo Horizonte: Leitura, 2005.

PIMENTEL, Luís. MENDONÇA, Dante. *Piadas de sacanear flamenquista* (para alegria de vascaíno). Rio de Janeiro: Five Star, 2006.

POSSENTI, Sírio. *Os humores da língua: análises lingüísticas de piadas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

ROSAS, Marta. *Tradução de humor*: transcribando piadas. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso*: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

VERÍSSIMO, L. F. *Sexo na cabeça*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

**SINESTESIA EM ROSA
UM ALUMBRAMENTO DA PALAVRA**

Rossana Sartori (FIMI)

Lilian Cristina Granziera (PUC-CAMPINAS, FIMI)

Maria Suzett Biembengut Santade (UERJ, FIMI e FMPFM)

PALAVRAS INICIAIS

Este trabalho gira em torno de estudos e reflexões acerca da linguagem roseana utilizada em suas obras literárias, específica, no conto *O Recado do Morro*. A área de abrangência de nossos estudos compreende a linguagem roseana e suas implicações sinestésicas.

Buscamos pensar em uma linguagem fundamentada na concepção roseana de que o indivíduo está preso a uma vida em comunidade, na qual a comunicação é um sistema básico de expressão de suas necessidades físicas e espirituais, valorizando a “gramaticalidade” da qual ninguém poderá abstrair-se, por ser absolutamente inerente à materialização, construção e reconstrução dos discursos de cada um de nós.

A LITERATURA DE GUIMARÃES ROSA

Somos hoje contemporâneos de uma realidade econômica, social, política e cultural que se estruturou depois de 1930. A afirmação não quer subestimar o papel da Semana de Arte Moderna, mas há um estilo de escrever anterior e um outro posterior a Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Manuel Bandeira. A conferência de Mário de Andrade, “*O Movimento Modernista*”, escrita em 1942, menciona a herança literária deixada pelos autores de 1922: o direito permanente à pesquisa estética; a atualização da inteligência artística brasileira; e a estabilização de uma consciência criadora nacional.

As décadas de 30 e de 40 vieram ensinar muitas coisas úteis aos nossos intelectuais. Por exemplo, que o tenentismo liberal e a política getulista só em parte aboliram o velho mundo, pois se compuseram aos poucos com as oligarquias regionais, rebatizando antigas estruturas partidárias, embora acenassem com lemas patrióticos ou populares para o crescente operariado e as crescentes classes médias. Que a “aristocracias” do café patrocinadora da Semana, tão atingida em 29, iria conviver muito bem com a nova burguesia industrial dos centros urbanos, deixando para

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

trás como casos psicológicos os desfrutadores literários da crise. Enfim, que o peso da tradição não se remove nem abala com fórmulas mais ou menos anárquicas nem com regressões literárias ao inconsciente, mas pela vivência sofrida e lúcida das tensões que compõem as estruturas materiais e morais do grupo em que se vive. Fim da Segunda Guerra Mundial, início da Era Atômica com as explosões de Hiroxima e Nagasaki. Acredita-se numa paz duradoura, cria-se a ONU; mais tarde publica-se a Declaração dos Direitos do Homem; logo depois, inicia-se a Guerra Fria. Fim da ditadura de Getúlio Vargas, início da redemocratização brasileira. Convoca-se uma eleição geral, os candidatos apresentam-se, os partidos são legalizados, sem exceção; logo depois, abre-se um novo tempo de perseguições políticas, ilegalidades, exílios.

A literatura brasileira também passa por profundas alterações, com algumas manifestações representando muitos passos adiante: outras, um retrocesso. O tempo, excelente crítico literário, encarrega-se da seleção. A prosa, tanto nos romances como nos contos, aprofunda a tendência já trilhada por alguns autores da década de 30 em busca de uma literatura intimista, de sondagem psicológica, introspectiva, com destaque todo especial para Clarice Lispector. Ao mesmo tempo, o regionalismo adquire uma nova dimensão com a produção fantástica de João Guimarães Rosa, o grande inovador do período, artista de primeiro plano no cenário das letras modernas: experimentador radical, não ignorou, porém, as fontes vivas das linguagens não-letradas: ao contrário, soube explorá-las e pô-las a serviço de uma prosa complexa em que o natural, o infantil e o místico assumem uma dimensão ontológica que transfigura os materiais de base, recriando os costumes e a fala sertaneja, penetrando fundo na psicologia do jagunço do Brasil central.

Na poesia, por outro lado, ganha corpo a partir de 1945 uma geração de poetas que se opõe às conquistas e inovações dos modernistas de 1922. A nova proposta foi defendida, inicialmente, pela revista *Orfeu*, cujo primeiro número é lançado na “*Primavera de 1947*” e que afirma, entre outras coisas: Uma geração só começa a existir no dia em que não acredita nos que a precederam, e só existe realmente no dia em que deixam de acreditar nela.

Assim é que, negando a liberdade formal, as ironias, as sátiras e outras “brincadeiras” modernistas, os poetas de 45 partem para uma poesia mais “equilibrada e séria”, distante do que eles chamavam de “primarismo desabonador” de Mário de Andrade e Oswald de Andrade. A preocupação primordial era quanto ao “restabelecimento da forma artística e

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

bela”; os modelos voltam a ser os mestres do Parnasianismo e do Simbolismo. Esse grupo, chamado de Geração de 45, era formado, entre outros poetas, por Ledo Ivo, Péricles Eugênio da Silva Ramos, Geir Campos e Darcy Damasceno.

Entre 1930 e 1945/50 o panorama literário apresentava, em primeiro plano, a ficção regionalista, o ensaísmo social e o aprofundamento da lírica moderna no seu ritmo oscilante entre o fechamento e a abertura do eu à sociedade e à natureza (Drummond, Murilo, Jorge de Lima, Vinicius, Schmidt, Henriqueta Lisboa, Cecília Meireles, Emílio Moura, entre outros). Afirmando-se lento, mas seguramente, vinha o romance introspectivo, raro em nossas letras desde Machado e Raul Pompéia. E já estão situados quando não analisados até pela crítica universitária. A sua “paisagem” nos é familiar: o Nordeste decadente, as agruras das classes médias no começo da fase urbanizadora, os conflitos internos da burguesia entre provinciana e cosmopolita (fontes da prosa de ficção). Para a poesia, à fase 30/50 foi universalizante, metafísica, hermética, ecoando as principais vozes da “poesia pura” européia de entre-guerras.

A partir de 1950/55, entram a dominar o nosso espaço mental o tema e a ideologia do desenvolvimento. O nacionalismo, que antes da Guerra e por motivos conjunturais conotara a militância de Direita, passa a bandeira esquerdizante; e do papel subsidiário a que deveria limitar-se (para não resvalar no mito da nação, borrando assim critérios mais objetivos), acaba virando fulcro de todo um pensamento social. Renova-se, simultaneamente, o gosto da arte regional e popular, fenômeno paralelo a certas idéias-força dos românticos e dos modernistas que, no afã de redescobrirem o Brasil, também se haviam dado à pesquisa e ao tratamento estético do folclore; agora, porém, graças ao novo contexto sócio-político, reserva-se toda atenção ao potencial revolucionário da cultura popular. Os resultados artísticos são desiguais, mas ficaram alguns excelentes poemas recolhidos nas séries de *Violão de Rua* (3 vols.), alguns textos dramáticos de Ariano Suassuna, Gianfrancesco Guarnieri, Augusto Boal e Dias Gomes, roteiros fílmicos e algumas letras épicas de música popular.

Em contrapartida, a “guerra fria” e a condição atômica que desde 1945 dividem o mundo em sistemas e, já agora, subsistemas hostis, forma introjetadas pelas classes conservadoras que empreenderam uma reação sistemática contra as áreas políticas e culturais as quais encarnavam a linha nacional-populista. Na hora da provação, o pensamento dialético

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

procura desfazer-se dos equívocos que o confundiam na fase anterior e voltar à análise das suas fontes teóricas.

Em caminho paralelo, progride o surto da mais recente metodologia ocidental: o estruturalismo. Em conexão com esse método e, não raro, com os traços tecnicistas que dele receberam os seus divulgadores, aparecem, a partir de 55, a poesia concreta, o novo romance, *pari passu* com a aura mítica generalizada em torno dos meios de comunicação de massa e certo difuso fetichismo da máquina, aliás, compreensível se atentarmos para a explosão industrial dos anos sessenta nos Estados Unidos e na Europa, centros de decisão para as elites sul-americanas. O áspero diálogo entre os ideólogos do *tempo* e os analistas do *espaço* será, talvez, o fato cultural mais importante dos nossos dias.

Enfim, caráter próprio da melhor literatura de pós-guerra é a consciente penetração de planos na busca de uma “escritura” geral que possa espelhar o pluralismo da vida moderna; implícito na revolução modernista.

RESUMO DO CONTO O RECADO DO MORRO

Um grupo de cinco pessoas inicia viagem em direção ao Norte de Minas. Participam dessa comitiva três pessoas importantes e dois vulgares sertanejos. Entre os importantes estão: seo Alquiste, estrangeiro, que, pelas anotações e constantes perguntas, parece ser um pesquisador; seo Jujuca do Açude, fazendeiro, filho do fazendeiro Juca do Açude, homem estudado, fazendo o papel de cicerone do estrangeiro; e frei Sinfrão, tipo de frade folgado, boa paz e boa vida, que fuma e reza com a mesma simplicidade e naturalidade sadias. Os acompanhantes, espécie de criados contratados, são o enorme e namorador Pedro Orósio e o enciumado Ivo Crônico ou Ivo de Tal, que disfarça sua raiva de Pedro, para melhor alcançar seu desejo de vingança, uma vez que Pedro era namorador e roubara sua namorada. Passam por Cordisburgo e visitam a Gruta de Maquiné. Durante a viagem, tanto na ida quanto na volta, vários avisos premonitórios da ameaça de traição que paira sobre Pedro são transmitidos através de loucos variados: inicialmente pelo ermitão Gorgulho, que ouviu o recado do morro; depois seu irmão Catraz, que reconta o que ouviu do irmão; em seguida pela conversa de Joãozezim e Guégue a quem ninguém deu atenção; posteriormente pelo fanático Jubileu ou Nominatedômine, que reinterpreta o que ouviu do papudo Guégue e, finalmente, pelo doido Coletor que inspira o poeta-cantador Laudelim, que compõe e can-

ta uma cantiga de jeito medieval que alerta Pedro para o perigo. Pedro vence seus inimigos e foge para a sua terra. Enfim, o morro conseguiu emitir seu recado através das falas desajustadas ou não, de pessoas menos favorecidas socialmente, entretanto, respeitadas com carinho pelo enxadeiro Pedro Orósio.

LÍNGUA E LINGUAGEM REGIONALISTA EM ROSA

O regionalismo, que deu algumas das formas menos tensas de escritura (a crônica, o conto folclórico, a reportagem), estava destinado a sofrer, nas mãos de Guimarães Rosa, a transformação que o traria, novamente, ao centro da ficção brasileira.

Após a leitura de *O Recado do Morro* começa-se a entender de novo uma antiga verdade: que os conteúdos sociais e psicológicos só entram a fazer parte da obra quando veiculados por um código de arte que lhes potencia a carga musical e semântica. Para Guimarães Rosa a palavra é sempre um feixe de significações: mas ela o é em um grau eminente de intensidade se comparada aos códigos convencionais de prosa. Além de referente semântico, o signo estético é portador de sons e de formas que desvendam as relações íntimas entre o significante e o significado.

Toda voltada para as forças virtuais da linguagem, a escritura de Guimarães Rosa procede abolindo intencionalmente as fronteiras entre narrativa e lírica, assim, o conto *O Recado do Morro* inclui e revitaliza recursos da expressão poética: células rítmicas, aliterações, onomatopéias, rimas internas, ousadias mórficas, elipses, cortes e deslocamentos de sintaxe, vocabulário insólito, arcaico ou de todo neológico, associações raras, metáforas, anáforas, metonímias, fusão de estilos, e por fim a sinestesia.

Teoricamente, a língua é atividade, trabalho; gesto que é parte integrante de muitas outras atividades humanas; instrumento e produto do trabalho; sistema de comunicação intra/interpessoal e intra/intercultural; um tipo de competência que nós temos; um sistema e uma prática social; sistema formal e objeto de inscrição social e subjetiva; algo que a gente cria e molda à medida que se vai falando; produção da capacidade da linguagem, uma produção histórica socialmente demarcada que envolve herança histórica, herança biológica e história pessoal, não só como condição, mas como demarcação da expressão; um fenômeno social por excelência que envolve um aspecto estrutural e as condições político-sociais e

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

econômicas da constituição de um fenômeno de comunicação como língua.

Entretanto, a lingüística é, essencialmente, pós-moderna, se por isso se entender que o campo se desenvolve num ambiente de indefinição e fluidez com relação ao seu próprio objeto. Ainda que alguns tenham defendido a lingüística como ciência de uma maneira que a aproxima da concepção clássica e mesmo positivista de ciência, outros como ciência num sentido não clássico e outros ainda como uma reflexão que não tem porque impor a si um estatuto de cientificidade do tipo que por muito tempo foi dominante na epistemologia tradicional, todos reconhecem ter ela hoje objetos delimitados, mesmo que não definidos no sentido formal tradicional; metodologias reconhecíveis e reproduzíveis e outras características que fazem dela uma espécie de estudo a um só tempo experimental e hermenêutico, descritivo e interpretativo, sem pretensões de explicar os fenômenos no sentido estrito de "explicar".

O tema dos desafios da lingüística envolve desde o aprofundamento do conhecimento do aspecto cognitivo da linguagem como a proposta de uma lingüística voltada para a promoção da paz, passando pelo desenvolvimento de propostas voltadas para as mais diversas áreas, teóricas e práticas. Um estudo mais aprofundado da "produção" da linguagem, sem desprezo do "produto" lingüístico, o apelo para que se levem em conta as descontinuidades ligadas à linguagem verbal.

A língua é linguagem, na forma mais plena de possibilidades de comunicação entre os homens. No que se refere à linguagem e à língua, ou linguagem verbal, muitas pesquisas têm sido feitas, desde tempos longínquos. Mas, ao mesmo tempo, ainda persiste a necessidade de reflexões, para melhor compreensão do conhecimento já estruturado, bem como para indagá-lo. No que diz respeito à língua, ainda são muitas as lacunas até que o desempenho, pelo falante, seja considerado, de fato, como exercício de uma gramática tão legítima quanto a do padrão oficial.

Vício na fala
Para dizerem milho dizem mio
Para melhor dizem mió
Para pior pió
Para telha teia
Para telhado teiado
E vão fazendo telhados.

(Oswald de Andrade)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O texto de Oswald de Andrade atesta que os homens que falam “mio”, “mió”, “pió”, “teia”, “teiado” constroem os telhados, e os que usam o padrão oficial da língua provavelmente não conseguiram construí-los. Constroem-se os telhados aqueles que dizem “teiado”, qual o problema com esta forma? Se a língua utilizada pelo falante pode ser compreendida enquanto mensagem, por que não se aceita com tranqüilidade esta forma de falar? É possível perceber que o problema não está na escolha de “teiado”, mas na diferença que existe entre os que enunciam as duas formas da mesma palavra. São diferentes, já a partir da língua utilizada por eles, e tem prestígio social o que enuncia a forma “telhado”, em detrimento dos que usam “teiado”.

Para Aristóteles, um atributo é prestigiado, dependendo da pessoa em quem ele vive. Tem prestígio social a língua utilizada pelos falantes pertencentes a determinado grupo social: aqueles que possuem nível superior de letramento. Se estes utilizam “telhados”, não se vê como forma padrão a forma “teiado”. Oswald de Andrade apropria-se da forma “teiado” para, *enquanto poeta*, sacralizá-la. Para ele, cabe o uso desta forma, uma vez que se sabe ser possível, para o escritor literário, apropriar-se das formas menos prestigiadas da língua, sem que sofra qualquer tipo de censura. Em seu poema, Oswald utiliza a escrita para, de certa forma, revelar o conflito social existente entre as variedades de uma mesma língua e, ao mesmo tempo, o conflito social que se estende à relação língua/ fala. Assim, é pertinente pensar o quão denunciador se faz o poema, no que diz respeito às relações de poder da escrita sobre a fala. É como se o poeta, por frágeis instantes, quisesse fixar a vivacidade das telhas que vão sendo sobrepostas a outras telhas, misturadas ao suor dos homens que trabalham sob o sol, para a construção dos “teiados”. A fala, língua viva do povo, desafia o estamento da língua escrita e se faz presente no texto: dessacraliza-se a escrita e sacraliza-se a fala, o elemento oral. Para desvelar o universo extraordinário criado por Guimarães Rosa, é preciso que adentremos o mistério ao qual ele se refere. Esse mistério que nos ronda, que todos nós sentimos e que Rosa traz à tona através da geografia do sertão e da bronca alma do sertanejo que, indiferente ao raciocínio lógico, é acessível a toda espécie de impulsos vagos, sonhos, premonições, credices e que vive distante da nossa civilização urbana e niveladora. São almas receptivas ao extraordinário, ao milagre, e são elas que decifram *O Recado do Morro*. Tornando necessário o uso de uma linguagem que rompe qualquer barreira teórica ou literária criando um regionalismo universal capaz de tatuar na pele e no sentimento do leitor o mundo dos Campos Gerais.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

Celso Pedro Luft (1994) afirma que “a língua é o que é, e não o que poderia ou deveria ser: ela é como a fizeram e fazem os que a falaram e falam”. É a língua do operário, do doutor, do sertanejo, que faz a história de um tempo. É a língua viva que se faz compreender àqueles que a querem ouvir. Mas, é nessas misturas de língua/ fala, que o homem vai construindo seu modo próprio de ver e viver a linguagem humana.

A língua musicada e sinestésica de Pedro Orósio ou o “teiado” no poema de Oswald assume, aqui, a identidade do falante que não perde o seu valor por internalizar uma dessas formas. Ela “é o que é”, porque o espaço existe, e permite a sua performance, no padrão oficial ou coloquial.

“Sertão. Sabe o senhor: sertão é o onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar. Viver é muito perigoso ...”

SINESTESIA EM ROSA

Em *O Recado do Morro*, Guimarães Rosa vai desenhando, lentamente, seu universo sertânico e modelando a linguagem como um artista que sob pinceladas vai delineando locais e personagens como se fosse possível ao leitor não se encontrar somente com o mundo das palavras da língua portuguesa, mas um filme.

Literariamente sabemos que a publicação de *Sagarana* na década de 30 do século XX mudaria a realidade do Modernismo brasileiro, uma vez que abriu uma nova perspectiva para o regionalismo tão bem divulgado pela segunda geração modernista, como podemos citar em: Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Jorge Amado, Rachel de Queiroz, Érico Veríssimo e tantos outros.

Guimarães Rosa revaloriza a linguagem, universalizando o regional em uma linguagem rebuscada pelo neologismo, a recriação vocabular, a invenção das palavras, o sertão místico, o inenarrável e o responder e perguntar simultâneos na fala de simples, entretanto fortes sertanejos. As palavras criam significados altamente expressivos na tentativa de esclarecer os limites de uma vida que precisa mostrar a realidade e a fantasia de personagens enigmáticos presos a um sertão mineiro onde a metafísica indica-nos um caminho, não a solução, pois somos dotados de livre arbítrio e assim a escolha pelo bem é individual e solitária.

Para um escritor tão consciente de tudo o que produziu, bem como, de sua profissão, já que, seus amigos mais íntimos relataram sua ne-

cessidade em anotar todos os detalhes da natureza de sua terra natal Cor-disburgo e toda extensão territorial do Morro das Garças, o conhecido sertão mineiro, os Campos Gerais. Trouxe, ainda, na bagagem seu imenso conhecimento em outras línguas e características literárias de séculos passados, como o Simbolismo, que valorizou as manifestações metafísicas e espirituais voltando o homem para uma realidade subjetiva, não superficial ou sentimentalista dos românticos, mas sim, a busca da essência do homem com aquilo que ele tem de mais profundo e comum em todos – *a alma*.

Alma esta que respeita seu mistério de explicação racional, tornando o homem mais profundo em seus sentimentos, sem tentar a sublimação simbolista que se apegou a uma musicalidade vocabular muitas vezes imposta por uma poesia hermética, pois no Simbolismo tudo é sugestão. Enquanto que, para Guimarães, a musicalidade é o que liberta a alma ‘simples’ de seus sertanistas carregando-a de símbolos que representarão sempre a ligação entre homem e natureza; ser e sentir; viver entre o bem e o mal.

O conto é narrado em terceira pessoa fortalecendo a própria descrição de uma história que ‘conseguiu-se rastrear pelo avesso um caso de vida e de morte’, isto é, o mensageiro de uma traição só teria plenitude realística através de um narrador onisciente, intimamente, ligado ao nosso protagonista/metafísico – *o morro*, já que, tudo via e tudo sabia. A descrição do personagem principal comunga com a escolha que o autor faz de seu nome e alcunhas: Pedro Orósio, Pedrão Chãbergo ou ainda, Pê-Boi. Em latim, *Pedro* é ‘pedra’, em grego, *Oros* é ‘pedra’. Pedra que solidificada e depositada pela natureza em milhares de anos formou o imenso Morro das Garças, longo, austero, áspero e infinitamente belo que corta a região dos Campos Gerais onde vive o nosso homem de pés (*Pê*) enormes (*Boi*) pisando no chão (*Chãbergo*) que é seu domínio e sua vida e que também é de pedra (*Pedrão*).

Debaixo de ordem. De guiador – a pé, descalço – Pedro Orósio: moço, a nuca bem feita, graúda membradura; e marcadamente erguido: nem lhe faltavam cinco centímetros para ter um talhe de gigante, capaz de cravar de engolpe em qualquer terreno uma acha de aroeira, de estalar a quatro em cruz os ossos da cabeça de um marruás, com um soco em sua cabeloura, e de levantar do chão um jumento arreado, carregando-o nos braços por meio quilômetro, esquivando-se de seus coices e mordidas, e sem nem por isso afrouxar do fôlego de ar que Deus empresta a todos. (p. 5)

As alcunhas em uma linguagem sugestiva e instigante continuam através dos três importantes viajantes que são conduzidos por Pedro: o

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

Sr. Alquiste, supostamente, um cientista, anotando tudo sobre a natureza diversificada dos Campos Gerais, onde o narrador esbanja musicalidade sinestésica, uma vez que, se faz necessário todos os sentidos para entender a exuberância daquelas terras.

Ao dito, seu Alquiste estacava, sem jeito, a cavalo não se governava bem. Tomava nota, escrevia, na caderneta; a caso, tirava retratos. A gameleira grande está estrangulando com as raízes a paineira pequena! — ele apreciava, à exclama. Colhia com duas mãos a ramagem de qualquer folhinha campá sem serventia para se guardar: de marroio, carqueja, sete-sangrias, amorzinho-seco, pé-de-perdiz, João-da-costa, unha-de-vaca-roxa, olhos-de-porco, copo-d'água, língua-de-tucano, língua-de-teiú. Uma hora, revirou a correr atrás, agachado, feito pegador de galinha, tropeçando no bamburral e espichando tombo, só por ter percebido de relance, inho e Zinho, fugido no balango de entre as moitas, o orobó de um nhambu. Outramão, ele desenhava, desenhava: de tudo tirava traço e figura leal. (p. 8)

Alquiste lembra a força da antiga palavra *alquimia* e toda uma carga metafísica que a mesma assume; Frei Sinfrão nos remete a ... e o Sr. Jujuca do Açude, próspero fazendeiro, já que, o mesmo tem Açude até no nome e muito maior que o pai por ser Jujuca e seu progenitor Juca.

Eles caminham por fazendas com pessoas conhecidas por nosso protagonista sendo Jove (entre o Ribeirão de Maquine e o Rio das Pedras); dona Vininha (pé da Serra do Boiadeiro); Nhô Hermes (à beira do Córrego da Capivara); Nhá Selena (ponta de Serra de Santa Rita); Marciano (na fralda da Serra do Repartimento); Apolinário (vertente do Formoso). Durante toda a viagem acompanha o grupo o Ivo de Tal ou Ivo Crônico que tem a mesma profissão de Pedro e deseja matá-lo por ter roubado sua namorada tendo fama de conquistador. Temos então, o antagonista que medita planejando uma morte à traição.

Aos quais, sol a sol e val a val, mapeados por modos e caminhos tortuosos, nas principais tinham sido, rol: a do Jove, entre o Ribeirão Maquiné e o Rio das Pedras - fazenda com espaço de casarão e sobrefartura: a dona Vininha, aprazível, ao pé da Serra do Boiadeiro – aí Pedro Orósio principiou namoro com uma rapariga de muito quilate, por seus escolhidos olhos e sua fina alvura; o Nhô Hermes, à beira do córrego da capivara – onde acharam compra de cinquenta novilhos curraleiros; a Nhá Selena, na ponta da Serra de Santa Rita – onde teve uma festinha e frei Sinfrão disse duas missas, confessou mais de dúzia de pessoas: o Marciano, na fralda da Serra do Repartimento, seu contraforte de mais cabo, mediando na cabeceira do Córrego da Onça para a do córrego do Medo – lá o Pedro Orósio quase teve de aceitar ajuizada briga com um campeiro morro-vermelhano; e, assaz, passado o São Francisco, o Apolinário na vertente do Formoso – ali já eram os campos-gerais, dentro do Sol. (p. 26)

Nosso enxadeiro é um homem extremamente forte e um simples duelo não seria seguro para Ivo que tem em si uma maldade revestida de quietude e simpatia por Pedro, não se deve esquecer que ele é crônico, isto é, não possui mais cura. E para ter certeza de seu precioso intento combina tal morte com mais seis amigos/inimigos dele, que são: Jovelino, Veneriano, Lualino, Martinho, Hélio Nemes, Zé Azogueu.

E nesse caminhar o sertão amigo não poderia deixar de exibir elementos místicos e totalmente isolados socialmente por serem considerados loucos, bobos, enfim com sérios desajustes. Estas pessoas escolheram a natureza e sua inaudível voz como vida e pronunciamento de uma eterna bondade divina. Só as estrelas e os céus poderiam protegê-los de toda humanidade e seu respectivo mal.

O primeiro desses elementos a encontrar-se com a comitiva foi o Gorgulho que vive numa gruta no morro das Garças que já fora abrigo do Urubuquá.

– É o Gorgulho...” – o Pê-Boi disse. Quem? Um velhote grimo, esquisito, que morava sozinho dentro de uma lapa, entre barrancos e grotas – um urubuquara – casa dos urubus, uns lugares com pedreiras. O nome dele, de verdade, era Malaquias. (p. 13)

E de forma confusa, meio que amedrontada, confessa que o Morro manda um recado que ele assim narra:

Del-rei, ô, demo! Má-hora, esse Morro, ásparo, só se é Satanás, ho! Pois-olhe-que, vir gritar recado assim, que ninguém não pediu: é de tremer as peles... Por mim, não encomendei aviso, nem quero ser favoroso... Del-rei, Del-rei, que eu cá é que não arrecebo dessas conversas, pelo semelhante! Destino, quem marca é Deus, seus Apóstolos! E que toque de caixa? É festa? Só se for morte de alguém... Morte à traição, foi que ele Morro disse. Com a caveira, de noite, feito História Sagrada, Del-rei, Del-rei!... (p. 22)

Frei Sinfrão assustado fala da possibilidade de ser um terremoto e não um recado inaudível de um simples morro de pedra, mas Pedro conhece Gorgulho e mesmo sem o entendimento das palavras de seu amigo acredita nele e justifica dizendo:

– Não. Ele, no que é, é pirrônico, dado a essas manias... Que parece foi querer morar independente em oco de pedreira, só p’ra ser orgulhoso, longe de todos. E não perdeu o bom-uso de qualquer sociedade... (p. 17)

Outros menos importantes aos olhos de muitos tentaram passar a Chãbergo o mesmo recado que Gorgulho transmitira. Recado este que parecia gritar enquanto que, para outros tantos ficava sendo somente uma

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

alucinação, uma banalidade de pessoas consideradas anormais por não se ajustarem a uma sociedade que dita regras de comportamento.

Aqui a sinestesia começa a ter presença marcante para ser desvendada, somente, no clímax da narrativa. A Gramática Normativa da Língua Portuguesa indica que a sinestesia é o encontro dos sentidos, com o propósito de fortalecer a musicalidade de textos poéticos ou não. Neste momento, percebe-se pela escolha dos personagens e pelo recado de morte transmitido, que somente os excluídos poderiam entender tal mensagem, pois era preciso aqui uma presença sinestésica/metafísica, uma vez que, os homens preocupados com sociedade, economia, política, não entenderiam aquela forma de aviso. Será que entenderíamos a voz de um morro imponente? Eles entenderam porque seus cinco sentidos faziam parte da natureza, assim como, o morro era dono daquela mesma natureza. Os recadeiros foram: Joãozezim, Guégue, Catraz, Santos Óleos (Jubileu/ Nominedômine), Coletor e por último o cantador Laudelim Pulgapé.

Mas com sete homens, caminhando pelos altos, disse que a sorte quem marca é Deus, seus Doze Apóstolos, e a Morte batendo jongo de caixa, de noite, na festa, feito História Sagrada... Querendo matar- à traição... (p. 40)

E nessa jornada não se pode esquecer que os amigos/inimigos de Pedro, matariam-no pelo fato de ser o mesmo namorado e ter destruído alguns namoros. Combinado estava de irem juntando-se à comitiva sem despertar suspeitas e no final fariam uma festa, tirando a vida de Pê-Boi pelas costas.

Porque, desde dias, estavam outra vez companheiros, a amizade concertara. Ao que o Ivo era um rapaz correto, obsequioso. – “Mal-entendido que se deu, só... Má estória, que um bom gole bebido junto desmancha...” Nisso que o Ivo pelos outros respondia também: o Jovelino, o Veneriano, o Martinho, o Hélio Dias Nemes, o João Lualino, o Zé Azougue – (p. 27)

O destino tentava traçar o azar e morte de um homem formoso, grande, severo, simples e verdadeiro abrigo dos Campos Gerais. Temos então, o processo de recuperar o mal com toda a força do bem, uma vez que seis fazendas e fazendeiros abrigam o descansar de nosso herói e seis amigos místicos ou *tolos*, neste descanso tentam adverti-lo com avisos do morro, isto é, do seu interior.

Nessas coincidências de uma linguagem realmente expressiva Guimarães marca sua idéia mística acima de qualquer conflito, clímax ou narrativa, já que todo sertanejo pela sua vida árdua, sem a diversidade das grandes cidades vive seu universo preso a segredos que a ciência não

desvenda e torna o seu “mundo” um paradoxo que preocupa o homem moderno e não o sertanejo.

É mais importante o ser ou o ter? Eles são. São o solo no qual nascem agradecidos por ali estarem e terem uma terra para cultivar e uma natureza que, sabiamente, nutre-os com o necessário, não com o enriquecedor. Assim, Pedrão Chãbergo tinha 6 (seis) inimigos que governados pela maldade crônica, aquela que não sossega em nosso pensamento e vai corroendo a razão dos fatos e da vida, como em Ivo de Tal; também tinha 12 (doze) amigos que deram-lhe o recado de vida e continuidade em seus Gerais.

A fala de um povo cria o folclórico de uma nação e como não poderia ser aqui diferente, tudo o que foi dito vira música, cantiga nas cordas do violão de Laudelim Pulgapé.

Pedrão está fazendo uma viagem ao passado, pois vai para sua terra natal, encontrando-se com sua infância constantemente através de seus pensamentos. O que o torna mais puro, mais criança, para em suas memórias re-ver e re-sentir os seus Gerais.

E voltou à mente o querer se deixar lá, em seus Gerais, não havia de faltar onde plantar à meia, uma terreola; era um bom pressentimento. Mas logo a idéia raleou e se dispersou - ele não tinha passado por estreitez de dissabor ou sofrimento nenhum, capaz de impor saudades. Assim, era como se minguasse terra, para dar sustento àquela sementezinha. (p. 25)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Guimarães Rosa alicerça o terceiro momento regionalista e impõe uma característica determinante ao mundo regional, tão bem difundido e escrito pelos poetas do segundo momento modernista em nosso país. Agora a linguagem regional e universal, pois cria um cenário mais do que real com uma expressividade que agrega todos os valores gramaticais e os não gramaticais de nossa língua portuguesa. Mas o que é linguagem?

Segundo o minidicionário “Aurélio”, que classifica linguagem como um substantivo feminino, significa o uso da palavra como meio de expressão e de comunicação entre pessoas. Forma de expressão pela linguagem própria dum indivíduo, grupo e classe social. Vocabulário, palavreado. No “Dicionário de Linguística” ela é definida da seguinte forma: capacidade específica à espécie humana de comunicar por meio de um sistema de signos vocais ou língua, que coloca em jogo uma técnica cor-

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

poral complexa e supõe a existência de uma função simbólica e de centro nervoso geneticamente especializado. Esse sistema de signos vocais referido, utilizado por um grupo social ou comunidade lingüística constitui uma língua particular. No “Dicionário de Comunicação”, define-se de outra maneira e dizem claramente que a linguagem está ligada à lingüística e pode ser qualquer sistema de signos - não só vocais ou escritos, como também visuais, fisionômicos, sonoros e gestuais - capaz de servir à comunicação entre indivíduos. A linguagem articulada é apenas um desses sistemas. Pode ser ainda o recurso usado pelo homem para se comunicar. Instrumento pelo qual os homens estabelecem vínculos no tempo e determinam os tipos de relações que mantêm entre si.

A língua é linguagem, na forma mais plena de possibilidades de comunicação entre os homens. No que se refere à linguagem e à língua, ou linguagem verbal, muitas pesquisas têm sido feitas, desde tempos passados. Mas, ao mesmo tempo em que essas pesquisas tentam refletir sobre o uso padrão de uma linguagem, os poetas buscam na maioria das vezes vestir com o *belo Aristotélico* a fala de seus personagens para que se crie um universo artístico carregado de sugestividade que com certeza amplia e confirma o dia-a-dia de todo e qualquer homem.

Assim, esquecendo as convenções formais de um idioma, Guimarães tenta uma linguagem poética carregada de musicalidade. Entretanto ao nos depararmos com o conto *O Recado do Morro* nossa observação é aguçada pelas incríveis coincidências feitas pelo autor através dos nomes dos personagens, criando um mundo metafísico e literário inigualável.

A fala de um personagem não pode ser vista ou analisada simplesmente pela teoria gramatical quando, esta mesma fala, assume um caráter inesperado, visto que, é um morro o mensageiro de toda trama presente no enredo. Assim, vivenciamos a maior sinestesia de todas, pois esta não abrange palavras como em “afundar naquele bafo sem tempo, sussurro sem som, onde a gente se lembra do que nunca soube, e acorda de novo num sonho, sem perigo sem mal; se sente.” (p.68) Mas está na pele do personagem que deixa de ser um para ser todos os sertanejos de sua terra assumindo que *o morro é nosso personagem e Pedrão é o morro*.

Portanto, este trabalho analisa a linguagem roseana e seus recursos utilizando conceitos literários, dizendo que a Literatura necessita dos aspectos lingüísticos na medida em que não podemos deixar explícito o universo da palavra, pois a palavra vai além dos recursos gramaticais de uma língua, no nosso caso a Língua Portuguesa.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BIEMBENGUT SANTADE, Maria Suzett. *A conspiração da palavra na travessia literária*. FIMI – Moji Guaçu, SP. Palestra apresentada em: 06 outubro 2003.

BOSI, Alfredo (org.). *O conto brasileiro contemporâneo*. São Paulo: Cultrix, 1994.

COELHO, Nelly Novaes. A literatura: “um fio de Ariadne” no labirinto do ensino neste limiar de milênio? **In:** *Literatura, arte, conhecimento e vida*. São Paulo: Peirópolis, 2000. (Série nova consciência)

FARACO, C.E. & MOURA, F.M. *Língua e literatura*. São Paulo: Ática, 1996, vol. 3.

LUFT, Celso Pedro. *Língua e liberdade*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1994.

MACEDO, Tânia. *Guimarães Rosa*. São Paulo: Ática, 1996. (Ponto por Ponto).

PEREZ, Renard. *Em memória de João Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

ROSA, João Guimarães. O Recado do Morro [novela]. **In:** *Corpo de baile*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, p. 411.

ROSA, Vilma Guimarães. *Relembraimentos, Guimarães Rosa, meu pai*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

TEMPO E DIALÉTICA EM ÁLVARO DE CAMPOS

Lucia Maria Moutinho Ribeiro (UNIRIO)

É indubitável a tendência metafísica na poesia de Fernando Pessoa. Por isso, despertou-nos Álvaro de Campos para uma reflexão a respeito da sua ansiosa e gritada busca da verdade, que o fez exclamar em “*Magnificat*” “Onde? Como? Quando?” (p. 353)⁵². O biógrafo João Gaspar Simões afirma que desde jovem Fernando Pessoa lera os filósofos gregos e alemães e tal “propensão metafísica e especulativa” (Simões, 1981: 110) se acirra a partir de “*Casa branca nau preta*”, isto é, a partir da terceira fase da produção poética de Álvaro de Campos. Sendo assim, recorreremos a uma antologia de textos hegelianos por encontrar nelas afinidades com as indagações pessoais.

Baseada na consciência das contradições percebidas por Heráclito de Éfeso, a concepção hegeliana da existência concebe o espírito como tempo. E o único ser que tem consciência disso é o homem, porque é capaz de captar a finitude do tempo e, com ela, o sentimento trágico da vida, bem como sua infinitude, aquela desligada do tempo da vida humana que acaba em morte. O tempo desligado da matéria não tem morte. Assim, o homem percebe a não coincidência do ser e do dever-ser, o que gera uma inquietação absoluta, devido ao caráter transcendente da condição humana e daí a negação de todo limite. A palavra é que dá ordem ao caos, fazendo com que este seja percebido como cosmo, como sistema, portanto, pois não há ser sem pensamento, não há forma sem conteúdo. Isso é, justamente, o que funda a lógica dialética, que designa a realidade como um sistema de elementos opostos que se complementam:

A flor, por exemplo, tem diversas qualidades, a cor, o odor, o gosto, a forma, etc., mas essas qualidades formam uma unidade; nenhuma deve faltar; não estão dispersas, aqui o odor, lá a cor, mas a cor, o odor, etc., estão implicados um no outro, embora como diferenças [...] Não julgamos contraditório, nem perturbador, que o perfume e a cor se oponham, embora estejam unidos. Não os opomos, é o entendimento, o pensar do entendimento, o que determina

⁵² Pessoa (1960): Todas as citações de versos de Fernando Pessoa são extraídas desta edição e o número de página figura entre parênteses no fim da citação.

em que medida os diversos elementos se opõem e como podem ser percebidos como incompatíveis (Corbisier, 1981: 98)⁵³.

A consciência reflexa, isto é, a consciência da consciência, caracteriza a natureza humana, concebida também como vir-a-ser, que é o movimento da potência para o ato. No vir-a-ser é que se dá a distinção entre o ser e o nada. O nada é o primeiro termo prévio a todo ser, ou seja, o ser sucede ao nada, e é isto que promove o vir-a-ser: “nada há no céu e na terra que não contenha, ao mesmo tempo, o ser e o nada” (Corbisier, 1981: 56). Entretanto o vir-a-ser não se confunde com o ser e o nada, embora ambos existam nele. Assim, a dialética se supõe como negação, o que formará uma síntese (vir-a-ser), proveniente do constante choque entre nada (tese) e ser (antítese). Ou vice-versa, pois o ser também é tese, como o nada também é antítese, já que este ciclo constitui uma alternância permanente, porque o nada deixa de ser nada quando passa a ser que logo será nada e, deste modo, é no vir-a-ser que se dá a distinção entre o ser e o nada. Logo, a realidade é contraditória e dialética em si mesma e a idéia que a apreende separa o idêntico do diferente, o subjetivo do objetivo, o finito do infinito, a alma do corpo, o concreto do abstrato, a aparência da essência, a forma do conteúdo, o real do ideal, mediante o pensamento, a capacidade de reflexão humana. A dialética consiste, pois, numa eterna tensão de contrários que a poesia de Álvaro de Campos também manifesta.

O curso de tal processo dialético se dá no tempo e só o homem é capaz de percebê-lo: “É em virtude da natureza dialética que lhes é imanente, que o ser e o nada manifestam sua unidade e sua verdade no vir-a-ser” (Corbisier, 1981: 57), o que supõe a sucessão temporal e histórica também. Por isso, o homem começa onde a natureza acaba; inconsciente de si mesma, alienada no espaço, esta não tem história, nem tempo, nem morte:

A natureza é a idéia absoluta, na forma da alteridade, da objetividade indiferente, exterior, da efetivação concreta, individualizada, dos seus momentos, isto é, a essência absoluta na determinação da imediatidade, em relação à sua meditação. (Corbisier, 1981: 62).

Isto quer dizer que a natureza só existe à medida que o homem a percebe, ou seja, este é que lhe confere realidade. Ela, em si, para ela

⁵³ As citações do mestre da dialética Georg Friedrich Hegel são extraídas de uma antologia de textos hegelianos organizada pelo professor Roland Corbisier e fazem parte dos seguintes livros: *Fenomenologia do espírito*, *Lições sobre a história da filosofia*, *Ciência da lógica* e *Propedêutica filosófica*.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

mesma, não é dialética, mas sim, absoluta, objetiva, indiferente, imediata, sem o par de oposições que essas categorias devem exigir, pois só o entendimento humano pode perceber seus contrários:

Os exemplos mais banais, alto e baixo, esquerda e direita, pai e filho, e assim por diante, ao infinito, contêm os dois opostos em um só termo. É alto o que não é baixo; ser alto significa, apenas, não ser baixo, e o alto só existe enquanto há um baixo, e inversamente; o pai é o outro do filho, e o filho o outro do pai, e o pai e o filho só existem como o outro do outro; e, ao mesmo tempo, cada uma dessas determinações só existe em relação à outra. Sem dúvida, o pai é também alguma coisa para-si, fora da relação com o filho; mas então não é mais o pai, porém, homem em geral; assim também o alto e o baixo são alguma coisa em-si, fora de qualquer relação, mas então são apenas lugares em geral. Os contrários, ou opostos, contêm a contradição, na medida em que se referem negativamente um ao outro, em um ponto dado, ou na medida em que se neutralizam reciprocamente ou são indiferentes um ao outro (Corbisier, 1981: 60).

A filosofia se faz necessária para se perceber a cisão entre os contrários e possibilitar mediante o entendimento a conciliação das oposições, para se chegar a uma unidade, ainda que formada de termos contraditórios. Será que o finito existiria sem o infinito? “Ora, a verdade é a unidade das antinomias”, responderá Hegel (Corbisier, 1981: 49).

Assim, tentaremos surpreender segundo a nossa ótica a dialética do tempo na poesia de Álvaro de Campos e a maneira como ela se processa em termos formais, pela apreensão do uso de paradoxos que no verso provocam uma ruptura lógico-sintática.

O tempo implica a oposição finito e infinito. Entretanto, o tempo só é finito para o homem. Embora transcendente, a vida humana não é infinita, no plano individual e corpóreo, daí a dor da perda da vida que passa a todo momento. Para o poeta a sucessão do tempo durante a vida representa perda, falta, morte, como afirma Maria da Glória Padrão:

... o passado já não é, que o futuro ainda não é, e que o papel desempenhado pelo presente na estrutura da temporalidade é o de um limite ideal, porque no instante em que se atinge o instante, o instante passa porque é constante.

O presente puro é inacessível; aquilo que somos no momento em que somos qualquer coisa de estranho a tudo o que fomos ou seremos; mas, embora prestando à essência a contingência, vamo-nos fixar num conceito de momento que é o instante em que o homem se definiu constantemente... (Padrão, 1973: 132).

Eis aí em outras palavras o conceito hegeliano de vir-a-ser que resulta do choque entre nada e ser. Isto se dá no tempo, na sucessão de passado, presente e futuro, que se alternam entre ser e nada, pois o presente,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ao deixar de ser presente e passar a ser passado, é nada, assim como o futuro, enquanto ainda não é, também é nada, mas passa a ser, ao se tornar presente e assim, sucessivamente. Desta forma repetimos com Maria da Glória Padrão o “presente puro é inacessível”, logo, é um nada que pode vir a ser, quando se torna instante e, em seguida, passado, dando lugar ao futuro que se tornará presente. Por conseguinte, o nada implica o ser e o ser, o nada.

Vários poemas de Álvaro de Campos denotam essa concepção de tempo dialético. Entre eles, encontram-se *Faróis distantes*, *Apostila*, *Demogorgon*, *Na noite terrível*, *Substância natural de todas as noites*, *Acaso*, *Sim, sou eu*, *Eu mesmo*, *tal qual resultei de tudo*, *Realidade*, *Datilografia*, *Não: devagar*, *O descalabro a ócio e estrelas...*

Para Eduardo Lourenço Álvaro de Campos é:

... o mais próximo dos seus “fantasmas”, como também lhe chamou [...]. Na sua companhia acedemos à mais íntima fusão da vivência quotidiana, da prosa da sua vida sem ela, com a preocupação metafísica em estado de pura incandescência. O milagre raro é que não se recebe da poesia de Álvaro de Campos a impressão de uma metafísica que se ecoa em imagens. Ao contrário é da consideração dos acontecimentos ou objectos mais banais (constipação, aniversário, dobrada à moda do Porto) que a imaginação ilumina de maneira insólita, que decorre uma espécie de meditação metafísica vertiginosa mas sensível, e com ela, a mais alta poesia [...]. Campos é o pessoa mais nu, deixando correr à solta a torrente de angústia que o sufoca, fazendo o processo de sua abulia, outorgando-lhe uma dimensão de fábula, dilacerando-se com um patetismo e uma raiva dementes, em suma, elevando ao sentimento da sua existência (e da existência em geral) como absurdo radical a Única Epopéia que a poesia Moderna pode conceber, uma epopéia do negativo e da negação (Lourenço, 1973: 169-170).

A afirmação acima transcrita descerra a chave da poética de Álvaro de Campos: é na observação do cotidiano, pelo olhar, que ele mostra a sua indagação metafísica. Isto é, como observador do mundo que há em volta, observá-lo o leva ao questionamento sobre a existência e à possibilidade de realização no tempo da vida e à possibilidade de apreensão do instante, tal como se vê no poema *Faróis distantes* (p. 321):

Faróis distantes,
De luz subitamente tão acesa,
De noite e ausência tão rapidamente volvida,
Na noite, no convés, que conseqüências aflitas!
Mágoa última dos despedidos,
Ficção de pensar...

Faróis distantes...
Incerteza da vida...

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

Voltou crescendo a luz acesa avançadamente,
No caso do olhar perdido...
Faróis distantes...
A vida de nada serve...
Pensar na vida de nada serve
Pensar de pensar na vida de nada serve...
Vamos para longe e a luz que vem grande vem menos grande
Faróis distantes...

No convés do navio, um olhar casual para os faróis leva o poeta a pensar na vida e à conclusão de que esta de nada serve, nem tampouco pensar na vida. A imagem do choque entre noite e escuridão e a luz subitamente acesa trazem-lhe à mente as “consequências aflitas” dos atos intempestivos do passado de quem quer que seja, à medida que a expressão é plural, trazem-lhe à mente a mágoa dos abandonados, “Mágoa última dos despedidos”. O pensar na vida será eterno até o apagar dos faróis, isto é, a morte vindoura – “Vamos para longe e a luz que vem grande vem menos grande”.

“Aproveitar o tempo!”, exclama o poeta em *Apostila* (p. 328-329). E se pergunta “Mas o que é o tempo, que eu o aproveite?”. Quer dizer como conciliar o tempo que passa implacavelmente como os nossos afazeres? Será que o cotidiano seria capaz de reter o tempo? Como definir o tempo? Ter consciência de cada minuto ou segundo que passa” “Não ter um minuto que o exame de consciência desconheça... / Não ter um ato indefinido nem factício...” Enfim, parece, ele preferiria não ter consciência disso, do tempo que passa, da banalidade do cotidiano em relação à amplitude do tempo. Expressa a vontade da não ser como um “caniço pensante” como dissera Pascal:

Aproveitar o tempo!
Ah, deixem-me não aproveitar nada!
Nem tempo, nem ser, nem memórias de tempo ou de ser!...
Deixem-me ser uma folha de árvore, titilada por brisa,
A poeira de uma estrada involuntária e sozinha,
O vinco deixado na estrada pelas rodas enquanto não vêm outras,
O pão do garoto, que vai a parar,
E oscila, no mesmo movimento que o da alma,
E cai, como caem os deuses, no chão do Destino.

Fim do poema. Nele as imagens – folha de árvore, brisa, poeira, estrada, vinco das rodas, pão – são imagens presentes, de seres inanimados que não têm consciência de si, mas ganham sentido quando são vistos, e, ao mesmo tempo, evocam efemeridade e movimento, ou seja, tudo o que é passageiro e finda, como a vida.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Então, “*Na noite terrível, substância natural de todas as noites*”, volta a pensar no passado, no que ficou para trás tal como foi sem alterar-se – “O irreparável do meu passado – esse é que é o cadáver!” – e na possibilidade de este estar guardado em algum lugar. Seria isso possível? Conservar intacto tudo o que podia ter sido ou feito e não foi e não se fez ou tudo o que não teria sido ou foi e se fez? Não. Isso não é possível. Daí a sensação de perda. Como seria o hoje se a atitude outrora tivesse sido outra?

Se em carta altura
Tivesse voltado para a esquerda em vez de para a direita;
Se em certo momento
Tivesse dito sim em vez de não, ou não em vez de sim:

[...]

Mas não virei para o lado irreparavelmente perdido,
Mas virei nem pensei em virar, e só agora o percebo;
Mas não disse não ou não disse sim, e só agora vejo o que não disse;
Mas as frases que faltou dizer nesse momento surgem-me todas,
Claras, inevitáveis, naturais,
A conversa fechada concludentemente,
A matéria toda resolvida...
Mas só agora o que nunca foi, nem, será para trás, me dói.

Em *Acaso* (p. 340), vem-lhe à lembrança a imagem de mulheres que vira e que representam o passado irremediavelmente perdido...

O tempo do cosmo é, pois, imutável, infinito e inconsciente, em oposição ao tempo humano, finito e consciente da sua mutabilidade, o que é experimentado nos versos de Álvaro de Campos com imensa dor. E a relação homem-mundo se dá pela dialética, isto é, pela relação entre termos opostos, percebidos na poesia mediante a observação do cotidiano, embebido, porém, de transcendência, porque o concreto, o palpável e aparente contém o abstrato, o impalpável e essencial. Tais noções são veiculadas através de novos recursos, inusitados, originais, com intenção estética e artística.

BIBLIOGRAFIA

CORBISIER, Roland. *Hegel*; textos escolhidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

LOURENÇO, Eduardo. *Pessoa revisitado*; leitura estruturante do drama em gente. Porto: Invoa, [1973].

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

PADRÃO, Maria da Glória. *A metáfora em Fernando Pessoa*. Porto: Inova, [1973].

PESSOA, Fernando. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960.

SIMÕES, João Gaspar. *Vida e obra de Fernando Pessoa*; história de uma geração. 4^a ed. Lisboa: Bertrand, 1981.

INTRODUÇÃO

No cenário linguístico-historiográfico brasileiro, o período denominado *gramática científica* inicia com a publicação da *Grammatica Portuguesa*, de Julio Ribeiro, em 1881. (Cavaliere, 2000: 19). Nessa nova época, o método histórico-comparativo europeu passou a ser seguido nos estudos e obras acerca da língua portuguesa. Assim, nossa historiografia começava a dar seus passos iniciais no século XIX, surgindo eminentemente marcada pela influência de autores de origem inglesa e alemã. A história da língua nacional passou a ser escrita com um maior senso de objetividade graças à contribuição do espírito germânico. Esse espírito se expressa na maior preocupação com os dados objetivos, na leitura atenta das fontes documentais (objetividade dos documentos) e através da isenção de preconceitos e orientações tendenciosas.

Julio Ribeiro inaugurou o modo de encarar os fatos gramaticais como método de investigação científica, modernizando os estudos dessa área, partindo do exame objetivo e imparcial da realidade idiomática, afastando as orientações do ensino de nossa língua materna da gramática filosófica. Para isso buscou os novos procedimentos adotados pelos estudiosos alemães, ingleses e franceses, tendo deveras, como autor de uma gramática, um lugar de responsabilidade como intelectual e uma posição de autoridade em relação à singularidade da língua portuguesa no Brasil.

Alguns princípios historiográficos, como o caso da *influência* (Koerner, 1995: 19), orientam quanto à natureza e o objetivo da obra de J. Ribeiro, porquanto o filólogo brasileiro não oculta sua busca às bases teóricas européias para compor seu trabalho. Como Cavaliere assevera: “De Bain absorve o minucioso modelo de apresentação da teoria gramatical, mediante divisão binária em *lexeologia* e *sintaxe*” (Cavaliere, 2000: 53). Ante os conceitos das dicotomias *continuidade* (= permanência) x *descontinuidade* (= ruptura) (Koerner, 1995: 15), a *Grammatica* de Julio Ribeiro representa uma ruptura com as ordens teóricas metafísicas então vigentes no tradicionalismo gramatical do século XIX no Brasil.

Enquanto objeto histórico de que se pode dispor para a sociedade brasileira, a gramática constitui lugar de construção e representação de unidade e de identidade. Ao trazerem para si o ato da autoria, os primei-

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

ros gramáticos brasileiros como Julio Ribeiro, João Ribeiro, Maximino Maciel, Lameira de Andrade e Pacheco Silva, e outros, participaram da construção do Estado brasileiro. A partir da segunda metade do século XIX, os estudos da língua portuguesa no Brasil começaram a ganhar um caráter destacado e específico dentro do ambiente intelectual da época. Desde então, por um lado, muitos pensadores se dedicaram a demonstrar que o português falado no Brasil era diferente do português falado em Portugal e, por outro, desenvolveu-se um movimento de gramatização brasileira do português que produziu tecnologias e instrumentos lingüísticos tais como dicionários e gramáticas (Guimarães e Orlandi, 1996: 127). E dentro deste processo de gramatização, a Filologia desempenhou um papel importante, servindo de base teórica e científica para a preparação dos instrumentos lingüísticos que foram produzidos no final do século XIX e ao longo do século XX.

O contexto sociocultural do pensamento positivista também influenciou na análise dos fatos gramaticais, ao contribuir para que se tivesse como paradigma a ordem e a pesquisa empírica, e que a veracidade dos fatos fosse comprovada cientificamente. Consoante Sevcenko (2003: 286):

As décadas situadas em torno da transição dos séculos XIX e XX assinalaram mudanças drásticas em todos os setores da vida brasileira.(...) Os fenômenos históricos se reproduziram no campo das letras, insinuando modos originais de observar, sentir, compreender, nomear e exprimir.

Logo, nos anos entre 1880 e 1930, sobressaiu uma tendência gramatical de clara inspiração positivista, assinalando uma legítima inflexão na escrita gramatical que vinha se estendendo ao longo de todo o século XIX, cuja referência era, certamente, a *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal* (1660).

É assim que a publicação da *Grammatica Portuguesa* (1881), de Julio Ribeiro, que por ser de extração positivista, inaugurou no Brasil uma visão da linguagem como um conjunto de preceitos científicos *positivos*, que devem ser seguidos como *normas prescritivas* invariáveis.

Dos diversos nomes que compõem a tradição gramatical brasileira, aqueles que se incorporaram nos limites dos cinquenta anos aqui determinados formam um grupo distinto. Isso se deve não apenas por se situarem nesse período nomes que serviriam de modelo teórico para todos os estudos gramaticais brasileiros posteriores, mas especialmente por se tratar de uma época mediadora entre um modelo gramatical firmado numa tradição clássica de natureza filosófica – da qual a *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* (1822), de Jerônimo Soares Barbosa, viria a

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ser uma das mais expressivas representantes – e uma nova perspectiva lingüística, vigente durante quase todo o século XX, de natureza científica.

Esse período da historiografia gramatical agrupa, portanto, figuras exponenciais de magnífica distinção no conjunto de autores de gramáticas produzidas no Brasil, a principiar por Julio Ribeiro, que de fato inaugurou no âmbito da construção gramatical, o método histórico-comparativo. Vindo após ele, gramáticos como João Ribeiro, Maximino Maciel, Manuel Pacheco da Silva Júnior, Lameira de Andrade, Eduardo Carlos Pereira, entre outros. Se do ponto de vista teórico se inspiraram nos pressupostos teóricos positivistas que avançaram século XX adentro, do ponto de vista prático, apoiaram-se nas modificações promovidas no ensino brasileiro, a partir de 1870, sobretudo com o desempenho de Fausto Barreto na direção do Colégio D. Pedro II.

O que se quer, enfim, aqui demonstrar do conjunto das contribuições trazidas por Julio Ribeiro aos estudos gramaticais brasileiros, é uma breve análise da visão sintática do filólogo brasileiro na *Grammatica Portugueza* (1911).

É-nos permitida a ocasião de enveredar pelo período de nossa historiografia gramatical denominado *gramática científica*. Fica, no entanto, evidente, que à natureza deste trabalho impõe-se inevitavelmente uma apreciação concisa de fatos que requerem maior atenção em local e momento oportunos.

MÉTODO HISTÓRICO-COMPARATIVO

O método histórico-comparativo, organizado a partir do século XIX, abasteceu as condições para os ensinamentos depreendidos da comparação científica, permitindo compreender, por exemplo, que o latim não é uma língua isolada, apresenta em sua gramática vários pontos em comum com o grego.

O tema da substituição progressiva do latim pelas línguas românicas na documentação medieval desperta o interesse não só dos historiadores de uma maneira igual, como aos filólogos e aos que fazem sociolingüística histórica, mais ainda aos historiadores das línguas, pois fornece, nesse último caso, dados empíricos para sustentar a demarcação da periodização dos estágios mais antigos das línguas românicas. Assim, a definição do momento em que a língua portuguesa aparece escrita indica o limite inicial do primeiro período histórico do português – na aceção

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

de documentado pela escrita – o denominado período arcaico. Na última década do século XIII, o rei d. Dinis legitimou a língua portuguesa como oficial do reino de Portugal, seguindo também nisso o exemplo de Afonso X de Leão e Castela, que no seu reinado principiado em 1252, estabeleceu o vernáculo castelhano como língua oficial de seu reino. Não obstante o português só ter sido oficializado no tempo de D. Dinis, a partir de 1255, na chancelaria do rei Afonso III de Portugal, a par do latim já se usava o português nos diplomas oficiais.

É certo que o chamado período arcaico apresenta um conjunto de características lingüísticas, representadas na documentação escrita remanescente, que fundamenta a oposição entre o português arcaico e o moderno, para outros designado como clássico. Na História do mundo ocidental, são considerados tempos modernos aqueles que se iniciam na passagem do século XV para o XVI. No caso da Península Ibérica e, no caso português, 1498 e 1500 são inícios de novos tempos, só então se cumpria o antigo projeto de inícios do século XV, com o triunfo sobre a rota marítima para as Índias e o vitorioso domínio da navegação no Atlântico Sul e conseqüente chegada ao futuro Brasil.

A história das línguas não acompanha a história sócio-política das sociedades que usam essas línguas. Seus compassos são distintos. Se um evento histórico significativo pode ser tomado como um marco delimitador de um período histórico para a história de uma sociedade, a língua dessa sociedade continuará o seu ritmo constitutivo e pode disso sofrer o efeito com o passar do tempo. Retornando ao cenário da codificação da gramática no Ocidente, podemos apreender que nos diferentes períodos as obras gramaticais diferiram, respondendo aos imperativos sociais. Disso podemos ter certeza quando levamos em consideração a gramática alexandrina *Téchne Grammatiké*, de Dionísio o Trácio. Nela o compositor conceituava a gramática como o estudo empírico dos usos correntes nas obras dos poetas e prosadores. No momento em que se codificou (término do século II, princípio do século I a.C.) a obra naturalmente tinha que se centralizar na linguagem predominante dos escritores, já que esse era o seu objetivo: evitar a perda dos cânones do grego clássico, então sob ameaça iminente de abandono dos usos helênicos por influência das línguas estrangeiras (“bárbaras”) que surgiam. A gramática de Dionísio era de caráter meramente normativo, detendo-se a estabelecer um padrão a ser seguido na escrita, e constava de seis partes (leitura e pronúncia correta, explicação de textos, explicação de palavras e coisas, etimologia, paradigmas de flexão ou analogia e crítica). Destarte, um dos pilares

res da tradição gramatical ocidental, e ainda hoje vigente, é a adoção da língua literária como referência para a construção abstrata que se denomina idioma nacional e que, sob muitos aspectos, se identifica ao conceito hoje em dia amplamente difundido de língua padrão. O modelo de descrição gramatical criado pelos gregos, conquanto útil, é insuficiente para descrever toda a complexidade de uma língua ou para dar conta da admirável diversidade estrutural das línguas no mundo.

O retardamento em constituir uma ciência organizada em termos de conteúdo e metodologia, voltada ao estudo da linguagem humana, deveu-se em muito à complexidade que ela envolve. E a Gramática Comparada, via de regra, nas primeiras décadas do século XIX, firmou-se mediante uma investigação em grupos sociais lingüisticamente diferentes e penetrando no estudo das línguas clássicas à busca da confrontação entre as línguas de origem comum. À obra de Franz Bopp sobre o sânscrito, o latim, o grego e o germânico, e aos trabalhos dos irmãos Friedrich e August Wilhelm Schegel confere-se o deflagrar da Lingüística histórico-comparativa no século XIX (Cavaliere, 2000: 65). Franz Bopp procurou, em línguas mais antigas, nas suas fontes mais primitivas, as raízes e pontos de interseção que esclarecessem a origem dos falares. Foi assim que surgiu sua Gramática Comparada, demonstrando o vínculo do sistema lingüístico indo-europeu. Bopp e outros lingüistas que contribuíram nas pesquisas comparativas tinham objetivos distintos dos comparatistas modernos, pois induzidos pelas idéias do século XVIII, buscavam chegar ao início das coisas, dar conta, de acordo com dados mais arcaicos possíveis, fornecidos pelo conjunto de línguas consideradas, da origem das formas lingüísticas em seu grau mais antigo. Foram assim, levados a ter em vista as fases sucessivas do desenvolvimento das línguas e a estabelecer hipóteses sobre a origem da linguagem humana. Estas análises ocuparam lugar respeitável na produção lingüística do século XIX. Com o método histórico-comparativo desenvolvido por Frederico Diez em sua *Gramática das Línguas Românicas* e *Dicionário Etimológico das Línguas Românicas*, novos estudos surgiram em nossas doutrinas gramaticais para explicar os diversos aspectos das línguas. Julio Ribeiro, Maximino Maciel, M. Said Ali, entre outros, não hesitaram em recorrer às lições do eminente filólogo.

Ademais, o século XIX vislumbra uma perspectiva psicológica no estudo da gramática. Como nos informa Mattoso Câmara (2006: 12):

A nova atitude se apoiava na filosofia romântica, que salientava os aspectos psicológicos, ou mesmo antilógicos, que as línguas revelam, como se via

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

aparecer em todo o procedimento humano. Insistia-se na carga de emoção e fantasia, que atua nesse procedimento e também na comunicação lingüística.

Destarte, o lingüista alemão Hermann Paul, que defendia a aplicação dos princípios da psicologia no estudo da história da língua, considerava que “os organismos psíquicos descritos são no fundo os autênticos portadores da evolução histórica. O que verdadeiramente se fala não sofre qualquer evolução” (Paul *apud* Cavaliere, 2000: 31).

A *Grammatica Portugueza* (1881) de Julio Ribeiro inaugura entre nós as novas tendências européias. Procurando romper com o modelo baseado na tradição grego-latina o interesse se voltou para o uso do método histórico-comparativo, fato que lhe conferiu merecido reconhecimento por parte de Maximino Maciel: “Até pontos havia em que o Sr. Julio Ribeiro se adscrevia a transcrever, quasi *ipsis verbis*, para o vernáculo, as novas doutrinas dos autores estrangeiros, de Guardia, de Mason, de Bergmann”, além de conferir a Ribeiro “o merito de haver sido o primeiro a trasladar para o compendio didactico a nova orientação” (Maciel *apud* Cavaliere, 2000: 52-3).

A VISÃO SINTÁTICA DE JULIO RIBEIRO

“Pour les langues, la méthode essentielle est dans la comparaison et la filiation. – Rien n’est explicable dans notre grammaire moderne, si nous ne connaissons notre grammaire ancienne” (Littré *apud* Ribeiro, 1911: folha de rosto).

Pelo *princípio da contextualização* (Koerner, 1995: 17), a epígrafe utilizada como amparo doutrinário por Julio Ribeiro em sua *Grammatica Portugueza* (1911) ratifica que a obra é de caráter histórico-comparativa.

Julio Ribeiro não oculta sua consideração às teorias lingüísticas de Willian Dwight Whitney: “Abandonei por abstractas e vagas as definições que eu tomára de Burgraff: preferi amoldar-me ás de Whitney, mais concretas e mais claras” (Ribeiro: 1911: 1). É de Whitney em *Essentials of English Grammar* (London, 1887), inclusive, a concepção de gramática assumida por Ribeiro: “Grammatica é a exposição methodica dos factos da linguagem” (Ribeiro, 1911: 7).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Do uso dos termos *exposição* e *factos*, podemos depreender que a postura adotada não é normativa, porém descritiva. O próprio Ribeiro elucidava melhor o assunto:

A grammatica, não faz leis e regras para a linguagem; expõe os factos della, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade. O estudo da grammatica não tem por principal objecto a correcção da linguagem. Ouvindo bons oradores, conversando com pessoas instruidas, lendo artigos e livros bem escriptos, muita gente consegue fallar e escrever correctamente, sem ter feito estudo especial de um curso de grammatica (1911: 7).

Cabia ao gramático descrever o que se entendia como *norma culta escrita*, ao discriminar como impróprios para a descrição proposta os fatos não-descritos, trazia consigo uma *normatização tácita* (Cavaliere, 2000: 47).

Nas palavras de Margarida Petter (2004: 19):

A tarefa do gramático se desdobra em *dizer o que é a língua*, descrevê-la e, ao privilegiar alguns usos, *dizer como deve ser a língua*. Na verdade, a conjugação do descritivo e do normativo efetuada pela gramática tradicional opera uma redução do objeto de análise que, de intrinsecamente heterogêneo, assume uma só forma: a do uso considerado correto da língua.

O projeto de fazer da gramática um registro do estado do português escrito e falado pelas pessoas cultas da época, levou Julio Ribeiro a registrar numerosas observações, além de oferecer seu próprio testemunho como exemplo dos fatos linguísticos. Em face dessa atitude, de extensa aplicação na linguística descritiva, obteve injusta crítica de alguns que a ele se opunham, como Maximino Maciel: “...E, quanto à sintaxe, ao invés de exemplos hauridos aos monumentos literários, dava-lhos ele próprio, quase sempre” (Maciel *apud* Bechara, 2006: 15).

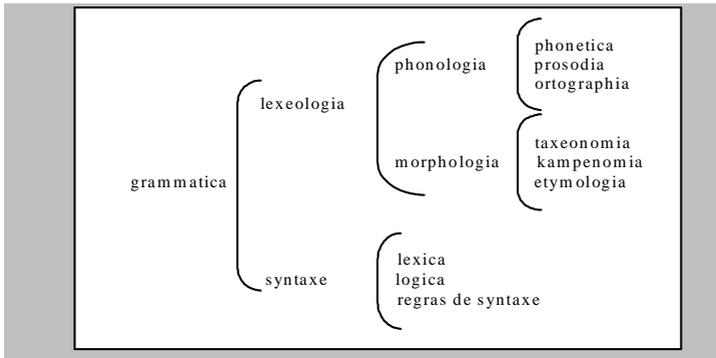
Maciel na sua *Grammatica Descriptiva* (1914), “baseada nas doutrinas modernas”, forneceu-nos seguro painel das influências estrangeiras na gramática brasileira, encontradas no rodapé de cada página, onde faz referência às fontes que consultou. Assegura que “assim procedemos, porque a probidade científica aconselha citar-se um autor, desde que lhe estejamos de accordo com as opiniões attinentes a um ponto, para mostrarmos as fontes a que recorremos”. E quanto à sintaxe sanciona:

Ainda nos esforçamos por estudar a lingua nos seus monumentos literarios, consolidando-lhe por isso os factos e a doutrina com exemplos selectos, hauridos aos principaes escriptores que se nos afigurou poderem servir de normas á syntaxe da lingua (Maciel, 1914: prólogo).

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

A descrição gramatical em Ribeiro constitui-se da bipartição *lexeologia* e *syntaxe*, aquela “considera as palavras isoladas, já em seus elementos materiaes ou sons, já em seus elementos morphicos ou fórmãs”, esta “considera as palavras como relacionadas umas com as outras na construcção de sentenças, e considera as sentenças no que diz respeito á sua estructura, quer sejam simples, quer se componham de membros ou de clausulas” (Ribeiro, 1911: 3, 221). Assim, apreendemos que a *palavra* ocupa o núcleo das atenções, na lexeologia e na syntaxe. Não obstante esta última constitua a segunda parte do raciocínio gramatical, na prática não vai além de uma dilatação da primeira.

Da gramática inglesa Ribeiro importou a concepção de *clausulas* e elucida: “Chamam-se clausulas os membros da sentença, quando são tão connexos entre si que um depende do outro e até o modifica” (Ribeiro, 1911: 223). Maximino Maciel na *Grammatica Descriptiva* (1914: 326-7) adotaria, em detrimento de *clausulas*, *phrases*, *setenças* ou *orações* o termo *proposições*, “por ser este mais geral e estar mais de accordo com as theorizações da logica e simplificar mais a aprendizagem”, às quais se relacionavam três outros conceitos: *coordenação*, quando independentes entre si, *subordinação*, quando dependentes entre si e *coordenação e subordinação*, quando duas ou mais *proposições*, além de independentes ou *coordenadas* entre si se acham cada uma delas desenvolvidas por *proposições subordinadas*.



Plano sinótico da *Grammatica Portugueza*, de Julio Ribeiro (1911).

Outra questão notável que cumpre destacar reside nos casos abaixo analisados por Julio Ribeiro:

- a) A idéia que se liga ao sujeito: chama-se predicado propriamente dito.

b) O laço que prende o predicado propriamente dito ao sujeito: chama-se copula.

Pedro ama, - *ama* decompõe-se em *am* thema, e *a* terminação: o thema *am* fica tido como predicado propriamente dito, e a terminação *a*, como copula (Ribeiro, 1911: 222-3).

A morfossintaxe, consolidada a partir da segunda metade do século XX, bem antes, porém, já se podia depreender na análise supracitada de Julio Ribeiro como conexão das categorias gramaticais às funções sintáticas na sentença. Fê-lo realizando um dos primeiros casos de análise morfossintática. Assim, Ribeiro considera um ponto de atrelagem entre a morfologia e a sintaxe: “a copula grammatical de todas as sentenças consiste na flexão do verbo” (Ribeiro, 1911: 223).

Em sua proposta descritiva Ribeiro (1911: 223) subdivide a sintaxe em *léxica* e *lógica*, aquela referente ao estudo das “palavras como relacionadas umas com as outras na construção de sentenças”, esta ocupada do estudo das “sentenças no que diz respeito á sua estrutura, quer sejam ellas simples quer sejam ellas compostas”, isto é, a primeira ocupa-se das palavras inter-relacionadas na oração, a segunda da estrutura das orações. Cumpre ressaltar que na proposta descritiva da sintaxe Ribeiro analisa a *relação* e não a *função* sintática. Na *estrutura* de Ribeiro interatuam *vocábulos*, não *sintagmas*. O que se apresenta é uma relação direta, termo a termo, em forma de:

- 1) *Relação subjetiva*: A do sujeito para com seu predicado.
- 2) *Relação predicativa*: Em que o predicado de uma sentença está para com seu sujeito.
- 3) *Relação atributiva*: A da palavra que representa alguma qualidade com a que representa a coisa.
- 4) *Relação objetiva*: Em que está para com um verbo de ação transitiva o objeto a que se dirige, ou sobre que exerce essa ação.
- 5) *Relação adverbial*: A que vincula uma dada palavra a um adjetivo, verbo ou a um advérbio.

Para Ribeiro, nas sentenças: *Pedro é rico* (p. 224), está em relação subjetiva; *O menino corre* (p. 225), o verbo *corre* está em relação predicativa com o sujeito *menino*; *A casa de Pedro* (p. 225), o substantivo precedido da preposição *de* está em relação atributiva com *casa*; em *O cão levantou a cabeça* (p.226), o substantivo *cabeça* está em relação objetiva para com o verbo *levantou*; na sentença *Paulo deu-me um livro* (p.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

226), o pronome pessoal incluído como complemento verbal está em relação objetiva – adverbial.

Além disso, Julio Ribeiro (1911:257-8) delinea concisa anotação sobre a presença do *emprego pleonástico dos pronomes substantivos em relação subjetiva, objetiva, adverbial e objetiva adverbial* em várias línguas românicas, como se observa a seguir:

Estes processos pleonásticos, que contribuem muito para a clareza e elegância da expressão, encontram-se em varias linguas romanicas, em Latim barbaro, em Latim classico, em Grego moderno, em velho Alto Allemão, em Inglez, em Dinamarquez, em Sueco (Ribeiro, 1911: 259).

E ainda sobre a questão do pronome substantivo sujeito de um verbo no *infinito*, dependente de um verbo no *finito*, posto em *relação objectiva*:

Esta syntaxe, commum a varias linguas romanicas, é tomada directamente do Latim, em o qual o sujeito do verbo no infinito vai para o accusativo. E' erro vulgar no Brazil usar-se em casos taes da relação subjectiva: diz-se, por exemplo: Vi ELLE caminhar ás pressas. – Deixa ELLE ir (1911: 262).

Estes fragmentos constituem exemplos significativos do bom agasalho que se deu ao método histórico-comparativo no Brasil. Produtivo não somente em trabalhos de pesquisa, mas ainda em compêndios gramaticais, o referido método favoreceu o critério de preocupação com a evolução da língua, fato que se pode corroborar nas palavras do próprio Julio Ribeiro: “Nós temos mais de estudar as fórmulas varias porque passou a nossa língua, temos de comparar essas fórmulas com a fórmula actual, para que melhor entendamos o que esta é e como veiu a ser o que é” (Ribeiro, 1911:1, 2).

Por fim, a produção gramatical brasileira a partir de Julio Ribeiro, em meio às alterações de observação e reflexão sobre o estudo do vernáculo, reflete um diálogo tanto com a tradição grego-latina, quanto com a corrente científica. Assim, vivia-se um momento de transição e mudanças, não só de âmbito intelectual, mas ainda político e social, que de certa maneira, a língua não poderia deixar de registrar. Consideremos, ainda, o valor que se deve dar à gramática científica no cenário lingüístico-historiográfico brasileiro, pois:

O que se percebe de notável, (...) é que o elenco de obras filológicas produzidas a partir do trabalho inaugural de Julio Ribeiro cria os fundamentos da moderna gramática brasileira, nos moldes em que, *mutatis mutandis*, até hoje se organizam. (Cavaliere, 2000: 55)

BIBLIOGRAFIA

BECHARA, Evanildo Cavalcante. A contribuição de M. Said Ali à lingüística portuguesa. **In:** ALI, M. Said. *Investigações filológicas*. 3ª ed. rev. e ampl. – Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BORBA, Francisco da Silva. *Introdução aos estudos lingüísticos*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, [s.d].

CÂMARA JR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2006.

CAVALIERE, Ricardo Stavola. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Niterói: EdUFF, 2000.

———. Uma proposta de periodização dos estudos lingüísticos no Brasil. *Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, nº 23, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo e Orlandi, Eni P. (orgs.). *Língua e cidadania*. Campinas: Pontes, 1996.

KOERNER, Konrad. Persistent issues in linguist historiography. **In:** ——. (ed). *Professing linguistic historiography*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

MACIEL, Maximino de Araujo. *Grammatica descriptiva*. 5ª ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1914.

PETTER, Margarida. Linguagem, língua, lingüística. **In:** FIORIN, J. Luiz (org.). *Introdução à lingüística*. São Paulo: Contexto, 2002.

RIBEIRO, Julio. *Grammatica portugueza*. 10ª ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1911.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

OUTROS TRABALHOS DO XI CNLF

INSTRUÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

1. Os resumos devem ter no máximo 250 palavras e devem ser digitadas em WORD (qualquer versão).
2. Os trabalhos completos devem seguir estas normas:
 - a. Os originais devem ser digitados em Word para Windows;
 - b. Configuração da página: A-5 (148 X 210 mm) e margens de 25 mm em todos os lados;
 - c. Fonte Times New Roman, tamanho 10 para o texto e tamanho 8 para citações e notas;
 - d. Parágrafo com alinhamento justificado e com espaçamento simples;
 - e. Recuo de 10 mm para a primeira linha dos parágrafos;
 - f. Mínimo de 06 e máximo de 12 páginas (com tolerâncias mínimas, desde que suficientemente justificadas)
 - g. As notas bibliográficas devem ser incluídas no corpo o texto, de forma reduzida, indicando o nome do autor, ano da publicação e página, como, por exemplo, (Bechara, 2001: 387)
 - h. As demais notas devem ser resumidas e editadas como notas de rodapé;
 - i. A bibliografia deve ser colocada ao final do texto;
 - j. Quando indispensável usar figuras ou fontes especiais, indicar o programa em que a figuras foram geradas e enviar o arquivo de fontes em disquete.
 - k. As Normas Brasileiras de Documentação (da ABNT) devem ser seguidas, na medida do possível.
3. Os artigos devem ser enviados para eventos@filologia.org.br ou entregues à Coordenação do Congresso, em disquete, com cópia impressa, no dia da apresentação do trabalho.
4. Todas as situações excepcionais deverão ser estabelecidas em acordo com o Coordenador, pessoalmente, ou por telefone.